

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ecos de uma tradição:  
a ideia de decadência na obra *Epitoma Rei Militaris*,  
de *Flavius Vegetius Renatus*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas.

**Marcello Paniz Giacomoni**

Porto Alegre, abril de 2011

Marcello Paniz Giacomoni

Ecos de uma tradição: a ideia de decadência na obra *Epitoma Rei Militaris*, de  
*Flavius Vegetius Renatus*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas.

Dissertação defendida em 04 de maio de 2011

Banca Examinadora:

-----  
Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas - UFRGS  
(Orientador)

-----  
Prof. Dr. Fabio Faversoni - UFOP

-----  
Prof. Dr. Fabio Vergara Cerqueira - UFPel

-----  
Prof. Dr. José Rivair Macedo - UFRGS

## Agradecimentos

Primeiramente, à sociedade brasileira, que por meio dos seus impostos mantém a universidade pública e órgãos de fomento à pesquisa, como o CAPES.

Aos meus pais, Marcos e Denise, cuja educação me conduziu até a universidade, e o apoio incondicional me manteve plenamente na mesma.

A toda minha família, em especial ao Jonnas e à Alzira, sempre muito presentes.

Ao orientador, Prof. Dr. Anderson Zalewski Vargas, por todo o apoio ao longo destes seis anos, entre graduação e mestrado.

À Banca Examinadora, Prof. Dr. Fabio Faversani (UFOP), Prof. Dr. Fabio Vergara Cerqueira (UFPEL) e Prof. Dr. José Rivair Macedo (UFRGS), pelos apontamentos, críticas e sugestões, além da prestatividade em relação às datas de entrega e defesa da dissertação.

Aos colegas, e amigos, Michele, Débora, Diego e Lyvia. Em especial, ao Rafael, que tantas vezes leu e revisou meus textos.

Às amigas, Manoela e Gabriele, por me proporcionarem momentos deveras divertidos.

Por fim, ao nêno Nelson, que muito faz falta!

## Resumo

O presente trabalho ãEcos de uma tradiãõ: a ideia de decadência na obra *Epitoma Rei Militaris*, de *Flavius Vegetius Renatus*õ analisa os escritos desse autor romano dos séculos IV-V d.C., cujo tratado pretendia servir como base para uma reforma no exército imperial. Procuo compreender o funcionamento da ideia de decadência em sua obra, partindo da noãõ de *formaãõ discursiva*, desenvolvida por Michel Foucault. A partir dessa problemática, os enunciados, objetos, estratégias e conceitos que compõem e constroem o discurso da decadência são descritos. Na medida em que são analisados os autores fontes de *Vegetius*, os enunciados são ligados a uma tradiãõ decadentista. O objetivo final desta pesquisa é analisar o diálogo entre esta tradiãõ e o uso dos enunciados na obra em questãõ.

Palavras-chave: *Vegetius*; decadência; formaãõ discursiva; exército romano.

## Abstract

This work entitled "Echoes of a tradition: the idea of decadence in the work *Epitoma Rei Militaris*, of *Flavius Vegetius Renatus*" examines the writings of the said roman author of the fourth-fifth century A.D., whose treaty was intended to serve as the basis for a reform of the imperial army. I try to understand the operation of the idea of decadence in his work, based on the notion of *discursive formation*, developed by Michel Foucault. Based on this problematic, the statements, objects, strategies and concepts that compose and construct the discourse of decline are described. Throughout the analyzes of *Vegetius* and its sources the statements are linked to a decadent tradition. This research's goal is to exam the dialogue between this tradition and the use of statements in the book in question.

Keywords: *Vegetius*; decay; discursive formation; Roman army.

## Sumário

<b>Da Introdução</b>	8
<b>Parte I - Do Indivíduo</b>	19
I. 1 - Sobre o Indivíduo	20
I. 2 - Intenções	32
I. 3 - Sociedade	36
I. 4 - Cultura	47
I. 5 - <i>Corpus</i>	49
I. 6 - Estrutura.	57
<b>Parte II - Da Decadência</b>	67
Dos referenciais teóricos	67
Capítulo I - Da decadência que vêm do estrangeiro	85
I. 1 - O inimigo reconhecido: o <i>barbaricus</i>	87
I. 2 - O declínio pela convivência	91
I. 3 - O lado positivo do contraste	103
I. 4 - A moral estrangeira	107
Capítulo II - Da decadência e a estrutura interna	113
II. 1 - As sementes do mal: o luxo e as riquezas	116
II. 2 - Se desejares a guerra, não tenhas a paz	132
II. 3 - A ação nas mãos dos homens: a negligência	138
<b>Da Conclusão</b>	155
<b>Da Bibliografia</b>	162

## Lista de abreviaturas para as obras de autores antigos\*

- Amiano Marcelino ó **História** ó *Res Gestae* ó (*Hist.*)  
Anônimo ó **Sobre Assuntos Militares** ó *De Rebus Belicis* ó (*DRB*)  
Catão ó **On Agriculture** ó *De Agri Cultura* ó (*De Agri*)  
Cícero ó **Da República** ó *De Re Publica* ó (*De Rep.*)  
Eutrópio ó **Compendio de Historia Romana** ó *Breviarium ab urbe condita* ó (*Brev.*)  
Frontino ó **Estratagemas** ó *Strategemata* ó (*Estrat.*)  
Jordanes ó **Origen y gestas de los godos** ó *De origine actibusque Getarum* ó (*Orig. God.*)  
Juvenal ó **Sátiras** ó *Saturae* ó (*Sat.*)  
Lucílio ó **Fragments** ó (*Frag.*)  
Lucrecio ó **Da Natureza** ó *De Rerum Natura* ó (*Nat.*)  
Políbio ó **Histórias** ó (*Hist.*)  
Salústio ó **Conjuración de Catilina** ó *Bellum Catilinae* ó (*Cat.*)  
Salústio ó **Guerra de Jugurta** ó *Belum Iugurthinum* ó (*Jug.*)  
Salústio ó **Fragments de las Historias** ó *Fragmenta Historiarum* ó (*Frag. Hist.*)  
Tácito ó **Anais** ó *Annales* ó (*Anais*)  
Tácito ó **As Histórias** ó *Historiae* ó (*Hist.*)  
Tácito ó **Germânia** ó *Germania* ó (*Germ.*)  
Tito Lívio ó **História de Roma** ó *Ab Urbe Condita Libri* ó (*Ab Urbe*)  
Varrão ó **On Agriculture** ó *De Re Rustica* ó *Rust.*  
*Vegetius* ó **Compêndio da Arte Militar** ó *Epitoma Rei Militaris* ó (*Epit.*)  
*Vegetius* ó **Medicina Veterinária** ó *Digesta Artis Mulomedicinae* ó (*Mul.*)

---

\* Tais abreviaturas são apresentadas da seguinte forma: nome do autor; título da obra em língua moderna (na edição consultada); título da obra na língua clássica; abreviatura.

## Da Introdução

ó O que você sabe sobre Roma?

ó Não muito, lembro que declinou e caiu!

Um pequeno diálogo fictício, inspirado no prefácio do livro *A Queda do Império Romano*, de Arther Ferrill (1989), mas que revela um dos aspectos mais marcantes do mundo romano. Segundo este autor, é um ãconhecimento vulgarizadoõ, atinente a um grande número de pessoas, saber que o grande império universal, das poderosas legiões, das grandes estradas e províncias, dos grandes imperadores e generais, um dia declinou, atingido pela decadência, e caiu. Mas, por que Roma caiu?

Ao longo de séculos de história e de historiografia, este é um dos processos históricos que mais tem intrigado eruditos, filósofos e historiadores, desde os próprios contemporâneos romanos até a historiografia moderna. Muitas interpretações foram desenvolvidas ao longo dos séculos: humanistas como Petrarca diziam que Roma caíra devido ao fim dos grandes homens; Flávio Biondo (*História do declínio do Império Romano*), dentre outras causas, destacava que a inflexão do Império foi sobretudo uma punição que viera de Deus; Nicolau Maquiavel delegava a crise à falta da *virtus* romana no período imperial. Johannes Löwenklav (*Apologia em defesa de Zózimo*), o primeiro intérprete moderno do fim do mundo antigo, em 1576, trouxe questões econômicas à interpretação do fim do Império, além de condenar a personalidade e algumas ações de Constantino. Edward Gibbon (*História do Declínio e Queda do Império Romano*), em 1776, retomando a análise da vida de Constantino, enfatizava a importância dos conflitos religiosos. Otto Seeck (*História da decadência do mundo antigo*), em fins do século XIX, pressupunha a ãvelhiceõ do mundo antigo, e sua incapacidade de regenerar-se com novos ãgrandes homensõ, devido em parte à natureza dos matrimônios tradicionais romanos. Max Weber (*As causas sociais do declínio da cultura antiga*), contemporâneo de Seeck, procurava analisar questões como a concentração da propriedade imobiliária e os fundamentos do trabalho assalariado, uma crise de sobremaneira econômica. Michail Rostovtzeff (*História social e econômica do Império Romano*) interpretou a crise como uma luta de classes entre os camponeses e soldados romanos contra as burguesias urbanas. André Piganiol (*L'Empire chrétien*), modernamente, enfatizou o ãevento fatalõ dos

bárbaros, responsáveis diretos pelo colapso do Império (Cf. MAZZARINO, 1991; MOMIGLIANO, 1993). E outros, muitos outros.

Enfim, um sem número de especialistas que ao longo dos séculos olharam para o fim de Roma tentando entendê-lo, fazendo o possível para compreender como o Estado considerado por muitos o mais deslumbrante da história pôde um dia ruir e cair. Ao operar esse olhar, muitos não buscaram apenas a interpretação de um caso, mas sim viram a crise do Império como algo exemplar e paradigmático, que trazia consigo a interpretação de toda a sua história, ou de toda a história (MAZZARINO, 1991: 14).

Entretanto, a identificação de sintomas de crise e decadência foi uma temática recorrente para homens que viveram e escreveram nos mais variados períodos da história romana, desde os primórdios da *Urbs* (ROULAND, 1997) passando por Políbio, Cícero, Salústio, Tito Lívio, Tácito, até Amiano Marcelino. Os séculos IV e V, percebidos por muitos contemporâneos como um período de profundas crises e antagonismos, produziu diversas e criativas reações visando brevar estes processos de decadência. Uma dessas partiu de um autor romano chamado *Flavius Vegetius Renatus* que, entre o fim do século IV e início do V, escreveu uma obra intitulada *Epitoma Rei Militaris*<sup>1</sup>. Tal livro caracteriza-se por ser um tratado técnico-descritivo-histórico acerca da milícia romana dos antigos, constituído a partir de numerosas fontes clássicas com o objetivo de servir de base para uma nova organização do exército, desde o recrutamento até o desenvolver das batalhas, e que tem por destinatário o próprio Imperador romano. A obra é dividida em quatro livros<sup>2</sup> que abordam o recrutamento e treinamentos, as divisões e hierarquias das legiões, organizações de batalha, fortificações e frota.

*Vegetius* é um entre tantos personagens obscuros, relegados pela tradição manuscrita da antiguidade. O que dele se sabe, provém apenas de seus próprios escritos (além da *Epitoma*, ele teria escrito um tratado veterinário, o *Digesta Artis Mulomedicinae*), juntamente com informações contidas em determinados manuscritos. Em alguns desses, entre os mais confiáveis, *Vegetius* define-se como *vir illustris* (homem ilustre) e *comes* (conde), sendo encontrada também a definição de *comes sacrum* (conde sagrado), todos títulos ligados à alta administração imperial. Levando em conta que o próprio *Vegetius*

---

<sup>1</sup> O nome da obra, é preciso atentar, aparece na maioria dos manuscritos como *De Re Militari*. Todavia, o tradutor por mim utilizado (MONTEIRO, 2009) apóia-se nas teses de Michael Reeve, que por sua vez considera a classe de manuscritos vinculada com o título *Epitome Rei Militaris* mais qualificada que as demais, sendo que minha opção acompanha a deles.

<sup>2</sup> Em alguns manuscritos e edições modernas (Paumape, 1995) a obra é dividida em cinco livros, onde o quarto, que trata das fortificações e da frota, é desmembrado em dois.

afirma não arrogar de nenhuma autoridade nos assuntos militares (*enim mihi auctoritatis assumo*) (*Epit.* I, 8), é absolutamente plausível que ele tenha sido um funcionário civil. Além de seu nome e função, é preciso apontar a versatilidade e cultura geral de nosso autor. Não sendo um militar, sua obra pautou-se quase que exclusivamente em sua erudição, comprovada por recorrências constantes não apenas a outros tratados técnicos, mas também a poetas como Homero e Virgílio.

No tocante à cronologia da obra, existem grandes controvérsias. Os únicos marcos cronológicos confiáveis são a referência ao Imperador Graciano (*Epit.* I, 20), falecido em 383 d.C., e a publicação de um resumo da *Epitoma*, em 450 d.C., em Constantinopla. Dentro deste recorte, as duas principais hipóteses são a de Goffart (1977), que sustenta que a obra fora escrita durante o reinado de Valentiniano III (425 ó 455 d.C.) e de Barnes (1979), que propõe o reinado de Teodósio I (378 ó 395 d.C.) como período cronológico aproximado. Nesta dissertação, após a apreciação de diversos comentadores de *Vegetius* (principalmente CHARLES, 2007), inclino-me a entender a obra como fruto da realidade do reinado de Valentiniano III, ou seja, a partir de 425. A completa apreciação destes argumentos será desenvolvida na primeira parte deste trabalho.

Independente de sua cronologia, a obra apresenta um objetivo claro, enunciado em uma passagem de sua obra:

(...) um trabalho diligente e fiel, para que aquelas matérias que estão encerradas, dispersas e escondidas junto de diversos autores históricos e junto daqueles que ensinam a disciplina das armas sejam apresentadas em público, em benefício dos Romanos. (...) em prol do bem estar da República (...). (*Epit.* I, prólogo)

Colher, entre tantos autores da tradição romana, ensinamentos e práticas militares, para que essas possam ser postas à disposição do Estado romano. Mas, porque Roma necessitaria de tal trabalho diligente e fiel? O próprio *Vegetius* responde tal questão, em outra passagem de sua obra: ã(...) já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava contra os povos bárbarosö. (*Epit.* IV, 31). Intenção clara: pelo Estado romano, em sua luta contra as nações bárbaras<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Embora este termo tenha sido utilizado constantemente de forma pejorativa, farei uso do mesmo, consoante à referência de *Vegetius*: entendo por õbárbaroö todo estrangeiro alheio aos valores greco-romanos, e por õbarbarizaõö o crescente influxo de elementos estrangeiros nas mais diversas estruturas e níveis da sociedade romana, fato este com notável intensificação no século IV e V d.C.

Mas, algo falta para compreender sua obra. Durante séculos, Roma venceu os bárbaros pelas armas, e livros como a *Epitoma Rei Militaris* não foram necessários para essas vitórias, já que a capacidade combativa se mantinha pela própria prática militar. Aparentemente, não é esse o quadro apontado por *Vegetius*: em seu tempo, as legiões não são capazes de vencer os bárbaros, e livros como o dele são altamente necessários. Portanto, ele parece perceber seu tempo como estando em crise, ou pior, em um processo de decadência, que afeta especialmente o exército romano e poderá significar a derrocada do próprio Estado. Frente a esta realidade, *Vegetius* reage, e oferece com seu tratado ferramentas para que se lute contra a crise, intentando um retorno às valiosas instituições militares dos antigos romanos. Nosso autor aponta, em uma passagem, que gauleses, germanos, iberos, africanos e gregos possuíam diversas superioridades frente aos romanos, mas que foram compensadas mediante um criterioso recrutamento e treinamentos, responsáveis por permitir ao ã(...) império (...) partir de territórios pequeníssimos quase até às regiões do sol e aos confins do próprio mundo.ö (*Epit.* I, 8). São a essas instituições, perdidas no glorioso passado romano, que a *Epitoma* pretende conduzir.

Nesta lógica, todo o tratado pauta-se por uma grande noção de decadência. Sua razão de existir, o fato pelo qual foi escrito, é por que *Vegetius* acredita que as mais variadas práticas militares do seu tempo são valorativamente inferiores em relação a tantas outras existentes entre os antigos, e preservadas pelos livros. Como nos aponta N. P. Milner (apud MONTEIRO, 2008: 487 (nota 299)), *Vegetius* não pretendia construir um tratado sobre toda a arte militar, mas apenas sobre aqueles pontos que ele considerava deficientes em seu tempo. É possível comprovar tal objetivo com duas passagens de sua obra:

Sobre a cavalaria, há muitos ensinamentos; mas, como esta valência do exército tem evoluído pela prática do exercício, pelo seu tipo de equipamento e pela excelência dos cavalos, penso que nada há a compilar a partir de outros livros, uma vez que os conhecimentos atuais são suficientes. (*Epit.* III, 26)

Sobre os navios de patrulha que vigiam, em missões diárias, os postos avançados no Danúbio, penso dever calar-me porque o seu uso mais frequente nos tempos atuais conduziu a uma maior sabedoria do que aquilo que a doutrina antiga tinha revelado. (*Epit.* IV, 46)

Ou seja, todos os pontos citados na obra *Epitoma Rei Militaris* são elementos de alguma forma problemáticos no momento em que a obra é escrita (ou ao menos *Vegetius* considera-os ser) e que, a partir de uma leitura inversa, enunciariam todas as deficiências enfrentadas pelas legiões romanas do período. Por exemplo, o fato de *Vegetius* citar recorrentemente a necessidade de um exército que se mantenha em treinamentos constantes faz crer que os exércitos do seu tempo não o faziam; citar treinamentos específicos, como a marcha militar (*Epit.* I, 9 e I, 27) e os treinos com postes e escudos de vime (*Epit.* I, 11) leva à conclusão que estas práticas haviam sido perdidas, e precisavam ser reativadas.

Apesar da proposta, não existe qualquer tipo de comprovação de que as medidas sugeridas por *Vegetius* tenham sido postas em prática pelos governantes romanos. O que se sabe, no entanto, é que a obra foi muito lida e copiada no passar dos séculos. Sobreviveram mais de 320 manuscritos medievais, além de citações de *Vegetius* em outras obras do medievo. Por ser identificado como um manual com o melhor do pensamento militar (as legiões romanas), além de ser ideal para as necessidades militares práticas (como técnicas de sítio e fortificações), *Vegetius* foi o livro mais lido por leigos, como os Condes de Anjou, os reis Agevinos e mesmo Ricardo Coração de Leão. No Renascimento italiano, o tratado foi muito utilizado tanto por mercenários (*condottieri*) quanto por humanistas que desejavam um exército de cidadãos. Maquiavel, em seu livro *A Arte da Guerra*, faz muitos usos do tratado, muitas vezes copiando trechos inteiros. Já no século XVI e XVII, os grandes reformadores da estratégia moderna, Maurício de Nassau e Gustavo Adolfo, reintroduzem os conceitos legionários de coordenação, formação, disciplina, treinamento e cooperação. Sabe-se que tais comandantes tiveram acesso à obra de *Vegetius*, que provavelmente exerceu influência sobre suas medidas (SHRADER, 1981).

De que a decadência está presente na obra de *Vegetius*, a meu ver, não existem dúvidas. Todavia, tal discurso, na medida em que joga com um passado idealizado, e um presente decadente, carrega uma gama de conceitos e enunciados, cujo entrelaçamento em diversas estratégias dá origem a diferentes objetos. Lamentações morais, riquezas, luxo, bárbaros, barbarização, paz, negligência, ócio, etc., são apenas algumas destas possibilidades. A diversidade do discurso provém em parte do seu constante manuseio nos mais variados autores da tradição greco-romana, dentre eles muitos ligados à *Vegetius*. Os relatos dos historiadores (*in historiis*) de que provém os conhecimentos para a obra são referidos como dotados da mais legítima autoridade, na lógica de uma História *magistra*

*vitae*, além de serem mencionados: Catão, o Censor; Cornélio Celso; Frontino; Paterno; Salústio; Virgílio e Varrão. Esses autores (em especial, Salústio e Catão; além desses outros autores não referidos por *Vegetius* serão analisados, sempre que pertinente) tecem diferentes considerações sobre a ideia de decadência, cujo diálogo com a obra de *Vegetius* é uma das leituras intentadas por esta dissertação.

Destas verificações advêm a minha inquietação de pesquisa, ou o problema central desta análise. Procuo compreender, e expor ao longo dos meus escritos, como funciona, dentro da *Epitoma Rei Miliraris*<sup>4</sup>, o que defino como discurso decadentista, especialmente nas constatações de declínio militar. Deste questionamento inicial, advêm diversas questões conexas: quais são seus enunciados e conceitos? Que estratégias são tecidas? E quais os objetos formados? Ademais, compulsar as fontes de *Vegetius*, bem como outros autores, na medida em que colaborem com o melhor entendimento da ideia em questão, também é um objetivo deste trabalho.

Afim de desenvolver tais questionamentos, o trabalho como um todo está disposto no seguinte esquema: Parte I (sobre *Vegetius*); Parte II (introdução: decadência e formação discursiva); Parte II Capítulo I (causas externas); Parte II capítulo II (causas internas).

\*\*\*

A Parte I produz uma revisão bibliográfica sobre o indivíduo *Flavius Vegetius Renatus*, articulando seus escritos com múltiplos contextos existentes durante o século IV e início do V d.C.. Desenvolvo essa parte da dissertação partindo da noção de múltiplos contextos, trabalhada na linha da história intelectual de Dominick LaCapra (1998: 252), segundo a qual uma obra (de qualquer natureza) deve ser articulada a seis contextos específicos: as intenciones, motivaciones, sociedad, cultura, el corpus y la estructura (o conceptos análogos).<sup>5</sup> Segundo este autor, é do entrecruzamento entre esses contextos que uma obra pode surgir, em sua dimensão de repetibilidade e novidade, simultaneamente.

Para analisar as intenções do autor, parto das referências ligadas aos objetivos da obra: *Vegetius* diz que, a partir de um trabalho diligente e fiel, compilou as informações sobre a prática militar existentes em diversos autores da tradição romana (*Epit.* I, prólogo), visando a utilidade dessas ao Estado, em sua guerra contra as nações bárbaras (*Epit.* IV,

---

<sup>4</sup> A obra *Mulomedicina* será analisada, sempre que pertinente, mas não como vértice principal desta pesquisa.

<sup>5</sup> Como explicitarei na parte correspondente, o contexto da motivação não será trabalhado nesta dissertação.

31). Percebendo o exército de seu tempo como em decadência, as propostas de *Vegetius* mobilizam a história, na lógica de uma *magistra vitae*, visando agir sobre o presente decadente.

Ao analisar o contexto social a que *Vegetius* estava submetido, e seu diálogo com a obra, alguns processos e acontecimentos são determinantes. Em primeiro lugar, a batalha de Adrianópolis aparece como um marco referencial, referida por *Vegetius* de forma indireta (*Epit.* III, 11); em 378, um grande exército romano é dizimado (falecendo inclusive o Imperador do Oriente, Valente) por um exército de godos. O processo subsequente a essa derrota levou ao aparecimento da figura dos *foederati*, tropas bárbaras que lutavam a serviço de Roma, mas mantinham sua autonomia, com líderes e organização própria. *Vegetius* vê nestas tropas (mesmo sem enunciar explicitamente) uma das principais causas para o declínio do exército romano, seja pela fidelidade inconstante desses, seja pelo processo de barbarização desencadeado pela convivência, que teria minado a combatividade das tropas regulares romanas. A complexa imbricação destes elementos é o tema desse sub-capítulo.

Em termos culturais, a relação entre cristãos e pagãos ganha importância nos finais do século IV e início do V. Por um lado, o paulatino crescimento dos cristãos, mesmo dentro das classes altas da sociedade (em especial a senatorial) levava os pagãos a evitar o confronto, e direcionar seus esforços à preservação do conhecimento e dos valores da tradição pagã. A reorganização da historiografia de viés pagã, além da grande circulação de epítomes e breviários, pauta-se nesse esforço por preservar a cultura antiga. O próprio *Vegetius* encontra-se nessa linha: mesmo sendo um cristão, sua obra tem uma natureza tradicional e pragmática, sendo que em nenhum momento as causas, sintomas e propostas ligam-se diretamente às questões religiosas. Como bem disse Barnes (1979: 257; tradução nossa), ãele atribuía a debilidade romana não ao abandono dos deuses antigos, mas sim ao abandono dos antigos métodos de combate.ö

Para compreender *Vegetius*, é preciso também percorrer o *corpus* textual que ele mobiliza, entendendo-o não apenas como um conjunto de fontes, mas também como peças de um diálogo, que mobiliza perguntas e respostas esperadas. A partir das palavras de *Vegetius*, de que ele ãnão [se] arroga [de] nenhuma autoridade, apenas organiza sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referiu e que se encontram dispersasö (*Epit.* I, 8), é possível inseri-lo em uma ãlonga tradiçãoö de escritos históricos, dotados esses sim de autoridade. E ele menciona os principais autores mobilizados, ligados

diretamente às questões militares: Catão, o Censor (234-149 a.C.); Cornélio Celso (período de publicação de suas obras: 14-37 d.C.), Frontino (40-103 d.C.), Paterno (prefeito pretoriano em 180-182 d.C.). Salústio (86-35 a.C.), Virgílio (70-19 a.C.) e Varrão (116-27 a.C.), além de inúmeras referências aos antigos (*veteres autem; veteres; antiqui*). Sob esta base legítima, *Vegetius* estabelece sua obra na lógica de uma História *magistra vitae*, que busca ensinamentos no passado para agir no presente, enredando história pragmática e política como dois campos em permanente diálogo.

O último dos contextos desenvolvidos, a estrutura, procura compreender como os diferentes modos de discurso, regras ou convenções funcionam dentro da *Epitoma*. A retórica antiga é utilizada por *Vegetius* de três maneiras distintas: o estilo laudatório, principalmente nos prefácios dedicados diretamente ao Imperador; o pragmatismo e a concisão, visando um estilo simples e direto; e as arengas militares, uma tradição de discursos militares pronunciados por generais a seus comandados. *Vegetius* pode ser também inserido em uma sequência de escritores polemógrafos, que se dedicaram à sistematização da arte da guerra em livros, possuindo esse gênero características singulares. Por fim, cabe compreender a ampla circulação de epítomes e breviários durante o final do século IV e início do V, escritos de matriz pagã que se dedicavam a sistematizar o conhecimento antigo em leituras rápidas e baratas, além de permitir a intervenção dos autores sobre o material resumido.

Por fim, resta apontar um referencial que perpassa todos os contextos apresentados, oferecendo outro mecanismo de leitura: a noção de ser-obra. Para Dominick LaCapra<sup>6</sup>, um texto pode ser dividido entre aspectos documentários e de ser-obra, onde

o documentário coloca o texto em termos de dimensões factuais ou literais, que implicam referências à realidade empírica, e transmitem informação sobre ela. O ser-obra complementa a realidade empírica com adições e com subtrações. Implica, portanto, dimensões do texto não redutíveis ao documentário, que incluem de maneira preponderante os papéis do compromisso, da interpretação e da imaginação. O ser-obra é crítico e transformador porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, mas também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes. (1998: 245-246; tradução nossa)

---

<sup>6</sup> O foco da análise de LaCapra é a discussão em relação aos chamados grandes textos da era moderna. Isso, no entanto, não impede que sua perspectiva não possa ser pensada e adaptada para a leitura e análise de *Vegetius* e sua obra.

Desta forma, a dimensão do ãser-obraõ é a responsável pelo novo, por articular elementos da documentação, elementos empíricos da materialidade e conduzi-los aos fins necessários a cada situação. O ãser-obraõ, neste sentido, tem uma importância tão acentuada quanto a própria documentação, já que esta pode ser manuseada segundo as perguntas do autor, mesmo visando resposta pré-determinadas<sup>7</sup>. Além disso, esse ãser-obraõ é condicionado a um contexto (ou, em nosso caso, cinco contextos), um momento específico quando (e onde) uma série de elementos irão entrecruzar-se para a criação de um novo. O grande questionamento que ele nos lança visa buscar respostas para a relação entre grandes e intrincadas tradições e um texto particular. Para ele,

a relação entre tradição prolongada, tempo específico e texto não pode ser determinada por uma simples noção de continuidade ou descontinuidade. Nem se pode ver o texto como uma mera exemplificação ou ilustração da tradição prolongada ou da época específica. Pelo contrário, o problema centra-se em como esses dois últimos e o texto se repetem com variações entre si, e a questão a ser resolvida é o grau de importância dessas mudanças e como analisá-las. O texto é considerado como o "lugar" de intersecção da tradição e do tempo específico, e produz variações em ambos. Mas não está imobilizado nem se apresenta como um nó autônomo; ele se situa em uma rede plenamente relacional. (1998: 262-263; tradução nossa)

Essa relação, entre um presente que impõe perguntas, e que necessita de respostas, e uma tradição do passado que possui, se não ãasõ respostas, ao menos respostas operativas, será um tema corrente ao longo deste trabalho.

\*\*\*

Na Parte II desta dissertação, inicio com uma ãintroduçãoõ aos dois capítulos subsequentes, com considerações sobre o conceito de decadência e da noção de formação discursiva. A meu ver, o discurso da decadência é de difícil singularização dentro das fontes greco-romanas, já que se encontra disperso ao nível de enunciados, conceitos, estratégias e objetos. Isso se dá porque tal discurso aparece nos mais variados autores (historiadores, poetas, tratadistas, literatos, escritores militares, etc.), em meio a temáticas

---

<sup>7</sup> Mesmo que, tanto um ãdocumentoõ (como uma planilha de contas, um gráfico de crescimento, um registro cartorial, etc.) quanto uma ãobraõ (como o *Arquipélago Gulag*, de Alexander Soljenítsin, ou o *Coração das Trevas*, de Joseph Conrad), são textos que implicam em uma interação de componentes documentários e de ser-obra (LACAPRA, 1998: 246).

variadas (temas da natureza, da sociedade, da cultura, dos costumes e tradições, etc.) e com conclusões também cambiantes (decadência como fato da natureza, como processo inevitável, como reversível, etc.). Ou seja, a decadência não se compreende por um sistema claro e encadeado de forma lógica. É sim um complexo sistema de enunciados dispersos, que obedecem a uma regra de formação, mas que aparentam não possuir relação entre si, já que são de temas, lógicas (ou estratégias) e sistemas muitas vezes diversos, e assim de difícil visualização.

Nessa Parte II, a fim de ordenar esta aparente dispersão de elementos, me aproprio da noção de formação discursiva, trabalhada por Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber* (2009). Nesta lógica, um discurso pode ser descrito quando singularizarmos quais conceitos emanam de seus enunciados, quais tipos ou estilos enunciativos o compõe, que tipo de estratégias ordenam a sucessão de enunciados, e quais objetos são formados pela teia enunciativa. Nas passagens analisadas ao longo dos capítulos I e II dessa Parte, esses quatro níveis enunciativos serão utilizados, sempre que forem adequados, para a ordenação e visualização do discurso decadentista, em pleno funcionamento.

De certa forma, a ideia de decadência está em uma condição dúbia de conceito referencial e objeto de pesquisa propriamente dito. Ele é referencial na medida em que oferece elementos e ferramentas para o entendimento do que Le Goff denomina como ideia difusa de degenerescência do mundo, e é objeto na medida em que a proposta desta dissertação é perceber a operacionalidade da ideia na obra de *Vegetius*, em especial ligada ao declínio militar. Para a constituição de tal conceito, faço uso de dois autores modernos: Jacques Le Goff (1984) e, especialmente, Santo Mazzarino (1991). Estes autores são essenciais para o entendimento prévio do que consistia a ideia de decadência para o mundo romano e, especificamente, para *Vegetius*. A partir desses, produzo uma revisão de alguns dos principais autores grego-romanos, visando compreender tal ideia/conceito com mais densidade.

Os dois capítulos que compõem essa Parte II destinam-se à análise dos enunciados<sup>8</sup> e do funcionamento da ideia de decadência na *Epitoma de Vegetius*. No capítulo I, denominado *Da decadência que vêm do estrangeiro*, serão analisadas principalmente as referências aos povos estrangeiros na sociedade e exército romanos, seja no papel de inimigos diretos, seja no corrompimento das instituições romanas, através do processo de

---

<sup>8</sup> Ao analisar os termos latinos, as ferramentas utilizadas serão o dicionário de Charlton T. Lewis e Charles Short (s/ ano, disponível em <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>) e o dicionário de Ernesto Faria (1962).

barbarização. Também serão abordadas causas morais, como o luxo, quando este for associado como um elemento exógeno à realidade em questão. O segundo capítulo, da decadência e a estrutura interna, abordará o uso por parte de *Vegetius* de enunciados que dizem respeito aos *mores* (aos costumes) para a leitura do exército de seu tempo: o luxo como corruptor; o amolecimento a partir dos prazeres e vícios; a paz como geradora da negligência dos costumes; o ócio; a preguiça; o fim de práticas como o recrutamento e o treinamento; o declínio técnico; as boas e as más qualidades dos homens romanos.

\*\*\*

Pensar os elementos acima elencados de forma coesa é essencial para compreender os objetivos e o método da obra: *Vegetius* quer reformar o exército romano de seu tempo, percebendo que essa instituição está em grave crise e necessita de medidas urgentes. Ele vê que as soluções podem estar nos exemplos do passado glorioso de Roma, cuja autoridade em termos militares é indiscutível, e propõe um trabalho de erudição onde toda a legitimidade da obra será associada a esse passado, em seus preceitos e em seus autores, e não em uma legitimidade sua, enquanto autor dotado de autoridade. Segundo Santo Mazzarino, apesar dos sentidos que pressupõe uma inevitabilidade dos fenômenos da decadência, diante do empenho histórico, o homem ainda tem outra atitude possível: julgar que a decadência pode ser superada através de uma retomada das organizações antigas (1991: 30-31). Em minha opinião, esta é uma das fórmulas para compreender a *Epitoma Rei Militaris*.

## Parte I

### Do indivíduo

Pergunta simples: quem foi *Flavius Vegetius Renatus*? Resposta, nem um pouco simples... Como compreender um indivíduo, quando as fontes não vão além dos seus próprios escritos, somando-se ainda o fato de que tais escritos são demasiadamente técnicos, deixando pouco espaço para a autoria (ou assim é possível pensar, à primeira vista). Este capítulo tem esta pretensão simples de desenvolver o que as fontes nos contam sobre *Vegetius*, e como esses relatos podem ser úteis para o entendimento maior desta dissertação, ou seja, a compreensão da ideia de decadência em sua obra principal, a *Epitoma Rei Militaris*. É preciso apontar que este capítulo não almeja ser uma história geral do século IV e V, mas sim pretende oferecer os dados e análises que colaborem para a compreensão de quem foi *Vegetius*. Por exemplo, não será necessário compreender os motivos pelos quais o exército romano perdeu eficiência (motivos que, como aponta Cameron (1993: 148), estão longe de serem consensuais) ao longo destes anos, ou se realmente a perdeu, mas apenas aproximar nos aspectos que podem ter motivado *Vegetius* a escrever seu epítome.

Nesta parte da dissertação pretendo articular os escritos de *Vegetius* com os múltiplos contextos existentes em determinados períodos do século IV e V d.C.. Para tal análise, parto da noção de múltiplos contextos, desenvolvida por Dominick LaCapra (1998), segundo a qual uma obra (de qualquer natureza) é melhor compreendida quando articulada a seis contextos específicos, as intenções, motivações, sociedade, cultura, o *corpus* e a estrutura (ou conceitos análogos) (1998: 252; tradução nossa). Segundo esse autor, é do entrecruzamento entre esses contextos que uma obra pode surgir, em sua dimensão de repetibilidade e novidade, simultaneamente. Além disso, a complexificação da relação entre texto e contexto será uma busca permanente ao longo dos meus escritos, com a percepção de que um texto está sempre imbricado com outros textos e contextos (que são, em último grau, constituídos textualmente por sobrevivências do passado e relatos do presente). Trata-se de despolarizar as posições texto *versus* contexto, levando em conta que a leitura e interpretação dos textos é também uma forma de estruturar contextos, bem como a elaboração dos contextos é também um modo de construir a (re)significação

dos textos<sup>9</sup>. Essa relação, entre texto e contexto, dá-se no exato momento de sua constituição, cuja singularidade diz respeito à prática discursiva que se forma. O esforço de pesquisa deve compreender tanto a ligação entre o relatado e o acontecido (na terminologia foucaultiana, entre um acontecimento discursivo e um acontecimento não-discursivo), quanto os significados que esses acontecimentos possuíram no passado e possuem no presente.

É preciso ressaltar também que tal Parte se pautará grandemente nos comentadores de *Vegetius*, sendo em muitos momentos uma grande revisão bibliográfica sobre sua trajetória e obra. Mesmo assim, levando em conta a produção nacional bastante insipiente sobre esse autor<sup>10</sup>, para não dizer o quase completo desconhecimento de sua existência, ocorre-me que tal revisão se faz necessária, seja para estabelecer com maior densidade a história do indivíduo *Flavius Vegetius Renatus*, partindo da razoável quantidade de fontes reunidas, como guia para a própria pesquisa, seja para oferecer uma base aos futuros leitores deste trabalho, que via de regra desconhecem maiores detalhes sobre o mesmo.

## Sobre o indivíduo

Sobre nosso autor, infelizmente, pouco se sabe. As informações sobre ele, como nos aponta João Gouveia Monteiro (2009), devem-se praticamente às informações contidas na própria obra, nos diversos manuscritos remanescentes, bem como nos da outra obra atribuída a *Vegetius*, os *Digesta Artis Mulomedicinae*, um tratado veterinário que compila uma grande quantidade de conhecimentos sobre o tratamento de equinos e gado. O seu próprio nome é discutível, já que aparece nos principais manuscritos como *P. Vegati Renati*, *Fl. Vegeti Renati* ou *Fl. Vegati Renati* (sempre no genitivo). Em outros manuscritos de menor importância há a ocorrência de *Renatus*, precedido de *Vegetius*, *Vegitius*, *Vegetus*, *Vegetis* ou *Vigitus*. Em um outro manuscrito, aparece apenas como *Renatus* (MONTEIRO, 2009: 87). Na teoria de Michael David Reeve, citada por Monteiro, o

---

<sup>9</sup> Deve-se também, como aponta LaCapra, tomar certos cuidados: se o significado do texto está delimitado pelo contexto, por sua vez, tal contexto não pode ser simplesmente recortado de modo não-problematizado, assim como, de outro lado, há o risco de uma excessiva contextualização, que ocorre quando o texto é imerso em demasia no próprio tempo e lugar do qual emana, impedindo um entendimento receptivo e restringindo a interação (diálogo) entre o passado e o presente (LACAPRA, 1992: 132)

<sup>10</sup> Os estudos brasileiros encontrados sobre o autor constam na bibliografia: LINHARES (2004), SILVA (2007) e TEIXEIRA (2008), além da própria tradução promovida pela Editora Paumape (1995).

*nomen* do autor não poderia ser originalmente escrito no genitivo, e o prefixo *Vega* não encontra respaldo na documentação, sendo que as duas possibilidades mais plausíveis seriam *Vegetus* e *Vegetius*. A partir destas opções, o pesquisador opta, por critérios de compreensão linguística, pela forma *Vegetius*. Já quanto ao *prenomen*, percebemos a existência alternada de dois deles: *Flavius*, mais comum na *Epitome Rei Militaris*, e *Publius*, na *Mulomedicina*. O nome *Flavius*, que denomina a *gens* de Constantino I, a partir de 324 passou a ser adotado pelos altos funcionários e oficiais, sendo entendido mais como um título honorífico do que um nome propriamente dito. N. P. Milner, tradutor e grande autoridade sobre o autor *Vegetius*, julga que o mesmo pode ter optado por utilizar o título *Flavius* para que a *Epitome Rei Militaris* tivesse uma melhor circulação entre os meios cortesãos, necessidade esta que não haveria com a *Mulomedicina*, composto para um círculo de amigos, e sem pretensão de circulação<sup>11</sup>. Por fim, o *cognomen Renatus* é, via de regra, indicativo de crença no cristianismo, significando o renascido. Esta hipótese é absolutamente plausível, já que existem referências ao Deus cristão na obra<sup>12</sup>. Enfim, podemos dizer, com alguma segurança, que este é seu nome: *Publius Flavius Vegetius Renatus*<sup>13</sup>.

Mas, após sabermos seu nome, resta a questão de saber quem foi este indivíduo? Neste ponto, as informações também devem-se exclusivamente aos dados contidos nos manuscritos. O mesmo se define, em alguns deles, como *vir illustris* (homem ilustre) e *comes* (conde), sendo encontrada também a definição de *comes sacrum*<sup>14</sup>. *Vir illustris* foi um título criado em 372, e reservado aos mais altos funcionários ou oficiais da administração imperial<sup>15</sup>. Levando em conta que o próprio *Vegetius* afirma não arrogar nenhuma autoridade nos assuntos militares (*enim mihi auctoritatis assumo* (I, 8)), é absolutamente plausível que ele tenha sido um funcionário civil e não um militar (CHARLES, 2007: 26). Não obstante, como comprova a leitura da *Mulomedicina*, ele possuía conhecimentos muito detalhados de diversas regiões do Império, principalmente na parte ocidental, além de acurados conhecimentos técnicos, e mesmo opiniões próprias

---

<sup>11</sup> Como aponta Gómez (1999: 8), era comum a esta nobreza da antiguidade tardia acumular diversos nomes, e não é estranho que nosso autor tenha se chamado *Publius Flavius Vegetius Renatus* ou *Flavius Publius Vegetius Renatus*.

<sup>12</sup> I, prólogo; II, 5; II, 18; IV, 35; IV, 40.

<sup>13</sup> Conclusão também defendida por Michael Charles (2007: 25) e Walter Goffard (1977: 68-89).

<sup>14</sup> Segundo Reeve (apud MONTEIRO, 2009: 89), tal termo deve constituir uma modificação de *sacri stabuli* (conde do sagrado estábulo, responsável pelo recrutamento, administração e logística da cavalaria imperial) ou *sacrarum largitionum* (conde das sagradas liberalidades, uma espécie de ministro da fazenda imperial).

<sup>15</sup> Prefeitos do pretório, prefeitos urbanos, mestres das milícias, condes dos domésticos, condes das sagradas liberalidades ou grandes camareiros.

sobre o trato de equinos (GÓMEZ, 1999: 40-41). Tais dados podem expor, por um lado, que *Vegetius* poderia ter sido um *õconde* das sagradas liberalidades (*comes sacrarum largitionum*), uma espécie de ministro das finanças, que acompanhava sempre o Imperador, e justificaria seu trânsito por diversas regiões do Império, além da possibilidade de oferecer a obra diretamente ao próprio Imperador. Por outro lado, seu conhecimento acurado sobre cavalaria pode significar, como aponta Walter Goffard (1977), que *Vegetius* teria sido um *õconde* do sagrado estábulo (*comes sacri stabuli*), responsável administrativo pela logística da cavalaria imperial. Essa hipótese se sustenta também na possível corrupção da palavra *stabuli* para *sacrum*, sendo esta última recorrente nos manuscritos medievais<sup>16</sup>. Além disso, a seguinte passagem faz crer que *Vegetius* possui alguma experiência ligada ao recrutamento de tropas: *õEu sei que a altura dos recrutas foi sempre aferida pela altura-padrão (...)*<sup>17</sup> (*Epit.* I, V). A partir dessa, podemos aferir que este conhecimento está além de simples leituras, mas se aproxima de um conhecimento corriqueiro, de alguém que atua, de alguma forma, no meio em que tal saber é aplicado.

Além de seu nome e função, é preciso apontar a versatilidade e cultura geral de nosso autor. Não sendo um militar, sua obra pautou-se quase que exclusivamente em sua erudição, comprovada por recorrências constantes não apenas a outros tratados técnicos, mas também a poetas como Homero e Virgílio.

Sobre seu local de nascimento, a principal hipótese é defendida por Dorjahn e Born (1934: 148), que apontam a parte ocidental como local aproximado, principalmente devido à latinidade de *Vegetius* (em oposição ao helenismo da parte oriental do império). Essa é justificada no uso do latim para a escrita da obra, pelas menções frequentes à *urbs* romana e, principalmente, nas referências quase exclusivas de autores latinos<sup>18</sup> ao longo dos livros. Milner (apud CHARLES, 2007: 40-41 (nota 114)) aponta também que o nome *Vegetius* possivelmente deriva do *cognomem Vegetus*, muito comum na Espanha e na Gália Narbonense. Tal afirmação pode ser embasada por uma epigrafia romana encontrada na região da Lusitânia, onde percebe-se o nome *Vegetus*<sup>19</sup>, apresentada pelo professor José

---

<sup>16</sup> Como aponta Monteiro (2009: 90), apoiado em Reeve e Milner, a escrita medieval teria sido incapaz de compreender o termo *comes stabuli*, devido à raridade do título, sendo que a corrupção de *stabuli* para *sacrum* teria sido possível em um universo monástico afeito a temas e alusões ao sagrado.

<sup>17</sup> *Proceritatem tironum ad incomam scio semper exactam (...)*

<sup>18</sup> São estes autores: Catão, Varrão, Virgílio, Cornélio Celso, Paterno, Frontino, Salústio e as constituições de Augusto, Trajano e Adriano. A única exceção é Homero, que pode ter sido acessado em uma tradução para o latim.

<sup>19</sup> ASIDIAE  
POLTV

de Encarnação, em um evento assistido por este autor<sup>20</sup>. Matizando tais referências, Michael Charles (2007: 40-41) aponta que o latim utilizado por *Vegetius* é limpo, preciso e apresenta pequenos problemas, o que pode denotar um estudante da língua, e não um falante nativo, além do fato de que as epígrafias encontradas no ocidente não garantem que ele tenha nascido em tal região.

Todavia, Charles não matiza a importância das referências latinas para *Vegetius*. Não apenas nas quase exclusivas referências a autores latinos, mas na centralidade do projeto em reconstruir a *consuetudo antiqua* dos romanos, em detrimento da *táctica* grega<sup>21</sup>, possível de ser acessada em autores como Eneias, Aeliano ou Arriano. Interessa a *Vegetius* reconstruir os princípios militares que levaram o Estado romano à conquista de todo o mundo conhecido; e esses princípios são aqueles exercitados por Cipião, César ou Trajano, contidos na tradição latina. Frente a esse argumento, a comprovação do local de nascimento ou do local onde *Vegetius* teria sido educado tem uma importância menor; o fundamental é que ele escreve com a língua da parte ocidental, fazendo uso dos autores latinos e visando finalmente atuar sobre problemas que atingiam essa parte do Império.

Além de toda esta discussão sobre a vida do autor, o epítome também não escapa de controvérsias, principalmente no tocante a sua cronologia. Os dois marcos confiáveis para esta datação são, por um lado, o ano de 383: õ(...) desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano [imperador entre 367 e 383 d.C.], o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes.õ (*Epit.* I, 20). E por outro, o ponto de referência é a publicação, no ano de 450, de um resumo da *Epitoma Rei Militaris*, produzido por Flávio Eutrópio, em Constantinopla. Se esses dois marcos são estáveis, os demais estão longe de um consenso. As duas principais hipóteses, dentro do recorte acima, são a de Walter Goffart (1977) (compartilhada e desenvolvida por Michael Charles (2007)), que sustenta que a obra fora escrita durante o reinado de Valentiniano III (425 ó 455 d.C.), e de Timothy Barnes (1979), que propõe o reinado de Teodósio I (378 ó 395 d.C.) como período cronológico aproximado. Essa última hipótese é a que tem angariado o maior número de seguidores, como André Chastagnol, Santo Mazzarino, Philippe

---

CEAE  
LATTIVS  
VEGETVS

<sup>20</sup> Mini-curso õRoma e Ibéria Ocidental: duas mundivências em contatoõ, ministrado durante o VII Encontro Nacional de GTHA da ANPUH, realizado na UNIRIO durante os dias 30 de agosto a 3 de setembro de 2010.

<sup>21</sup> õ(...) os Lacedemônios, os Atenenses e outros Gregos expuseram muitas matérias em livros a que dão o nome de *táctica*, mas nós devemos pesquisar o sistema militar do povo romano, que alargou o seu império a partir de territórios pequeníssimos quase até às regiões do sol e aos confins do próprio Mundoõ (*Epit.* I, 8)

Richardot, Vito Sirago, João Gouveia Monteiro e N. P. Milner. Esquematizo abaixo os principais argumentos que defendem Teodósio I como o Imperador a quem a obra teria sido endereçada (organizados, principalmente, a partir da sistematização de Monteiro (2009: 94-95)):

- I) *Vegetius* se refere indiretamente à batalha de Adrianópolis<sup>22</sup> (*Epit.* III, 11) em 378, mas não ao saque de Roma em 410. Roma aparece três vezes como exemplo de cidade inviolável (*Epit.* IV, prólogo; IV, 9 e IV, 26), o que não faria sentido após 410.
- II) Os vândalos que invadiram a Gália em 406 (juntamente com alanos e suevos) não são mencionados.
- III) hunos e alanos aparecem como uma única nação, mas os mesmos separaram-se em 406 (*Hunnorum Alanorumque natio* (*Epit.* III, 26)).
- IV) Na altura que *Vegetius* escreve, algumas passagens indicariam que não existia uma guerra naval<sup>23</sup> (*iam dudum pacato mari*), o que seria impensável após 419, quando os Vândalos começaram a praticá-la a partir do Norte da África.
- V) No tempo de Teodósio I ainda era comum o recrutamento de *coloni* enviados por seus senhores (*Epit.* I, 7), mas essa prática foi banida em inícios do século V.
- VI) Os jogos de gladiadores (mencionados no *Epit.* I, 7) foram temporariamente suspensos em 399, pelo Imperador Honório, e por volta de 410 já eram quase inexistentes, mesmo em Roma.
- VII) Ravena aparece como sede da frota oriental (*Epit.* IV, 31), mas não é referida como capital do Império Romano do Ocidente (a partir de 401-402).
- VIII) A decisão do cálculo da data da Páscoa (*Epit.* IV, 35), pode ser relacionada com a reforma teológica levada a cabo por Teodósio I, em 387-388.

---

<sup>22</sup> *Vegetius* escreve: ὁ(...) não se deve obrigar um soldado fatigado por uma longa marcha (...) a travar uma batalha campal. (...) Os antigos evitaram isso, mas, nos nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos. ὁ (III, 11). Esse foi presumidamente o principal desacerto de Valente e seus generais na batalha de Adrianópolis, já que os soldados, cansados da longa marcha, não possuíram força suficiente para carregar contra as linhas godas, e nem mesmo para sustentar as fileiras frente aos assaltos destes. (MONTEIRO, 2009: 456 (nota 175)).

<sup>23</sup> ὁ(...) já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava com os povos bárbaros. ὁ (*Epit.* IV, 31)

- IX) *Vegetius* elogia a fundação de cidades pelo imperador cujo tratado é destinado, e sabe-se que Teodósio I foi responsável por muitas iniciativas do gênero.
- X) Teodósio I é o único imperador cujo interesse pela história da República encontra-se bem documentado, e desta forma poderia ter apreciado a leitura da *Epitoma*.
- XI) A designação de Graciano como *divus* não diz respeito a sua divinização (*consecratio*), mas sim ao fato de que faleceu recentemente. Desta forma, não poderia haver uma grande diferença temporal entre sua morte e o reinado do Imperador ao qual o tratado é destinado (SCHÖNER apud CHARLES, 2007: 65).
- XII) Segundo Mazarino (apud CHARLES, 2007: 97), *Vegetius* (*Epit.* I, 28) refere diversos povos que integram o Império, tanto na parte ocidental quanto oriental<sup>24</sup>. Esta passagem só faria sentido se endereçada a um imperador que governasse todo o Império, e como o único a fazê-lo no período de 383 a 450 foi Teodósio I, esse seria o destinatário.
- XIII) A fórmula *domitor omnium gentium barbararum* que aparece em *Vegetius* (*Epit.* II, prólogo) é associada por Barnes (1979: 255) a um Imperador que pessoalmente conduziu uma vitória contra os bárbaros. O termo *domitor* possuiria, segundo esse argumento, uma força maior que termos como *Victor* ou *triumphator*, associados geralmente a imperadores que não comandavam tropas pessoalmente (como Arcádio, Honório e Teodósio II).

Em contraponto a estes argumentos, parto do mais moderno estudo sobre a datação de *Vegetius*, a tese de doutorado desenvolvida por Michael B. Charles, publicada com o título *Vegetius in Context: Establishing the Date of the Epitoma Rei Militaris* (2007). Este autor defende o reinado de Valentiniano III (425 a 455) com o momento em que *Vegetius* escreve o epítome. Boa parte de seu livro se destina ao ataque das teorias que sustentam ser Teodósio I o destinatário de *Vegetius*, argumentando, via de regra, que os

---

<sup>24</sup> Na verdade, nem o ardor de Marte arrefeceu nos homens, nem as terras que geraram Lacedemônios, Atenienses, Mársios, Samnitas, Pelignos e até os próprios Romanos se esgotaram. Então os Epirotas não valeram outrora muito pelas armas? Então os Macedônios e os Tessálios, vencidos os Persas, não avançaram até a Índia combatendo? É manifesto que os Dácios, Mésios e Trácios sempre foram altamente belicosos de tal forma que as lendas afirmam que o próprio Marte nasceu entre eles. Seria fastidioso eu pretender enumerar as capacidades militares de todas as províncias, uma vez que todas elas se acham reunidas sob o domínio do Império Romano. (*Epit.* I, 28)

conteúdos e discussões contidos na *Epitoma* dizem mais respeito ao ambiente do início do século V do que o final do século IV. Seus principais contrapontos aos argumentos apresentados acima, bem como outros acrescentados, são:

- I) Charles (2007: 65-70) aponta que o termo *divus* aparece utilizado em diversas fontes do século IV e V (*Ausonius*, *Eutropius*, *Symmachus* e epigrafias) para designar Imperadores de diferentes períodos<sup>25</sup>, concluindo que o termo não designa necessariamente o imperador anterior. Além disso, aponta-se que o termo perdera seu caráter de òdeificação do soberano, sendo antes uma forma respeitosa de tratamento, o que retira qualquer possível contradição com o cristianismo.
- II) A citação em que os hunos e alanos aparecem como uma mesma tribo, para Charles (2007: 71-74) não passa de um artifício retórico<sup>26</sup>, não carregando em si necessariamente correspondência com a realidade. Por outro lado, as alegadas intensas influências das práticas dos hunos na cavalaria romana (*Epit.* I, 20, mas também na *Mulomedicina* II, prólogo e III, 6.5) dão a entender um tempo longo de convivência entre os mesmos, descartando, desta forma, o reinado de Teodósio I por ser muito próximo à chegada dos hunos.
- III) As menções às diferentes províncias e povos dentro do Império (*Epit.* I, 28) não representam a existência de um Imperador único. São antes um artifício retórico cuja òverdadeira proposta é salientar que Roma não precisa confiar em mercenários germânicos (2007: 97; tradução nossa). Além disso, em panegíricos como de *Sidonius* e *Ausonius*, além do autor anônimo do *De Rebus Bellicis* (Prólogo, 1 e Prólogo, 8), os imperadores do Ocidente ou do Oriente eram referidos sempre como o único *dominus ac princeps generis humani*, como um modelo de literatura laudatória. Desta forma, *Vegetius* não

---

<sup>25</sup> Cabe apontar que o próprio *Vegetius* identifica outros quatro imperadores desta forma: *divus Augustus* (*Epit.* I, 27), *divus Adrianus* (*Epit.* I, 27), *divus Trajanus* (*Epit.* II, 3) e *divus Vespasianus* (*Epit.* II, 7).

<sup>26</sup> Tal passagem encontra-se no epílogo do livro III, onde chama a atenção o tom marcadamente lisonjeador ao Imperador: òExpusemos, ó Imperador Invicto, aquilo que, comprovado nas mais diversas épocas pelo testemunho da experiência, os autores mais notáveis transmitiram até o nosso tempo, de modo que à tua perícia como arqueiro (que os Persas admiram na tua Alteza Sereníssima), à tua mestria e elegância como cavaleiro (que as nações dos Hunos e dos Alanos gostariam de conseguir imitar), à tua velocidade na corrida (que os Sarracenos e os Indianos não conseguem igualar) à tua destreza na *armatura* [esgrima] (cujos moldes os próprios *campidoctores* [encarregados dos treinamentos dos soldados] já se contentam em entender somente em parte), se acrescente, agora, um manual de combate, e até uma arte de vencer para que, pelo valor e pela organização do teu admirável Estado, possas ostentar simultaneamente o teu ofício de imperador e de soldado. (Epit, III, 26)

necessariamente oferece seu tratado a um Imperador que comande as duas partes do Império.

- IV) Em conformidade com laudações encontradas em panegíricos de diversos períodos, os elogios às capacidades físicas pessoais do imperador<sup>27</sup> não condiziriam com um homem de mais de 40 anos, como Teodósio I, mas sim com um jovem, como Valentiniano III (Charles, 2007: 101-108).
- V) Caso a obra fosse endereçada a Teodósio I, seria bastante estranho que as vitórias desse governante não fossem mencionadas, como complemento às laudações ao imperador. A falta de tais referências faz mais sentido se se acreditar que fora endereçada a Valentiniano III, que não possuiu nenhuma vitória militar significativa antes do ano 450 (CHARLES, 2007: 109-111).
- VI) Muitos dos ensinamentos contidos no Epítome seriam banais a um Imperador experimentado nas armas como Teodósio I, diferentemente de Valentiniano III, jovem e pouco afeito aos assuntos militares (CHARLES, 2007: 112).
- VII) A pretensa admiração de Teodósio I pela história da República Romana é circunstancial, já que ele não é o único Imperador romano tardio que admirava a *sapientia* e os *mores* dos *veteres* (por exemplo, Graciano, Leão e Petrônio Maximo) (CHARLES, 2007: 113-114).
- VIII) Analisando a fórmula *domitor omnium gentium barbararum*, Charles (2007: 116), a partir da visualização de diversas referências similares (*triumfator gentium barbarum; victor omnium gentium barbarum; edomitis ubique barbarum gentium populis*) ligadas a outros Imperadores, constata que tal referência pode ser apenas de ênfase retórica.
- IX) As lamentações quanto à barbarização do exército romano fariam mais sentido a partir do século V, quando tanto os tratados de *foedus* quanto os sucessivos desastres militares foram constantes. (CHARLES, 2007: 129-132). Além disso, o tom claramente contrário ao processo de barbarização contido no *Epítome* poderia ser mal recebido por Teodósio I, cujo reinado formalizou a figura dos *foederati*.
- X) Existe uma forte aproximação temática entre os escritos de algumas *Leges Novellae* do período de Valentiniano III com os escritos de *Vegetius*, no que tange a necessidade de reconstruir um exército romano a partir de recrutamento

---

<sup>27</sup> Ver nota 26.

(tal temática será melhor abordada logo abaixo). (ver CHARLES, 2007: 141-143 e JONES: 1964: 200-202)

- XI) *Vegetius* lamenta que, em seu tempo, perdeu-se a prática da construção de acampamentos fortificados (*Epit.* I, 21)<sup>28</sup>. Se nos pautamos no relato de Amiano Marcelino (*Hist.* XXXI.12.4)<sup>29</sup>, percebemos que o exército que lutou em Adrianópolis mantinha esta técnica em atividade, exatamente no momento em que Teodósio I tornar-se-á imperador (ano de 378). Ou seja, os soldados romanos deste período eram perfeitamente capazes de construir um acampamento com fosso e paliçada, o que tornaria a lamentação de *Vegetius* incoerente caso fosse a tratado endereçado a Teodósio I.<sup>30</sup>
- XII) Ao tratar da passagem *iam dudum pacato mari* (há muito tempo pacificado o mar), Charles (2007: 174-180) propõe uma tradução diversa aos termos: entende *pacato* não como o adjetivo *pacatus*, mas como o particípio passado passivo de *pacare*, cujo significado seria oaquilo que está entrando em um estado de pazö, ou ãestá pacificandoö. Já a expressão *iam dudum* significaria exatamente ãhá muito tempoö, mas seu uso pode denotar a tentativa deliberada de recuar no passado um evento recém consolidado, mediante um recurso retórico hiperbólico. Este evento poderia ser o reconhecimento dos Vândalos enquanto *foederati* em 435 (após o conflito que durou do cruzamento de Gibraltar, em 429, até 435) ou do segundo acordo de paz, firmado em 442 (após um conflito iniciado em 439). Em ambos os períodos o Imperador é Valentiniano III. De qualquer forma, mesmo que optássemos pela primeira tradução, a expressão entraria em contradição com o resto do texto, na seguinte lógica: se o mar está *de facto* pacificado (como o estava durante o reinado de Teodósio I), porque seriam necessários 16 capítulos que remetem às antigas práticas navais, colhidas sobretudo em Varrão e Virgílio (*Epit.* IV, 40)? Além,

---

<sup>28</sup> ã(...) o conhecimento dessa arte extinguiu-se por completo [(*sed huius rei scientia prorsus intercidit*)], pois há muito tempo que ninguém constrói um acampamento rasgando fossos e cravando estacas.ö

<sup>29</sup> ãAssim pois, marchando em formação quadrada, [Valente] chegou junto aos subúrbios de Adrianópolis, onde reforçou as defesas com uma paliçada e um fosso, e aguardou impaciente à chegada de Graciano.ö (tradução nossa)

<sup>30</sup> A própria descrição da batalha do Rio Frígido (ano de 394), onde Teodósio I venceu o usurpador ocidental Eugênio (e seu general Arbogasto), reforça este argumento. Os relatos de Claudiano e Zózimo, mesmo que diverjam em vários pontos (por exemplo, Zózimo credita a vitória na batalha à qualidade das forças e ao gênio militar de Teodósio, enquanto Claudiano ressalta a ação do vento Bora, que teria soprado em direção às tropas de Eugênio, e impelido as de Teodósio à vitória), possuem um em comum: ambos relatam que a posição ocupada pelo exército de Eugênio e Arbogasto havia sido fortificada, o que comprova a manutenção desta prática no final do século IV, na parte ocidental do Império (CHARLES, 2007: 162-163).

se no período em que *Vegetius* escreve as práticas da guerra no mar fossem efetivas, possivelmente veríamos uma passagem similar às considerações sobre a guerra fluvial conduzida no Danúbio, descrita como eficiente<sup>31</sup>.

XIII) *Vegetius* menciona que *tantarum urbium excidia* (*Epit.* I, 20). Dependendo da tradução da palavra *tantarum*, podemos aferir dois significados para esta frase: õmuitas cidades foram destruídasõ<sup>32</sup>, entendendo o termo como um quantitativo (= *tot*); ou õgrandes cidades foram destruídasõ, como um qualificativo. Charles (2007: 52-53) opta por esta última tradução, e afirma que um contexto onde grandes cidades sofrem o risco de serem tomadas só é presente após o reinado de Teodósio I, em especial nos anos em que Alarico percorreu e saqueou a parte ocidental do Império (entre 396 e 410), inclusive a própria Roma. Além disso, para Charles, a argumentação defendida por Milner, associando Roma a um exemplo de inviolabilidade, não se sustenta. As três passagens que esse apresenta (*Epit.* IV, prólogo; IV, 9 e IV, 26), remetendo a passagens do passado republicado (defesa do Capitólio frente aos gauleses em 390 a.C.; uso dos cabelos das matronas romanas para tencionar as máquinas de cerco, neste mesmo cerco; uso de gansos nas muralhas como alerta, também no cerco de 390 a.C.), para Charles, não provariam que *Vegetius* associa a cidade como inviolável.<sup>33</sup>

Após todo esse elencar de argumentos, e apesar de diversas leituras sobre o tema, não me sinto suficientemente preparado para defender com absoluta segurança uma ou outra posição. Além de que, frente ao problema de pesquisa proposto nesta dissertação, a datação precisa da obra e do autor não se torna um objetivo imprescindível.

Mesmo assim, arrisco-me a percorrer alguns caminhos neste tortuoso debate: se levamos em conta o reinado de Valentiniano III como marco temporal de *Vegetius*, creio que existe mais sentido na apreensão do processo de barbarização. Se durante o reinado de Teodósio I, a prática de estabelecer os *foederati* surgia pela primeira vez, ao final da

---

<sup>31</sup> õSobre os navios de patrulha que vigiam, em missões diárias, os postos avançados no Danúbio, penso dever calar-me porque seu uso mais frequente nos tempos actuais conduziu a uma maior sabedoria do que aquilo que a doutrina antiga tinha revelado.õ (*Epit.* IV, 46)

<sup>32</sup> Milner (apud CHARLES, 2007: 52-53) traduz o texto de *Vegetius* desta forma, e associa estas õmuitas cidades destruídasõ às cidades da Trácia atacadas pelos Godos em 379 e 380.

<sup>33</sup> É possível apontar também que o saque de 410 não foi garantido por sítio, técnica que os germânicos até então não dominavam, mas sim pela traição de alguém do lado de dentro, que abriu o Portão Salariano. (FERRILL, 1989: 95)

primeira metade do século V tal prática era generalizada, a ponto de que, durante a batalha de Châlons (ano de 450), Átila teria desprezado completamente as tropas romanas postadas, mandando seus homens atacarem apenas os alanos e visigodos federados (Jordanes, *Orig. God.* XXXIX, 204-205). As legiões regrediram em número e, principalmente, em eficiência.

Como comprovam algumas *leges novellae* do Baixo Império, existiu um movimento proveniente da administração de Valentiniano III no sentido de reorganizar forças romanas a partir do recrutamento de soldados não ligados às forças de *foederati*, por volta de 440, como aponta Jones (1964: 201). Estes movimentos, em diversos trechos, são compatíveis com passagens da *Epitoma de Vegetius*. Aqui, sigo de perto os recortes de Charles (2007: 136-144), que identifica três destas passagens (*Nov. Valent.* 6.2, 6.3 e 15). Na primeira, 6.2, de 25 de maio de 443, há a proposta clara de que novos homens romanos devam ser recrutados para formar novamente uma milícia de cidadãos<sup>34</sup>, sob o comando direto das autoridades imperiais. No texto 6.3, de 14 de julho de 444, encontra-se uma referência à necessidade de jovens para garantir a segurança e o futuro do Império, mediante o uso destes na organização do exército<sup>35</sup>. Por fim, a *novella* 15, publicada entre 11 de setembro 444 e 18 de janeiro de 445, que discute quais medidas financeiras devem ser tomadas para a reconstrução de um grande exército, aponta para a necessidade não apenas do pessoal existente, mas a adição de novos recrutas<sup>36</sup>, com vistas ao objetivo desejado<sup>37</sup>. Tais passagens encontram-se bastante alinhadas aos preceitos defendidos por *Vegetius*, e para além de qualquer contato direto entre mais escritos, demonstra uma tendência no desejo de reestabelecer um Exército Romano, durante o reinado de Valentiniano III.

---

<sup>34</sup> *quid enim magis professis est desiderii expetendum, quam ut adiectis viribus per dilectum roboris Romanus augeatur exercitus (...) aversum quippe animum a communi defensionis studio iure talis severitas insequitur (...) quia, quisquis in hac parte cessaverit, sese quodammodo confitetur non esse Romanum.* (O que de fato é mais desejado para o desejo do que professa, do que o Exército Romano fazer a adição de força aos homens por recrutamento [per dilectum] (...) do afastamento para a mente, da comunhão para a defesa, do seguir ao estudo da justiça de tal austeridade (...) porque aquele que nesta parte cessar, se confessa de certa forma um não romano.) (tradução nossa).

<sup>35</sup> *paruo etenim unusquisque contempto sperare debet securitatem futuri.*

<sup>36</sup> *ipso experimento non modo his, qui novis sacramentis obligantur, sed ne veteri quidem exercitui quae ab exhaustis aegerrime conferentur ad victum vel ad vestitum posse praeberi.*

<sup>37</sup> *nihil tam necessarium cura serenitatis nostrae perspicit, (...) quam ut defessis rebus adflictoque publico statu robur numerosi exercitus praeparetur.* (Mas nada é tão necessário para o cuidado do nosso bom tempo quanto um olhar atento, (...) que como das coisas desensivas ao encontro da preparação de um forte e numeroso exército público.) (tradução nossa).

Ademais, aponto outros dois argumentos que me inclinam a pensar o final da primeira metade do século V como mais adequado: primeiramente, cito a seguinte passagem:

Sobre os navios de patrulha que vigiam, em missões diárias, os postos avançados no Danúbio, penso dever calar-me porque o seu uso mais frequente nos tempos actuais conduziu a uma maior sabedoria do que aquilo que a doutrina antiga tinha revelado. (*Epit.* IV, 46)

Ao fazer tal referência, o sistema defensivo na fronteira do Reno (similar ao do Danúbio durante os séculos III e IV) não é mencionado, o que leva a crer que, durante a escritura do epítome, o mesmo não mais existia. Como aponta Ferrill (1989: 88-89), em 405, o complexo defensivo do Reno foi abandonado, segundo a estratégia de Estilício<sup>38</sup> que priorizava a defesa da Itália; a partir de então, o *limes* do Reno nunca mais foi restaurado. Desta forma, caso a omissão de *Vegetius* siga essa lógica, sua obra não poderia ter sido escrita durante o reinado de Teodósio I. O segundo argumento diz respeito a uma passagem da *Mulomedicina* (II, prólogo; tradução nossa): òem nossos dias, por imitação aos hunos ou de outros povos, se está perdendo inclusive a prática desta arte.ö<sup>39</sup> Se, como nos diz Thomas Burns (2003: 378), a presença dos hunos no Império só passou a ser mais intensa a partir do início do século V, então a influência lamentada por *Vegetius* não faria sentido antes de tal período. Ambos argumentos, mesmo que não conclusivos, corroboram ao menos para a centralidade do século V como marco temporal, matizando assim a opção do reinado de Teodósio I.

Após a exposição das informações existentes sobre o indivíduo e sua obra, cabe em prosseguimento atrelar seus escritos aos contextos dos séculos IV e V que possibilitaram a existência da obra, lhe oferecendo condições materiais (fontes, enunciados) para sua idealização e superfícies que justifiquem seu aparecimento: intenções, sociedade, cultura, *corpus* e estrutura<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> Regente da parte Ocidental do Império, após a morte de Teodósio I (395 a.C.).

<sup>39</sup> Também existem referências similares aos hunos na *Epitoma* I, 20 e na *Mulomedicina* III, 6.5.

<sup>40</sup> Opto por não trabalhar com um dos contextos citados por Dominick LaCapra, o de òmotivaçõesö. Este enfoque parte da crença de que existem, entre a vida do autor e seu texto, relações que vão além ou mesmo contradizem as intenções do autor. Trata-se de uma perspectiva psicobiográfica, onde as motivações podem mesmo ser encontradas apenas ao nível do inconsciente. De qualquer forma, como aponta LaCapra (1998: 258), esta perspectiva é muito restrita, pois geralmente parte de noções limitadas de vida e texto (como se uma vida pudesse ser definida de forma una: òuma vida de sucessoö, òuma vida de fracassoö, òuma vida pela ciênciaö, etc. O mesmo vale para os textos: autores possuem diversas fases de pensamento, e mesmo um

## Intenções

Primeiramente, creio ser importante apontar que LaCapra (1998: 253) sustenta a tese de que a enunciação não pode ser entendida como um simples reflexo das intenções do autor. Mesmo que fosse possível isolar as intenções de um determinado autor, as relações destas com o texto possivelmente redundariam em tensões e, em casos extremos, auto-impugnação no texto. Por um lado, é possível que as intenções não completem um texto de maneira coerente ou unificada, e por outro, as próprias intenções do autor podem ser incertas ou radicalmente ambivalentes<sup>41</sup>. Um autor pode mesmo se dar conta de certas intenções no próprio processo de escritura do texto. No caso de *Vegetius*, levando em conta a diferença entre o livro I (escrito, aparentemente, por iniciativa própria) e os II, III e IV (cuja escrita fora solicitada pelo Imperador), as intenções existentes nestas duas fases podiam ser bastante diversas.

Todavia, a meu ver, mesmo que nem toda a enunciação possa ser controlada pela intenção do autor, dada a tensão entre contextos e o ser-obra, existem fios que conduzem parte da narrativa, visando um objetivo manifesto, e que deve ser levado em conta na análise. Desta forma, creio ser importante iniciar pelas intenções expostas pelo próprio *Vegetius*, em duas passagens da obra:

(...) um trabalho diligente e fiel [*labor diligens ac fidelis*], para que aquelas matérias que estão encerradas, dispersas e escondidas junto de diversos autores históricos [*diversos historicos*] e junto daqueles que ensinam a disciplina das armas sejam apresentadas em público, em benefício dos Romanos [*pro utilitate Romana*]. (...) em prol do bem estar da República [*pro rei publicae salute*] (...). (*Epit.* I, prólogo)

Eu resumi, julgo eu, em nome do bem público [*pro publica*] aquelas matérias que os autores das artes da guerra ensinaram sobre o ataque e a defesa de cidades (...). (*Epit.* IV, 30)

A primeira destas intenções aparece de forma clara nestas passagens: a obra deve servir ao bem do Estado, para que este retire de seus escritos tudo aquilo que lhe for de

---

único texto pode conter diferentes processos existenciais.). Crer que uma compreensão simples dos problemas da vida real proporcionará a chave de leitura de determinados textos é, na visão de LaCapra, pouco plausível e demasiado simplificadora. Além destes elementos, nada se sabe sobre a vida de *Vegetius* para além do que seus textos nos informam, o que também inviabiliza qualquer tentativa de relação entre sua vida e seu texto, para além de meras conjecturas.

<sup>41</sup> Em último grau, é preciso atentar que em muitos momentos as intenções são formuladas de forma retrospectiva, ou seja, por uma interpretação posterior que muito possivelmente o autor não concordaria.

proveito. Em outra passagem, na parte final do quarto livro, *Vegetius*, expõe, mesmo que indiretamente, outra intenção maior da obra: (...) já há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava contra os povos bárbaros [(*cum barbaris nationibus agitur terrestre certamen*)]. (*Epit.* IV, 31)

Os objetivos maiores são: pelo Estado romano, em sua luta contra os povos bárbaros. As justificativas são claras, mas por si só não bastam para compreender a obra, já que muitos antes ensaiaram sobre os mais diversos processos vividos por Roma, e por séculos os bárbaros foram sobrepujados pelas legiões. A questão encontra uma resposta, a meu ver, mais precisa: *Vegetius* percebe em seu tempo uma crise, ou mais do que isso, um processo de decadência que poderá levar o Império à derrocada em um curto período de tempo, e sua obra oferece ferramentas para que o Estado romano lute contra esse processo. De uma maneira geral, a percepção de decadência prende-se a constatações, a juízos negativos do momento vivido, uma insatisfação frente à existência, manifestada no desejo nostálgico de uma Idade de Ouro perdida no passado. (VARGAS, 1992: 6). Nesta visão, percebo que o epítome como um todo se trata de um discurso nostálgico, que pretende resolver um urgente problema militar de sua época, criando um retorno às melhores instituições do passado, que remetem à história dos feitos militares romanos. *Vegetius* analisa diversas expressões de superioridade nos inimigos solapados pelos romanos: os gauleses eram mais numerosos; os germanos mais altos; os iberos mais numerosos e robustos; os africanos mais ricos e astutos; os gregos com saber e arte mais desenvolvidos. Nosso autor nos diz que tais inferioridades eram compensadas por um recrutamento criterioso e treinamentos completos, responsáveis maiores pela eficiência que permitiu ao (...) império (...) partir de territórios pequeníssimos quase até às regiões do sol e aos confins do próprio mundo.<sup>42</sup> (*Epit.* I, 8). É apenas com a volta dessas práticas, na perspectiva de *Vegetius*, que a força de outrora poderá ser restituída à máquina militar romana.

A partir desses argumentos, *Vegetius* pode ser entendido como um historiador singular, diferente a um clássico, como Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Tácito ou Amiano Marcelino. Os ensinamentos retirados da história romana, das várias fontes por ele citadas, possuem sem dúvida grande importância em sua obra, mas não mais que seu presente. A História pode ser entendida, para ele, no sentido de uma História *magistra vitae*, lugar em que podem ser encontradas armas para lutar no presente, e vencer no futuro. A grande

---

<sup>42</sup> (...) *qui ex parvissimis finibus imperium suum paene solis regionibus et mundi ipsius fin distentit.*

diferença entre Amiano Marcelino e *Vegetius*, por exemplo, é que para o primeiro a história é um *patrimonium* recebido do passado, mas com pouca relação com o presente. Já para *Vegetius*, esse passado é um berço para o futuro (CHARLES, 2007: 125).

Ora, a partir do que aponta LaCapra (2008: 248; tradução nossa), quando diz que a historicidade do historiador está em discussão tanto nas perguntas que faz quanto (...) nas respostas que dá em um texto que articula por si mesmo o documentário e o ser-obra, podemos compreender outras palavras, desta vez enunciadas por Charles (2007: 13; tradução nossa): « (...) qualquer fonte literária [utilizada por *Vegetius*] reflete antes as visões e intenções do autor do que qualquer realidade histórica particular. *Vegetius* faz um jogo, em que articula o passado e o presente, as perguntas e as respostas, conforme suas intenções. O presente não apenas formula as questões para o passado, mas acaba por enquadrar as próprias respostas dentro das intenções do autor. O passado, para *Vegetius*, não tem a autonomia que encontra em outros historiadores (apesar de afirmações ao contrário<sup>43</sup>). Uma passagem do epítome é reveladora:

Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas, mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou [(*sed cum campestris exercitatio interveniente negligentia desidiae cessaret*)], aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes. Deste modo, desguarnecidos os peitos e as cabeças, os nossos soldados, enviados contra os Godos, foram muitas vezes aniquilados pelo grande número de arqueiros, e mesmo depois de tantas derrotas, que resultaram na destruição de tantas cidades, não foi sequer motivo de preocupação para ninguém devolver as catafractas e os capacetes aos soldados de infantaria. Isso faz com que aqueles que, desguarnecidos, estão expostos às feridas na linha de combate, pensem mais em fugir do que lutar. (*Epit.* I, 20)

Tomando tal exemplo, sua premissa de que a superioridade tática dos romanos pode e deve ser restabelecida, mediante o retorno à situação do passado não deixa de ser a projeção de uma situação do presente, mas não a enunciada. Não existe qualquer

---

<sup>43</sup> «Esta necessidade obrigou-me, consultados os autores, a dizer o mais fielmente possível [(*fidelissime dicere*)] neste opúsculo aquelas coisas que o célebre Catão-o-Censor escreveu sobre o sistema militar, aquilo que Paterno, um defensor zelosíssimo do direito militar, redigiu em livros, aquilo que foi estabelecido pelas constituições de Augusto, de Trajano e de Adriano. (...) não me arrego nenhuma autoridade [(*auctoritatis*)], apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas.» (*Epit.* I, 8)

comprovação histórica de que o desuso de armaduras e capacetes tenha conduzido as legiões romanas a derrotas (CHARLES, 2007: 128), o que tornaria tal passagem um tanto sem sentido. Trata-se antes, a meu ver, de uma tergiversação: deve-se retornar a um momento em que forças romanas couraçadas venciam sempre os bárbaros desguarnecidos e mal armados, o que não significa que os romanos de seu tempo não utilizassem armaduras. Esta é a falta, a questão que o presente coloca: vencer os bárbaros. A forma, um tanto fluída: o retorno aos antigos. O porquê acaba recaindo sobre já usuais enunciados decadentistas: a incúria e a preguiça (*neglegentia desidiaque*). *Vegetius*, nesta passagem, joga com o presente, utiliza-se do passado, visando por fim modificar o presente e o futuro desse resultante.

Ademais, o aparecimento de diversas temáticas na obra não diz respeito à totalidade de ensinamentos oferecidos pelos antigos, mas sim aos reconhecidos problemas de seu tempo (ou que *Vegetius* reconhece como tais). Preceitos que envolviam a marcha e passo militar, por exemplo, aparecem em três passagens do livro I (capítulos 9, 26 e 27). Como descreveu Ardant Du Picq (2000: 65), uma das principais chaves do sucesso militar romano (em especial, no período republicano e início do Império) estava no seu sistema de linhas sucessivas, onde um funcionamento rotatório entre as linhas em profundidade da legião garantia a renovação permanente das forças em embate:

A melhor tática, as melhores disposições eram as que facilitavam a sucessão de esforços, melhor assegurando, nas unidades de ação. E, além disso, não engajando de imediato senão o efetivo necessário ao combate e conservando o resto como apoio e reserva, fora da pressão moral imediata. Toda a superioridade tática dos romanos estava aí, e também, na disciplina terrível que preparava e presidia à execução. Mais que outros, os romanos duravam no combate, pela resistência à fadiga, dada por rudes e contínuos trabalhos, e pela renovação dos combatentes.

Porém, para tal sistema funcionar de maneira satisfatória, era necessário que todos os soldados fossem muito bem adestrados na arte do passo militar, bem como outros treinos diversos. Foi este abandono, da disciplina e dos treinamentos, e não o desuso de armaduras, que levou ao deterioramento da capacidade combativa das legiões romanas. Jordanes (*Orig. God.* XXXIX, 204-205; tradução nossa), ao narrar a batalha de Châlons, mimetizando Átila, nos fala sobre a disposição das tropas romanas: “Vocês sabem muito bem o quão pouco resistentes são as armas romanas. Aguentam dificilmente, não digo já a

primeira ferida, mas inclusive a primeira poeira que se levanta quando se colocam em ordem de batalha ou preparam sua formação de tartaruga.ö Aparentemente, os soldados romanos mantinham as formações cerradas, mas o abandono da disciplina e treinamentos necessários para sua execução tornava-os desarticulados e com pouca capacidade de movimentação, afora a própria perda da capacidade de renovar os efetivos pela substituição das linhas. Tornavam-se mesmo inferiores aos germânicos, cujas linhas frouxas e desorganizadas propiciavam um uso melhor do efetivo (FERRILL, 1989: 134).

Em suma, é possível afirmar que a ãquimeraö que *Vegetius* constrói lê com perspicácia a realidade do exército romano em fins do século IV, e principalmente em início e metade do V. É possível aferir sobre quais são os animais que compõem esse monstro, e como o fogo por eles expelido poderia salvar o Império, mas outra questão coloca-se com mais força: como, em um texto oferecido diretamente ao Imperador, pode-se justificar tal momento de crise, a ponto de uma Quimera ser necessária? O prosseguimento desta dissertação tentará responder tal questionamento.

Existem ademais outras hipóteses plausíveis, mas de difícil comprovação. Poderia *Vegetius* não passar de um cortesão disposto a agradar o Imperador com o oferecimento do epítome, ganhando assim uma melhor posição dentro da corte? Seria motivada por algum conflito nesta mesma corte? Dada a quase impossível obtenção destas respostas, resta-me seguir (sem tanto fervor) a uma definição de João Gouveia Monteiro (2008: 13): ãUm cortesão, habitado por um irredutível espírito combativo, resiste ainda e sempre à decadência. E a vida não será fácil para as guarnições dos acampamentos nómadas espalhados pelo interior do Império.ö

## Sociedade

Neste contexto específico, para compreender melhor as condições de produção de *Vegetius*, tentarei pensar o contexto político e social romano do Império Tardio na perspectiva de uma história intelectual, que explora a relação entre os processos sociais e a produção/interpretação dos textos. Partindo da delimitação temporal da *Epitoma*, sabidamente imprecisa, o que é possível inferir com segurança é o marco inicial, o ano de 383, identificado pelo próprio *Vegetius*: ã(...) desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano [reinado de 367 a 383 d.C.], o exército de infantaria era protegido não só

por catafractas mas também por capacetes (...)ö (*Epit.* I, 20). Passagem marcante, por dois motivos: por um lado, retomando um tema iniciado anteriormente, ela revela certa injustiça cometida por *Vegetius*, ao descrever o marco de 383 como um divisor de águas entre um exército protegido por armaduras (logo eficiente) e um desprotegido (logo ineficiente); por outro, é justamente durante o reinado de Graciano que ocorre o desastre de Adrianópolis (agosto de 378), batalha inegavelmente importante no processo de escrita do texto de *Vegetius*.

Mas, onde se encontra a pretensa injustiça de *Vegetius*? Sabe-se, a partir dos relatos de Amiano Marcelino (*Hist.* XXXI.12.4)<sup>44</sup> e das pesquisas apresentadas por Southern e Dixon (1996: 40-41 e 52-53) que nas batalhas de Adrianópolis e do Rio Frígido (uma vultosa batalha entre o exército ocidental e o exército oriental, em 394) as tropas romanas regulares combateram segundo o modelo disciplinar legionário, pautado da infantaria pesada organizada em linhas sucessivas (formação que, para pleno desenvolvimento, demandava rígida disciplina e treinamento). A derrota em Adrianópolis deveu-se não ao fato das tropas estarem desguarnecidas, ou mal treinadas, mas porque, em parte, a infantaria não logrou finalizar seu posicionamento em campo de batalha (Amiano Marcelino, *Hist.* XXXI.12.10-12), e por outro, o ataque teria sido precipitado, antes mesmo que os soldados pudessem almoçar (o que lhes retirou as forças durante a batalha), fato que, segundo Monteiro (2009: 451 (nota 175)), é referido indiretamente pelo próprio *Vegetius*<sup>45</sup>. Já na batalha do Rio Frígido (em 394), os dois exércitos (romanos) alinhados sustentaram firmemente a batalha, sendo que o desfecho da mesma só surgiu com a irrupção do vento *Bora*, que soprou em direção às tropas do usurpador Eugênio, em favor das de Teodósio I. Tais relatos demonstram que, ao contrário do que *Vegetius* pretende com as passagens reproduzidas acima, o exército romano, ao menos até o final do século IV, mantinha sua disciplina e sua capacidade combativa. Então, como compreender tais passagens?

Segundo Charles (2007: 128), esta associação do final do reinado de Graciano como o início do uso de tropas não couraçadas é uma metáfora que representa o início do uso em larga escala dos *foederati*. Clamar pelo retorno de soldados que utilizavam a *lorica* (que ele chama de *cataphracta*) não é uma referência simples a estes equipamentos, mas

---

<sup>44</sup> õAssim pois, marchando em formação quadrada, [Valente] chegou junto aos subúrbios de Adrianópolis (...)ö (tradução nossa)

<sup>45</sup> õOs antigos evitaram isso [iniciar a batalha com os soldados cansados e não alimentados], mas, no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos [(*exercitus perdiderunt*)]ö (*Epit.* III, 11)

sim o desejo pelo retorno de uma *antiqua legio*, composta tradicionalmente por cidadãos romanos, em oposição ao uso de mercenários estrangeiros. A armadura é apenas um símbolo, que representa todo o antigo modelo de guerra pautado na infantaria pesada. Em suma, tais passagens são críticas ao processo de barbarização do exército romano.

E este processo de barbarização liga-se com o outro elemento acima introduzido: a batalha de Adrianópolis. Creio ser necessária uma pequena prévia a esse acontecimento: a partir de 376, os godos que habitavam as regiões ao norte da Trácia<sup>46</sup>, e que ao menos desde a época de Constantino mantinham relações com Roma, iniciaram um grande processo de migração, motivados por questões internas (problemas para alimentar a população), e pela pressão dos hunos, advindos das estepes asiáticas. Migrando para o sul, esses godos se instalaram na margem esquerda do Danúbio, e solicitam permissão para ingressar nos territórios do Império, na condição de òrefugiadosö. Se, por um lado, existia um medo ancestral dos romanos em relação aos bárbaros (que remete aos primórdios da *urbs* e da Roma republicana<sup>47</sup>), também havia a necessidade de povoar vastas áreas desabitadas e improdutivas do Império. Como sintetiza Alessandro Barbero (2010: 59), òhavia grande necessidade de mão de obra, de gente capaz de trabalhar duro e contentar-se com pouco, e os godos, embora bárbaros, eram camponeses, habituados ao trabalho no campo.ö Como narra Amiano Marcelino (*Hist.* XXXI.4.8), deliberando nesse sentido, o governo iniciou um processo de òsocorro humanitárioö, que propunha a entrega de alimentos e a posterior fixação dos bárbaros em determinadas regiões do Império.

É importante apontar que esses òbárbarosö não podem ser considerados dessa forma, ao pior sentido da palavra. A aproximação dos povos germânicos (para além da questão militar) tem longa data, ao menos desde Constantino, como aponta Eutrópio (*Brev.* X, 7): òderrotou várias vezes os godos depois da guerra civil, tendo-lhes afinal dado a paz; deixou entre essas nações bárbaras grata lembrançaö (*barbaras gentes memoriae gratiam conlocavit*). E essa proximidade dava-se de duas formas principais: pelo comércio e pela diplomacia romana. Por um lado, os postos e cidades ao longo do *limes* possuíam necessidades de abastecimento cujo fornecimento próprio ou via Império muitas vezes não alcançava. Desta forma, grãos, peles, âmbar e escravos afluíam dos germanos, em troca de uma variada gama de mercadorias romanas (vasilhas de bronze, taças, cerâmicas, armas, moedas, etc.). A diplomacia, por sua vez, procurava aglutinar lideranças germânicas

---

<sup>46</sup> Província romana ao norte de Constantinopla.

<sup>47</sup> Passagens que são mencionadas pelo próprio *Vegetius*, como o cerco ao Capitólio pelos gauleses, em 390 a.C. (*Epit.* IV, 26).

através dos presentes diplomáticos, seja para usufruir de seus soldados, seja para evitar potenciais inimigos. E os dois processos colaboravam para a criação de uma nova elite, cada vez mais diferenciada em relação aos seus súditos e, de diversas formas, dependente de Roma.

As consequências desses contatos foram, ao pensar o contexto de finais do século IV, duas: por um lado, muitos bárbaros passaram a ter contato próximo com o funcionamento do exército, da sociedade e da organização romanas. Noções igualitárias eram substituídas por conselhos e hierarquias dentro das tribos, que paulatinamente passaram a se organizar em confederações. Em suma, centralização política e estratificação social sem precedentes (MENDES, 2002: 130). Por outro lado, como dito acima, a precária situação econômica nesta periferia germânica tornava essas novas elites dependentes do comércio com o Império, seja para complementar o abastecimento de víveres, seja para oferecer objetos de prestígio a essa elite. Para Norma Musco Mendes (2002: 132),

a integração entre *imperium* e o *barbaricum* baseou-se numa variedade de relações de exploração de recursos materiais e humanos, cujo mecanismo político foi o Estado Imperial romano. Porém, caracterizou-se como uma integração dinâmica e contraditória, na medida em que favoreceu a mudança da periferia germânica.

A contradição (ou a ironia) reside no fato de que, ao estabelecer estes contatos com o mundo germânico, Roma acabou por desenvolver a organização social desses, de tal forma que, séculos mais tarde, puseram a termo o próprio Império, enquanto unidade política. O próprio afluxo dos godos, em 376, é auxiliado por uma medida imperial de 369<sup>48</sup>, que suspende o envio de subsídios e provisões de trigo às lideranças godas pelo fato desses terem apoiado o usurpador Procópio, derrotado por Valente nesse ano. A dependência dos suprimentos romanos para a alimentação da população, que não mais existiam, colaborou em grande escala para a migração em direção à fronteira do Império.

A organização do processo de ajuda e condução dos godos no Império foi dirigida por corruptos funcionários romanos, algo endêmico na administração pública imperial (BARBERO, 2010: 66), que procuraram lucrar com a distribuição das rações aos

---

<sup>48</sup> Nas palavras de Temístio (*Oratio* X. 205/135 apud CAMERON, 1993: 138; tradução nossa): "Ninguém [mais, a partir de então] viu uma moeda de ouro para o pagamento dos bárbaros, inúmeros talentos de prata, os navios carregados com tecidos, ou qualquer das coisas que tínhamos o hábito de tolerar antes (...) pagar tributo anual, que não tinham vergonha de fazer, embora nós nos recusamos a chamá-lo por esse nome."

refugiados. A fome, a desorganização (não se sabia, ao certo, para onde seriam enviados os refugiados), a exploração dos funcionários e o forte clima de tensão durante a marcha para o interior da Trácia levou à revolta dos godos, sob a liderança de Fritigerno (parte dessa nova elite que dependia de Roma, e que soube retirar ensinamentos de sua organização). Após algumas pequenas batalhas, em geral inconclusivas (como a batalha dos Salgueiros), e permanentes saques na província da Trácia, o próprio Imperador Valente partiu de Antioquia com todo o exército imperial.

Em uma decisão onde pesou, segundo aponta Amiano Marcelino (*Hist.* XXXI.12.1), a ambição de Valente, as tropas orientais moveram-se ao encontro do inimigo antes da chegada das colunas ocidentais. Seja pelos problemas no posicionamento da linha de batalha, seja pelo fato dos soldados romanos não terem feito suas refeições, seja pela chegada súbita de reforços da cavalaria goda, o desfecho da batalha foi um verdadeiro massacre para os romanos, sendo que o próprio Imperador Valente foi morto e desapareceu na mesma. Os números desta derrota são controversos, indo desde 15 a 20 mil mortos e capturados (CAMERON, 1993: 137) até 40 mil (FERRILL, 1989: 57), sendo que Amiano Marcelino afirma que ão certo é que apenas sobreviveu a terceira parte do exército (Hist. XXXI.13.18; tradução nossa). De qualquer forma, é consenso nas análises e fontes consultadas que tal derrota marcou muito os romanos da época, sendo comparável apenas à derrota de Canas, frente a Aníbal<sup>49</sup>.

A lamentação desse acontecimento por Amiano merece um pouco de atenção: ãA obscuridade dessa noite, em que não brilhava a lua, terminou com este desastre irreparável [(*pensabilia damna*)], que foi uma grande calamidade.ö (*Hist.* XXXI.13.11; tradução nossa). Amiano escreve tais passagens por volta de 395-396, aproximadamente 20 anos após a batalha, tempo suficiente para constatar o quanto aquele desastre continha de ãirreparávelö. É muito possível que Amiano lamente, em especial, o ano de 382.

Após a morte de Valente, Graciano nomeia um novo Augusto para o Oriente, escolhendo um general ocidental experimentado, Teodósio, que viria a ganhar a alcunha de ão grandeö, principalmente devido à sua piedade cristã. O período entre 379 até 382 foi dedicado às tentativas de caçar e desarticular os bandos de godos que se haviam dispersado pelos Bálcãs. Frente à incapacidade de contê-los pela força das armas, Teodósio chega a um acordo com os godos, em 382: ãTeodósio e Graciano concordaram em permitir aos

---

<sup>49</sup> ã(...) nunca nos anais havíamos lido sobre nenhuma derrota que houvesse chegado ao massacre, com exceção de Cannas.ö (Amiano Marcelino, *Historia*, XXXI.13.19; tradução nossa).

visigodos instalarem-se na Mésia (...). Em troca, os visigodos prometeram lutar pelo imperador como aliados (*foederati*) do Império Romano (FERRILL, 1989: 62).

Este é o ponto nevrálgico da chamada ãbarbarizaçãoã em larga escala do exército romano<sup>50</sup>. Tais forças federadas, de caráter legalista, não eram subordinadas internamente aos comandos militares romanos, e conseqüentemente à organização e disciplina destes últimos. Frente a uma realidade desfavorável, o poder imperial não pôde incorporar os visigodos como *dediticii*, ou seja, populações que se rendem incondicionalmente ao Império, mas sim na condição de *foederati*, um grupo étnico distinto, liderado por seus próprios chefes, regulado por suas próprias leis, isento de tributação e recebendo uma remuneração anual pelos serviços prestados (SOUTHERN e DIXON, 1996: 49-50). O pagamento (a *annona foederatica*), por exemplo, era efetuado em um só montante para os comandantes nativos de tais milícias, que por sua vez redistribuíam entre seus soldados da forma que melhor lhes aprouvesse. Dessa forma, a lealdade dos soldados não era com Roma, mas sim com seus comandantes individuais (CHARLES, 2007: 129). Na prática, formavam-se micro-estados dentro do Império Romano (SILVA, 2007: 83), um grave precedente que recortou e mutilou a coesão política e militar internas do Império (JONES, 1964: 157)<sup>51</sup>. Posteriormente, tais acordos foram estendidos a ostrogodos, alamanos e hunos. Como nos aponta Gordon (apud CHARLES, 2007: 129-130), em princípios do século V, grandes porções da parte Ocidental do Império estavam *de facto* sob controle de senhores da guerra germânicos, cuja fidelidade com Ravena (capital da parte Ocidental a partir de 402) nem sempre era respeitada. Essa é uma das situações em que *Vegetius* intenta atuar.

Todavia, *Vegetius* não enuncia em nenhum momento o termo *foederati*. Inegável é que o faz, pois, indiretamente, através da descrição dos auxiliares:

Os auxiliares marcham para o combate vindos de diferentes localidades e encarregados de diferentes tarefas. Não são unidos entre si pela disciplina, pelo sentimento. Há entre eles instituições disparatadas e não usam as mesmas armas. É natural, portanto, que cheguem menos depressa à vitória, de vez que não se entendem já no começo da batalha. Ademais, dado que nas expedições convém que todos os soldados sejam mantidos juntos por um único

---

<sup>50</sup> ã(...) o emprego de germanos em escala tão vasta que o exército [romano] tornou-se mais germano do que soldados germanos se tornaram romanos (...)ã (FERRILL, 1989: 76)

<sup>51</sup> Estas tropas e seus comandantes não aparecem na *Notitia Dignatum* (SOUTHERN e DIXON, 1996: 51), documento produzido nos inícios do século V e que listava todos os funcionários imperiais, militares e civis, desde a corte até as administrações provinciais.

preceito, aqueles que anteriormente viviam em condições desiguais não conseguem seguir do mesmo modo as ordens. (*Epit.* II, 2)

Estabelecendo como contraponto qualitativo o modelo da legião romana:

Por outro lado, a legião costumava prevalecer sobre quaisquer conjuntos de inimigos por ser completa com suas coortes próprias, homens pesadamente armados (isto é, os príncipes), hastatos, triários, antesignanos e soldados à ligeira (lançadores de dardos, arqueiros, fundibulários, besteiros). Além disso, tinha nas fileiras a cavalaria legionária, fortificava os acampamentos segundo um sistema inalterável, alinhava-se para a batalha e lutava perfeita em todos os seus componentes, sem necessidade de ajuda. Disso dá testemunho a grandeza de Roma, que, valendo-se sempre das legiões, superou tantos inimigos quantos quis ou o permitiu a natureza dos acontecimentos. (*Epit.* II, 2)

Os Auxiliares provêm de diversas regiões e nações; não lhes une um sentimento de pertencimento comum, uma forma de combater e, principalmente, uma disciplina que os fortaleça. Sentimento e disciplina que, segundo Du Picq (2000), foram as chaves com que Roma abriu o mundo para si. Este teórico da guerra, ao sistematizar uma grande quantidade de textos antigos, desenvolveu a tese de que as vitórias romanas eram eminentemente morais, na seguinte fórmula: a natureza humana impulsiona não à bravura, mas sim à sobrevivência (2000: 98); a disciplina romana era pré-requisito para a tática das fileiras sucessivas, onde cada homem era apoiado pelo soldado seguinte, e substituído no combate sempre que suas forças se extinguissem (2000: 65 e 90-91). Essa tática criava nos soldados romanos uma noção de massa moral (2000: 66), e sempre confiante na vitória. Se aos auxiliares faltam tais qualidades, é exatamente o modelo de legião descrito por *Vegetius* que as possui: técnica (armamentos e fortificações) e tática (divisões internas e alinhamento das fileiras de batalha) que conduziram, sem a necessidade de ajuda, às incontáveis vitórias romanas.

Mesmo que *Vegetius* exalte essa auto-suficiência das legiões, ao longo de toda a história dos exércitos romanos, estes sempre se valeram de aliados como complemento das legiões, principalmente na arma de cavalaria<sup>52</sup>. Todavia, mesmo sendo estes aliados em algumas ocasiões mais numerosos do que os legionários, o elemento decisivo das batalhas sempre se encontrava na infantaria romana. A partir de Constantino, principalmente, a

---

<sup>52</sup> Amiano Marcelino cita, em duas ocasiões, a utilização de auxiliares Sarracenos (*Hist.* XXIII.5.1) e Armênios (*Hist.* XXIII.2.2), mas sempre na lógica de um suplemento ao exército principal.

utilização de tropas bárbaras na qualidade de auxiliares, recrutados diretamente entre as populações em questão, ganha cada vez mais importância, seja para o aumento do número de combatentes, seja para neutralização de potenciais inimigos, mediante os mecanismos diplomáticos apontados anteriormente.

Uma das principais premissas da ideia de barbarização do exército romano enuncia que a íntima relação entre auxiliares e as milícias de *foederati* para com as tropas regulares romanas iniciará um rápido processo de deterioração do treinamento, disciplina e consequentemente da capacidade combativa das tropas romanas, tese que não tem aceitação consensual entre os autores consultados, mas que tem fortes defensores em Jones (1964), Goffart (1981<sup>53</sup>) e Ferrill (1989). Em contraponto, Margarida Maria de Carvalho (2008: 150-152) aponta que, referindo-se em especial às análises de Ferrill<sup>54</sup>, esta visão dicotômica entre romanos *versus* bárbaros foi grandemente influenciada pelo clima bipolar da Guerra Fria, reinante nos EUA e Inglaterra, e que durou até o início da década de 1990. Ela também lamenta que autores da década de 1990, como Pat Southern e Karen Dixon (1996) e Cyro de Barros Rezende Filho sigam defendendo a tese dos bárbaros no exército como elemento importante para o futuro colapso do Império. A autora defende uma perspectiva diferente, alicerçada em Wolfgang Liebeschuetz e Peter Heather (2006), em que assinala elementos de diversidade e integração entre bárbaros e romanos, sendo que, em diversos momentos, a ligação fora tão bem tecida, que os estrangeiros passaram a defender e manter o próprio Império. A meu ver, a mesma crítica que a autora dispara à Ferrill (por ser, em outros termos, òfilho de seu tempoö) pode ser aplicada aos seus escritos. Vivemos um período em que os temas da diversidade e integração étnica e cultural está em voga, o que acaba por balizar nosso próprio olhar para o passado.

De qualquer forma, não cabe à minha análise compreender se existiu *de facto* um processo de polarização ou de integração na sociedade romana do império Tardio; creio que, inclusive, as duas posições coexistiam em uma sociedade de crescente complexidade: enquanto muitos germânicos assimilavam perfeitamente a cultura romana (tornando-se melhores òromanosö do que os próprios romanos) em um processo de integração, outros setores lutavam contra tais processos, o que culminou com diversos massacres de tropas e

---

<sup>53</sup> òEmbora a queda de Roma não tenha sido, claro, nem repentina nem catastrófica, somos aconselhados a concentrar a nossa atenção sobre uma inequívoca ruptura com a tradição - a saber, os tratados que permitiam aos bárbaros assentarem-se com autonomia no interior das províncias, o contexto em que estes tratados foram feitos, e, acima de tudo, os abandonos progressivos do território que eles ocasionaram.ö (1981: 286; tradução nossa)

<sup>54</sup> E também aos escritos de Ramsay MacMullen, aos quais, infelizmente, não obtive acesso.

indivíduos de origem bárbara, em especial na parte oriental do Império. Mesmo assim, interessa especialmente à minha análise compreender como *Vegetius* entendia essa relação dentro da sociedade e, principalmente, do exército. E creio que, retomando a diferenciação descrita acima, entre auxiliares e a Legião, era justamente sobre essa dicotomia social que *Vegetius* dissertava, mesmo que indiretamente. A própria professora Margarida Maria de Carvalho define (2008: 157), de forma bastante interessante, o estereótipo a partir do qual se construía uma dicotomia entre romanos e bárbaros no exército, e que a meu ver é altamente operativa em *Vegetius*:

Bárbaros e romanos lutarem lado a lado contradizia, nitidamente, a imagem feita dos primeiros, configurando um problema: como aquele que é oposto ao *bom romano* pode estar presente numa das instituições mais importantes do Império, já que porta características tão diversas ao ideal de *bom soldado*

Para ele, os auxiliares são necessariamente problemáticos, seja disciplinar, seja moralmente, em contraponto ao modelo ideal, a legião romana. A convivência cada vez mais íntima entre estes dois modelos de exército, para *Vegetius*, é um dos principais motivos para a perda de eficiência, e mesmo de contingente, das tropas regulares romanas:

(...) uma outra causa para o enfraquecimento<sup>55</sup> das legiões [(*causa cur attenuatae sint legiones*)]: nelas, o esforço do serviço militar é grande, as armas são mais pesadas, as tarefas são em maior número e a disciplina é mais severa. Para evitar isso, muitos acorrem a prestar o juramento nas tropas auxiliares, onde não só o suor é menor, mas onde também as recompensas chegam mais depressa [(*minor sudor et maturiora sunt praemia*)]. (*Epit.* II, 3)

Além destes efeitos, um segundo processo, anunciado acima, colabora para esta realidade: após a batalha de Adrianópolis, e também a do rio Frígido, houve uma grande necessidade de preencher os contingentes destruídos. Entretanto, não se tratavam apenas de números, mas sim de substituir soldados profissionais e experientes, o que demandaria tempo e trabalho árduo, algo de que o Império não dispunha (SOUTHERN e DIXON, 1996: 53). A perda desta grande quantidade de homens livres é um elemento de incentivo ao estabelecimento dos *foederati*, já que tornava mais difícil e custosa a manutenção de

---

<sup>55</sup> A passagem *attenuatae sint legiones* não possui interpretação unívoca na historiografia. Enquanto Stelten (apud CHARLES, 2007: 134) traduz a mesma por *as legiões decresceram em número*, associando apenas a uma perda de efetivos, Milner e Charles (2007: 135) optam por *as legiões se atenuaram* (*the legions have become attenuated*), com um sentido de enfraquecimento tanto em número, quanto em força e qualidade.

uma operação militar contra estes. Mesmo que *Vegetius* aponte o fato de ser mais barato treinar recrutas próprios a empregar estrangeiros a soldo (*Epit.* I, 28), os problemas com o excessivo montante gasto na manutenção do exército eram recorrentes, como aponta Amiano Marcelino (*Hist.* XX.11.5) e Anônimo<sup>56</sup> (*DRB*, 5.1). Se a manutenção era complexa, a reconstrução demandaria recursos vultosos, que talvez o Império dispusesse (ou não desejasse destinar a tal fim): o fracasso em construir ou até mesmo em manter a força do exército romano neste período foi, provavelmente, em parte devido às dificuldades financeiras (JONES: 1964: 201; tradução nossa).

A partir do século V, outros acontecimentos são importantes para a compreensão da obra de *Vegetius*, na medida em que a entendamos como fruto da segunda metade deste século. Não bastasse a revolta dos visigodos, em 395, comandados por Alarico, que saqueou vastas áreas da Trácia e da Macedônia (FERRILL, 1989: 88), houve outro grande influxo de estrangeiros: em 406, uma grande horda, composta por vândalos, alanos e suevos, irrompeu através da fronteira do Reno, atravessando e devastando as Gálias para enfim tomar o controle da maior parte da Espanha (GOFFART, 1981: 287).

Ademais, Goffart apresenta uma interessante tese. A opção do Estado romano, em acomodar tais migrantes (tanto os de 376, quanto de 406), decisão distinta das tomadas por governantes anteriores<sup>57</sup>, não se deveu nem à falta de recursos por parte dos romanos (seja de recrutas, suprimentos ou dinheiro), nem à pretensa força massiva dos invasores (os godos, em especial, eram desorganizados e que não excederiam o número de 100 mil almas). Deveu-se sim a uma opção do governo imperial, não desejoso de uma prolongada e custosa campanha militar, distante da escala de prioridades. E a prioridade da administração imperial (em especial, na parte ocidental) era garantir a segurança do trono frente ao constante ataque de usurpadores. Como aponta Goffart (1981: 293-294), a subordinação dos perigos externos aos internos, levando em conta a história recente, era uma sábia escolha. Este imperativo, utilizado nos anos 390 e pautado no antigo regime de *hospitas* (GOFFART, 1980: 41), possivelmente favoreceu o aquartelamento de forças bárbaras no ocidente, ao longo do século V. O resultado destes tratados é que, em 450,

---

<sup>56</sup> Entre 337 e 378 d.C. (a hipótese mais aceita situa entre 366 e 369), um autor anônimo escreveu um pequeno panfleto chamado *De rebus Bellicis*, encaminhado a algum Imperador romano, com propostas visando remediar problemas na administração, nas finanças e no exército, visando diminuir os gastos públicos. O libelo acompanhava também uma lista de engenhos bélicos (barco movido por touros, balistas, carros falcados, etc.) que diminuiriam os custos de manutenção das tropas (PANIAGUA, 2010: 214-215). Todas as referências a um autor anônimo nesta dissertação dizem respeito ao escritor desse panfleto.

<sup>57</sup> Lembrando que, como aponta Goffart (1980: 26), tais migrações estiveram presentes ao longo de toda a história do Estado romano, e não findaram após o término desse.

godos, vândalos e burgúndios possuíam assentamentos *de facto* desmembrados do Império Ocidental.

Esta crescente influência bárbara no exército entra em contato imediato com outra questão: a participação do exército na escolha e sublevação dos Imperadores, em especial a partir do quarto século<sup>58</sup>. Até o século III, mesmo nos períodos da chamada ãAnarquia Militarö, os imperadores aclamados pelos exércitos conservavam uma preocupação em legitimar-se frente ao senado; a partir do IV, tal preocupação esvaiu-se (CARVALHO, 2008: 160). Por vezes, ãconcorrentes políticos invariavelmente ocupavam um lugar mais elevado na agenda do que inimigos estrangeiros; bárbaros eram os aliados naturais dos imperadores e usurpadores de igual forma nas lutas fratricidas pelo poder.ö (GOFFART, 1981: 283; tradução nossa). Com o progressivo aumento dos bárbaros no exército romano (sabe-se, por exemplo, que o relativo sucesso de Aécio, generalíssimo do ocidente entre 425 e 450, não se deveu à reorganização da milícia regular romana, mas sim à sua habilidade em manipular tropas mercenárias), estes paulatinamente ganham mais importância na condução dos assuntos imperiais, e mesmo da escolha direta de títeres, nos anos que precedem 476. Por um lado, soldados cada vez mais autônomos na condução política do Império; por outro, soldados cada vez mais estrangeiros.

Na lógica da decadência, para um indivíduo como *Vegetius*, a existência dos *foederati* é um declínio tácito. Em um Estado cujos principais valores sempre foram atrelados ao exército e às conquistas, a incapacidade de vencer inimigos bárbaros em batalha, a obrigação de acomodá-los de forma não favorável aos romanos, e por último, depender desses para a própria defesa do Estado não poderia ser visto de outra forma, ao menos para *Vegetius*, senão como uma ruína, em relação ao passado glorioso. A questão da falta de treinamento e disciplina é uma constante, e mesmo a essência da obra de *Vegetius*, sendo que seus escritos se apresentam como um adequado diagnóstico do processo vivido pelo exército imperial. Desta forma, em minha leitura, a obra de *Vegetius* tem esta ligação direta com o processo de ãbarbarizaçãoö e de deterioração vividos pelo exército imperial, como contexto social e político, mas também como contexto de motivação e intenção, no período em que essa é escrita.

---

<sup>58</sup> A passagem de Amiano Marcelino, que trata da aclamação do imperador Juliano, é pertinente: ãNadie permaneció en silencio cuando dejó de hablar. Por el contrario, todos los soldados, golpeando los escudos sobre sus rodillas con terrible griterío ó que es un indicio evidente de alegría, mientras que, cuando golpean los escudos con las lanzas es señal de ira y de dolor ó, demostraban con qué desbordante alegría aprobaban la decisión del Augusto, y recibían con merecida admiración a César, deslumbrante por el brillo de la púrpura imperial.ö (*Hist.* XV.8.15)

## Cultura

LaCapra aponta que as noções de sociedade ou cultura global podem ser demasiado grandes e indiferenciadas para dar conta das comunidades discursivas de determinado autor. Já ãa escola, o movimento, a rede de associações ou o grupo de referência particularö (1998: 268; tradução nossa) poderiam oferecer um leque mais complexo de informações e pressupostos compartilhados, que por sua vez configurariam muitas das ideias do autor analisado. Disso decorre que

a história intelectual deve ser uma história dos intelectuais, das comunidades de discurso em que esses operam e das variadas relações ó ocilantes, de uma maneira muitas vezes complicada, entre o isolamento e a abertura ó que manifestam com respeito à cultura em geral.<sup>59</sup> (1998: 269; tradução nossa)

Um dos contextos culturais que nos ajudam a compreender a obra de *Vegetius* é a relação entre cristãos e pagãos, ao menos ao nível discursivo. Revelando uma tendência apontada por Castagnol (apud MENDES, 2002: 24), desde a conversão de Constantino, a própria elite senatorial romana paulatinamente abriu-se ao cristianismo. Aqueles que defendiam a manutenção do poder senatorial (que muitas vezes passava pela própria manutenção do poder imperial) não podiam insuflar o conflito entre as posições religiosas, e agiam exatamente ao contrário, buscando a concórdia entre os grupos. Com o progressivo crescimento dos cristãos, seja em âmbito cultural, seja nas esferas de poder, a preocupação dos escritores pagãos acabou por se direcionar à preservação do conhecimento e dos valores tradicionais pagãos, abandonando qualquer forma direta de embate.

Nos fins do século IV e início do V, a historiografia pagã realizava um processo de reorganização, em especial nas obras historiográficas (MOMIGLIANO, 1993: 97), com a publicação de obras de autores como Amiano Marcelino, Claudiano, Rulfio, Namantiano, Prudêncio, Temístio (MENDES, 2002: 136) e Eutrópio, todos de viés notadamente pagão.

---

<sup>59</sup> Apesar disso, é preciso apontar duas possíveis limitações a esta abordagem, mencionadas por LaCapra. Em primeiro lugar, o cuidado para que a investigação não seja limitada ao intento historicista e documentário de recriar o diálogo dos outros, limitando ou mesmo proibindo a extensão desse diálogo até incluir as interpretações do historiador (1998: 269- 270). Em segundo lugar, o foco das comunidades discursivas deve relacionar-se de forma convincente com o problema da interpretação textual. Ou seja, não basta determinar a existência de ãinfluênciasö ou de um ãparadigmaö compartilhado, mediante enumeração de elementos; é preciso elucidar com detalhes como estes são tomados em empréstimo e como funcionam nos textos em questão. (1998: 270)

É também o período de grande circulação dos breviários (ou compêndios) e dos epítomes, obras de que alcançavam desde os imperadores até o público em geral (tais gêneros literários serão desenvolvidos junto ao contexto de estrutura).

Mesmo que os autores cristãos propusessem uma nova moral e novas concepções de mundo (inegavelmente traumáticas ao universo pagão), as noções acerca dos princípios militares encontravam-se completamente nas fontes da tradição pagã. Mesmo *Vegetius* sendo um cristão, como ele mesmo informa em diversas passagens da *Epitoma*<sup>60</sup>, sua obra tem uma natureza substancialmente tradicional e pragmática, sendo que em nenhum momento as causas, sintomas e propostas ligam-se às questões religiosas. Qualquer influência da historiografia cristã, com suas novas cronologias que pretendiam organizar o princípio da história na criação e o fim dela no apocalipse (milénarismo<sup>61</sup>) não é encontrada nos escritos de *Vegetius*. Muito pelo contrário, sua explicação para o surgimento da *civilitas* passa por causas eminentemente seculares:

No início dos tempos, a fundação de cidades separou, em primeiro lugar, a vida selvagem e inculta dos homens da comunhão com os animais brutos e as feras. (...) Nestas cidades, o bem comum gerou a ideia de Estado. (*Epit.* IV, prefácio)

Nestes termos, *Vegetius* pode ser entendido, em uma definição de Momigliano (1993: 100; tradução nossa), como um excelente exemplo de representante da historiografia pagã de fins do século IV e início do V: "Os pagãos não se ocupavam com valores ensinados em uma educação elementar; sua principal preocupação era em manter vivo o conhecimento do passado romano." Além disso, existe um ponto que possivelmente incentivava o trânsito de textos pagãos: estes escritos possuíam uma "neutralidade característica", e não representavam nenhum perigo aos cristãos, já que não continham conteúdos religiosos<sup>62</sup>. Pelo contrário, os cristãos tomaram sem dificuldade os *brevaria* pagãos e os "cristianizaram", mediante simples adições de passagens (MOMIGLIANO, 1993: 101-102). Já modelos como a história eclesiástica e as hagiografias distanciavam-se

---

<sup>60</sup> Referências a Jesus Cristo em II, 5, ao Espírito Santo em II, 5 e a Deus em I, prólogo; II, 5; II, 18; II, 21; III, 5 e IV, 40.

<sup>61</sup> Mesmo que a temática milénarista não tenha sido uma constante entre os escritores cristãos. Eusébio e São Jerônimo, por exemplo, abandonaram tais prognósticos sem, no entanto, conseguir eliminá-los (MOMIGLIANO, 1993: 100).

<sup>62</sup> Momigliano (1993: 145) aponta também que, por mais atrativa que fosse a ação da *Fortuna* (ou da *Tyche*) para um historiador pagão, dificilmente era invocado um deus particular para explicar o curso da história.

sobremaneira dos modelos clássicos<sup>63</sup>. Em especial, as tentativas de reinterpretar a história política, militar ou diplomática nos termos cristãos começam a ser mais marcantes a partir do século V, em especial com as obras de Orósio (cuja principal obra historiográfica foi concluída em 418), cuja pretensão era justificar a decadência de Roma segundo o parâmetro de um juízo de Deus, punição às sistemáticas perseguições aos primeiros cristãos.

De qualquer forma, essas premissas não são encontradas nos escritos de *Vegetius*. As causas que agem sobre a perda de eficiência do exército não dizem respeito à ação de Deus ou dos deuses, e as palavras de Barnes (1979: 257; tradução nossa) refletem bem a possível maneira de pensar de *Vegetius*: õele atribuía a debilidade romana não ao abandono dos deuses antigos [,e muito menos a qualquer intervenção do Deus cristão], mas sim ao abandono dos antigos métodos de combate.ö

## *Corpus*

Fica posto o problema da relação entre um determinado texto e outros textos de outros escritores (ou mesmo textos do mesmo escritor). Esta relação pode ser entendida como um grupo de diálogo, mesmo que este grupo seja formado apenas por mortos. LaCapra aponta (1998: 270-271) que uma comunidade pode ser formada apenas ou majoritariamente por textos. Logo, para compreender *Vegetius*, e retomando ideias explicitadas anteriormente, devemos tomar ou autores por ele consultados não apenas como fontes, mas como peças de um diálogo complexo, envolvendo não apenas o que enunciam, mas também as perguntas e as respostas esperadas.

Entendo, primordialmente, que existe um ponto de unidade no *corpus* textual utilizado por *Vegetius*. Compreenderei tal *corpus* como todos os autores que sustentam a obra de *Vegetius* (em especial, suas fontes, mas também outros textos que entram em uma

---

<sup>63</sup> Como aponta Momigliano (1993: 104), dá-se justamente o contrário: õDetrás de la nación cristiana estaba Cristo, así como detrás de sus enemigos estaba el diablo. La historia eclesiástica tenía que ser diferente de la historia ordinaria porque era la historia de la lucha contra el diablo, que trataba de contaminar la pureza de la Iglesia cristiana, garantizada pela sucesión apostólica.ö

rede de discussão), inserindo a própria *Epitoma* nesta rede. Abandonando certos modelos estanques de formação de um *corpus* textual<sup>64</sup>, LaCapra

lança mão da noção de repetição e variação, tomando a relação entre a longa tradição e tempo específico não nos termos de simples continuidade ou descontinuidade, mas como relação de forças na qual o texto não é mero momento, ilustração ou objeto autônomo, e sim lugar no qual se dá a intersecção (e variação) entre esses tempos, numa rede relacional. (BARIANI, 2006)

Existe, com clareza, uma tensão: por um lado, a manutenção de sólidas dicotomias mostra-se um processo grandemente artificial; por outro, abandonar completamente as instâncias de delimitação pode levar o pesquisador a se perder nas armadilhas de tantas conexões. Como solução, deve-se procurar o diálogo crítico entre os pontos, entre a tradição e o texto, tomados como instâncias relativamente estáveis (mesmo que permeadas simultaneamente uma pela outra), e que pode levar à compreensão de uma firme e ampla tessitura histórica (e mesmo à revisão do tecido esquecido e esgarçado) (BARIANI, 2006). Se, por um lado, os pontos do presente de *Vegetius* já foram abordados, cabe agora compreender o que significa esta longa tradição dentro do epítome.

*Vegetius* busca as informações necessárias para compor sua obra, como ele mesmo nos informa, com base nas descrições dos historiadores (*in historiis*) (*Epit.* IV, 28). Para pensar *historia* no mundo antigo, sem dúvida precisamos levar em conta a concepção de verdade histórica pautada na tradição, e que não se alicerçava necessariamente em fontes ou citações, mas sim em um acordo dos espíritos ao longo dos séculos; esse acordo sanciona a verdade, assim como sanciona a reputação dos escritores considerados clássicos<sup>65</sup> ( . . . ) (VEYNE, 1984: 16). Um acordo que constrói verdades, dotadas da mais

---

<sup>64</sup> Nesta lógica, a unidade de um *corpus* textual se constrói de três maneiras: pela continuidade entre os textos (desenvolvimento linear), pela descontinuidade entre os textos (mudança e também ruptura epistemológica entre etapas e períodos) ou pela síntese dialética (a última etapa sintetiza a captação realizada na primeira). O *corpus* é unificado de uma ou outra maneira, e assim pode ser percebido como um único texto. (LACAPRA, 1998: 275). Todavia, tais modelos não dão conta ó sempre segundo LaCapra ó de entender a complexidade da questão, uma vez que os textos, não sendo algo estanque, aproximam-se e repelem-se, repetem-se e deslocam-se de inúmeras formas ó inabarcáveis por estes modelos de inteligibilidade, que não resistem à tentação de promover uma unificação empobrecedora da diversidade (BARIANI, 2006).

<sup>65</sup> Este prestígio, como nos ensina Momigliano (1993: 143), recaía com muita força nos escritores que se interessavam pelos acontecimentos recentes (como Heródoto, Tucídides, Políbio, Salústio, Tácito e Tito Lívio), sancionado por críticos literários e confirmado pela própria popularidade da obra.

alta legitimidade<sup>66</sup>. Neste sentido, Foucault (2009: 23-24) desenvolve uma interessante noção de "tradição", que oferece elementos para a discussão em questão:

(...) ela visa a dar uma importância temporal singular a um conjunto de fenômenos, ao mesmo tempo sucessivos e idênticos (ou, pelo menos, análogos); permite repensar a dispersão da história na forma desse conjunto; autoriza reduzir a diferença característica de qualquer começo, para retroceder, sem interferências, na atribuição indefinida da origem; graças a ela, as novidades podem ser isoladas sobre um fundo de permanência, e seu mérito transferido para a originalidade, o gênio, a decisão própria dos indivíduos.

Nesta lógica, um discurso pautado na tradição é capaz de reunir uma ampla gama de enunciados dispersos, dotando-os de um princípio de origem recuado no tempo, mas não no espaço. O mesmo espaço marca a ligação (ou re-ligação possível), enquanto a diferença no tempo marca a distância entre a origem (espécie de mito ideal, nunca alcançado) e o presente (que vive a falta deste mito). Os discursos denominados como "tradição" são, em último grau, os discursos escolhidos e organizados no/do passado para assim o serem, sendo os indivíduos que os transmitem ligados à sua autoridade.

Em outra passagem, *Vegetius* expõe considerações sobre a construção da obra: "não me arrego nenhuma autoridade, apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas"<sup>67</sup> (*Epit.* I, 8). E ele os menciona. Logo no início do primeiro livro *Vegetius* cita suas principais fontes, ligadas diretamente a questões militares: Catão, o Censor<sup>68</sup> (234-149 a.C.); Cornélio Celso<sup>69</sup> (período de

---

<sup>66</sup> Em uma passagem de sua obra, *Vegetius* cita Homero: "(...) se a necessidade o exige, convém ter em consideração não tanto o critério da estatura, mas sim o da força. E nós não estamos errados, pois assim o testemunha o próprio Homero [(*ipso Homero teste*)], ao declarar que Tideu, embora fosse mais pequeno de corpo, era contudo mais forte nas armas" (*Epit.* I, V). É sabido, mesmo por muitos autores da antiguidade, que a poesia de Homero pautava-se grandemente em tradições orais e lendas (diga-se de passagem, a poesia clássica em geral, como nos ensina Fornara (1983)). Todavia, percebe-se que *Vegetius* utiliza-se da informação contida neste autor e toma-a como verdade, suficientemente forte para reforçar o argumento proposto em sua obra. Esse é apenas um exemplo de como este processo opera.

<sup>67</sup> *Nihil enim mihi auctoritatis assumo sed horum quos supra rettuli quae dispersa sunt uelut in ordinem epitomata conscribo*

<sup>68</sup> *Marcus Porcius Cato* (234-149 a.C.), conhecido como "o censor", "Cato Maior" ou "o velho", distinguiu-se em seu tempo por ser ativo na defesa dos costumes e tradições dos romanos, em oposição à influência da cultura helênica. Filho de uma tradicional família plebéia, desde cedo Catão dominou os conhecimentos relativos ao campo e às atividades nele desenvolvidas. Como *novus homo*, galgou as posições do *Cursus Honorum*, ocupando diversos postos militares, o consulado e a censura, em 184. Como Censor, Catão destacou-se por construir em si a personificação dos valores romanos da simplicidade, frugalidade, honestidade, austeridade e patriotismo (HOOPER, 1934: ix) em oposição aos valores advindos do crescente luxo ostentado pelas elites romanas e pelo processo da entrada da cultura helênica em Roma. Muito culto, tendo escrito livros e tratados sobre as mais variadas artes, Catão foi um obstinado rival da nobreza romana, a

publicação de sua obras: 14-39 d.C.), Frontino<sup>70</sup> (40-103 d.C.) e Paterno<sup>71</sup> (prefeito pretoriano em 180-182 d.C.), além das constituições dos imperadores Augusto, Trajano e Adriano. Em outras passagens da obra são referidos Salústio<sup>72</sup> (86-35 a.C.), Virgílio<sup>73</sup> (70-19 a.C.) e Varrão<sup>74</sup> (116-27 a.C.), além de inúmeras referências aos antigos (*veteres*

---

qual acusava de desvirtuar os costumes e tradições do povo romano. De todas as obras de Catão, apenas *De Agri Cultura* chegou completa aos nossos dias. Outras obras importantes, como a *Origenes*, que reunia histórias e lendas da fundação de Roma e outras cidades italianas, e *De Re Militari*, um tratado militar que pode ter sido fonte de *Vegetius*, só restam em fragmentos.

<sup>69</sup> *Aulus Cornelius Celsus* foi autor de uma obra enciclopédica (*Artes*), composta entre os anos 14 a.C. e 39 d.C., que englobava agricultura, medicina, retórica, filosofia, jurisprudência e arte militar, sendo que os livros que compunham essa última temática foram utilizados por *Vegetius*. De toda sua obra, restou completo apenas um tratado sobre a medicina (*De Medicina*) (PANIAGUA, 2010: 208-209).

<sup>70</sup> *Sextus Julius Frontinus* foi um indivíduo de carreiras política e cultural bem conhecidas, durante o último terço do século I d.C.. Cônsul por três vezes (73, 98 e 100, sendo nas duas últimas como colega de Trajano), ocupou postos de comando militar na Germânia Inferior, além de ter sido governador da Britânia, onde teve êxito em uma campanha militar contra os Siluros (povo do norte da Britânia). Atrélendo seus estudos com a atividade pública, Frontino produziu tratados técnicos sobre agrimensura (como o *De aquaeductu urbis Romae*) e polemografia, um *De re militari*, infelizmente perdido, e o *Strategemata*. Esse último, preservado em seus quatro livros, trata-se de uma antologia de *exempla* militares de origem historiográfica, colhidos em variados autores gregos e romanos e destinados à formação de comandantes, apresentando certos matizes da literatura moralizante de base biográfico-histórica tão característicos da própria historiografia clássica (PANIAGUA, 2010: 210-211; tradução nossa). De certa forma, trata-se de uma obra apêndice da primeira, essa sim de caráter completo e similar ao epítome de *Vegetius*.

<sup>71</sup> *Tarutienus Paternus* foi prefeito do pretório entre nos anos 171 e 173 d.C., e executado em 182 por ordens do Imperador Cômodo. Granjeou forte reputação como autoridade no *ius militaris*, na jurisprudência militar, como atestam Diôn Cassio e o próprio *Vegetius* (*diligentissimus iuris militaris assertor* (*Epit.* I, 8)). De suas obras, restam apenas fragmentos (PANIAGUA, 2010: 212-213).

<sup>72</sup> Tendo nascido em Amiterno no ano de 86 a.C. e morrido em 35 a.C.. *Caius Sallustius Crispus* construiu carreiras político e militar fracassadas, algo que ele próprio admite (*Cat.* 3, 5), e no final de sua vida, já distante de Roma, dedicou-se a monografar os fatos que ele considerava mais marcantes em seu tempo. É deste desejo que nascem *Bellum Catilinae*, *Bellum Africanum*, e as *Historiae* (que ficaram inacabadas, devido à sua morte), além das Cartas. Essas obras serão examinadas com o crivo da ideia de decadência. É importante apontar que a obra de Salústio recebeu inúmeras críticas, em especial referentes aos seus anacronismos, pouco conhecimento sobre assuntos militares e geográficos, e outros erros variados (problemas estes levantados pela moderna crítica historiográfica). Todavia, antes da precisão histórica de Salústio, mais valem para minha análise duas questões centrais. Primeiramente, a conclusão de Bernd Latta (apud RAMOS, 1997: 30; tradução nossa) aponta que a *Conjuração de Catilina* deve significar o ponto culminante na história da decadência. Não menos importante, a elevação de Salústio por *Vegetius* como autoridade reconhecida em História e, principalmente, em assuntos ligados ao campo militar. Em certo sentido, é possível pensar Salústio em uma linha de continuidade a partir de Catão, tanto pelo estilo, pautado na brevidade, ou seja, na concisão e sobriedade da escrita e da argumentação (O próprio Salústio elogia esta concisão em Catão, quando se refere às *Origenes*: "Concluiu em poucas palavras, como o mais eloquente da estirpe romana." (*Frag. Hist.* 4; tradução nossa)) e no uso do vocabulário, a ponto de ser acusado por Quintiliano (*Institutiones*, VIII, 3, XXIX), com palavras segundo ele provenientes de Cícero, de "bom ladrão de palavras do velho Catão" (*et verba antiqui multum furate Catonis, Crispe, Iugurthinae conditor historiae*), quanto por elencar a degeneração dos valores de ordem moral como o mais destrutivo dos processos que podem acorrer a uma sociedade.

<sup>73</sup> *Publius Vergilius Maro*, nascido em Mântua (ele é dessa forma referido em uma passagem de *Vegetius* (*Epit.* I, 6)) em 70 a.C., pode ser considerado um dos maiores poetas latinos. Fazia parte do Círculo de Mecenas, a quem dedicou uma de suas grandes obras, as *Geórgicas*, que junto com as *Bucólicas* constituíam elogios à vida e aos homens do campo. Sua outra obra principal, a *Eneida*, narra a fundação mitológica do povo romano por Enéias, o último dos troianos.

<sup>74</sup> Considerado o homem mais culto de seu tempo (116-27 a.C.), *Marcus Terentius Varro* teve carreira de soldado, lutando contra os Piratas, junto à Pompeu, e contra César, durante as guerras civis. Sua produção intelectual é vastíssima, com cerca de seiscentos e vinte livros, sobre todas as áreas do conhecimento antigo.

*aute; ueteres; antiqui*). É sob esta base legítima e dotada da mais refinada autoridade que *Vegetius* pretende estabelecer sua obra, na lógica de uma História *magistra vitae*, uma História que buscará ensinamentos no passado para agir sobre o presente, mesmo que, como veremos na Estrutura de sua *Epitoma*, sua proposta será mais política que historiográfica.

Comumente associa-se a Cícero a fórmula da História *magistra vitae*: õtestemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passadoõ (*testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*) (*Do Orador* 2, 36 apud HARTOG, 2001: 181), cuja repercussão chegou inclusive aos nossos dias. Todavia, já encontramos essa lógica em autores helenísticos anteriores, como Políbio<sup>75</sup>, que a apresenta como um dos lugares-comuns dos elogios à História. Segundo este autor (*Hist.* XII, 25b), a História sempre pauta-se na busca pelos relatos verdadeiros, mas que não devem se encerrar nas narrativas. A História, segundo ele, na medida em que opera o estudo das causas, cumpre uma função de õprever o futuroõ, dotando os indivíduos de uma maior capacidade de õtomar precauçõesõ ou õvisualizar os segmentos com maior segurançaõ. Para ele, a simples narração ou a retórica rebuscada desvirtuam e mesmo suprimem o objeto e o objetivo da História.

François Hartog (2001: 171) nos mostra uma importante relação entre a obra de Políbio e os escritos de Salústio. Segundo ele, Salústio retoma os ensinamentos exemplares

---

A única obra que sobreviveu completa é a *Res rusticae*, que trata da agricultura em três livros. (BOWDER, 1980: 267)

<sup>75</sup> Políbio nasceu em Megalópolis, na Grécia, em aproximadamente 208 a.C., destacando-se nas atividades políticas e militares ligadas à Confederação Aquéia, que reunia as cidades dessa região. Após o desfecho da guerra entre Roma e Macedônia (171-168 a.C.), Políbio e mais 1.200 aqueus foram enviados à Roma na forma de reféns, com visas a garantir a fidelidade dos aqueus para com Roma. Em Roma, Políbio tornou-se amigo íntimo de Cipião Emiliano, conquistador de Cartago (no ano de 146 a.C.), o qual acompanhou em diversas campanhas (dentre as quais a própria conquista de Cartago). Nesta perspectiva de observador atuante, Políbio narrou em sua *História* os acontecimentos ocorridos entre a segunda Guerra Púnica (221 a.C.) e a captura de Corinto pelos romanos (146 a.C.), além de uma introdução que abrangia desde o início da primeira Guerra Púnica. O objetivo de Políbio, manifestado constantemente ao longo da obra, era de construir uma história geral e pragmática: geral, já que articula diversos acontecimentos do mundo conhecido da época em um mesmo corpo narrativo; e pragmática, já que sua escrita narrava especialmente a época contemporânea, de caráter militar e político, em sua quase totalidade, podendo ter assim um uso prático para governantes e militares. Esta história deveria distinguir a causa propriamente dita (*aitia*) do começo (*arkhé*) e do pretexto (*prôphasis*), visando o ensinamento aos homens de seu tempo. Em outras palavras, uma História *magistra vitae*. Sua gigantesca obra era composta de 40 livros, dos quais muitos nos restam completos, e outros de forma fragmentária. Ao longo desta dissertação, as diversas considerações sobre a ideia de decadência existentes na obra de Políbio serão exploradas, sempre que adequado. Dado que Políbio é o único autor não latino analisado, creio que alguns pontos de contato entre sua obra e *Vegetius* merecem ser explicitados: primeiramente, mesmo sendo grego, Políbio centra sua análise na construção da dominação mediterrânea de Roma, sendo que esses escritos influenciaram diversos autores e historiadores romanos posteriores (como Tito Lívio e Cícero); além disso, dos autores que acessaram a obra de Políbio, ao menos Salústio é fonte direta de *Vegetius*.

contidos nos retratos de cera dos antepassados a partir da leitura (ou influência) de Políbio. Esse último nos diz que os jovens são estimulados [pela visão das máscaras] assim a suportar qualquer provação pelo bem da coletividade, na esperança de obterem a glória que acompanha os homens valorosos (Hist. VI, 54). Salústio, de forma muito similar, nos diz que aquela cera e argila não têm em si tanta força, mas a memória dos fatos passados faz crescer essa flama no peito dos homens excepcionais, não se apaziguando antes de sua virtude ter igualado sua reputação e sua glória (Jug. 4, 6). Para Salústio, a história deveria cumprir a mesma função exercida pelas máscaras, servindo os antepassados gloriosos como exemplos inspiradores aos homens subsequentes. Este é, pois, o mais forte enunciado da História *magistra vitae*: ela é um exemplo, e um exemplo útil (a ser seguido, em alguns momentos, e refutado, em outros).

Apesar das noções de Salústio serem de suma importância, devido ao fato de que é uma fonte direta e citada na *Epitoma Rei Militaris*, a fórmula encontrada no prefácio de Tito Lívio mostra-se extremamente operativa:

O que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu Estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho<sup>76</sup>.  
(*Ad Urbe*. I, prefácio)

Algo muito similar ao que *Vegetius* nos diz:

Recearemos nós não conseguir aprender aquilo que os outros aprenderam conosco? (...) Mas, para que não pareça impossível restaurar a disciplina cuja prática desapareceu, aprendamo-la através de exemplos<sup>77</sup>. (*Epit.* III, 10)

Não são apenas exemplos, mas levando em conta o que nos diz Reinhart Koselleck (1993: 46-47), existe uma expectativa pedagógica, frente a uma realidade vista pelos seus interlocutores com potencial de repetibilidade. Além destes elementos, outra questão contribui para o reforço da necessidade da História: o sentido de mudança. Momigliano

---

<sup>76</sup> *Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in inlusti posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod vitas.*

<sup>77</sup> *Veremur ne discere nequeamus quae a nobis alii didicerunt? (...) Sed ne impossibile videatur reparari disciplinam cuius usus intercidit doceamur exemplis.*

(1993: 144-147 e 150-151) nos ensina que os historiadores gregos e romanos eram dominados por um sentido de mudança, o que refletia grandemente as situações vividas pelas sociedades (os gregos, a partir do século VI a.C. e os romanos a partir do século III a.C.). Não que não existissem as figuras dos compiladores de inscrições e antiquaristas (e o próprio *Vegetius* lança mão de um deles, Varrão), mas estes ficavam muito mais secundados em prestígio, em relação aos historiadores da mudança. Esta mudança sucedia essencialmente de duas formas: pela via política ou pela via militar, e geralmente possuía uma carga pessimista. Todavia, julgava-se que a variedade dos acontecimentos era limitada, tanto no plano constitucional (Políbio, por exemplo, apresenta apenas seis possibilidades de constituições para um Estado, bem como a sucessão limitada entre essas (*Hist.* VI, 4)) quanto no plano da guerra e paz, onde se supunha que os acontecimentos do futuro não seriam tão diversos dos do passado, a ponto de ser útil recapitulá-los.

Creio que duas formas de construir História podem ser encontradas na gama de historiadores do passado greco-romano, que aos nossos dias remanesceram. Por um lado, uma forma õpresentistaõ de fazer História, onde um indivíduo toma a si a incumbência de relatar os acontecimentos de seu tempo, preparando um *patrimonium* para as futuras gerações. Pode-se estabelecer uma longa tradição destes escritos, indo desde Heródoto e Tucídides, passando por Políbio, Tito Lívio, Tácito, e findando em Amiano Marcelino. Por outro lado, um uso da História que, frente a um presente considerado decadente, não se contenta em lamentar, mas sim busca na História as armas para combater o presente, e vencer no futuro.

Em ambos os casos a História é uma história pragmática, na medida em que almeja possuir alguma praticidade àqueles homens que conduzem o Estado, militar ou politicamente, como já explicitado. Como aponta Eustaquio Sánchez Salor, com frequência encontra-se em Roma um debate entre a prioridade da política ou da história:

Se o fim da atividade historiográfica é a educação política, ou, melhor, a educação dos políticos, é lícito perguntar-se se é mais importante a atividade propriamente política ou a educação para a política, a dizer, a historiografia. (2008: 129; tradução nossa)

Salústio, uma das principais fontes de *Vegetius* (ao menos para a problemática da ideia de decadência em Roma) encontra-se exatamente neste dilema: expulso da vida política, o exilado Salústio passa a escrever a História de fatos dignos de memória em seu tempo, concluindo: õBelo é trabalhar bem pela república, e falar bem também tem seu

mérito. Cabe ser famoso na paz ou na guerra. Se louvava a muitos por haverem escrito os feitos de outros. (Cat. 3, 1-2; tradução nossa). Essas palavras levam a uma interessante reflexão sobre *Vegetius*: o mesmo é um burocrata político, e possui interesse direto em agir sobre a estrutura militar romana, visando reconstruí-la a certos moldes colhidos na tradição; ao mesmo tempo, lança mão da História e de sua autoridade (apesar de não se denominar um historiador) para oferecer a educação para a política, os ensinamentos necessários para as reformas; por fim, na medida em que manipula a história narrada no epítome ao seu bel prazer, visando sempre os problemas do seu presente (e não a coerência histórica das instituições que narra), *Vegetius* demonstra a preocupação de um político, e não de um historiador preocupado com a verdade dos relatos. Um político que faz História para fazer política. Conclui Salor:

A solução para o dilema entre a política e a atividade historiográfica parece encontrar-se, em um certo momento, na ideia de que a atividade historiográfica é um aspecto da ação política: da mesma forma que se defende o estado com a atividade política, também se defende com a atividade historiográfica. (2008: 130; tradução nossa)

É nesta lógica que creio que devemos compreender *Vegetius*: uma História *magistra vitae* que ensina, e um ensinamento que pode salvar a *res publica*, o Estado romano. Mas, é importante atentar, não será qualquer *Historia* a ser manuseada por *Vegetius*:

(...) os Lacedemônios, os Atenienses e outros Gregos expuseram muitas matérias em livros a que dão o nome de *táctica*, mas nós devemos pesquisar o sistema militar do povo romano [*disciplinam militarem populi Romani*] que alargou o seu império a partir de territórios pequeníssimos quase até as regiões do sol e aos confins do próprio mundo. (*Epit.* I, 8)

As respostas não estão nos gregos, conquistados por Roma<sup>78</sup>, mas na memória de Cipião, César ou Trajano, verdadeiros conquistadores do mundo. Por isso os ensinamentos gregos são descartados, mesmo que ele possivelmente os dominasse (CHARLES, 2007: 44-45). A *antiqua consuetudo* e a *virtus* sintetizam todo o necessário para que Roma volte

---

<sup>78</sup> Cujas referências, no tocante à prática militar, muitas vezes carregam julgamentos negativos: õez em pedaços uma coorte cujos soldados, fornecidos outrora pelo rei como auxiliares e mais tarde admitidos como cidadãos romanos, tinham tomado as nossas insígnias e armas, conservando porem a indolência e indisciplina dos gregos. (TÁCITO, *Histórias*, III, 46)

a ser a senhora incontestada do mundo. De que os costumes dos antigos podem ser reaprendidos a partir dos livros, o próprio *Vegetius* parece suficientemente convencido<sup>79</sup>. Mas e a *Virtus*? Não será ela um fruto da natureza aristocrática dos romanos de outrora, e como tal perdida para sempre; ou, por outro lado, uma gama de comportamentos e atitudes que podem ser imitados e emulados:

Eu compilei a sùmula disto tudo neste livrinho com fidelidade e dedicaçãõ [(*haec fidei ac devotionis intuitu*)], ó Imperador Invicto, a partir de todos os autores [(*universis auctoribus*)] que reduziram a escrito a ciência da arte militar para que, se alguém quiser mostrar-se diligente na seleção e no treino dos recrutas, possa facilmente reforçar o exército pela imitação das antigas virtudes. (*Epit.* I, 28)

Aparentemente, a confiança na força do passado romano, diligentemente sistematizado, é o suficiente para a mudança do presente, e mesmo para o retorno do próprio valor da Virtude.

Enfim, *Vegetius* compõe a obra com base na tradição (pagã), e ao fazê-lo se apropria não apenas de dados e conhecimentos técnicos, como também um sistema de pensar e refletir a realidade, de discursos, interpretações e modelos de pensamento, compulsados nos diversos autores, por ele mesmo referidos como dotados de autoridade. Remetendo a minha problemática de pesquisa, em minha visão, para compreender com mais densidade a obra é necessário abranger sua inserção em um dos matizes do pensamento tradicional greco-romano, uma ãconsciência coletiva do universo grego-romanoö (LE GOFF, 1984: 395) impregnada com a ideia de degenerescência do mundo, em especial do seu próprio. Ou seja, compreender a obra como receptáculo de uma tradição decadentista presente em diversos autores da tradição romana.

## Estrutura

Por fim, resta compreender como diversos modos de discurso, regras ou convenções operam nos textos, compreendendo quais foram as regras ou convenções

---

<sup>79</sup> ãPortanto, devemos recuperar o antigo costume [(*antiqua consuetudo*)], a partir dos livros de História [(*historiis*)] ou de outros.ö (*Epit.* I, 8)

dominantes de um gênero em um dado momento. Creio ser possível inserir a obra de *Vegetius* em pelo menos três estruturas literárias: a retórica antiga, a polemologia<sup>80</sup> e os compêndios e epítomes.

Para melhor compreender esse uso das ideias em *Vegetius*, creio que seja preciso levar em conta que o mesmo era versado na arte retórica greco-romana, como lembra Gómez (1999: 14), apontando os recursos estilísticos utilizados nos prólogos, por exemplo. Longe de analisar apenas figuras ou o estilo de *Vegetius*, analisar certos aspectos da sua obra com base na Nova Retórica é compreender como a *dispositio* dos argumentos, e o uso deste estilo (laudatório, nos prólogos, e pragmático, no desenvolvimento do texto), estão agindo para persuadir um ou vários terceiros. Levando em conta que a obra de *Vegetius* tem como objetivo servir de base para uma reformulação do exército romano, para lograr sucesso em tal projeto, é imprescindível a persuasão do auditório que poderia por em prática tais medidas, ou seja, o Imperador (e também, é claro, círculos cortesãos próximos). Na lógica da Nova Retórica, persuadir é o ato de levar alguém a crer em alguma coisa, conquistando, como nos diz Cha m Perelman (2005: 6), a adesão dos espíritos. Este convencimento é fruto de uma arte que passa pela figura do orador/escritor (Quem é? O que diz? Por que diz? O que o autoriza a dizer?, etc.), pela forma de escolher e ordenar os argumentos (sucessão, causalidade, finalidade, exemplo, etc) e pelo uso de figuras (metonímias, metáforas, hipérboles, alegorias, etc.). Ao analisar alguns aspectos da obra de *Vegetius* sob este viés, em suma, procederei a responder a questão proposta por Olivier Reboul (1998: 139): ao interpretarmos um texto, a partir de uma leitura retórica, o que ele é persuasivo? [E] portanto, quais são seus elementos argumentativos e oratórios? Na obra podemos constatar três diferentes usos da retórica, aos moldes clássicos, que acabam por se apresentar como práticas discursivas, na medida em que existe a interação entre instituições e formas de discurso: o laudatório, o pragmatismo e as arengas militares.

O complexo mecanismo de acesso ao Imperador faz *Vegetius* lançar mão de um estilo laudatório de discurso, especialmente nos prefácios. É pertinente observar o prefácio

---

<sup>80</sup> Conforme nos ensina David Paniagua (2010: 204), o termo polemologia foi cunhado por Gaston Bouthoul, em 1945, com o intuito de criar um neologismo que abarcasse a aproximação de um corte sociológico ao fenômeno da guerra. Todavia, essa caracterização inicial diluiu-se, e o termo se converteu em uma forma moderna de denominar aquilo que os romanos chamaram de *ars* ou *scientia rei militaris*. Neste critério, é ilícito empregar o termo paralelo polemografia para a escritura, a fixação por escrito, de conteúdos relativos à *ars* ou *scientia militaris* e polemografos para aqueles que se dedicam a cultivar tal arte. (tradução nossa).

do *Compendio de História Romana (Breviarii Ab Urbe Condita)*, de Flavio Eutrópio, escrito entre 371 e/ou 372:

De accordo com o desejo de Tua Bondade, reuni succintamente, numa breve exposição, conforme a ordem chronologica, os acontecimentos mais assignalados militares e civis desde a fundação da cidade até os nossos dias, acrescentando-lhes, outrosim, os feitos que sobresahiram na vida dos maioraes, para que a mente divina de Tua Sereuidade possa alegrar-se de ter seguido no governo de Império as façanhas dos varões illustres, antes de os conhecer pela leitura<sup>81</sup>.

E compará-lo com o prefácio do Livro I da *Epitoma de Vegetius*:

Nos tempos antigos, existiu o costume de mandar oferecer aos imperadores as obras das artes liberais compostas sob a forma de livros. Porque nada é empreendido correctamente a não ser que, depois de Deus, também o imperador o tenha favorecido, e porque nem é muito conveniente que alguém saiba mais ou melhor que o imperador, cuja sabedoria pode ser útil a todos os súbditos. Que Octávio Augusto e os bons imperadores depois dele a tiveram de bom grado, isso é mostrado por inúmeros exemplos. Assim, a eloquência propagou-se por meio dos testemunhos dos que governavam, ao mesmo tempo que a audácia não era censurada.

Compellido por este exemplo, enquanto penso que Vossa Clemência é capaz de perdoar mais do que outros as ousadias das letras e que a custo percebi que sou em muito inferior aos antigos escritores, é lícito que nesta obrzinha não sejam necessárias, nem a harmonia das palavras [(*verborum concinnitas*)], nem a sutileza do espírito [(*acumen ingenii*)], mas sim um trabalho diligente e fiel [(*labor diligens ac fidelis*)], para aquelas matérias que estão encerradas, dispersas e escondidas junto de diversos autores históricos [(*historicos*)] e junto daqueles que ensinam a disciplina das armas sejam apresentadas em público, em benefício dos Romanos [(*pro utilitate Romana*)].

Por conseguinte, tentamos mostrar por partes e capítulos qual o costume antigo [(*antiquam consuetudinem*)] sobre a escolha e o treino dos recrutas. Não que para ti, Imperador Invicto, estes assuntos pareçam desconhecidos, mas para que tu reconheças aquelas matérias que outrora os fundadores do Império Romano [(*Romani imperii conditores*)] conservaram e que tu tens à tua disposição de livre vontade, em prol do bem-estar da República [(*pro rei publicae salute*)], e para que encontre neste pequeno livrinho o que quer que seja que tu acreditas que deve ser procurado sobre os temas mais importantes e sempre necessários.

---

<sup>81</sup> *Res Romanas ex voluntate mansuetudinis tuae ab urbe condita ad nostram memoriam, quae in negotiis vel bellicis vel civilibus eminebant, per ordinem temporum brevi narratione colegi strictim additis etiam his, quae in principum vita egregia extiterunt ut tranquillitatis tuae possit mens divina laetari prius se inlustrium virorum facta in administrando imperio secutam, quam cognosceret lectione.*

Em ambos percebe-se a recorrência de alguns tópicos: os autores diminuem-se a si e a suas obras, entendidos como insignificantes frente à grandeza do Imperador (*mediocritatem meam* = minha mediocridade (*Epit.* III, prefácio), mesmo que parte do conteúdo das obras, o passado romano, seja valorizado (*inlustrium virorum; antiquam consuetudinem*). Os termos de referência ao imperador são muito similares, ou mesmo se repetem: Eutrópio: *mansuetudinis tuae* = Vossa Bondade; *tranquillitatis tuae* = Vossa Serenidade. *Vegetius*: *clementiam vestram* = Vossa Clemência (*Epit.* I, prefácio; II, prefácio; IV, prefácio); *tranquillitas tua* = Vossa Serenidade (*Epit.* II, prefácio); *indulgentiae vestrae* = Vossa indulgência (*Epit.* II, prefácio); *serenitate tua* = Alteza Sereníssima (*Epit.* III, 26); *maiestatis vestrae* = Vossa Majestade (*Epit.* II, prefácio; IV, prefácio). Existe também o cuidado contraditório de diminuir o próprio conteúdo das obras, apontando que os feitos dos destinatários superam ou igualam os fatos e ensinamentos narrados.<sup>82</sup> Tais constatações levam a crer que existe um estilo laudatório compartilhado pelos autores que destinavam suas obras aos imperadores, e que *Vegetius*, visando obter sucesso em sua empresa, faz uso destes tópicos.

Além disto, os prefácios de *Vegetius* revelam outro recurso retórico utilizado. A lógica de uma História *magistra vitae*, de um conhecimento do passado que pode ser compilado e aplicado no presente estimula um estilo pautado na concisão, que será o tom de praticamente todo o epítome. A harmonia das palavras (*verborum concinnitas*) e a sutileza do espírito (*acumen ingenii*) darão espaço a um trabalho diligente, fiel (*labor diligens ac fidelis*) e equilibrado, õde tal forma que nem o tédio surgisse devido ao grande número de pormenores, nem, por outro lado, um escasso número de detalhes provocasse uma menor fidelidade ao assuntoõ (*Epit.* III, prefácio). Mais uma vez pensando em seu auditório, seja ele um õimperador-soldadoõ como Teodósio I, seja um õimperador incultoõ, como Valentiniano III, um estilo simples e direto teria melhor aceitação, em ambos os casos.

A análise de uma passagem de *Vegetius* possibilita observarmos outro uso dos preceitos da retórica. No capítulo 9 do livro I, após a descrição de uma série de preceitos de treinamento (marcha para obter ordem nas fileiras; corrida para tomada de posições,

---

<sup>82</sup> Tal premissa aparece com bastante intensidade do Prefácio ao Livro II da *Epitoma*: õRevelou-se por sucessivas vitórias e triunfos que Vossa Clemência conserva de forma muito completa e muito hábil os ensinamentos dos antepassados sobre a arte militar, se é que, na verdade, o resultado dos acontecimentos é sempre uma comprovação irrefutável da sabedoria.õ

exploração e perseguição; salto, para cruzar fossos e atacar com mais vigor), *Vegetius* conclui o capítulo com a seguinte frase: “Salústio lembra, sobre a prática de Gneo Pompeu Magno, que ele rivalizava com os ágeis no salto, com os velozes na corrida, com os fortes na luta”. Trata-se de uma passagem das *Histórias* de Salústio (II, 19), restituídas a partir da própria citação de *Vegetius*. Para além das referências à Salústio e Pompeu, entendidas como autoridades que dessa forma reforçam o argumento proposto, em minha leitura, *Vegetius* remete a um preceito contido na *Retórica* de Aristóteles (II, 20 (1394a)). Ele pretende com tal citação “comprovar” a aplicabilidade de todos os preceitos enunciados anteriormente. A posição da citação remete à Aristóteles, quando este nos diz que um único exemplo é mais eficaz quando “comprova” uma tese já lançada, sendo que o contrário, um discurso que parta de exemplos para concluir alguma tese, possui menor potencial de persuasão<sup>83</sup>. O uso de tal premissa é recorrente em *Vegetius*, em especial no primeiro livro da *Epitoma* (I, 5; I, 9; I, 10; I, 13; I, 15; I, 19; III, 9).

Por fim, estudos recentes sobre as arengas militares (organizados por ZOIDO, 2008) me propiciam incluir *Vegetius* em mais esta tradição retórica. Tratam-se discursos pronunciados pelos generais aos seus subordinados, antes, durante ou depois de uma batalha ou campanha militar, visando persuadir os receptores da intenção do orador, que pode ser *docere* (informar e ensinar algo) ou *movere* (seja para incentivar os soldados a lutarem com mais afinco, seja para serem pacientes). Posteriormente, tais discursos são recolhidos e manuseados em obras de cunho historiográfico ou épico. (TRUJILLO, 2008: 298-299). Mas, enquanto tais discursos, quando pronunciados por um general aos seus subordinados, possuem funções limitadas ao *docere* e *movere*, o mesmo não pode ser dito dos historiadores que as manuseiam em suas obras:

---

<sup>83</sup> “Na falta de entimemas, convém usar exemplos como demonstração (a prova depende deles); quando se têm entimemas, há que usar exemplos como testemunhos, tomando-os como epílogo dos entimemas. Senão vejamos: quando os exemplos são colocados em primeiro lugar, assemelham-se a uma indução e, excepto nalguns casos, a indução não é própria da retórica; colocados em epílogo funcionam como testemunhos e o testemunho é sempre persuasivo. Por isso, quem os coloca antes dos entimemas deve forçosamente recorrer a muitos, a quem os utiliza como epílogo, basta um, porque um testemunho honesto, mesmo que seja único, é útil.” (Aristóteles. *Retórica*. Livro II, 20 (1394a)).

(...) nas arengas de César, esse destaca sempre sua atuação modelar com seus homens e a defesa da sua *dignitas* e de seu *ethos* pessoal, frente às injustiças cometidas por seus inimigos; nas arengas das monografias de Salústio, é evidente seu estudo das motivações dos personagens e o reflexo da sociedade corrupta de sua época; nas de Lívio, louvam o heroísmo romano e as suas virtudes morais frente aos estrangeiros; nas de Tácito é evidente a mudança de poderes que se produziu no século I d.C. e a análise psicológica do exército, um exército do qual depende em grande medida o poder imperial, e que não se exorta com virtudes morais, mas sim com recompensas e butins... E assim poderíamos seguir com todos os autores, observando que as características de suas arengas são as mesmas que definem em realidade toda a sua obra. (TRUJILLO, 2008: 300-301; tradução nossa)

Esses discursos se convertem em um recurso onde cada historiador utiliza, altera e reelabora outras arengas, tomadas de historiadores anteriores, e as adapta em sua obra. Então, como compreender *Vegetius* nesta tradição? Uma passagem do livro III é determinante nesta apreensão:

A coragem e o ânimo aumentam no seio do exército graças a os conselhos e ao encorajamento do general, especialmente se os soldados receberem uma explicação acerca do combate que se avizinha, na sequencia da qual eles acalentem a esperança de chegar à vitória. Então, deve mostrar-se a cobardia e os erros dos inimigos e, caso eles tenham sido anteriormente derrotados por nós, deve recordar-se disso. Refira-se também aquilo que possa acender nas mentes dos soldados o ódio, a ira e a indignação para com os adversários. (*Epit.* III, 12)

Em uma primeira visão, percebemos claramente os dois motivos apontados na definição da arenga: *docere* e *movere*; por um lado os conselhos e a explicação acerca do combate, por outro, o encorajamento, o acalentar e a esperança na vitória. O *docere* passa também pela memória, e pelo conhecimento do inimigo, enquanto o *movere* passa na ação do *phatos* dos soldados, acendendo-lhes o ódio, a ira e a indignação. Impossível não recordar Aristóteles, e da grande importância por este atribuída à capacidade de um orador em estimular a ira (*Ret.* II, 2 (1380a)), o ódio (*Ret.* II, 4 (1382a)) e a indignação (*Ret.* II, 9 (1387a ó 1387b)) em determinado auditório. Mais uma vez, não significa que *Vegetius* tenha lido diretamente a *Retórica*, ou qualquer obra de Aristóteles, mas significa que ele transita por mais esses aspectos da retórica, e os articula como uma medida útil a um comandante em campanha. Mesmo não os citando, é possível que *Vegetius* tenha em mente

as diversas Arengas existentes em suas fontes (em especial, em Salústio: *Jug.* 49. 1-4; 51.4; 51.5-52.1; 56.4; *Cat.* 58; 59.5-6), com suas inúmeras possibilidades de construção.

Compreendendo agora a segunda categoria estrutural da *Epitoma*, existe a necessidade clara de situar *Vegetius* em uma sequência de escritores polemógrafos, que se dedicaram à sistematização da arte da guerra em livros e escritos, no decorrer da história romana. Ao longo desta trajetória de autores dedicados às *res militares*, existiram claramente dois focos de interesses, como aponta David Paniagua (2010: 205-206; tradução nossa):

A primeira delas se centrou no aspecto formativo e preceptivo, a dizer, na *ars militaris* propriamente dita, enquanto a segunda se centra na *disciplina militaris*. Se a *ars militaris* é formada por todos aqueles elementos precisos para que a ação militar tenha êxito, através do estudo e da instrução dos fundamentos de estratégia, tática, engenharia bélica, adestramento e exercícios, formação militar, higiene, construção das infraestruturas militares e demais questões teórico-práticas, a *disciplina militaris* por sua vez é muito vinculada em vários aspectos ao *mos maiorum* e consiste na primeira instância da correta execução das ordens dadas pela autoridade, além da definição e consolidação de um código de comportamento na esfera militar que regula as relações entre os distintos membros e hierarquias militares, as infrações e padrões de conduta não permitidos nessa esfera, e os méritos e prêmios que recompensam a atitude correta, no exército, do dever militar.

Tais escritos se cristalizaram na literatura romana de forma também diferenciada: por um lado, os escritos de *ars militaris* tradicionalmente receberam a denominação de *scripta de re militari* (como os tratados de Catão e Frontino, por exemplo), enquanto os de *disciplina militaris*, geralmente ligados ao âmbito da jurisprudência, ganharam a denominação de *ius militare*, um direito que abrangia a esfera militar, comumente desenvolvido e sistematizado por juristas (como Paterno, por exemplo). *Vegetius*, na medida em que sistematiza os diversos autores já citados, bem como as constituições promulgadas durante os reinados de Augusto, Trajano e Adriano, faz uso tanto de obras preceptivas quanto do direito militar. Não apenas faz uso, mas seu tratado possui claramente este viés duplo, sendo um depositário de ensinamentos teórico-práticos e dos funcionamentos legais da legião. É bom lembrar também que *Vegetius* é um dos últimos polemógrafos, e pode ser entendido como o depositário de grande parte da tradição (referida e citada por ele) que se perdeu quase na totalidade (PANIAGUA, 2010: 217). É

essa mesma tradição, e não a atuação e experiência próprias de *Vegetius*, que garante a *auctoritas* do seu tratado.

Por fim, cabe compreender a ampla circulação dos epítomes e breviários (ou compêndios) durante o final do século IV e início do V. Os breviários ou epítomes ligavam-se principalmente ao antigo modelo historiográfico, produzido para atender novos senadores, burocratas e mesmo imperadores, desejosos de conhecer, de forma sintética, o passado romano (a obra de Eutrópio, encomendada pelo imperador Valente, é um excelente exemplo). Mesmo que não possuindo um caráter religioso (como tratado anteriormente), isso não significa que tais obras não possuíssem uma proposta política clara, ligada a um ideal moral que buscava oferecer normas de conduta para aqueles governantes que, em vida ou após a morte, queriam ser considerados bons imperadores (MENDES, 2002: 25). Desprovida de poder *de facto*, restava apenas à elite letrada romana buscar-se de garantias morais e resgatar elementos tradicionais, como forma de limitar o poder imperial e garantir as prerrogativas que ainda possuía (MENDES, 2002: 26).

Os compêndios caracterizavam-se por serem compilações produzidas com base em um ou mais autores do passado, e que tinham como características a superficialidade dos assuntos e a ilustração com muitas citações de autores clássicos. Tais edições visavam a redução de custos para produção e o suprimento da demanda por leituras rápidas (FORNARA, 1993: 190-193). Em alguns casos, a obra caracterizava-se por possuir um eixo temático recortado pelo próprio compilador; a partir deste eixo, o autor colhia ensinamentos de diferentes autores, de variadas épocas e espaços, e os dispunha de forma clara e resumida, voltada para leituras práticas e rápidas, visando em geral o grande público (via de regra não disposto a dedicar boa parte da jornada diária à leitura) (MENDES, 2002: 24). Paradoxalmente, apesar do título de sua obra (*Epitoma*), o próprio *Vegetius* é um exemplo perfeito deste gênero literário<sup>84</sup>: a *Epitoma Rei Militaris* possui como eixo a arte militar, enquanto o *Digesta Artis Mulomedicinae* tem o eixo na medicina e trata de equinos, e ambos são construídos a partir das referências de variados autores antigos. Como assinala David Paniagua (2010: 215), quando analisa o *De Rebus Belicis*, outro ingrediente recorrente em obras de transmissão do conhecimento, ao menos desde os tempos de Catão, é a marca pessoal dos compiladores. Devido às observações sobre

---

<sup>84</sup> Fato o qual revela a fragilidade destas definições, indicando o diálogo e a complementaridade entre tais gêneros literários.

política, economia ou administração, tais escritos muitas vezes tomavam uma característica panfletária. Em suma: uma mescla de recortes autorais unidos por uma proposta política.

Essa estrutura de tais compilações, e em especial da própria obra de *Vegetius*, funciona como uma estratégia de mesclagem do próprio *corpus* textual que a sustenta, uma estratégia de desmembramento [que faz] uso de montagens e de citações, mediante as quais o texto se entrelaça e também se respinga com partes de outros ó seja e textos escritos ou de elementos do discurso social (LACAPRA, 1998: 275; tradução nossa). Monteiro (2009: 416 (nota75)), quando mapeia a legião descrita por *Vegetius* (*Epit.* II, 6), conclui que a mesma trata-se de um processo de recorta e cola: enquanto a infantaria segue um modelo com práticas republicanas muito antigas, a organização dos cavaleiros adere a um modelo tardio, da segunda metade do século III d.C. Nesta mesma lógica, Charles (2007: 42) aponta que certas seções da *Epitoma* imitam linhas completas das *Geórgicas* e da *Eneida* de Virgílio (por exemplo, o capítulo 41 do livro IV imita passagens do livro I das *Geórgicas*). O mesmo Charles sintetiza, de forma bastante perspicaz, a singularidade de *Vegetius*:

Vegetius parece propor um retorno, não a qualquer legião reconhecida da República, do Principado ou do início do Dominato, mas ao que ele considera como a formação legionária ideal. É claro que a *antiqua legio* de Vegetius foi, em muitos aspectos, uma concatenação imaginária de várias fontes de vários pontos no tempo. Como Gordon coloca, todas as ideias [de Vegetius] são atribuídas a uma nebulosa época de ouro no passado distante (CHARLES, 2007: 126; tradução nossa)

Outro ponto importante na estrutura da obra é que a mesma foi constituída em dois momentos distintos. O livro I parte de uma iniciativa pessoal de *Vegetius*, abordando os principais pontos do recrutamento e do treinamento, pré-requisitos para a construção de um exército desde a base. Neste sentido, não é exagero dizer que as premissas mais importantes (ou que *Vegetius* considera as mais importantes) estão contidas justamente no Livro I. De alguma maneira, o Imperador tomou conhecimento da obra, que lhe satisfez, motivando a encomenda de outros livros que abordassem os demais conhecimentos acerca da arte militar (hierarquias, organização, acampamentos, técnicas de sítio e frota). A partir desse pedido é que nascem os livros II, III e IV. O primeiro registro em que aparecem os quatro livros unidos em uma mesma obra é a edição de 450, de Flávio Eutrópio, em

Constantinopla, e preservada em uma confiável família de manuscritos (MONTEIRO, 2009: 92).

\*\*\*

Os séculos IV-V impõem questões, indicam respostas; o passado oferece a matéria prima; no meio deste caminho, *Vegetius*, e sua percepção individual sobre o que seria o momento de crise vivido pelo exército imperial, e suas propostas de como resolvê-lo. Este é o espaço do autor, do ser-obra, do entrecruzamento dos contextos, da originalidade. Sua obra é este novo, uma novidade de aparência árida, comum aos tratados técnicos, mas cujo entrelaçamento com as noções decadentistas oferece um interessante espaço de autoria. São as noções de degenerescência, bem como a análise da forma como foram manuseadas por *Vegetius*, que serão desenvolvidas na seguinte Parte II desta dissertação.

## Parte II

### Da decadência

#### Dos referencias teóricos

Esta segunda parte, que engloba a maior e mais importante análise desta dissertação, aborda o funcionamento da ideia de decadência em *Vegetius*, descrevendo a proveniência dos enunciados que a compõe sempre que possível. Optei por desmembrar a análise em uma apresentação dos referenciais teóricos, seguida de dois capítulos, com base nas premissas de Políbio<sup>85</sup> segundo as quais a decadência (*phthorá*) é originada a partir de duas causas, uma externa, geralmente ligada a invasões de povos estrangeiros, e outra interna, ligada em geral à moralidade, individual e coletiva, que se manifesta na forma de lamentações moralistas.

Desta forma, o primeiro capítulo será denominado "Da decadência que vêm do estrangeiro", onde serão analisadas principalmente as referências aos povos estrangeiros na sociedade e exército romanos, seja no papel de inimigos diretos, seja no corrompimento das instituições romanas, via processo de "barbarização". Também serão abordadas causas morais, como o luxo, quando este for associado como um elemento exógeno à realidade em questão. O segundo capítulo, "Da decadência e a estrutura interna", abordará o uso por parte de *Vegetius* de enunciados que dizem respeito aos costumes (*mores*) para a leitura do exército de seu tempo: o luxo como corruptor; o amolecimento a partir dos prazeres e dos vícios; a paz como geradora da negligência dos costumes; o ócio; a preguiça; o fim de práticas como o recrutamento e o treinamento; o declínio técnico; as boas e as más qualidades dos homens.

Atento, de antemão, para uma ressalva: os escritos de *Vegetius* centram-se, de maneira óbvia, em questões militares; desta forma, a mobilização da ideia de decadência em sua obra encontra-se eminentemente na decadência militar, e não necessariamente em aspectos sociais, econômicos, políticos ou culturais, mesmo que, como veremos, esses acabam se relacionando com o declínio militar.

---

<sup>85</sup> "Todas as espécies de sociedades políticas estão fadadas ao desaparecimento de duas maneiras, sendo uma devida a fatores exógenos e a outra a um processo cujo desenvolvimento ocorre dentro da própria sociedade (...)" (*Hist.* VI, 57)

Reconheço de antemão certa precariedade na divisão dos dois capítulos seguintes, dada a dificuldade em compartimentar uma ideia tão difusa e imbricada. Em muitos momentos, enunciados, estratégias ou objetos podem (e fazem) parte de duas ou mais categorias ou subcategorias acima descritas, e mediações serão necessárias. Mesmo assim, acredito que a divisão tem potencial de inteligibilidade, tornando o texto mais claro e fluído.

Antes de iniciar os capítulos correspondentes às análises propostas acima, algumas considerações gerais sobre a noção de decadência são pertinentes, além de uma apreciação mais densa quanto a algumas premissas contidas na *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault.

Como nos ensina Jacques Le Goff (1984: 393-394), a decadência é um dos conceitos mais confusos aplicados ao domínio da história. É confuso já que as palavras que o designam são diversas, além da ideia que o conceito representa ser constantemente variada, podendo ocupar diferentes lugares e significados no interior de determinado sistema. No que tange a esta pesquisa, é importante ressaltar que o próprio termo decadência não existia durante a antiguidade, sendo essa uma palavra surgida no latim medieval, *decadentia*, sob condições pouco esclarecidas. Todavia, mesmo que tal termo seja anacrônico em relação à antiguidade latina, o sentimento de decadência era bastante presente, e enunciado de diversas formas. Ou seja, mesmo que designemos por declínio, ruína, queda, degenerescência, destruição, corrupção, ou nos termos clássicos, como *phthorá*, *inclinata*, *exhauriaturo*, *labente*, estaremos sempre exprimindo o mesmo fenômeno (apesar das nuances de cada percepção).

Alguns desses termos e percepções, nos autores que os desenvolveram, merecem ser apresentados. Políbio utiliza o termo grego *phthorá*, no sentido de ruína ou fim (Hist. VI, 5), associando a um fator natural (Hist. VI, 57), ou mesmo a um processo de declínio (Hist. VI, 9). Tito Lívio, em seu prefácio aos *Ab Urbe Condita Libri*, utiliza três termos em um movimento de queda dos costumes:

(...) em meio ao paulatino afrouxar-se [*labente*] da disciplina, pôde-se acompanhar com o espírito a dissolução dos costumes, o modo como esses decaíram [*lapsi*] mais e mais e começaram a se precipitar [*praecipites*], até que se chegou a nossos dias, nos quais não podemos suportar nem nossos vícios nem os remédios contra eles.

Neste movimento, o deslize (*labente*) é seguido pela queda (*lapsi*) e, por fim, o aniquilamento (*praecipites*). Em Cícero (*Cartas a Brutus*, I, 18 e *De Rep.* II, 25) e Salústio (*Cartas a César*, I, 7, 4) encontramos a fórmula *inclinata res publica* (declínio do Estado). Ou seja, existe na tradição greco-romana uma série de termos concretos para expressar a ideia de decadência. Assim sendo, a análise da etimologia dos termos é importante, pois pode colaborar para um mapeamento da ideia. No entanto, como aponta Olivier Reboul (1998: 119), muitas vezes o argumento etimológico esquece-se (...) de que a palavra só tem sentido sincronicamente, ou seja, no sistema presente de uma língua. Dessa forma, assinalo que a análise das ideias em contexto, seja em *Vegetius*, seja em suas fontes, será tão ou mais importante que a análise de termos ou conceitos específicos.

Na apresentação de alguns destes possíveis sentidos, retomo o princípio das duas causas para a decadência. Políbio analisa tais causas, primeiramente a interna, quando lamenta o excesso de riqueza obtido no fim das guerras púnicas (*Hist.* VI, 57), e outra externa, quando analisa indiretamente o Estado helenístico da Bactriana, que fora barbarizado por cavaleiros nômades (*Hist.* XI, 34). Quando trata das causas internas, Políbio aborda a questão do luxo e das riquezas como corruptores e potencializadores da decadência (*Hist.* VI, 7; VI, 57; XX, 6-7). O luxo, nesta lógica, faz com que os homens abandonem suas tradições e valores, em busca do ócio, conforto e honras. Similar é a paz, que em um Estado marcadamente belicista como o romano é vista por muitos (como o historiador Tácito) como causa de amolecimento, o que abre espaço para o luxo e o ócio, responsáveis por debilitar o treinamento e a disciplina em âmbito militar, o que por sua vez liga-se diretamente às derrotas militares.

Segundo Salústio, uma das causas das crises vividas pelo seu tempo devia-se a falta da *virtus* romana (*Cat.* 7). A *virtus*, segundo autores da tradição como Lucílio (*Frag.* IV-V), caracterizaria uma série de limitações, ponderações e medidas na vida pública e privada dos indivíduos. O fim da *virtus* liga-se diretamente ao fim dos grandes homens do Estado romano que Cícero incansavelmente trata em seus escritos (como em *De Rep.* V, I). Outro elemento importante é a visão da decadência enquanto dado da natureza, dentro de um ciclo natural e orgânico em que o declínio das formações sociais obedece a um sistema de nascimento, crescimento, apogeu, decadência e morte. Lucrécio desenvolve tal lógica quando analisa o declínio da agricultura italiana, apontando que a decadência é um fato materialisticamente observável (*Nat.* II, 1150). Sêneca também aborda o Estado romano nestes termos, associando o regime monárquico à velhice do mundo romano (*Fragmenta*

*Historiarum*, 4). Entretanto, seguindo Lucrécio, mesmo que a decadência possa ser percebida materialmente, não há como escapar de uma lamentação moral (*Nat.* I, 40), onde retomamos as lamentações como os vícios, o ócio, a luxúria e as riquezas em excesso, por exemplo. Na análise da obra de *Vegetius*, Santo Mazzarino (1991: 60), tal qual Norma Musco Mendes (2002: 154), prendem-se à seguinte passagem da obra de *Vegetius*:

(...) quando os jovens mais ilustres seguiam os cargos civis e quando os mancebos que, indicados pelos proprietários por meio de favor ou desleixo dos recrutadores, se juntavam ao exército eram de tal espécie que até os seus senhores tinham repugnância de tê-los. (*Epit.* I, 7)

Para eles, e em especial para Mazzarino, cuja proposta de seu livro *O fim do Mundo Antigo* é justamente abordar o conceito de decadência, essa passagem diagnostica um dos grandes problemas do final do século IV e V: a redução demográfica do Império, que induzia a recrutar homens impróprios ao serviço militar e, especialmente, muitos bárbaros. Nas palavras de Mazzarino, a obra de *Vegetius* é òum ÷diagnósticoø preciso, um reméδιο arqueológicoö (1991: 60).

Visando ordenar tal pluralidade de sentidos, construo um sistema que permite ler diferentes conceitos, enunciados e estratégias a partir de um olhar referencial estabelecido pelo historiador, que faz uma pergunta ao passado. E essa questão é clara: como *Vegetius*, a partir de autores antigos ligados aos seus escritos, percebia, sentia, denominava e operava o que modernamente designamos como decadência? É este o principal questionamento que pretendo responder ao longo desta segunda parte.

Mesmo levando em conta todas as dificuldades na fixação de um significado mais preciso para essa ideia/conceito de decadência, como visualizado no rápido panorama acima apresentado, arrisco-me em uma definição, fruto de leituras acumuladas sobre esse tema, tanto de autores da antiguidade, como de teóricos modernos, e que servirá como guia nas leituras da obra de *Vegetius* e dos autores por ele manuseados<sup>86</sup>. Entendo decadência como um discurso que efetua uma leitura, por parte dos atores sociais, da realidade segundo um parâmetro valorativamente inferior, em relação à outra realidade anterior, seja histórica ou imaginária. Tal forma de saber visa, via de regra, agir sobre o presente decadente, seja por um retorno a certos elementos do passado mitificado, seja por buscar

---

<sup>86</sup> Os autores diretamente citados são: Catão, Varrão, Salústio, Virgílio, Frontino, Cornélio Celso e Paterno. Além destes, outros importantes autores como Políbio, Anônimo, Lucrécio, Juvenal, Tito Lívio e Tácito, não diretamente referidos, serão analisados em seu uso da ideia de decadência.

neste passado respostas e ensinamentos para agir sobre o presente. Minha visão prende-se não às análises de processos de decadência *de facto*<sup>87</sup>, mas sim às percepções que determinados atores sociais possuem sobre tal processo.

Para além, a decadência pode ser considerada um *topos* historiográfico, um tema recorrente, utilizado como uma chave interpretativa para um determinado povo em um dado período histórico (ARAÚJO, 2007(b): 91). Obviamente, a chave é mutável, já que cada autor efetua um recorte a partir do qual orienta suas reflexões. Ele seleciona, entre as inúmeras causas possíveis, aquelas que julga as mais adequadas. Deve-se levar em conta também que a narração de um processo de decadência não envolve uma única causa ou episódio (como acontece, de maneira geral, em uma crise), mas articula múltiplas causas, pertencentes geralmente a diversos domínios (religioso, técnico, moral, político, social, etc.).

Estão implícitas nesta ideia de decadência que procuro delinear importantes noções de temporalidade<sup>88</sup>, relacionando tanto o passado, quanto o presente e o futuro. Em geral, o discurso decadentista vê no passado a *Idade de Ouro* paradigmática, que em algum momento da história foi perdida. O presente é o momento que vive esta falta, onde os valores e instituições já se encontram corrompidos, ou totalmente perdidos. Cabe ressaltar que este presente pode ser um *presente-futuro*, onde (como em Políbio) o momento negativo será consequência de um processo que ocorre no presente, mas cuja consumação dar-se-á apenas no futuro. Quanto ao futuro, esta é a temporalidade mais aberta no que tange ao pensamento decadentista, onde se podem encontrar, em geral, duas posições: por um lado, aqueles autores que apenas se resignam a lamentar o presente e o futuro, como fruto da natureza humana, ou de erros e vícios incorrigíveis; ou aqueles que, mediante a análise do presente e do passado, procuram agir para modificar o futuro, em geral buscando as respostas no passado dourado. E é nesta perspectiva que insiro *Vegetius*.

Analisando o conceito de decadência em Roma, somos levados pelas análises realizadas pelo grande historiador Santo Mazzarino. Esse erudito é categórico ao dizer que,

---

<sup>87</sup> Para compreensão do que poderia caracterizar um processo como tal, cito a definição, desenvolvida por Julien Freund (apud ARAÚJO, 2007(b): 89): a decadência é um processo histórico multiforme que faz sofrer de caducidade as diversas manifestações de um grupo social ou de uma civilização, uma vez compreendida que esta ação corrosiva pode comportar períodos de desaceleração, precipitação ou de aceleração, de forma que ela pode corromper em intervalos diferentes as diversas atividades, até o momento em que o grupo desaba sob os efeitos de uma intervenção exterior, uma decomposição interna, ou as duas.

<sup>88</sup> Agradeço, neste ponto, ao colega Rafael Vicente Kunst, com o qual diversas conversas ajudaram a desenvolver meu juízo sobre aspectos de meu trabalho, em especial nas formulações da noção de tempo no discurso decadentista.

embora formulações da ideia de decadência já fossem perceptíveis entre os sumérios, entre os gregos (onde chamam a atenção os diagnósticos construídos por Tucídides) e entre os etruscos, é apenas o processo do fim do Estado romano que logra a consideração, não apenas aos contemporâneos, mas principalmente aos pósteros, de que õtal crise [possuía] algo exemplar e paradigmático: uma advertência que trazia consigo a chave para a interpretação de *toda* a nossa história.ö (MAZZARINO, 1991: 14). Sendo que, seguindo na trilha de Mazarino, a crise da unidade imperial romana em muitas análises figurou como a chave para entender a história do mundo, é nessa realidade que o conceito de decadência õatinge seu conteúdo ideal eterno.ö (MAZZARINO, 1991: 16). Não se deve ao acaso o fato de inúmeros pensadores modernos voltarem-se para o passado romano em busca do entendimento de seu presente, como Johannes Löwenklav, Otto Seek, Max Weber, Michail Rostovzev e Oswald Spengler. Este último, por exemplo, em seu interessante livro *A decadência do Ocidente*, retoma noções do tempo orgânico, pensado em um ciclo de nascimento, juventude, velhice e morte, defendendo que a õdecadência do ocidente, à primeira vista um fenômeno limitado no espaço e no tempo, da mesma forma que a correspondente decadência da Antiguidade, é (...) um tema filosófico, que, considerando-se toda a sua importância, encerra em seu seio o conjunto dos grandes problemas da existênciaö (SPENGLER, 1973: 24). Esta passagem é um indício, antes de mais nada, da força exercida pela influência da decadência romana, algo que procurarei compreender ao longo destas páginas.

É importante apontar novamente que a ideia (ou ideias) de decadência aparece nas mais variadas formas, palavras, construções e temáticas, sendo que sua ordenação requer a construção de uma arquitetura conceitual específica. A forma que encontrei ao ordenar tal õanarquia enunciativaö foi lançar mão da noção foucaultiana de *formação discursiva*, na lógica de um corpo de regras e estratégias que ordenam uma aparente dispersão de elementos. Se concordo com Le Goff quando esse diz que a noção de decadência é confusa já que se constitui de diferentes palavras, lugares e significados, entendo-a então como um discurso, uma prática, que constrói sentidos nas relações e nos enunciados em pleno funcionamento, sendo que estes sentidos, mesmo que ligados por regras de formação, vão depender de cada construção específica. A citação já clássica da obra de Foucault merece aqui ser transcrita:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de

enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção que se trata de uma *formação discursiva* (...). (FOUCAULT, 2009: 43)

Este conjunto de enunciados, ou seja, de ditos e já-ditos, palavras, termos e expressões, na medida em que se constitui como um discurso tem seu princípio de regularidade em uma mesma formação discursiva, imersa nas relações históricas de existência. O objetivo maior da *Arqueologia do Saber* é especificar um método de investigação para entender a ordem interna que constitui um determinado saber. Este método divide as regras de formação em quatro níveis de regularidades: os conceitos, os objetos, os tipos enunciativos e os temas/estratégias. Seu interesse central foca-se no discurso real, pronunciado e existente como materialidade. Em outros termos, uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento<sup>89</sup>. O que foi dito instaura uma realidade discursiva; e sendo o ser humano um ser discursivo, criado ele mesmo pela linguagem, a *Arqueologia* é o método para desvendar como o homem constrói sua própria existência. Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem *a priori*, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles. Não importa que os campos parem de produzir frutos, ou a população decresça, ou um Estado chegue ao fim, enquanto instituição política; um processo de decadência só existirá a partir do momento em que for enunciado, transformado em discurso, e devolvido ao nível não-discursivo, como mecanismo de leitura dessa realidade.

É importante ressaltar que Foucault abordava constantemente os discursos enquanto práticas dotadas de um sentido de ação. Ele define prática discursiva como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2009: 133). Ou seja, é entender o discurso em funcionamento com os níveis materiais de determinada

---

<sup>89</sup> (í ) em nossos dias, a história é o que transforma *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia ó para a descrição intrínseca do monumento.ö (FOUCAULT, 2009: 8)

realidade. Estabelecido como um regime de prática, os discursos são analisados a partir dos documentos, entendidos como monumentos. A leitura arqueológica procede então à delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias com o objetivo de estabelecer o tipo de positividade<sup>90</sup> que os caracteriza. Ao tratar os documentos como restos arqueológicos, Foucault entra na profundidade destes monumentos para buscar suas regras de formação, as regras que tornaram possível a própria existência do objeto. Estas regras, a partir de suas críticas, encontram-se em processos de descontinuidade e dispersas no nível dos enunciados.

Procurando ordenar a aparente dispersão de elementos, Foucault lança mão de quatro hipóteses individuais: 1) o conjunto de enunciados se refere ao mesmo objeto; 2) as relações se definem pela forma e tipo de encadeamento, ou um *õestiloö*; 3) grupos de enunciados a partir de sistemas de conceitos permanentes; 4) encadeamentos por um eixo temático. Foucault as lança, para logo após refutá-las. E as refuta pois nenhuma delas encerra na totalidade a construção dos grupos de enunciados, ou seja, dos discursos. A resposta para esta busca das regularidades vai surgir com a noção de *formação discursiva*<sup>91</sup>, já citada anteriormente, cujas regras de formação são responsáveis por ordenar e relacionar, em determinado momento no tempo, conceitos, objetos, tipos enunciativos e temas em uma mesma prática discursiva. Todavia, as relações entre estes quatro níveis não se dão de forma homogênea, tomando como referencial a própria trajetória de Foucault, onde em cada uma das três obras anteriores à *Arqueologia* foram analisados os níveis de regularidade que melhor operavam para cada objeto em questão<sup>92</sup>. Com base em uma apropriação destas premissas foucaultianas, pretendo definir formulações que utilizarei na leitura da ideia de decadência na obra de *Vegetius*. São elas, em especial, os enunciados, os conceitos, as estratégias discursivas (estratégias de relação entre os enunciados) e os objetos.

Ao tratar de definir os enunciados, como na maioria das proposições da *Arqueologia do Saber*, Foucault testa e refuta diversas definições. Ao mesmo tempo em

---

<sup>90</sup> Podemos definir a positividade de um discurso como sua capacidade performática em obter adesão aos seus princípios.

<sup>91</sup> Dominique Maingueneau (2007: 64-65) alerta para uma possível contradição ao nível do discurso, na existência simultânea de um processo de dispersão e de um processo de regularidade discursiva. A meu ver, é esta contradição que a noção de *formação discursiva* pretende resolver.

<sup>92</sup> Por exemplo, na *História da loucura* o objetivo era definir as regras de formação dos objetos, visando individualizar o discurso da loucura; no *Nascimento da Clínica* o interesse eram os tipos de enunciação do discurso médico, procurando definir a regularidade; no *As Palavras e as Coisas*, estudou as regras de formação dos conceitos, procurando definir a inter-relação entre os saberes (Foucault, 2009: 72).

que estes enunciados não são apenas frases, proposições ou atos de linguagem, eles são indispensáveis para se dizer que existe uma frase, uma proposição ou ato de linguagem; para que se possa dizer se a frase está correta ou não, se a proposição é legítima ou bem construída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. Trata-se então de

uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, (...) pela análise ou pela intuição, se eles 'fazem sentido' ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (í ) uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2009: 97-98)

Ao transportar tal noção para o campo de estudos da história antiga, especialmente em minha pesquisa específica, que faz uso apenas de fontes escritas, procuro entender por enunciados os menores elementos de um discurso, suscetíveis de serem isolados em si mesmos e capazes de entrar em um jogo de relações com outros elementos semelhantes a eles (FOUCAULT, 2009: 90). Os enunciados, também referidos como *õjá-ditosõ*<sup>93</sup>, já que possuem potencial de repetibilidade<sup>94</sup>, não seguem necessariamente os princípios da lógica ou da coerência, sendo que seus arranjos dependem de cada construção específica. Por exemplo, os enunciados *õNinguém ouviuõ* e *õé verdade que ninguém ouviuõ* (FOUCAULT, 2009: 91) são indiscerníveis do ponto de vista da lógica, mas enquanto enunciados podem carregar diferentes sentidos dentro da construção textual, sendo assim considerados enunciados distintos. Dessa forma, todas as frases e proposições são enunciados, mas não apenas elas; como alerta Foucault, tabelas gramáticas, quadros classificatórios, livros contábeis, equações, gráficos, curvas de crescimento, etc. (FOUCAULT, 2009: 93), são enunciados, já que desempenham funções de sentido dentro de cada discurso.

Um mesmo discurso pode ser composto por uma variada gama de tipos enunciativos, divididos em temáticas das mais variadas naturezas. Não existindo uma

---

<sup>93</sup> Como nos ensina Jacques Rancière (1994: 39), qualquer tipo de apropriação ou recepção só é possível através da existência das palavras, na sua condição de *õdito re-ditoõ*, apropriadas sempre em uma relação anacrônica, *õfora de contexto, fora de propósitoõ*.

<sup>94</sup> Nesse ponto Foucault diferencia enunciado de enunciação. Um bom exemplo desta diferença pode ser percebido na famosa abertura do primeiro discurso de Cícero contra Catilina: *õAté quando, Catilina, abusarás da nossa paciência?õ* (*Catilinárias*, I, 1) Seu enunciado pode ser repetido inúmeras vezes, mas o efeito de sua enunciação, no momento em que o discurso foi proferido no Senado romano, jamais se repetirá.

forma única enunciativa, é preciso descrever uma coexistência destes enunciados dispersos visando buscar sua articulação e determinar as regras que permitem a existência de enunciações diversas. Estas regras pautam-se em algumas questões centrais: 1) quem fala?; quem, entre todos os sujeitos falantes possui legitimidade para enunciar; 2) de quais lugares institucionais ele obtém o seu discurso?; de qual lugar advém tanto os enunciados quanto sua legitimidade (no caso da antiguidade romana, esse lugar pode ser as obras dos autores da tradição, a vida como militar, o campo, o Senado, ação como homem do Estado, dentre outros); 3) que posições os sujeitos ocupam em relação aos lugares de enunciação?; como esses percebem, observam, descrevem, ensinam, etc.; Esses três questionamentos põem o discurso novamente em um jogo de relações, uma prática que articula *status*, lugares e posições e, em plena expressão discursiva, produzindo um campo de regularidades para as diversas (e dispersas) redes enunciativas (FOUCAULT, 2009: 60-61).

Além destes elementos, tendo em vista a proposta de descrição de uma arqueologia decadentista (ao menos na obra de *Vegetius*), a noção de *o*arquivo<sup>o</sup> foucaultiana também é bastante importante. Mais que um simples depósito de enunciados, que podem ser manipulados a bel-prazer, o arquivo opera como um sistema, que instaura os enunciados como *o*acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)<sup>o</sup> (FOUCAULT, 2009: 146). Este arquivo é que oferece as possibilidades de enunciação em determinadas formações discursivas, como uma prática que faz surgir, na distância entre a tradição e o esquecimento, regras que permitem aos enunciados sua existência e, ao mesmo tempo, sua modificação regular. Este arquivo é sempre, segundo o próprio Foucault (2009: 148), algo impossível de ser descrito na totalidade, mesmo quando analisamos o arquivo de apenas um indivíduo. Mesmo não dando conta da totalidade deste arquivo, a *Arqueologia* enquanto método, ao buscar a descrição e funcionamento de uma prática discursiva, interroga os já-ditos ao nível da sua existência, sempre ligada ao arquivo que permite tal existência.

A seguir, entendo por conceitos certos enunciados que em determinada construção textual logram condensar a noção de decadência, tal qual o significado que construo para esta pesquisa. Para entendê-los, é preciso inicialmente descrever a organização do campo dos enunciados em que esses aparecem e circulam. Esta organização pode compreender diversos tipos de correlações entre os enunciados (hipótese-verificação, causa-efeito,

sucessão, etc.) e esquemas retóricos, segundo os quais pode-se combinar grupos de enunciados (como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções e definições cuja sequência caracterizará a arquitetura de um texto). Desta forma,

é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados; é a maneira de transcrever o que se observa e de reconstituir, no fio dos enunciados, um percurso perceptivo; é a relação e o jogo de subordinações entre descrever, articular em traços distintivos, caracterizar e classificar [que formam] um conjunto de regras para dispor em série enunciados, um conjunto obrigatório de esquemas de dependências, de ordem e de sucessões em que se distribuem os elementos recorrentes que podem valer como conceitos. (FOUCAULT, 2009: 63)

Desta forma, só compreendemos os conceitos ao ligá-los ao campo dos enunciados. Esse campo é dividido por Foucault em três formas de coexistência dos enunciados. O *campo da presença*, onde os enunciados já formulados em outros discursos podem ser retomados, criticados, discutidos ou julgados. As relações nesse campo podem ser das mais variadas ordens, em especial, no caso do discurso decadentista, da õaceitação justificada pela tradição e pela autoridadeõ (FOUCAULT, 2009: 64). No *campo de concomitância*, enunciados que se referem a domínios temáticos inteiramente diferentes atuam conjuntamente, õ seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos (...)õ (FOUCAULT, 2009: 64). A terceira forma é o *domínio da memória*, que õtrata-se dos enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validades, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica.õ (FOUCAULT, 2009: 64). Ou seja, trata-se de estabelecer um corpo de relações simultâneo entre enunciados recorrentes, enunciados apropriados e outros que caem em desuso, mas encontram-se em uma linha de coerência com outros posteriores. A descrição de tais enunciados, no caso de uma arqueologia da ideia de decadência em *Vegetius*, permitirá perceber como os enunciados são mobilizados, de que lugares eles são colhidos, e como cada arranjo pode mobilizar e colher os enunciados conforme suas necessidades.

Assim sendo, os conceitos devem ser considerados a partir das regras que tornaram possível o aparecimento e a transformação dos mesmos, em um nível que Foucault denomina de pré-conceitual:

(...) tentamos determinar segundo que esquemas (de seriação, de grupamentos simultâneos, de modificação linear ou recíproca) os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso; tentamos estabelecer, assim, como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ganhar em extensão ou em determinação, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas, adquirir, em compensação, novos conteúdos semânticos, constituir entre si organizações parciais. Esses esquemas permitem descrever não as leis de construção internas dos conceitos, não sua gênese progressiva e individual no espírito de um homem, mas sua dispersão anônima através de textos, livros e obras; dispersão que caracteriza um tipo de discurso e que define, entre os conceitos, formas de dedução, de derivação, de coerência, e também de incompatibilidade, de entrecruzamento, de substituição, de exclusão, de alteração recíproca, de deslocamento, etc. Tal análise refere-se, pois, em um nível de certa forma *pré-conceitual*, ao campo em que os conceitos podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido. (FOUCAULT, 2009: 66)

Em cada formação discursiva, os conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como se relacionam, se diferenciam, se associam, ou não, a outros campos de saber (ARAÚJO, 2007(a): 93). Ou seja, deve-se definir as regras de formação dos conceitos, que os permitam relacionar-se a um sistema comum, sendo que este sistema ã deve dar conta da emergência simultânea ou sucessiva de conceitos dispersos, heterogêneos e mesmo incompatíveis (MACHADO, 1981: 164). Isto significa que a formulação dos diferentes conceitos que condensam a ideia de decadência na antiguidade greco-romana (como *phthorá, inclinata, labente, exaurire*, etc.) liga-se a regras que os tornam possíveis dentro de cada obra em cuja ocorrência atestamos. Essas regras não são exteriores ao discurso, mas encontram-se em um processo simultâneo de organização enunciativa e formação conceitual, o que Foucault, na citação acima, denominou como pré-conceitual.

O terceiro nível, o das estratégias ou teorias, é, a meu ver, o mais importante. São essas estratégias que associam diversos enunciados com vistas a criar um fim desejado. No processo de visualização e compreensão do funcionamento dessas estratégias, Foucault propôs uma série de procedimentos e ações. Primeiramente, tornam-se importantes o que

Foucault denominou como *procedimentos de intervenção*, que podem ser aplicados sobre os enunciados e conceitos. Deixando claro que esses procedimentos são muito variados, dependendo de cada formação discursiva, tomei a liberdade de adaptá-los ao meu objeto de pesquisa, lembrando que sua formulação original destinava-se ao estudo dos discursos científicos. São eles: *técnicas de reescrita*, o procedimento de escrever os mesmos enunciados em diferentes estratégias; *modos de tradução*, que transformam enunciados qualitativos em quantitativos, ou seja, transforma a medida e a proporção desempenhadas por cada enunciado; *aproximação* entre diferentes enunciados, visando aumentar sua precisão dentro do discurso; a *delimitação*, por extensão ou restrição, funcionando também como um mecanismo de validação de certos enunciados; a *transferência* de um tipo de enunciado de um campo de aplicação para outro; e a *sistematização* de estratégias e grupos de enunciados já formulados em um novo conjunto sistemático. (FOUCAULT, 2009: 64-65). Esse sistema de procedimentos dá origem tanto às estratégias discursivas, quanto à formação de conceitos.

Os discursos, em amplos sentidos, fazem uso de certas organizações conceituais, agrupamentos temáticos e tipos de enunciação que formam estratégias e teorias. Como em uma mesma formação discursiva podem coexistir várias estratégias, e mesmo estratégias conflitantes, a análise deve definir qual é o sistema de relações que, em meio a diversas estratégias, é capaz de efetuar a unidade do discurso. Segundo Foucault (2009: 73), deve-se levar em conta também as relações entre diferentes estratégias, determinando primeiramente os *pontos de difração* do discurso, ou seja, pontos de incompatibilidade entre dois tipos de enunciação ou dois conceitos. Em seguida, se estabelecem os *pontos de equivalência*, já que as teorias discordantes surgem da mesma maneira e a partir das mesmas regras. Por último, se caracterizam os *pontos de ligação* de uma sistematização, de níveis ao mesmo tempo incompatíveis e equivalentes, que podem formar até subconjuntos discursivos.

Na formulação das estratégias, a questão das escolhas é central na mobilização de certos níveis, e não de outros. Escolhas que se pautam nas posições estabelecidas nas instâncias de decisão, ou seja, na apropriação dos enunciados; na relação do discurso com um campo de práticas não discursivas; e mesmo na posição do desejo<sup>95</sup>, em meio as

---

<sup>95</sup> O espaço da subjetivação nos discursos ainda não é uma questão importante para Foucault, neste momento de seu pensamento. Segundo Gilles Deleuze (1990), é após a formulação da noção de dispositivo, em especial do Dispositivo de Sexualidade, desenvolvido nos três volumes da *História da Sexualidade*, que Foucault passa a priorizar as linhas de subjetividade, juntamente com as linhas de visibilidade, de enunciação

possibilidades oferecidas pelo discurso. Para dar conta do processo das escolhas, Foucault alerta para a necessidade de estudar os discursos que coexistiam com o primeiro, desvendando como se estabeleciam relações entre eles. Essas poderiam ser pautadas por *analogia*, por *oposição* ou por *complementaridade* (FOUCAULT, 2009: 74) A partir desses contatos, podem-se descrever as relações de delimitação recíproca entre os diferentes discursos, apresentando sua singularidade, seus métodos, seus instrumentos e seus domínios de aplicação. A importância deste processo reside na constatação de que toda formação discursiva é lacunar, e o contato com outras formações pode fazer com que apareçam novas possibilidades no seio dos jogos de relações já estabelecidos. Esse contato abre a possibilidade de novas escolhas, dentro da formação discursiva inicial. Escolhas essas, por fim, que não se encontram exteriores ao discurso; não são elementos perturbadores que, superpondo-se à sua forma pura, neutra, intemporal e silenciosa, a reprimiriam e fariam falar em seu lugar um discurso mascarado, mas sim elementos formadores. (FOUCAULT, 2009: 75). Ou, para concluir:

Uma formação discursiva será individualizada se se puder definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam; em outros termos, se se puder mostrar como todas derivam (malgrado sua diversidade por vezes extrema, malgrado sua dispersão no tempo) de um mesmo jogo de relações. (FOUCAULT, 2009: 76)

Por fim, resta tratar dos objetos formados pelo discurso. Basicamente, os objetos das práticas discursivas são efeitos das regras, ou do feixe de relações. Eles emergem de certas superfícies primeiras (FOUCAULT, 2009: 46), que podem ser o exército, o senado, a cidade, o Império, a comunidade cristã, os valores, etc. São sob essas superfícies que o discurso decadentista encontra a possibilidade de limitar seu domínio e definir seu objeto. Por exemplo: para a formação do objeto exército decadente, é necessário o lugar social do exército, que discursivizado pelos enunciados surgirá como objeto do discurso. Descrevendo o que Foucault (2009: 47) denomina por instâncias de delimitação, compreendemos o lugar que possui legitimidade para delimitar um objeto: no caso do

---

e de poder, como formadoras de um dispositivo. Em suas palavras: "(...) uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa às linhas anteriores, escapa-lhes. O mesmo não é nem um saber, nem um poder. É um processo de individualização que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia (1990: 156-157).

discurso decadentista, este lugar pode ser a História, responsável por delimitar os discursos em relação, principalmente, ao tempo. A diferença entre dois exércitos, dois governos, ou duas sociedades, no tempo, é que delimitam um exército, governo ou sociedade decadente. Por fim, pensando nas grades de especificação, podemos compreender como os diferentes objetos se separam, se opõem, se associam, se reagrupam, se classificam e se derivam uns dos outros. Por exemplo, como o objeto sociedade decadente pode oferecer enunciados que formam o objeto exército decadente.

Na relação entre estes três procedimentos é que podemos visualizar um objeto discursivo, que não preexiste a si mesmo. Ele só existe historicamente, sob as condições possíveis de um feixe complexo de relações (FOUCAULT, 2009: 50). Essas relações discursivas não são apenas internas ao discurso<sup>96</sup>, estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar (...), determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los, etc (FOUCAULT, 2009: 52). Essas relações são o próprio discurso enquanto prática.

Ficam claros, creio eu, após a exposição destes pontos, algumas premissas centrais da noção de formação discursiva em Foucault. Uma das mais importantes é a constatação de que as regras que constroem um discurso como um sistema individualizado se apresentam sempre em um sistema de relações. Ou seja, são as relações entre tipos enunciativos, conceitos e estratégias que possibilitam a passagem da aparente dispersão de elementos à regularidade, formando um único sistema vertical de dependência, em uma hierarquia de relações (MACHADO, 1981: 165). E estas relações, na medida em que formam uma regularidade em meio à aparente dispersão, são remissivas a um sistema de regras específicas que regem a formação dos discursos (FOUCAULT, 2009: 80).

Também é visível, a meu ver, após as explicações acima, que uma das críticas muitas vezes disparadas contra o método arqueológico não se sustenta. Essa crítica específica dá a entender que os discursos e seus processos de formação encontram-se demasiado distantes das realidades de que emanam. Em uma das suas muitas observações, Foucault (2009: 83) explicita que uma formação discursiva

---

<sup>96</sup> Já que em muitos momentos as relações são estabelecidas por práticas não-discursivas, que permitem que o objeto apareça e se situe em um campo de exterioridade. (FOUCAULT, 2009: 50)

não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára no tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

A partir do momento que as análises são entendidas desta forma, o trabalho do arqueólogo do saber deve ser lançado também para fora do discurso propriamente dito. Ou seja, a arqueologia relaciona diferentes discursos, articulando suas formações discursivas com as práticas econômicas, políticas e sociais (MACHADO, 1981: 62), mesmo que nem toda formação discursiva seja da mesma forma permeável aos acontecimentos não-discursivos. Estas ressalvas são necessárias, já que em alguns momentos poderá parecer que minha análise dedica-se demasiado a uma leitura discursiva das fontes, com base nos níveis de regularidade acima descritos, em detrimento da materialidade histórica. Sobre isso, atento a duas observações. Primeiramente, acredito ser impossível uma separação clara entre as dimensões discursiva e histórica, entendendo por esta última os níveis político, econômico, social, cultural, etc., como exposto pelas próprias passagens de Foucault, acima citadas. Em segundo lugar, é, por outro lado, reconhecer que a dimensão discursiva possui certa autonomia em relação a esses níveis. A materialidade discursiva provém, por um lado, de um *corpus* textual herdado pela tradição histórica, que em certo nível podemos denominar como o *õarquivoö* foucaultiano, em geral complexo e de difícil isolamento, e por outro da dimensão autoral, pouco desenvolvida por Foucault em suas noções de desejo ou linhas de subjetivação, atualização e criatividade (cf. DELEUZE, 156; 161).

Creio que, neste ponto, seja adequando retomar as formulações desenvolvidas por LaCapra (1998: 245-246), visando sanar esta lacuna do papel autoral. Para este pesquisador, como já dito, um texto pode ser dividido em seus aspectos documentários e aspectos do *õser-obraö*. Esse último aspecto, o espaço da autoria, é responsável por agregações e subtrações em relação às fontes e documentos, preponderando o papel do compromisso, da interpretação e da imaginação. Repetindo, desconstruindo ou reconstruindo um dado, a dimensão do *õser-obraö* é a responsável pelo novo, por articular elementos da documentação, elementos empíricos de base material, ou os enunciados, e conduzi-los aos fins necessários a cada situação. O *õser-obraö*, neste sentido, torna-se tão ou mais importante que a própria documentação, já que essa pode ser apropriada segundo

as perguntas do autor, mesmo visando respostas pré-determinadas. Além disso, esse ser-obra é condicionado aos contextos, um momento específico quando (e onde) uma série de elementos irão entrecruzar-se para a criação de um novo. Para LaCapra, como já apontado anteriormente, o texto é considerado como o "lugar" de intersecção da tradição e do tempo específico, e produz variações em ambos. Mas não está imobilizado nem se apresenta como um nó autônomo; ele se situa em uma rede plenamente relacional. (1998: 263; tradução nossa). Tal qual a perspectiva foucaultiana, que considera os textos como *lugares* onde o discurso se materializa, LaCapra aponta para tal, com a diferença na ênfase direcionada à ação do autor. Para Foucault o autor sofre diversos processos de discursivização, perdendo em grande medida sua autonomia, já que a formação discursiva e o arquivo impõe-lhe os limites do dizer e do pensar. A meu ver, há na formulação de LaCapra uma margem de manobra maior para os autores, e outra forma de relacionamento com os *corpora* textuais. Esta relação pode ajudar a estabelecer um nível de apropriação efetuado por *Vegetius*, em relação às suas fontes.

Por fim, aponto novamente para o fato de que não podemos compreender o campo discursivo, em especial o campo discursivo da ideia de decadência, sem compreender a realidade material e histórica que produziu cada apropriação dos enunciados, conceitos, estratégias e objetos. A própria definição final de discurso proposta por Foucault (2009: 132-133) leva a esta proposta:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (í ) na história; é constituído por um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (í ) [e] é, de parte a parte, histórico ó fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às complicitades do tempo.

Após essa definição prévia da ideia de decadência, bem como das principais premissas teóricas, é preciso averiguar o que a materialidade histórica enuncia sobre esse processo. Para tentar compreender essa problemática, lanço mão de quatro questões, que permearão o desenvolver seguinte deste trabalho. São essas: quando um processo de decadência é descrito, quais são os enunciados mobilizados?; que objetos, conceitos e

estratégias são formados?; sob que regras de formação tais enunciados são unidos dentro de um sistema de sentido?; é possível, por fim, pensar um princípio de regularidade?

## Parte II

### Da decadência

#### Capítulo I

#### Da decadência que vêm do estrangeiro

É fácil dizer que à chegada dos bárbaros no Império tudo estava morto, era um cadáver inerte, um corpo estendido sobre o próprio sangue ou que o Império romano do Ocidente não foi destruído por um golpe brutal, mas que estava adormecido.

A civilização romana não morreu de morte natural. Foi morta.

(Piganiol, A. *L'Empire chrétien*. Paris: Hier, 1972: 466)

Neste capítulo procederei à análise dos enunciados e estratégias onde o motor do processo de declínio é externo, seja a partir de um processo de invasão pura e simples por parte de exércitos ou grandes contingentes de estrangeiros, seja através da influência de costumes e instituições estrangeiras.

Na sequência deste capítulo, um dos vértices centrais será a definição romana de estrangeiro, bem como os significados que a mesma carrega: o *ōbárbarō*. Tal termo é, antes de tudo, um conceito, sempre limitado em sua leitura da realidade. Em sua pretensão de englobar todos os estrangeiros considerados inferiores, a partir da perspectiva greco-romana, acaba por generalizar tribos e povos que vão do norte da Britânia, passando pela Germânia, pelas estepes Asiáticas, pela Arábia e pela África. Mas também, não existia a preocupação real de refinar este mecanismo de leitura: *ō*sabiam pouco deles e por eles pouco se interessavam, pois não atribuíam valor nenhum à diversidade *ō* (BARBERO, 2010: 23). Como aponta Paul Veyne (1992: 295), o

Império considera-se o único Estado que existe no mundo e identifica-se com o mundo civilizado, humanizado; Tácito [*Anais*] preocupa-se em qualificar os Partos como bárbaros. A palavra *ōbárbarō* mudou de sentido; já não designa [apenas] *ō*s estrangeiros *ō* sejam eles quem forem: esses estrangeiros são os *ō*selvagens *ō* cujas vagas se abatem sobre os baluartes do Império, que se confunde com a civilização helênica mundial.

E, se acompanharmos as palavras de Walter Goffart, veremos que esses bárbaros estão presentes ao longo de praticamente toda a história romana. Não apenas coexistindo com Roma, mas também, em variados momentos, opostos no campo de batalha:

(...) os celtas, que haviam capturado Roma em 390 a.C. e a queimaram até o chão, Aníbal e os cartagineses, os temíveis Mithridates do Pontus, Ariovisto, Vercingétorix na Gália ó todos estes e muitos outros não eram menos bárbaros do que os dácios do alto Império e os godos e hunos da década de 370. (1981: 277; tradução nossa)

O temor de uma invasão estrangeira, efetuada por povos considerados bárbaros, era bastante presente na longa tradição literária romana. O próprio *Vegetius* atesta esse medo recordando em três passagens da *Epitoma* a invasão dos gauleses de 390 a.C. (que Políbio situa em 387 a.C.), em especial nos momentos do cerco ao Capitólio: IV, prólogo: defesa do Capitólio; IV, 9: uso dos cabelos das matronas romanas para tencionar as máquinas de cerco; IV, 26: uso de gansos nas muralhas como alerta. Na ocasião, toda a Urbe, com exceção do Capitólio, foi saqueada e queimada pelos bárbaros. Na descrição dessa guerra, em um discurso que Tito Lívio (*Ab Urbe*, V, 45) atribui a Camilo, aparecem as principais características desses bárbaros: físico e audácia marcantes (*natura corpora animosque magna magis*), mas destituídos de firmeza (*firma dederit*), em muitos momentos assemelhando-se a animais selvagens (*ferarum ritu*)<sup>97</sup>.

Um medo ancestral, recorrente na tradição, mas também o medo frente a um inimigo existente no presente, na forma de um oponente direto. Em outra dinâmica, o temor atrelado a esses inimigos bárbaros reafirma a própria ordem imperial, em uma alteridade que constitui o próprio porquê da existência do Estado imperial romano:

A selvageria sem fim (...) e a turbulência dos bárbaros deu testemunho das virtudes da sociedade juridicamente ordenada; sua existência justifica o regime imperial como a mão que protela o caos que envolve o mundo ordenado. Enquanto o *barbaricum*, agressivo de desorganizado, esperava para ser conquistado seus

---

<sup>97</sup> ðTrata-se de um povo que a natureza dotou de um físico robusto e grande audácia [(*natura corpora animosque magna magis*)], mas destituído de firmeza [(*firma dederit*)]. Assim, no combate, seu aspecto causa mais terror do que sua força. Haja vista a derrota de Roma: eles tomaram uma cidade aberta, mas uma pequena tropa foi suficiente para rechaçá-los da cidadela do Capitólio. Já vencidos pelo cansaço de um cerco prolongado, afastaram-se e perambulam dispersos pelos campos. Saciados de alimentos e vinho ingeridos à pressa, ao cair da noite, sem trincheiras, sem instalar postos nem sentinelas, deitam-se promiscuamente como animais [(*ferarum ritu*)] à beira dos riachos. Agora, depois de sua vitória, tomam menos precauções que de costume.ö (Tito Lívio, *Ab Urbe*, V, 44)

habitantes serviram como atores indispensáveis no ritual da vitória imperial ou, mais concretamente, como um recurso de mão de obra a ser utilizado para atender às necessidades imperiais. (GOFFART, 1981: 281; tradução nossa)

O que fica claro nestas passagens é que os bárbaros sempre estiveram presentes, ao longo da história romana. Cabe compreender como a dinâmica de relação para com eles foi se modificando ao longo dos anos: simples inimigos selvagens (alheios a qualquer forma de *humanitas* ou *civilitas*); hordas que punham em perigo o Estado e a sociedade; mão-de-obra abundante para as vastas terras estatais; recrutas para o exército; o próprio exército (se tomamos o caso dos *foederati*). A inexistência de uma relação diferencial étnica<sup>98</sup> ou religiosa entre romanos e bárbaros (VEYNE, 1992: 300-301) tornava processos de aproximação não tão estranhos ao universo social romano. Todavia, quando focamos em *Vegetius*, aparentemente, a modificação das relações entre Roma e os bárbaros, principalmente a partir do século IV, (que tendiam a ver os bárbaros mais com o potencial de mão-de-obra barata do que como inimigos) passam ao largo dos seus escritos. Para ele, antes de qualquer papel possível, o bárbaro é um inimigo.

### **O inimigo reconhecido: o *barbaricus***

O temor de invasões por parte dos bárbaros, claramente enunciado, é presente desde os escritos de Políbio. Segundo nos informa Mazzarino (1991: 22), Políbio analisa o perigo que as invasões de cavaleiros nômades representavam para o Estado helenístico da Bactriana, remanescente das conquistas de Alexandre. Ele nos fala através de um discurso pretensamente atribuído a Eutidemo, rei da Bactriana:

÷A mim, Eutidemo, cabe o título e a dignidade de rei. Pois se Antíoco não está de acordo, nenhum de nós está seguro: grandes hordas nômades estão próximas, e que são um perigo para ambos, e que, se irromperem no país, certamente esse seria totalmente barbarizadoø (...) quando [Antíoco] foi informado do que Eutidemo havia dito, ele admitiu prontamente estes fundamentos para uma pacificação. (*Hist. XI, 34*; tradução nossa)

---

<sup>98</sup> Apesar da existência de teorias que diferenciavam qualitativamente homens nascidos em diferentes regiões do mundo, que serão inclusive visitadas por *Vegetius*, como exporei no prosseguir deste capítulo.

Na visão de Mazzarino, temos aqui um diagnóstico que projeta o que poderá ocorrer no próprio Estado romano. Mesmo que essas causas sejam, na maioria dos casos, imprevisíveis e de difícil diagnóstico prévio (Políbio, *Hist.* VI, 57) a ação contra este inimigo deveria ser enérgica: encontramos o elogio ao rei Prússias, de Pérgamo, responsável por vingar uma invasão dos bárbaros gálatas à região de Ílion, na Ásia, que teria vencido e exterminado todos os invasores, inclusive suas mulheres e crianças. Segundo o próprio Políbio, òele livrou as cidades do Hélesponto de uma ameaça e de um perigo extremamente graves, e deu uma boa lição aos bárbaros da Europa, ensinando-lhes a não se mostrarem no futuro tão ansiosos por passar para a Ásia.ö (*Hist.* V, 111). Esse mesmo inimigo, e essa mesma ação, são a causa e os objetivos de *Vegetius*: òjá há muito tempo pacificado o mar, é um combate terrestre aquele que se trava com os povos bárbaros [(*barbaris nationibus*)].ö (*Epit.* IV, 31).

Esse mesmo capítulo 31 possui outra consideração, que possivelmente podemos ligar ao inimigo reconhecido: òÉ que, nas coisas da guerra, a rapidez costuma ser mais útil do que a coragem [*virtus*].ö. Em meu ponto de vista, ao depreciar a *virtus*, valor tão caro aos romanos, *Vegetius* está estabelecendo uma crítica aos bárbaros, opondo a coragem à valores que esses não dominam (rapidez, organização, tática, etc.). Tácito, em suas *Histórias* (IV, 29), apresenta passagens onde esse mesmo jogo de valores é apresentado:

Em volta de grandes fogueiras os germanos comiam juntos e quando o vinho os esquentava corriam ao combate, em um arroubo de coragem inútil, porque os dardos que lançavam perdiam-se nas trevas. Os romanos, ao contrário, viam os bárbaros, e aqueles que se distinguiam pela coragem, ou pelo brilho das insígnias, serviam de alvo aos seus golpes.

Do lado dos germanos, era uma fúria cega; mas o soldado romano, que calculava todos os perigos, não atirava ao acaso as estacas ferradas e as pedras volumosas.

De um lado, a coragem cega e insensata que conduziu muitos guerreiros germânicos à morte, e por outro a disciplina e a inteligência dos soldados romanos, que os permitiu calcular os ataques, e posteriormente vencer. Também chama a atenção uma passagem de Frontino (*Estrat.* II, 1), fonte direta de *Vegetius*, no mesmo teor da passagem de Tácito:

Como Fábio Máximo sabia que os Gauleses e os Samnitas tinham um ataque inicial muito forte, enquanto que o ânimo incansável dos

seus homens se inflamava com o decorrer do combate, ele ordenou aos soldados que se contentassem em travar o primeiro assalto do inimigo, cansando os seus adversários com o passar do tempo. Tendo isso acontecido, ele reforçou a vanguarda e atacou com todas as suas forças, esmagando o inimigo e pondo-o em debandada.

Uma excelente elucidação daquilo que Tácito denominava *furor germanicus*, uma forma de combater pautada na coragem, valentia e capacidades individuais (sendo essa a forma de elevação de um guerreiro a chefe, o que faz com que os homens o sigam), mas carente de disciplina, organização tática e capacidade de combates prolongados<sup>99</sup>. Quando *Vegetius* estabelece o contraponto entre esses valores, ao mesmo tempo que reconhece o inimigo, o caracteriza como inferior e facilmente passível de ser vencido por legiões bem treinadas e disciplinadas, cuja restauração é o objetivo central da sua *Epitoma*. Outra lamentação, seguida do reconhecimento do inimigo, diz respeito à construção dos acampamentos romanos:

(...) parecem transportar para toda a parte consigo uma cidade amuralhada. No entanto, o conhecimento dessa arte extinguiu-se por completo (*sed huius rei scientia prorsus intercidit*), pois há muito tempo que ninguém constrói um acampamento rasgando fossos e cravando estacas. Nós sabemos, por isso, que muitos exércitos foram frequentemente atormentados pela súbita chegada, de dia ou de noite, de cavaleiros bárbaros. (*Epit. I, 21*)

Necessidade essa que se relaciona a certa paranóia romana, perceptível também nos escritos de Anônimo: ãas nações que ao nosso redor nos ladram (*circumlatratium*) acossam ao Império Romano por todas as partes e os traiçoeiros bárbaros (*dolosa barbaries*), guarnecidos pelos acidentes naturais, assaltam todos os pontos da fronteira.ö (*DRB*, 6.1; tradução nossa). A ideia fixa de uma ilha de civilização (*humanitas*), cercada pelo mar bárbaro em todos os lados (Estrabão apud VEYNE, 1992: 284); e, eventualmente, esse mar transborda, invade e aterroriza os civilizados, rasgando a ãtranquilidade da paz com incursões de surpresaö (*DRB*, 6.3; tradução nossa). Ou seja, em ambas as passagens o inimigo está permanentemente presente e postado como inimigo ágil e traiçoeiro. A

---

<sup>99</sup> Tito Lívio também comenta esta característica dos bárbaros, quando caracteriza os gauleses: ãA experiência no-lo ensinou: se seu primeiro assalto é aparado ó assalto que conduzem com determinação esfuziante e cólera cega ó, seus braços descaem de suor e de cansaço, suas armas vão ao chão; seus corpos amolentados, seus ânimos deprimidos, uma vez extinta a cólera, o sol, a poeira e a sede os derrubam sem ser necessário aproximar a espada.ö (*Ab Urbe*, XXXVIII, 17)

diferença entre Anônimo e *Vegetius* está apenas na forma de remediar tal ameaça: para o primeiro, devem se criar novas máquinas de guerra (desenvolvidas em sua obra); para *Vegetius*, o remédio está mais uma vez nos ensinamentos dos *antiqui*.

A terceira citação a ser analisada é a recorrente (ao menos dentro desta dissertação) passagem em que o desuso das armaduras, por parte do exército romano, é lamentado por *Vegetius*:

Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas [(catafractas)], mas também por capacetes [(galeis)]. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou [(Sed cum campestris exercitatio interveniente negligentia desidiaque cessaret)], aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes. Deste modo, desguarnecidos os peitos e as cabeças, os nossos soldados, enviados contra os Godos, foram muitas vezes aniquilados pelo grande número de arqueiros, e mesmo depois de tantas derrotas, que resultaram na destruição de tantas cidades, não foi sequer motivo de preocupação para ninguém devolver as catafractas e os capacetes aos soldados de infantaria. Isso faz com que aqueles que, desguarnecidos, estão expostos às feridas na linha de combate, pensem mais em fugir do que lutar. (*Epit.* I, 20)

A enunciação é clara: o inimigo são os Godos, responsáveis diretos por tantas derrotas e tantas cidades destruídas. Ambas as citações anteriores relatam processos de degradação, seja no desuso dos acampamentos, seja no desuso de armaduras e capacetes, sendo a consequência destas omissões as vitórias dos bárbaros. Sob determinado aspecto, estes aparecem antes como executores de uma sentença marcada, do que os agentes primeiros da ruína: se os romanos lutassem como os antigos o faziam (ou antes como *Vegetius* diz que esses faziam), os bárbaros não seriam páreo para as legiões. Mas, é fato que essa capacidade combativa, na lógica de *Vegetius*, não existe, e a partir disto as três citações analisadas neste sub-capítulo deixam claros os perigos que acometem o Império: nações bárbaras, cavaleiros e, em especial, a nação dos Godos.

De qualquer forma, mesmo que pensemos na tradição romana (na medida em que essa trazia a tona a constantemente a existência dos bárbaros) em contato com *Vegetius*, creio que não seja preciso vasculhar historiadores e livros antigos quando o inimigo bate à nossa porta. Reconhecer os bárbaros com os inimigos dispensa a leitura dos *antiqui*. Todavia, existe uma situação sob muitos aspectos absolutamente nova na Roma pós 382:

os *foederati*. Ou seja, os bárbaros em uma posição ambígua de protetores do Império (que não fora capaz de vencê-los) e focos de tensão dentro do mesmo. Não apenas opostos no campo de batalha, mas agora convivendo sob novas condições legais.

## O declínio pela convivência

Inegavelmente, na visão de *Vegetius*, mais pernicioso que o próprio bárbaro enquanto inimigo, é o potencial desagregador que este pode ter nas instituições e costumes romanos. O bárbaro, como vimos, esteve presente (como inimigo, em especial) em praticamente todos os períodos da história romana. Já o processo iniciado a partir de 382, é uma novidade dentro destes séculos de convivência. Mesmo que *Vegetius* não enuncie diretamente a existência dos *foederati* (já que tal termo não é encontrado na *Epitoma*), acredito que o faz sempre que referencia as diferenças entre auxiliares e a legião. Nestas referências, as lamentações são constantes.

Primeiramente, a constatação de que, em seu tempo, os auxiliares são a maioria dos soldados que lutam por Roma: “Costumava atribuir-se um número menor de soldados às tropas auxiliares e um outro, bem maior, às legiões.” (*Epit.* II, 1). O verbo *consuevit*, na terceira pessoa do Perfeito do Indicativo, revela um hábito perdido no passado, e que possivelmente não existia mais em seu tempo. É possível reforçar esse argumento com outra passagem, também conjugada no passado (terceira pessoa do Imperfeito do Subjuntivo passado): “(...) o povo romano combatia [(*pugnaretur*)] quase todos os anos (...), ainda que se conservasse aquele princípio de nunca haver no acampamento um número de aliados auxiliares superior ao de cidadãos romanos.” (*Epit.* III, 1). O princípio de superioridade numérica dos cidadãos romanos em relação aos auxiliares fora esquecido e, mais importante, lamenta-se esse fato. Mas exatamente porque *Vegetius* queixa-se de tal situação? A descrição dos auxiliares, já mencionada anteriormente, é esclarecedora:

Quando são conduzidas ao combate, vindas de diversos lugares e de diversas unidades, não partilham entre si nem a disciplina, nem o conhecimento pessoal, nem a maneira de ser; entre elas, os hábitos e o uso das armas são diferentes. Ora, forçoso é que alcancem mais tarde a vitória aqueles que não estão de acordo antes de combater. (*Epit.* II, 2).

Não possuem uniformidade no armamento, nas formações de batalha, muito menos disciplina que as ordens, e são formadas por uma grande variedade de unidades pequenas, providas de diferentes locais. *Vegetius* reforça, por exemplo, os *funditores*, fundeiros provenientes das ilhas baleares (*Epit.* I, 16), que comporiam principalmente formações de infantaria ligeira: eram sempre associadas às legiões na linha de batalha, como infantaria ligeira [sendo] mais um apoio ao combate do que as principais tropas de reserva. (Epit. II, 2). Como aponta Charles (2007: 133), para tal definição, *Vegetius* possivelmente manteve-se muito preso às suas fontes (ligadas, nessas descrições específicas, sobremaneira à república e ao início do principado), e não acompanhou importantes mudanças ocorridas ao longo do Império, como a regulamentação levada a cabo por Augusto. Se *Vegetius* dominava ou não as distinções entre auxiliares do período republicano, auxiliares do período de Adriano e Trajano (altamente disciplinados e similares aos legionários em pagamento e *ethos* (CHARLES, 2007: 134)), ou os próprios *foederati* de seu tempo, é incerto. O certo é que não faltam referências na tradição romana (textos que já eram considerados tradição para *Vegetius*) que alertem aos perigos dos mercenários bárbaros. Políbio associa as causas externas de um processo de decadência principalmente ao perigo proveniente dos bárbaros. O uso desses na função de mercenários é algo por ele considerado extremamente perigoso, já que não eram criados e educados segundo as leis e a civilidade (*Hist.* I, 65). Lucano lembra, durante a guerra civil entre César e Pompeu, o quanto não se deve confiar em mercenários bárbaros, sempre prontos a debandar do campo de batalha (*Pharsalia*, 7.526-527<sup>100</sup>). Tácito, por fim, distingue claramente a diferença primordial entre um legionário e aqueles que não comungavam seu treinamento e disciplina: Mas até mesmo na desordem, o soldado legionário conservava as suas armas e o seu lugar. Quanto aos ubianos, treviros e auxiliares, esses desertavam covardemente e dispersaram-se pelos campos. (Hist. IV, 18).

Mas, na sequência do argumento, percebemos que a simples existência dos auxiliares não é motivo de lamúria. O problema ocorre quando sua centralidade torna-se evidente, sendo os efeitos sentidos na milícia regular dos romanos, ou seja, a legião:

Existe ainda uma outra causa para o enfraquecimento [(*attenuatae*)] das legiões: nela, o esforço do serviço militar é grande, as armas são mais pesadas, as tarefas são em maior número e a disciplina é mais severa. Para evitar isso, muitos acorrem a prestar juramento nas tropas auxiliares, onde não só o suor é menor

---

<sup>100</sup> *civilia bella / Non bene barbaricis unquam commissa catervis.*

mas onde também as recompensas chegam mais depressa. (*Epit.* II, 3)

Nesta passagem, *Vegetius* apresenta as principais características da legião tradicional romana: o esforço é grande ó a quantidade de treinamentos requerida por uma organização militar pautada em infantaria pesada é elevada; armas são mais pesadas ó uma formação regular legionária combatia com *lorica* (ou *catafracta*), capacetes (*Epit.* I, 20) e escudos pesados, bem como outros equipamentos auxiliares (como o *pilum*, uma lança de arremesso); muitas tarefas ó o rígido treinamento, a construção de acampamentos e as longas marchas eram constantes, visando a manutenção permanente da capacidade da legião; disciplina ó uma rígida disciplina era necessária para manutenção do complexo mecanismo de batalha da legião romana, pautado no funcionamento das linhas sucessivas (DU PICQ, 2000: 65). Quando *Vegetius* expõe seu modelo legionário, os enunciados que a formam ganham mais clareza:

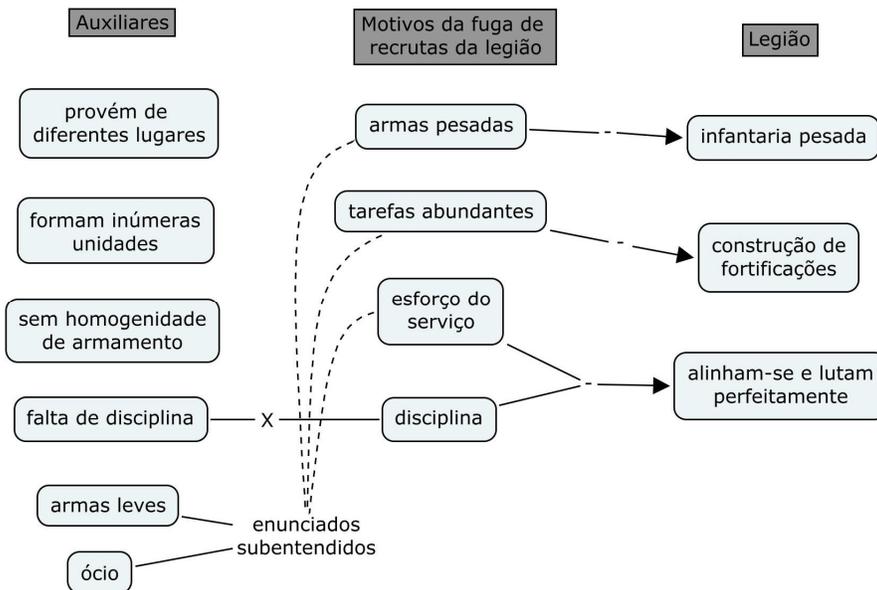
Por outro lado, a legião costumava prevalecer sobre quaisquer conjuntos de inimigos por ser completa com suas coortes próprias, homens pesadamente armados (isto é, os príncipes), hastatos, triários, antesignanos e soldados à ligeira (lançadores de dardos, arqueiros, fundibulários, besteiros). Além disso, tinha nas fileiras a cavalaria legionária, fortificava os acampamentos segundo um sistema inalterável, alinhava-se para a batalha e lutava perfeita em todos os seus componentes, sem necessidade de ajuda. Disso dá testemunho a grandeza de Roma, que, valendo-se sempre das legiões, superou tantos inimigos quantos quis ou o permitiu a natureza dos acontecimentos. (*Epit.* II, 2)

*Vegetius* lança mão novamente de suas fontes republicanas para descrever tal legião modelar, como atesta a existência dos príncipes, hastatos, triários, além da cavalaria legionária ligada diretamente à legião<sup>101</sup>. E novamente os enunciados seguem a fórmula do contraponto aos auxiliares: corpo de batalha completo, com ênfase na infantaria pesada; capacidade de construir acampamentos; disciplina e treinamento que a permitiam alinhar rapidamente em batalha. Em uma leitura dessa oposição, após a apresentação da superfície primeira de emergência (o ðexercitoö), uma instância de delimitação (FOUCAULT, 2009: 46) age sobre esse objeto compartimentando-o em outros dois, de valores diametralmente

---

<sup>101</sup> Colocação, por sinal, equivocada, já que durante todo o período áureo do exército romano (ao menos até o reinado de Galieno (260-268)) os cavaleiros romanos organizados em *turmae* não faziam parte da legião, e sim dos auxiliares. Em uma tese defendida por Le Bohec, tal confusão dar-se-ia possivelmente devido ao estado de descaracterização das legiões romanas do tempo de *Vegetius*, onde a cavalaria ocupava uma posição de destaque sem paralelo na história romana (MONTEIRO, 2009: 422-423 (nota 93)).

opostos. Podemos compreender tal instância como sendo, por um lado, a História, capaz de diferenciar duas percepções de objetos no tempo. Ou seja, a diferença entre o objeto õbom exércitoõ, existente no passado dourado, e o õmau exércitoõ (ou exército decadente), existente no presente, é mediada pelo tempo, ordenado pela História. Por outro lado, a tradição também funciona como instância de delimitação, já que cria modelos de um õbom exércitoõ, possuindo legitimidade e autoridade suficientes para delimitar os objetos em questão. Estabelecendo esta diferença, *Vegetius* constrói dois objetos discursivos, frutos do entrelaçamento e da oposição entre enunciados: a boa legião e seu antagonista, os auxiliares. O mapa conceitual abaixo permite uma boa visualização dos contrapontos entre os enunciados:



Paradoxalmente, os mesmos enunciados que fazem da legião o modelo ideal de combate, fazem com que os recrutas procurem o serviço nas tropas auxiliares. Desta forma, abundam recrutas em unidades de menor valor, e carecem nas tropas consideradas centrais. Por um lado, os esforços são reduzidos e, interessantemente, por outro, as recompensas chegam mais rápido. Creio que podemos tomar por pressuposto que estes auxiliares são, em verdade, os *foederati* a serviço do Império, para que tal apontamento sobre as recompensas ganhe sentido; como aponta Jones (1964: 623), o *stipendium* recebido por um auxiliar, durante o reinado de Diocleciano (em especial entre os anos 299-300) era 6 vezes

inferior ao *stipendium*<sup>102</sup> (acrescido do *donativum*) recebido por um legionário (1250 e 7000 *denarii*, respectivamente). Certamente não é esta realidade que *Vegetius* está enunciando. Sendo os *foederati* comandados diretamente por seus reis ou líderes bárbaros, não lhes era imputada nenhuma disciplina aos moldes das legiões romanas. Estes chefes eram também responsáveis pela distribuição dos pagamentos e rações, sendo do seu interesse que estas fossem bem e rapidamente distribuídas, garantindo a lealdade dos guerreiros à sua pessoa, e não ao Estado romano. Segundo Goffart (1980: 41; 50-55), tal sistema de distribuição possuía um caráter legal, sendo o desenvolvimento de práticas antigas, como a *hospitalitas* (um sistema de aquartelamento de soldados que devia ser oferecido pelos senhores locais, existente desde a república) e a *delegatio* (prática comum na arrecadação de impostos, onde débitos ou pagamentos eram delegados entre devedores e recebedores<sup>103</sup>). A aplicação destas duas práticas em especial aproximou as tropas aquarteladas dos responsáveis por sua *annona*, afastando o Estado e o Imperador enquanto agentes provedores diretos.

Além disso, cabe retomar uma interpretação já lançada na parte I desta dissertação. Charles aponta (2007: 128), de maneira bastante interessante, uma hipótese da qual compartilho. Para esse autor, quando *Vegetius* associa o final do reinado de Graciano com o início do uso de tropas destituídas de armaduras (*catafractas*) e capacetes (*galeis*) (*Epit.* I, 20) ele lança mão de uma metáfora<sup>104</sup>, que representa o início do uso em larga escala dos *foederati*. Clamar pelo retorno de soldados que utilizavam a *lorica* (que ele chama de *cataphracta*) não é uma referência simples a estes equipamentos e a proteção proporcionada, mas sim o desejo pelo retorno de uma *antiqua legio*, composta tradicionalmente por cidadãos romanos, em oposição aos infantis bárbaros, que durante o mesmo período não utilizavam couraça ou capacete (FERRILL, 1989: 126). E é pelo fim

---

<sup>102</sup> O *stipendium* era uma quantia anual paga aos soldados, em denários. Era acrescida com o *donativum*, pagamentos especiais oferecidos pelos imperadores, em datas especiais (aniversários, dia da ascensão, em intervalos de cinco anos, etc.). Com a progressiva inflação, ao longo dos séculos, o valor do *stipendium* tornou-se cada vez mais irrisório, sendo que o *donativum* complementava os pagamentos, tornando-se progressivamente um pagamento regular. Já a *annona*, parte fundamental do pagamento do exército, era o provimento de alimentos e bens aos soldados, desde rações diárias de trigo ou cevada, até vinho, pregos para sandálias ou papiros. (SOUTHERN e DIXON, 1996: 77-80)

<sup>103</sup> Por exemplo, quando C devia algo para B, e B devia algo para A, eliminava-se a dupla transação, e B delegava o débito de C diretamente para A (GOFFART, 1980: 52).

<sup>104</sup> Entendo a metáfora, na lógica da nova retórica, como uma figura que logra estabelecer contato entre dois campos heterogêneos, equiparando dois objetos através de pontos de contato em comum (REBOUL, 1998: 188). Nas palavras de Lakoff e Johnson (apud JOLY, 2004: 62), as metáforas atuam no sentido de traçar uma semelhança estrutural entre dois campos de experiência, ou seja, determinados aspectos de cada campo são comparados de forma a se estabelecer uma cadeia de significados entre eles.

desses cidadãos que lamúria *Vegetius*<sup>105</sup>. Tomando tal metáfora, algumas questões (desde já, muito difíceis de responder) se apresentam: ao aproximar dois objetos discursivos (a sociedade e o exército), não estaria *Vegetius* desejando um retorno a uma sociedade de cidadãos-soldados, de forma análoga às propostas legislativas dos irmãos Gracos? Como teria dito Tibério Graco, através do relato mimético de Plutarco,

(...) aqueles que combatem e morrem pela Itália possuem apenas o ar e a luz, e nada mais. (...) Mentem os generais quando, antes da batalha, conclamam os soldados a debelar o inimigo em defesa de túmulos e santuários ó porque entre tantos romanos não há nenhum que possua altar familiar ou local de culto aos ancestrais. Fazem guerra unicamente para proporcionar luxo e opulência a outros. (*Vida de Tibério Graco*, 9)

Essa situação de pauperização dos cidadãos romanos, tema recorrente a partir do final da Segunda Guerra Púnica (também encontrado em Salústio, *Jug.* 41, 7), tem uma ação direta sobre a esfera militar. Sem razões maiores por defender no campo de batalha, o cidadão não possuiria suficiente motivação para lutar. Essa mudança na estrutura social conduzirá, ao cabo das reformas de Mário, à profissionalização do exército, composto cada vez mais por proletários. Na medida em que a instituição se profissionalizava, principalmente após as reformas de Augusto, o exército paulatinamente afastou-se da sociedade, tornando-se uma instituição com certos graus de autonomia. Os próprios preconceitos em relação aos soldados (vistos como descontrolados aos desejos, vulgares ou ferozes), recorrentes principalmente durante o século IV, são frutos parciais desse afastamento (CARRIÉ, 1992: 92-93). Em tal contexto, creio que seja impossível dizer que *Vegetius* almejasse qualquer retorno àquela sociedade de cidadãos-soldados da República romana, mas isso não o impedia de desejar determinados valores essenciais àquela. Uma passagem é reveladora: [os jovens devem ser recrutados] não só pelo nascimento, (...) mas também pelos costumes [(*mores*)]. (...) a dignidade [(*honestas*)] gera um soldado excelente, e o sentimento de vergonha [(*verecundia*)], na medida que o proíbe de sair, faz dele um vencedor. (Epit. I, 7). Ou seja, *Vegetius* busca um recruta que comungue dos valores e costumes romanos (por mais abstratos e abertos que possam ser), e não um retorno ao modelo social do passado, nos termos em que as reformas dos Gracos pretendiam. Na

---

<sup>105</sup> É importante apontar que este desuso das armaduras não é percebido nos relatos da batalha de Adrianópolis, mas sim aos desdobramentos que vieram a seguir, a partir do início do séc. V (CHARLES, 2007: 155).

medida em que esses costumes ligam-se à sociedade, percebemos o contato entre dois objetos discursivos: a sociedade e o exército. Uma sociedade desprovida de bons valores (ou dos valores e costumes entendidos como necessários), como a narrada por Tibério Graco, é uma sociedade em decadência, sendo que os recrutas dela retirados trazem o declínio para dentro do exército, a partir da negligência<sup>106</sup> dos recrutadores. Em suma, ele busca não a sociedade dos antigos, mas apenas alguns dos seus valores. Esses deveriam unir o soldado não somente à instituição do exército (cujo valor de ligação podemos compreender pela *verecundia*, a vergonha em relação aos pares), mas também à sociedade da qual ele faz parte.

Retomando a metáfora apresentada, tomando a armadura como um símbolo que representa todo o antigo modelo de guerra pautado na infantaria pesada, percebo outra citação onde esta centralidade é clamada:

(...) os mais necessários ao Estado são os peões [*pedites*], que podem ser úteis em todo o lado; e, com efeito, um maior número deste tipo de soldados é sustentado por um encargo e uma despesa menores. (*Epit.* II, 1)

*Vegetius* faz uso de um argumento que será recorrente em sua obra: o financeiro. A infantaria será sempre apontada como a escolha menos onerosa ao erário público. Em uma estratégia de oposição, várias passagens (em especial, a já citada (*Epit.* I, 20) sobre o tempo de Graciano) enunciam o mau momento vivido pela infantaria, mediante comparações com o desenvolvimento da cavalaria:

(...) pois ainda que, a exemplo dos Godos, dos Alanos e dos Hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos contudo que os peões ficaram desguarnecidos. (*Epit.* I, 20)

Sobre a cavalaria, há muitos ensinamentos; mas, como esta valência do exército tem evoluído pela prática do exercício, pelo seu tipo de equipamento e pela excelência dos cavalos, penso que nada há a compilar a partir de outros livros, uma vez que os conhecimentos atuais são suficientes. (*Epit.* III, 26)

Como já exposto anteriormente, o tratado de *Vegetius* não pretendia ser uma arte militar completa, mas sim atacar problemas selecionados por ele, o que por si só revela o

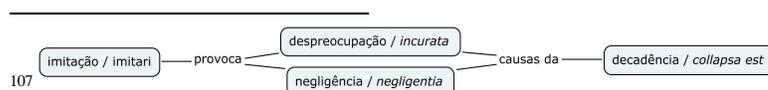
---

<sup>106</sup> Tal passagem dá margem a uma importante leitura moralista, que será explorada no próximo capítulo desta dissertação.

quão precário era o exército romano, ao menos em sua visão. Se seguirmos essa lógica, levando em conta que os únicos tópicos não desenvolvidos são a cavalaria e os navios de patrulha dos rios (*Epit.* IV, 46), praticamente todo o exército necessita ser reformado. De qualquer forma, no momento em que *Vegetius* estabelece a infantaria como a õrainha do campo de batalhaõ, seja por maior versatilidade, seja pelo menor custo, a influência dos povos estrangeiros, que leva à melhoria da cavalaria em detrimento da infantaria é entendida como um elemento de degradação, um fator que age sobre uma instituição de modo a degenerar seu valor ou capacidade. É, em fato, a ação da barbarização na estrutura militar romana. Por mais paradoxal que pareça, em seu *Mulomedicina*, *Vegetius* repete a mesma estratégia, desta vez deslocando o objeto que sofre o processo de decadência:

A arte veterinária está em total decadencia [(*collapsa est*)] já há muito tempo, pois devido à cobiça geral [(*vitio cupiditatis*)] e ao escasso benefício de seu retorno, ninguém se aplicou à estudá-la. Porém, em nossos dias, por imitação [(*imitari*)] dos hunos ou de outros povos, está se perdendo inclusive a prática dessa arte, já que, para livrar-se dos gastos, muitos pretendem imitar a prática dos bárbaros e, despreocupando-se [(*incurata*)] dos animais, os expõem aos pastos no inverno e aos perigos da negligência. [(*negligentiae*)]. (*Mul.* II, prólogo; tradução nossa)

Enquanto na *Epitoma Rei Militaris* a influência estrangeira degenera a infantaria (o objeto é o õexército decadenteõ), mas é positiva em relação à cavalaria, no *Mulomedicina* esta influência mostra-se perversa também para a cavalaria (o objeto é a õarte da veterinária equina decadenteõ), já que estimula os romanos a imitarem as práticas rústicas dos hunos, levando à negligência da arte do trato dos animais. Os cavalos hunos, como o próprio *Vegetius* aponta (*Mul.* III, 3.5), eram mais resistentes e exigiam menores cuidados em relação aos existentes e utilizados pelos romanos; dessa forma, seu trato era simplificado, não sendo necessários todos os procedimentos recomendados pela tradicional veterinária equina romana, como o abrigo dos animais no inverno, que *Vegetius* aponta na citação. Em sua lógica, o fato dos romanos imitarem técnicas ou costumes inapropriados para sua realidade é um sinal incontestado de declínio<sup>107</sup>. Mais uma vez, o afastar-se dos ensinamentos e valores tradicionais significa decadência.



Outro elemento chama a atenção nessa passagem da *Mulomedicina*: se *Vegetius* afirma ter sido a imitação motivada por uma redução de custos, na *Epitoma* ele toma um caminho que pode implicar em contradição: ãNa verdade, sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo.ö (*Epit.* I, 28). A crítica aos *foederati* mais uma vez salta aos olhos, e outra questão fica posta: serão mesmo as tropas legionárias mais baratas? Os problemas para estabilizar as constas estatais eram permanentes, como apontado na parte I desta dissertação (ver páginas 44 a 46), e *Vegetius* está correto ao dizer que um exército mal treinado custa o mesmo que um bem treinado (*Epit.* II, 3), mas pode estar equivocado (e mesmo, porque não, conscientemente equivocado), ao dizer que as legiões possuíam menores custos em relação aos *foederati*.

Os altos gastos militares apontados por Anônimo (*DRB*, 5) provinham justamente dos soldados legionários, que com o passar dos anos, e dos sucessivos emolumentos do *stipendium* e da *annona* tornavam-se cada vez mais caros ao Estado. Em sua proposta para reduzir tais custos, Anônimo recomenda que os soldados sejam licenciados quando atingem o quinto emolumento dos salários, e substituídos por recrutas. Além disso, não eram apenas os salários, mas toda a manutenção e fabricação de armamentos, treinamentos e fortificações, que não existiam (ou eram reduzidos) quando contratados mercenários estrangeiros. Além disso, duas passagens de escritos do século IV e V denotam um movimento no sentido de a necessidade de enviar recrutas, por parte dos senhores, passou a ser desestimulada, preferindo o Estado que o pagamento fosse realizado em ouro. Marcelino Amiano nos diz que, em 376, quando da chegada dos godos na fronteira da Trácia, muitos cortesãos argumentavam que o influxo destes novos homens supriria a demanda do exército, desobrigando as províncias do envio de recrutas, o que seria substituído por tributos em ouro (*Hist.* XXXI.4.4). Em outro escrito, o *Codex Theodosianus* de 412, encontramos a seguinte passagem: ãas necessidades do erário público esgotado exigem a substituição para o pagamento em dinheiro para a compra de recrutas e cavalosö (XI. I8 apud CAMERON, 1993: 147; tradução nossa). Na conclusão de Averil Cameron (1993: 147), existe a tendência de que a compra de mercenários bárbaros apresentava-se mais profitável para o Estado, em detrimento do recrutamento e treinamento de soldados próprios (principalmente após a batalha de Adrianópolis, quando estes foram necessários em grandes quantidades). Em suma, as palavras de *Vegetius* criticam a adoção de costumes estrangeiros que reduziram os custos (no *Mul.*), e criticam a adoção de mercenários estrangeiros cujo custo é apontado como superior à manutenção

de tropas próprias (na *Epit.*) quando, em verdade, pode não ser; aparentemente, as opções não se centram na lógica mais oneroso *versus* menos oneroso, mas sim costumes romanos *versus* costumes estrangeiros, ou, simplificando, romanos *versus* bárbaros.

A barbarização se expressa também em outros elementos presentes na *Epitoma*. A denominação de certos armamentos de sítio, tradicionalmente romanos, modifica-se em sua atualidade: Os antigos chamaram *vineae* àquilo a que agora os costumes militares e bárbaros chamam *cauciae*. ( *Epit.* IV, 15). Perceba-se: *militari barbaricoque*, militares e bárbaros, tomados como uma homogeneidade que enuncia. Ambos são postos em igualdade enunciativa, ou seja, possuem o mesmo *status* para caracterizar determinado objeto, significando, em suma, que as práticas de um valem igualmente para o outro<sup>108</sup>. Em outro caso, o próprio grito de guerra, executado pelas tropas romanas frente ao inimigo, atesta tal estado: o grito a que chamam *barritus* não deve ser lançado antes que ambas as formações tenham chegado em contato uma com a outra. ( *Epit.* III, 18). Como aponta Monteiro (2009: 458 (nota 200)), tal costume é narrado por Amiano Marcelino, como uma prática tradicionalmente bárbara:

( í ) os cornutos e os brachiatos, confiantes em sua larga experiência nos combates, começaram a assustá-los com gestos e com seu terrível grito de guerra [( *barritum* )]. Esse grito, durante o calor da batalha, começa com um ténue sussurro e, pouco a pouco, vai ganhando força, semelhante às ondas que chocam contra as rochas. ( *Hist.* XVI.12.43; tradução nossa)

*Vegetius* não aponta ser este grito de guerra um hábito específico dos bárbaros, como Amiano nos diz (e também Tácito, *Germ.* III<sup>109</sup>), mas sim algo compartilhado por todo o exército romano, tal é o nível de comunhão entre as práticas. Além, mesmo o processo inverso ocorre: os bárbaros passam a seguir hábitos (considerados positivos) que os romanos não mais cultivam, como o uso do *pilum*: Entre nós, armas de arremesso desse tipo são já raras; mas os peões [( *pedites* )] bárbaros munidos de escudo preferem-nas ( í ) e levam duas ou três para o combate ( *Epit.* I, 20).

<sup>108</sup> Segundo Foucault (2009: 56), a questão de quem fala é central no processo de enunciação, levando a compreender quem tem o direito de proferir determinado discurso e como se dão as relações desses indivíduos com outros (ou outros grupos) e a sociedade em conjunto. Tal qual a fala médica, que não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por *status*, que tem o direito de articulá-lo (...), só tem o direito de enunciar as instituições militares romanas aquele que compartilha tal *status*, aquele que faz parte do mesmo grupo.

<sup>109</sup> Tem eles também da mesma forma cânticos, cujos versos, a que chamam bardito [( *barditi* )], excitam os ânimos e propiciam o êxito de futuro embate

Em outra passagem, *Vegetius* lança mão de outra estratégia para apartar os bárbaros do exército romano: embasado em teorias raciais antigas, os bárbaros serão lidos não apenas como agentes do declínio, mas uma raça inferior propriamente dita. Segundo *Vegetius* nos conta, ãa zona terrestre influencia a robustez [(*robur*)], não apenas dos corpos, como [também] dos espíritos, sendo que tais conclusões ãforam reconhecidas por homens cultíssimos [(*doctissimis hominibus*)]õ (*Epit.* I, 2). Os homens meridionais, nesta teoria, são os mais inteligentes devido à maior incidência do sol, mas carecem de sangue, o que os torna menos resistentes a ferimentos, e logo menos corajosos; já os setentrionais, pela falta de sol, são menos inteligentes, mas possuem mais sangue o que os torna vigorosos em combate. Para equilibrar os prós e contras de cada região,

(...) devem ser escolhidos nas regiões temperadas os recrutas cuja abundância de sangue basta para desprezar os ferimentos e a morte, mas também aos quais não falte a prudência, que não só conserva a disciplina no acampamento mas também não é de menos utilidade às decisões no combate. (*Epit.* I, 2)

Localizando qual seria um dos *doctissimis hominibus*, encontramos tais palavras de Aristóteles:

Os povos habitantes das regiões frias, e particularmente os europeus são cheios de coragem, mas lhes faltam inteligência e habilidade técnica; por isso, mesmo vivendo como povos relativamente livres, são incapazes de se organizar politicamente e impotentes para constituir império e exercer poder sobre seus vizinhos. Ao contrário, os asiáticos são inteligentes e de espírito inventivo, mas não tem nenhum ânimo; é por isso que vivem dominados e escravizados continuamente. Mas a raça dos helenos, ocupando uma posição geográfica intermediária, participa de maneira similar das qualidades dos dois grupos de povos precedentes, pois ela tem bom ânimo e é inteligente, razão pela qual leva uma existência livre sob a proteção de excelentes instituições políticas, sendo até mesmo capaz de governar o mundo inteiro caso atinja a unidade de constituição. (*Política*, VII, 7, 1327b 20-33)

Apesar de não haver qualquer comprovação da leitura de Aristóteles por *Vegetius*, a similaridade na descrição das características dos homens setentrionais chama a atenção. Em ambas estes homens, leiam-se bárbaros germânicos, possuem coragem, mas não inteligência que lhes permita construir uma civilização, para Aristóteles, ou servir como

soldados, para *Vegetius*. Varrão, em seu *Rerum Rusticarum*, também apresenta diferenciações entre as regiões do mundo:

Erastótenes, seguindo uma divisão mais natural, dividiu a terra em duas partes, uma para o sul [(*meridiam*)] e outra ao norte [(*septemtriones*)], sendo que a parte norte é, sem dúvida, mais saudável do que a sul. Enquanto a parte que é mais saudável é mais fértil, nós temos que concordar, pelo menos, que a Itália é mais adequada para o cultivo do que a Ásia. Em primeiro lugar, é na Europa, e em segundo lugar, essa parte da Europa tem um clima mais temperado, diferente do que encontramos mais para o interior. (*Rust.* II, 2.3-4; tradução nossa)

Mesmo que inverta a lógica, apresentando o norte como mais fértil, a estratégia de restringir a Itália como ponto de equilíbrio, e por isso valorativamente superior às demais regiões do mundo, repete-se da mesma maneira. Em Aristóteles, o objeto são os homens como um todo; em *Vegetius*, os homens aptos a serem recrutados; em Varrão, as melhores terras cultiváveis; diferentes objetos, uma mesma estratégia. Creio que seja possível remeter tais diferenciações, em *Vegetius* especialmente, tal qual a metáfora das armaduras, como mais uma crítica velada ao modelo de *foederati*, onde se pretende excluir do recrutamento os homens do setentrão (germanos) e meridionais (africanos), para primar-se pelos homens temperados e equilibrados, justamente provenientes das regiões ibéricas, itálicas e gregas, ou seja, as regiões onde o processo de romanização ou helenização eram mais acentuados. As palavras de Amiano Marcelino são altamente esclarecedoras ao pontuar as diferenças entre essas naturezas de homens:

(í ) os alemães, robustos e mais altos; nossos soldados, disciplinados e com grande experiência; eles, ferozes e violentos, os nossos, tranqüilos e precavidos; nós confiando em nosso valor, eles na fortaleza de seu corpo.<sup>110</sup> (*Hist.* XVI.12.47; tradução nossa)

Por fim, resta esclarecer uma posição. A meu ver, uma análise que procure desvendar o quanto este processo de barbarização foi ou não nocivo ao Império (ao menos enquanto instituição política) passa ao largo de minhas pretensões. Uma gama de pensadores inclusive analisa tais contatos de forma positiva, como Peter Heather (2006) e Margarida Maria de Carvalho (2008), já que ofereceriam um processo de oxigenação das

---

<sup>110</sup> (í ) *Alamanni robusti et celsiores, milites usu nimio dociles; illi feri et turbidi, hi quieti et cauti; animis isti fidentes, grandissimis illi corporibus freti.*

instituições romanas. Mesmo porque, um povo que ao longo de sua história possuiu a capacidade de se adaptar, e retirar dos inimigos aquilo que tinham de positivo (lembramos que o próprio *gladius*, símbolo das legiões romanas, era uma espada espanhola), não pode ser taxado de ãimpuroö por estabelecer contatos com outros povos, mesmo que considerados bárbaros. Todavia, interessa-me, como já dito em outras passagens, compreender o ponto de vista de *Vegetius* frente a tal processo de barbarização. E, para ele, não parece haver dúvida da perniciosidade destes contatos, sendo que seu remédio proposto é a magna extirpação destes fatores considerados exógenos:

(...) se alguém deseja vencer os bárbaros em batalha campal, que peça por meio de todas as suas orações, com a assentimento de Deus e com a vontade do Imperador Invicto, que as legiões sejam restauradas com novos recrutas. E, em pouco tempo, recrutas cuidadosamente escolhidos e treinados diariamente, não só de manhã mas também à tarde, em todo o tipo de conhecimento de armas e da arte da guerra, igualarão facilmente aqueles velhos soldados que submeteram o universo inteiro. [*orbem terrarum integrum subegerunt*]. (*Epit.* II, 18)

### **O lado positivo do contraste**

Como apontado em passagens anteriores, o discurso da decadência é complexo, pois seus objetos, conceitos, estratégias e enunciados entrelaçam-se, criando novos significados, dependendo de cada disposição. Os próprios bárbaros, na sua relação com a decadência do Estado romano, não escapam de posições ambíguas.

Paul Veyne (1992: 283-284), baseando-se em Cícero e dissertando sobre a *humanitas* romana ó o marco divisor entre um homem da *civitas* e um selvagem ó, constata duas limitações naqueles que não possuem essa *humanitas*: são ao mesmo tempo muito rígidos, na medida em que não conseguem se servir da humanidade, e pouco rígidos, na medida em que não conseguem resistir aos impulsos; a *humanitas* atenuaria essa dureza, e as leis ensinariam aos homens a disciplina. Mas, ao mesmo tempo, resta a dúvida: o excesso de civilização não acabará por enfraquecer os homens, e mesmo torná-los escravos (como lamentam os germânicos submetidos às assembléias desarmadas, lamentando

também os próprios prazeres romanos<sup>111</sup> (TÁCITO, *Hist.*, IV, 64))? Veremos, no capítulo seguinte, que *Vegetius* não possui dúvidas quando ao potencial negativo de certos aspectos da *humanitas*; por hora, cabe observar uma interessante estratégia presente em seus escritos:

(...) quem duvidará de que a arte da guerra, por meio da qual se conserva a liberdade e a dignidade, se engrandecem as províncias e se mantém o império, é superior a todas as outras? Outrora, os Lacedemônios, cultivaram esta arte, abandonadas todas as outras e, depois, os Romanos também; e hoje, os bárbaros pensam que somente esta arte deve ser conservada e acreditam que todas as restantes ou dependem dela ou podem ser alcançadas por seu intermédio; esta arte da guerra é necessária para os que vão combater pois é por meio dela que se conservam a vida e alcançam a vitória. (*Epit.* III, 10)

Não há como não perceber a lamentação nessa passagem. David Paniagua (2010: 204-205) aponta a marcante centralidade da dimensão militar dentro da vida individual e coletiva romana, de forma que qualquer reflexão sobre o cotidiano romano passava por uma apreciação das questões militares. Grande parte dos historiadores romanos cultivou uma forma de historiografia que privilegiava os aspectos políticos e militares, de forma que elementos da *ars rei militaris* são encontrados abundantemente ao longo das narrativas. Assim o é em Políbio, Salústio, Júlio César, Tito Lívio, Tácito e Amiano Marcelino, por exemplo. A passagem nos leva a crer que, se *Vegetius* elogia espartanos, os romanos de outrora e os bárbaros, é porque na sociedade romana de seu tempo a centralidade da arte militar já não existe mais, o que reforçaria o seu próprio esforço em compilar os autores antigos.

Contudo, chama a atenção outro elemento na citação: os bárbaros não aparecem como o inimigo direto, nem mesmo como agente de barbarização. Pelo contrário, sua conduta quanto à valorização da arte militar é tida em mais alto valor. Impossível não recordar da obra *Germânia*, de Tácito, e em especial, das passagens que abordam os casamentos entre os germânicos:

Envolvem-nas [as mulheres] a pudicícia, sem as seduções dos espetáculos, sem as excitações dos banquetes. Os maridos e as

---

<sup>111</sup> òRetomem as leis e os costumes da pátria, renunciando aos prazeres que mais do que as armas, sujeitam os povos ao jugo dos romanosö

mulheres ignoram o mistério das cartas.<sup>112</sup> Em tão numeroso povo muito poucos são os adultérios, cuja imediata punição é permitida aos maridos: de cabelos cortados, desnuda na presença do parentes, o marido a expulsa de casa e a persegue, de açoite por toda a aldeia; não há na verdade perdão, não encontrará marido, nem tendo beleza, nem tendo riqueza.

Ninguém lá se diverte com o vício, nem o corromper e ser corrompido é o viver como o século<sup>113</sup>. Melhor procede ainda a cidade em que só as virgens podem casar e que somente uma vez se fixa o limite para o voto da mulher.

Assim só vêm um marido da mesma forma que há um só corpo e uma só alma, para que seu pensamento não vá além e seu desejo não seja mais intenso, para que amem o marido, tanto como o matrimônio. Limitar o número dos filhos ou matar algum nascido, é considerado infâmia pois os bons costumes valem aí mais que as boas leis (*Germ. XIX*).

Em ambas as passagens, a mesma estratégia discursiva: os bárbaros são a referência de costumes perdidos, valorativamente superiores aos existentes na sociedade romana dos autores (e mesmo superiores às próprias leis existentes). Segundo Fábio Duarte Joly (2004: 41), Tácito apresentava o bárbaro como ãntítese do homem romano a fim de apresentar um espelho crítico da sociedade romana imperial, [reforçada por] frequentes contrastes entre as instituições germânicas e as romanas.õ Esses contrastes, pautados em dicotomias morais, ligam-se à lógica da história pragmática de Tácito, que visava ãestabelecer uma identidade cultural com seus leitores e propor regras de conduta no contexto do principadoõ (JOLY, 2004: 56). Tácito foi um historiador, mas nunca deixou de ser um político romano, com propostas de intervenção na sociedade, a partir dos códigos e padrões da vida política romana. Em algum grau, trata-se da mesma intervenção intentada por *Vegetius*.

Não significa que *Vegetius* tenha necessariamente lido Tácito (fato este que não possui nenhuma comprovação), mesmo que este último tivesse tido grande circulação durante o século IV e V<sup>114</sup>, sendo que muitas das suas frases eram transmitidas para além

---

<sup>112</sup> Em outra tradução (LEONI, 1958: 242), tal frase aparece da seguinte forma: õOs maridos desconhecem, tanto quanto as mulheres, a correspondência secreta.õ, ficando mais claro o significado da mesma.

<sup>113</sup> õAli o vício a ninguém faz rir, nem se diz que é moda corromper e ser corrompidoõ. Tradução em LEONI, 1958: 242.

<sup>114</sup> õAo final do século IV, Tácito, e especialmente suas *Histórias*, foram mencionados ou imitados diversas vezes, especialmente na Gália (...). O gaulês Ausônio, cujos poemas pertencem a esse período, parece, em alguns de seus epigramas sobre os Césares, ter tido as *Histórias* em mente. O historiador gaulês Sulpício Severo (365-425 d.C.) também pensa-se ter conhecido tanto os *Anais* quanto as *Histórias*. São Jerônimo (334-420 d.C.), também menciona Tácito como autor de uma história em trinta volumes, de Augusto a Domiciano. Essa história é claramente os *Anais* e as *Histórias*. No século V, um espanhol, Paulo Orósio, menciona Tácito pelo nome com bastante frequência, e cita as *Histórias*, reconhecidamente, uma dúzia de vezes. Mais tarde, o nobre gaulês Apolinário Sidônio (c. 430-480 d.C.) foi claramente familiarizado com as

do seu próprio texto<sup>115</sup>. Significa sim a existência de uma regularidade. Costumes ligados à rusticidade (*rusticitas*), à frugalidade (*frugalitas*) e à austeridade (*rigor*) são constantemente elogiados em autores como Salústio, Catão e Varrão, importantes fontes de *Vegetius*, que também constantemente os enaltece.

A meu ver, Veyne (1992: 284) sintetiza bem essa tensão na visão do bárbaro quando aponta ao fato de que os romanos (e gregos também) muitas vezes não eram mais etnocêntricos que a maioria dos outros povos; e que a visão dos bárbaros podia oscilar entre õuma selvageria originária [ou] uma autenticidade origináriaö. Não apenas essa autenticidade original, mas, como *Vegetius* aponta em outras passagens, a capacidade dos bárbaros de aprenderem a partir da convivência com os romanos: õTodos os bárbaros passam a noite nas suas carroças unidas em círculo, a salvo de ataques, tal como num acampamento. Recearemos nós não conseguir aprender aquilo que os outros aprenderam conosco?ö (*Epit.* III, 10). Os bárbaros podem servir, nessa passagem, como um exemplar constrangimento. Podemos ler a última frase da seguinte forma: não conseguiremos nós reaprender aquilo que homens inferiores aprenderam conosco?

Desde Tácito o alerta quanto ao perigoso desenvolvimento destes homens é presente: õjá então, [os bárbaros] formavam apenas um partido, fortificado com toda a disciplina dos campos romanosö (*Hist.* IV, 17). O resultado deste desenvolvimento, neste caso específico, é a figura de um *Civiles*, um líder germânico que por algum tempo (em 69-70 d.C.) proclamou a independência de várias regiões da Germânia e Gálias romanas. Não se trata apenas de um caso específico, circunscrito ao século I, mas sim, como aponta Norma Musco Mendes (2002: 124-132), de uma modificação estrutural na relação centro-periferia, ou Roma-bárbaros. A proximidade ao *limes* (a partir do século II, e especialmente no III) estimula os contatos comerciais, cujo aumento de intensidade acaba por desenvolver um sistema de interdependência (principalmente devido às importações para o exército). Estes contatos estimulam modificações na estrutura de produção dos bárbaros, com maior concentração da terra e dos meios de produção, bem como com o surgimento de uma ideologia que legitimava o controle de certos grupos (pautada no prestígio ocasionado pelos õpresentes de prestígioö romanos e na guerra de pilhagem). O

---

*Histórias*; de fato, diversas referências à Tácito sugerem que o nome do historiador era então bem conhecido na Gália. (HAVERFIELD, 1916: 199; tradução nossa)

<sup>115</sup> õTemos também de permitir (...) a possibilidade de que as frases de Tácito podem ter passado para um uso comum, como muitas frases atuais da literatura moderna, e podem ter sido usadas por pessoas que nunca haviam lido Tácito e que nem sequer sabem de onde as expressões foram derivadas.ö (HAVERFIELD, 1916: 198; tradução nossa)

aprendizado do sistema militar romano é um dos últimos passos que possibilitam a formação das grandes confederações de povos bárbaros, como a que venceu os romanos em Adrianópolis, em 378, com um grau de centralização de estratificação sem precedentes na história destes povos.

Se bárbaros possuem tal capacidade de aprender com as instituições e organização dos romanos, parece claro a *Vegetius* que os romanos de seu tempo, verdadeiros herdeiros daquele passado, possuem a capacidade de reencontrar e igualar õfacilmente aqueles velhos soldados que submeteram o universo inteiro.õ (*Epit.* II, 18). Seus livros têm esta pretensão deveras ambiciosa, de servir como caminho a esse objetivo.

Os bárbaros, ora inimigos, ora influências perniciosas, ora verdadeiros guardiões de uma moralidade primitiva, ora exemplos de como o aprendizado pode ser positivo, são verdadeiras escoras à reflexão de *Vegetius*, que os manipula conforme a conveniência da passagem; podem ser os agentes da decadência, a decadência materializada, ou a salvação à essa decadência. O jogo é repleto de opções, das quais o autor não deixa de se servir.

### **A moral estrangeira**

Os bárbaros podem ser entendidos como os mais evidentes agentes da decadência provindos do exterior, mas certamente não são os únicos, e talvez nem os mais importantes, segundo muitos dos escritos romanos. Devemos ter claro que em muitos momentos a decadência de ordem moral será apresentada como advinda de fora do corpo social, ou seja, como uma causa externa. Assim nos indica Políbio, magistralmente, quando categoriza a causa externa e a causa interna, sendo a última fruto do afluxo de riquezas (logo, possui condicionantes externos, como veremos no capítulo seguinte), caminho também seguido por Salústio. Desta forma, uma gama de elementos morais é compreendida como exógena à sociedade romana, e só ingressa nela a partir de uma influência externa. A guerra levada a cabo por Cneo Mânlio Vulsão, cônsul em 198 a.C., bem como alguns aspectos da sua trajetória, narrada por Tito Lívio (e também por Políbio, XXI, 33-45), merecem ser explorados. Este indivíduo levou a guerra romana, sem autorização do senado e do povo de Roma, às tribos dos gálatas, bárbaros gauleses que abandonaram as Gálias instalando-se no centro da Ásia menor. O próprio cônsul, ao arengar para seus soldados, tece comentários sobre estas tribos:

Corridos pela falta de terras, deixaram seu país para atravessar as aspérrimas regiões da Ilíria, da Peônia e da Trácia, que percorreram a combater os mais ferozes dos povos. Em seguida, apossaram-se desta área. Endurecidos por tantas dificuldades, viram-se acolhidos por uma terra que tudo dá em abundância. Em país fértil, sob um céu clemente, perto de vizinhos pacíficos, toda a ferocidade que traziam na chegada se amainou. Por Hércules! Vós, filhos de Marte, deveis desconfiar e fugir em primeiro lugar das doçuras da Ásia, pois estes prazeres estrangeiros são tão capazes de abafar a energia da alma quanto o contato com os costumes e a maneira de viver dos vizinhos [*tantum hae peregrinae uoluptates ad extinguendum uigorem animorum possunt; tantum contagio disciplinae morisque accolarum ualet.*]. (Tito Lívio, *Ab Urbe*, XXXVIII, 17)

Mânlio Vulsão clama para que seus soldados não se permitam contaminar pelos prazeres existentes na Ásia, mas, ironicamente, é apontado por Tito Lívio como um dos responsáveis pela introdução destes valores, tanto em atitudes tomadas durante a campanha, quanto durante seu retorno a Roma:

Sabia [Cneo Mânlio Vulsão] que os juízes se mostrariam tanto mais severos com ele quanto havia relaxado com toda espécie de licenças a disciplina militar, rigorosamente mantida por seu antecessor [*disciplinam militarem seure ab eo conseruatam successorem ipsum omni genere licentiae corrupisse fama attulerat*]. Rosnava-se ademais que não se lhe devia censurar unicamente os desmandos cometidos por seus soldados naquela rêmora província, mas os excessos a que se entregava diariamente à vista dos concidadãos. Com efeito, o luxo das nações estrangeiras penetrou em Roma na esteira do exército da Ásia [*luxuriae enim peregrinae origo ab exercitu Asiatico inuecta in urbem est.*]: foi ele que introduziu na cidade os leitos adornados de bronze, os tapetes preciosos, os véus e tecidos delicados, as mesas de refeição, os aparadores, enfim, aquelas peças de mobiliário consideradas muitíssimo elegantes. Por essa época, apareceram nos festins as cantoras e tocadoras de harpa, para divertir os comensais; empregou-se mais cuidado e magnificência no preparo dos banquetes, e os cozinheiros, que para os antigos eram os escravos mais humildes, entraram a encarecer: o que antes não passava de um ofício começou a ser considerado uma arte. Mas tudo isso era apenas a semente do que ainda estava por vir [*semina erant futurae luxuriae*]. (Tito Lívio, *Ab Urbe*, XXXIX, 6)

Tal citação é altamente esclarecedora. Primeiramente, um reconhecimento: o luxo é um fator exógeno a Roma, trazido em um momento localizado na história, por uma situação também localizada: o regresso do exército vitorioso na Ásia, em 197 a.C.. Estes

soldados e oficiais (dentre eles o próprio Vulsão) retornam não apenas com vastas riquezas e um grande butim, mas também com formas altamente sofisticadas de empregar tais quantias, para obter apenas um fim: o prazer, a *voluptas*. Não apenas Vulsão peca por ser um exemplo de imoderação, distanciando-se dos modelos de austeridade e frugalidade defendidos pela tradição romana, como pecou na condução de seu exército: nesse, a disciplina militar romana havia sido relaxada. Mesmo que esse início do processo seja apenas a semente do eu estava por vir (*semina erant futurae luxuriae*), as consequências no ânimo (*extinguendum uigorem animorum*) e nos costumes militares (*disciplinae morisque*) já estão anunciados. Trata-se de uma estratégia de oposição, que enuncia dois momentos da história de Roma a partir da existência (e inexistência) de alguns enunciados que marcam tal passagem.

Analisando o *Bellum Catilinae* de Salústio, a mesma estratégia enunciada por Tito Lívio é presente, diferenciando-se apenas o general responsável pela corrupção dos costumes:

(í ) para tornar o exército que havia capitaneado na Ásia mais leal a si, Lucio Sila o havia tratado rejeitando as normas ancestrais, de forma condescendente e com demasiadas considerações. Com a inatividade, lugares amenos e voluptuosos haviam relaxado facilmente o bravo espírito militar [(*Loca amoena, voluptaria facile in otio ferocis militum animos molliverant.*)]. Ali se acostumou pela primeira vez o exército do povo romano ao bordel, a beber, a admirar estátuas, quadros de pinturas e vasos cinzelados, a roubar tanto particulares quanto a propriedade do Estado, a saquear os templos, a manchar todo o sagrado e o profano. (*Cat.* 11, 5-7; tradução nossa)

Ao agir sobre a disciplina e o ânimo militar dos romanos, o processo iniciado com o ócio (*otium*), e estimulado por todos os luxos (*luxuria*) desnecessários, age sobre o valor fundamental dos romanos, que permitiu aos mesmos sobrepujar povos que possuíam qualidades reconhecidamente superiores, como os gregos e os gauleses: ãos gregos eram superiores aos romanos na arte de falar e os gauleses na glória militarö (*Cat.* 53, 4; tradução nossa). Estratégia muito similar a uma passagem de *Vegetius*:

õ(...) o povo romano submeteu todo o Mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos acampamentos e pela experiência do exército. (...) o que é que teria valido a escassez romana contra a multidão de Gauleses? O que é que teria podido ousar a baixa estatura romana

face à elevada estatura dos germanos? (...) os Hispanos foram superiores aos nossos, não só pelo número, mas também pelas forças dos corpos; nós sempre fomos inferiores às manhas e às riquezas dos africanos. (...) nós fomos vencidos pelas artes e pelo engenho dos Gregos. (*Epit.* I, 1)

A premissa é clara: os valores e práticas intrínsecos à sociedade romana (e, por conseguinte ao exército) bastam para garantir não apenas a sobrevivência, mas também a dominação sobre os demais povos. O corrompimento destes costumes, também para *Vegetius*, se levarmos em conta sua leitura do *Bellum Catilinae*, pode ser fruto de uma modificação proveniente da relação com o exterior. É possível pensar tal tese a partir de uma passagem da *Epitoma*, que enuncia um contraponto entre dois momentos da história da Urbe:

Nem se deve negar que, depois da fundação da sua cidade, os Romanos dela sempre partiam para a guerra. Mas, nesse tempo, não estavam enfraquecidos [*frangebantur*] por nenhuns prazeres [*voluptatibus*], por nenhuns luxos [*delicis*]; a juventude lavava o suor acumulado na corrida e nos exercícios nadando no Tibre; ao mesmo tempo guerreira e agricultora, trocava somente de tipos de armas; de tal forma isto é verdade que se sabe que a ditadura foi oferecida a Quíncio Cincinato enquanto este lavava. (*Epit.* I, 3)

O primeiro momento, de uma Roma primordial, é o sintetizado pela figura de Quíncio Cincinato, e todos os valores a esse associados. O relato de Tito Lívio apresenta tais valores, já os opondo aos seus antagonistas:

Aqueles que tudo desprezam no mundo, exceto a riqueza [*diuitiis*], e acreditam que a honra e o mérito só existem no seio da opulência [*opes*], deveriam meditar sobre o exemplo que se segue. À margem direita do Tibre (...), Lúcio Quíncio [Cincinato], única esperança do povo romano, cultivava quatro jeiras de terra (...). Lá o foram encontrar os emissários do Senado, curvado sobre sua enxada ou ao cabo da charrua, a cavar a terra. Seja como for, o fato é que estava entregue ao trabalho da lavoura [*agresti intentus*] quando a delegação, após uma troca de saudações, pediu-lhe que vestisse a toga para ouvir [*togatus mandata senatus audiret*], em seu próprio benefício e em benefício da república, uma comunicação do Senado. Quíncio (...) pediu a Racília, sua mulher, que fosse depressa buscar a toga na choupana [*tugurio*]. Limpou-se da poeira e do suor [*puluere ac sudore*] e apresentou-se vestido com a toga. Imediatamente os delegados proclamaram-no ditador, felicitaram-no e pediram-lhe que viesse a Roma, informando-o do pânico que reinava no exército. (*Ab Urbe*, III, 26)

A Roma de Quinto Cincinato é agricultora e guerreira. Dois enunciados condensam essa condição compartilhada: o suor e a poeira (*puluere ac sudore*), marcos de uma vida dedicada ao trabalho e aos exercícios. Essa é a Roma emulada por *Vegetius*, uma composição social ideal, que por sua vez produzia soldados de elevadíssima capacidade combativa. Nessa realidade primordial ingressam elementos a ela estranhos, prazeres (*voluptas*) e luxos (*delicias*), cujo resultado é o enfraquecimento (*frangere*) dos romanos, e a transmutação da sua capacidade de guerrear. Tais passagens expõem novamente as aproximações (nem sempre claras) entre os objetos sociedade e exército, e como o declínio de um oferece enunciados para compreensão do outro. Resta a questão, por ora em aberto, de o que *Vegetius* desejaria, ao clamar por Quinto Cincinato.

Por fim, é interessante pensar sobre o que nos aponta Michael Charles (2007: 42), quando apresenta a similaridade entre duas passagens, uma de *Vegetius* (*Epit.* IV, 44):

Uns são aniquilados pelo ferro e pela pedra, outros são forçados a arder nas ondas do mar; contudo, entre tantos tipos de morte, a desventura mais cruel é que os corpos ficam por sepultar, sendo devorados pelos peixes.<sup>116</sup>

E a outra de Ovídio (*Tristia*, I, 2, 53-56; tradução nossa):

A morte natural ou morrer sob a lâmina, pelo menos seu corpo repousa sobre o solo firme, como você vazante, e há pedidos para os outros, ea esperança de um túmulo, não ser o alimento para os peixes no oceano.<sup>117</sup>

Prosseguindo a leitura do livro I da *Tristia*, no momento em que Ovídio narra sua travessia do mar, em direção ao exílio, percebemos um enunciado altamente significativo (I, 2, 75-78; tradução nossa):

Eu não aro o mar aberto ao comércio de meus bens  
ávido para adquirir riquezas sem fim,  
(...)

---

<sup>116</sup> *Alli ferro interimuntur et saxo, alii ardere coguntur in fluctibus; inter tanta tamen mortium genera qui acerrimus casus est, absumenda piscibus insepulta sunt corpora.*

<sup>117</sup> *est aliquid, fatoue suo ferroue cadentem / in solida moriens ponere corpus humo, / et mandare suis aliqua et sperare sepulcrum / et non aequoreis piscibus esse cibum.*

nem velejo eu para a cidade famosa de Alexandre,  
para ver seus prazeres [(*delicias*)], Nilo feliz.<sup>118</sup>

Ou seja, a identificação do oriente, mais especificamente do Egito, como um local cuja principal característica é a existência dos prazeres, das *delicias*. De que eles são elementos que existem e provém de fora, creio estar claro; resta saber como estes prazeres, ao adentrarem na sociedade e no exército, operam a fim de corrompê-los e, segundo algumas análises, destruí-los. Esse é o tema do próximo capítulo desta dissertação.

---

<sup>118</sup> *non ego diuitias auibus sine fine parandi / latum mutandis mercibus aequor aro, / (í ) non ut Alexandri claram delatus in urbem / delicias uideam, Nile iocose, tuas.*

Parte II  
Da decadência  
Capítulo II  
Da decadência e a estrutura interna

Mais temível que as Armas,  
veio o luxo,  
Que vinga o mundo que  
vencer soubemos.  
(Juvenal. *Sátiras*, VI, 292-293)

Este capítulo pretende descrever de que forma as causas internas são desenvolvidas por *Vegetius*, entendendo como tais as modificações que ocorrem dentro do corpo social, e dizem respeito, em geral, aos costumes (*mores*). Para compreender com mais densidade o que representam estas causas, creio ser pertinente adentrar em algumas ideias desenvolvidas por Políbio. As causas internas são as mais recorrentes nesse autor, em numerosas digressões ao longo de sua obra, bem como em momentos diversos das narrativas principais. Como nos alerta Le Goff (1984: 393), os antigos (gregos e romanos) recorriam geralmente a formas gramaticais concretas (em geral verbos) para designar a ideia, em detrimento de termos abstratos. Palavras como *labes* e *ruina*, a queda e a ruína, associados a movimentos e estados (que poderiam designar, por exemplo, um objeto ou um organismo vivo) são recorrentes. Em Políbio percebemos claramente tal uso, em seu principal termo, *phthorá*. Seu sentido literal, como nos ensina Santo Mazzarino (1991: 20-21) é *ruína*, mas encontramos no uso da palavra, por parte de Políbio, sentidos como *declínio* (*Hist.* VI, 9) e *decadência* (*Hist.* VI, 57), remetendo a um processo em andamento, e *extinção* (*Hist.* VI, 5) e *ruína* (*Hist.* XVI, 12), com a ideia de um processo finalizado. Em *Vegetius*, na conceitualização do processo de declínio, percebemos esta recorrência dos verbos, seja em um sentido de processo em movimento: *frangere* (*Epit.* I, 3), *quebrar*, *fracassar*, *contaminar*; *pigrescere* (*Epit.* I, 4), *molecer*; *intercidere* (*Epit.* I, 21 e III, 10), *tingiu-se*, *morreu*; *exhaurire* (*Epit.* II, 3), *definhar*, *esgotar*, *acabar*; *declinare* (*Epit.* III, 4), *descurar*, *declinar*; *perdere* (*Epit.* III, 11) *desgraçaram*, *arruinar*, *corromper*; seja no sentido de um processo concretizado: *deletare* (*Epit.* I, 20), *apagado*, *destruído*. Percebo um elemento

recorrente nessa conceitualização de *Vegetius*: para ele, que compreende a decadência como algo reversível, tal leitura da realidade aparece na maior parte dos casos como um processo, e não como um estado final, ou uma ruína. Como processo, existe a possibilidade da ação humana, visando brecá-lo.

Mesmo assim, é importante apontar outro aspecto das noções de decadência. Retomando os escritos de Políbio, chama atenção, em uma passagem específica, a inexorabilidade da ruína, sendo que, tal qual um ser vivo, os organismos sociais estão fadados ao fim, segundo as leis da natureza:

O fato de tudo estar sujeito à decadência [(*phthorá*)] e ao desaparecimento é uma verdade a respeito da qual não há necessidade de insistir; a inexorabilidade da natureza basta para convencer-nos disso. (*Hist.* VI, 57)

A compreensão de que as sociedades humanas estão dentro de uma lógica natural, em que a decadência faz parte de um ciclo, é recorrente em outros autores gregos (Homero<sup>119</sup> e Aristóteles<sup>120</sup>, por exemplo) e romanos, como Lucrécio (*Nat.* II, 1150), que vê no esgotamento do solo um declínio material<sup>121</sup> do próprio mundo ó estabelecendo a distância entre uma Idade de Ouro<sup>122</sup> e o presente de envelhecimento. No entanto, como apontou Santo Mazzarino (1991: 18-19), por mais que natural que possa ser apresentado, a explicação para um processo de decadência passa por ações desencadeadas pelos homens, e essas ações, ao serem transcritas, devem ser organizadas mediante um discurso coerente, que associe os enunciados com vistas a um sentido lógico. Lucrécio lamenta a ó época terrível para a pátriaö (*patriae tempore iniquo*) (*Nat.* I, 40), fruto das riquezas, desejo às honras e poder. Políbio, ao narrar com a ruína atinge uma sociedade, apresenta a seguinte sequencia de acontecimentos:

---

<sup>119</sup> As gerações dos mortais assemelham-se às folhas das árvores, / Que, umas, os ventos atiram no solo, sem vida; outras brotam / na primavera, de novo, por toda a floresta viçosa. / Desaparecem ou nascem os homens da mesma maneira. (*Ilíada*, VI, 146-149)

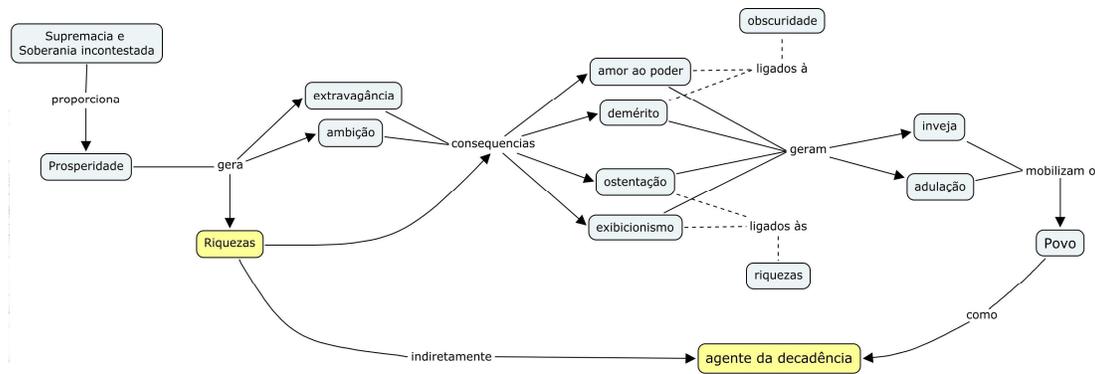
<sup>120</sup> Nas gerações humanas há uma espécie de colheita, tal como nos produtos da terra e, algumas vezes, se a linhagem é boa, nascem durante algum tempo homens extraordinários, depois vem a decadência. As famílias de boa estirpe degeneram em caracteres tresloucados (...)ö (*Retórica*, II, 15)

<sup>121</sup> öGastamos o ferro, e o campo mal recompensa, tanto é avaro dos frutos, tão grande é o esforço que ele exige. Já, abanando a cabeça, suspira mais frequentemente o lavrador da idade, ao ver que foi em vão todo o seu grande trabalho; e, ao comparar os tempos presentes com os tempos passados, louva muitas vezes a sorte de seu paiö (Lucrécio, *Nat.* II, 1161-1167)

<sup>122</sup> Como aponta Clarence Glacken (1967: 131-132) as õidades de ouroö não eram representadas apenas como um momento de superioridade moral ou física dos homens, mas também como um período de grande fertilidade na agricultura, capaz de prover os homens com pouca necessidade de trabalho na lavoura. Tal tema é encontrado pela primeira vez em Hesfodo, e é repetido (ou copiado) por muitos autores posteriores, com o Sêneca, Ovídio, Varrão e Virgílio.

(...) depois de uma sociedade política passar incólume por muitos e grandes perigos e obter afinal a supremacia e uma soberania incontestada é óbvio que, sob tal influência de uma prosperidade generalizada, a vida em tal sociedade passa a ser mais extravagante e a rivalidade dos cidadãos em torno dos cargos públicos e outras distinções torna-se mais acirrada do que deveria ser. Como essa tendência é crescente, o início da mudança para pior será devido ao amor do poder e ao demérito inerente à obscuridade, bem como à ostentação do modo de viver e ao exibicionismo insolente da riqueza; a responsabilidade por essa transformação caberá ao povo, em parte porque ele se considerará espoliado pela cupidez de alguns cidadãos, e em parte porque se inflará de empáfia diante da adulação de outros, ávidos de poder. Então, impelido por suas paixões e dando ouvidos apenas aos seus caprichos em todas as decisões, o povo já não consentirá em obedecer ou sequer em ser igual à classe dominante, mas exigirá para si mesmo a primazia em tudo. (*Hist.* VI, 57)

Esta passagem representa o que, a meu ver, se trata de uma grande estratégia discursiva, que associa diversos enunciados com o objetivo de criar um sentido finalista. Na citação percebo um encadeamento entre alguns enunciados:



A partir do momento em que Políbio encadeia as causas e passos do processo é que os posicionamentos ficam claros. Não basta dizer que Políbio associa elementos de ordem moral para construir suas teorias, mas deve-se buscar sob que regras estas formações discursivas se estabelecem. O mapa conceitual acima organiza um sistema de causas e efeitos que ligam de forma íntima os excessos materiais, provenientes da prosperidade, com os excessos morais. A ligação entre os variados enunciados dá forma ao sistema, que projeta a decadência como final do processo. A relação entre o material e o moral encontra-se no cerne de uma das maiores fórmulas da ideia de degenerescência: o luxo-decadência.

## As sementes do mal: o luxo e as riquezas

Retomando a parte final do capítulo anterior, tal premissa parte da crença de que as riquezas em abundância levariam as sociedades a entregarem-se ao luxo e aos excessos, que a partir de uma variada gama de estratégias, conduziria a sociedade em questão a um processo de deterioração. Como nos ensina Paul Veyne (1976: 471-475), essa õgrande teoriaõ (desenvolvida desde Platão e Políbio, Tito Lívio<sup>123</sup>, até Dante, Montesquieu e Rousseau) procura explicar a decadência associando diferentes níveis da sociedade: atrela modificações no nível econômico (prosperidade), no nível cultural (luxo), que por sua vez transformam o nível político (entendida essa modificação como a própria decadência), seja transmutando os aristocratas em oligarcas, seja amolecendo o povo (às suas obrigações militares, por exemplo). Em *Vegetius*, tal estratégia é utilizada logo ao início da obra, no contraponto entre campo e cidade:

Se são mais úteis os recrutas dos campos ou das cidades:

Sobre este ponto, creio que nunca pôde duvidar-se de que o povo dos campos [*rusticam plebem*] era mais apto para as armas, povo que se cria ao ar livre e no trabalho, suportando o sol e desprezando a sombra, desconhecedor dos banhos e ignorante dos prazeres [*deliciarum*], de espírito simples e satisfeito com pouco, com os membros endurecidos e capazes de tolerar todo o tipo de trabalho e para quem manejar o ferro, abrir um fosso ou carregar um fardo são hábitos da vida no campo.

Contudo, a necessidade por vezes exige que também habitantes das cidades sejam recrutados; estes, assim que tenham dado o nome para o serviço militar, devem aprender a trabalhar, a manobrar, a carregar pesos e a suportar o sol e o pó, devem adotar uma alimentação parca e simples e devem acampar ora ao ar livre, ora em tendas. Só então, devem ser treinados no uso das armas e, se surgir uma campanha mais longa, devem ser destacados o mais tempo possível em postos avançados nos campos e devem ser mantidos longe das seduções das cidades [*civitatis inlecebris*], para que, deste modo, a robustez [*robur*] impregne não só os seus corpos, mas também os seus espíritos.

Nem se deve negar que, depois da fundação da sua cidade, os Romanos dela sempre partiam para a guerra. Mas, nesse tempo, não estavam enfraquecidos [*frangebantur*] por nenhuns prazeres [*voluptatibus*], por nenhuns luxos [*delicis*]; a juventude [*iuventus*] lavava o suor acumulado na corrida e nos exercícios

---

<sup>123</sup> õ(...) jamais houve um estado maior, mais íntegro, ou mais rico em bens exemplos; de outra forma não teriam imigrado tão tardiamente para a cidade a cobiça e a luxúria [*avaritia luxuriaque*] e nem por tão longo tempo teria havido tanta estima pela simplicidade e parcimônia. Aliás, quanto menos bens, menos ganância havia: em nossos dias, as riquezas trouxeram a cobiça e os divertimentos excessivos [*avaritiam et abundantes voluptates*], desejo de se destruir e consumir tudo por luxo e libertinagem.õ (*Ab Urbe*, I, prefácio)

nadando no Tibre; ao mesmo tempo guerreira e agricultora, trocava somente de tipos de armas; de tal forma isto é verdade que se sabe que a ditadura foi oferecida a Quíncio Cincinato enquanto este lavrava.

Por conseguinte, parece que a solidez do exército deve provir essencialmente dos campos. Na verdade, sem eu saber bem porquê, teme menos a morte aquele que conhece menos os prazeres [(*deliciarum*)] ao longo da vida. (*Epit.* I, 3)

Existe nessa citação, primeiramente, um grande elogio ao campo, e aos homens dele provenientes. Tal passagem, como apontam estudiosos da obra de *Vegetius* (MONTEIRO, 2009: 384 (nota 1) e BARNES, 1979), muito possivelmente foi inspirada em uma passagem do prefácio da obra *De Agri Cultura*, de Catão. No prefácio, 4, esse nos diz que o campo gera os mais fortes e corajosos soldados (*At ex agricolis et viri fortissimi et milites strenuissimi gignantur*), já que os valores do respeito e da frugalidade os tornam mais aptos à severa vida militar. Além disso, por serem de natureza simples, sua subsistência é melhor garantida, e são menos propensos a cultivar a inveja (*minimeque invidiosus*).<sup>124</sup>

Todo processo de escolha dá-se em um regime de alteridade, na busca e clareamento de um objeto em comparação/oposição a outro. A partir do momento em que Catão elege o campo como local ideal para prover o exército de bons soldados, e o faz a partir da enumeração de qualidades desse meio, subentendido está o contraponto a esse campo, ou seja, a cidade, como o local de onde esses recrutas não devem ser retirados. Por correlação, os homens das cidades não são *fortissimi*, mas sim fracos, não são *strenuissimi*, mas sim covardes e irresponsáveis, e são facilmente tomados pela inveja (*invidia*). A partir de um campo de presença, enunciados formulados em diferentes discursos (ou que dizem respeito a diferentes objetos) podem ser retomados (FOUCAULT, 2009: 64), aproximados (visando aumentar a precisão dentro do discurso) e sistematizados em novas estratégias, como ocorre com os enunciados acima descritos: o objeto ãcampoö (oposto ao objeto ãcidadeö) oferece enunciados que, aproximados e sistematizados, colaboram para formar o novo objeto ãexércitoö, ou ãsoldadoö. A legitimidade desta estratégia Catão lança àqueles que julga representar no seu presente, ou seja, aos romanos antigos, seus costumes e suas práticas. O próprio elogio utilizado por estes antigos ao referirem-se a um bom homem

---

<sup>124</sup> ãPor outro lado, é da classe agrícola que provém os homens mais valentes e os soldados mais resistentes, sua vocação é das mais respeitadas, seu meio de subsistência é mais seguro e é visto com o mínimo de hostilidade, e aqueles que estão empenhados nesta ocupação são menos inclinados a surtir inveja.ö (*De Agri. Prefácio*, 4; tradução nossa)

seria chamá-lo de õbom agricultorõ ou õbom fazendeiroõ (*bonum agricolam bonumque colonum*) (*De Agri. Prefácio, 2*).

Ao pensarmos a trama entre tais passagens, o primeiro ponto a ser trabalhado é o porquê da ligação do campo com noções da ideia de decadência. Há em *Vegetius* uma radical diferença nos valores do campo e nos valores da cidade<sup>125</sup>, especialmente no que tange a escolha dos soldados. O campo é o lugar da simplicidade, de homens fortes e acostumados à vida difícil. Vivem em um quase õestado de naturezaõ. Esse estado só é modificado, na cidade, pelos vícios. Os homens são enfraquecidos (*frangere*) pelos prazeres e luxos (*delicias, voluptas*) existentes no espaço urbano. O resultado desse enfraquecimento pode ser percebido contrapondo o segundo parágrafo da citação de *Vegetius*, onde constam as medidas para õrusticizarõ os homens da cidade, com a realidade que estas medidas pretendiam atacar. Estes cidadãos seriam vagabundos, desorganizados e fracos fisicamente, de alimentação farta e vida confortável. Para extirpar tais debilidades, há a opção de retirá-los das cidades, isolá-los, e com o devido treinamento tornar-lhes novamente os homens de que o Estado precisa. Em termos globais, a cidade é vista como um lugar de decadência, um espaço onde bons valores são destruídos pelos mais variados vícios. Para evitar a decadência, deve se procurar a antítese da cidade, ou seja, o campo. Pode também colaborar com essa visão positiva do campo as referências às õidades de Ouroõ, tais como em Hesíodo, e posteriormente em Varrão e Virgílio: além da moralidade elevada, essas idades modelares possuíam como característica marcante uma alta fertilidade na produção agrícola (GLACKEN, 1967: 132-133), acentuando o campo como provedor não apenas de bons costumes, mas também de abundância.

Essa premissa inicial, onde o campo deve ser buscado, se sustenta em outra oposição. São os *agricolae* não apenas os homens mais fortes e os soldados mais valorosos, mas também, sendo sua õnaturezaõ simples, estão menos propensos a serem afetados pela inveja, um sentimento que corrompe tanto o corpo social, quanto a harmonia em um exército. É importante ressaltar que no prefácio de Catão, o *agricola* é descrito em contraponto a um mercador (*mercator*), ao qual é associada a imagem de um homem enérgico, com grandes possibilidades de enriquecer mas, por outro lado, um homem a quem os perigos e calamidades são constantes. Levando em conta que o mercador era uma

---

<sup>125</sup> Em uma visão desta sociedade, a divisão entre õcampoõ e õcidadeõ é totalizante. Ou seja, nada existe fora destes dois espaços sociais.

figura associada à cidade (GIARDINA, 1989; BALSDON, 1968), uma mesma estratégia de oposição é encontrada em Catão e em *Vegetius*.

Por outro lado, não é constatada a repetição de nenhum enunciado entre os dois escritos. Nenhum dos termos que singularizam o *agricola* de Catão é encontrado nos escritos de *Vegetius*. Por outro lado, a estratégia discursiva é muito similar. Existe, nos dois textos, um mesmo princípio: em Catão, as qualidades do homem do campo são as mais adequadas a impedir que dois males se instalem entre os soldados: a inveja (*invidia*) e a hostilidade dela advinda (*male cogitantes*); em *Vegetius*, os homens das cidades são enfraquecidos (*frangere*) pelos prazeres (*delicias, voluptas*), enquanto os homens do campo mantêm-se distantes destes vícios. Em ambos existe uma mesma lógica: o lugar social do campo é mais adequado ao provimento de recrutas ao exército, e isto se dá porque o lugar social da cidade é atacado por diversos vícios (de ordem moral, mas cujos enunciados variam grandemente), o que leva seus homens a não serem aptos, já que esses vícios debilitam os mesmos. Estes homens, em relação a um estado inicial ideal, junto à natureza, corrompem-se e declinam.

Dessa análise advêm duas conclusões: 1) o discurso decadentista faz uso de uma variada gama de enunciados, a ponto de uma mesma estratégia, de sentidos muito próximos, poder ser efetuada sem a repetição dos mesmos enunciados; 2) *Vegetius*, como ele mesmo nos diz, lança mão de autores dotados de autoridade, principalmente nos assuntos militares. Na obra de Catão, um tratado sobre agricultura, sua autoridade e lugar de fala é a de um homem do campo, e mesmo assim seus escritos sustentam uma estratégia argumentativa de um tratado sobre guerra. Constatamos a complementaridade entre diferentes discursos: o do campo, da guerra e, transitando entre estes, o da decadência. Podemos lembrar novamente da lenda de Quinto Cincinato, tido como o modelo de homem romano: ele é um agricultor, e um perfeito soldado, já que enunciados que descrevem o primeiro são altamente valorizados no segundo, como a poeira e do suor (*puluere ac sudore*) (Tito Lívio, *Ab Urbe*, III, 26). A força de tal estratégia é tal que, durante o século IV, aparece com destaque nas propostas reformistas de Anônimo:

Revisa, enfim, a memória dos tempos felizes e considera os famosos reinos da antiga escassez, que sabiam cultivar os campos e abster-se das riquezas: como o louvor da sua honra os fez recordar para sempre sua incorrupta frugalidade. Certamente, chamamos de dourada a uma época em que apenas [não] tínhamos ouro. (*DRB*, 2.8-9; tradução nossa)

Neste sentido, segundo Carrié (1992: 93), tais escritos de Catão (dentre outros), associando o soldado a um camponês, criavam uma verdadeira ideologia que durante o século IV, principalmente, exercia forte influência nas classes mais altas da sociedade imperial. A frase de Tácito (*Hist. I, 53*), "o soldado corrompe-se sobretudo em contato com os civis" (*inter paganos miles corruptior*), segundo Carrié, soava como uma máxima entre os civis em geral. Um efeito prático deste medo é a separação dos lugares para soldados nos espetáculos, em Roma, durante a época de Augusto (Suetônio, *Augusto*, 44, 1). Essa necessidade de apartar o soldado do convívio geral possui um objetivo: a distância da *voluptas*, que é considerada incompatível com as virtudes militares que garantem a segurança do mundo civilizado. Como nos ensina Carrié (1992: 102) "a *voluptas*, mais do que um conceito moral, era um índice do nível social. Todavia, o reconhecimento ou não da legitimidade do acesso de um certo grupo à *voluptas* era uma questão puramente moral". E esta legitimidade de acesso era negada aos soldados, sendo que "a comparação com as épocas antigas, que tinham observado rigorosamente os princípios tradicionais, oferece um arsenal ilimitado de argumentos para recolocar no seu devido lugar os soldados corrompidos" (CARRIÉ, 1992: 102). Frontino, por exemplo, nos oferece uma passagem esclarecedora: "Cipião, o Africano, reparando eu um soldado possuía um escudo ricamente decorado, disse que não se admirava que o homem o tivesse adornado com tanto cuidado, visto que confiava mais nele do que na espada" (*Estrat. IV, 1*). O direito ao luxo, à ostentação, para o soldado, era algo negado, porque o enfraquece, efemina e indis põe ao combate, fazendo com que ele prefira o escudo à espada. Para *Vegetius*, toda sorte de excessos ligados à *voluptas*, que desviem o soldado do seu dever, devem ser apartados do cotidiano e funcionamento da legião, tal qual a própria concessão de licenças:

(...) nos tempos antigos dificilmente se concedia uma licença, a não ser por motivos muito justos e aprovados, e os soldados regulares não eram destacados para nenhuns serviços especiais, nem lhes eram confiados assuntos privados, visto que parecia inconveniente [*incongruum*] que um soldado do imperador, que era vestido e sustentado pelo erário público se dedicasse a serviços privados. (*Epit. II, 19*)

Nesta lógica, a ausência no dever é considerada inconveniente, ou mesmo um prazer desnecessário. *Vegetius* compreende estes homens tais quais os "cães de raça" da República de Platão, abnegados, de elevada exigência moral e servos da vontade da

comunidade (CARRIÉ, 1992: 92); como tais, seus assuntos privados tornam-se risíveis frente ao objetivo maior de sua existência, a segurança da sociedade. Esta questão das licenças é referida por Paterno, fonte direta de *Vegetius*, e acessada de forma indireta ãem *Dig.* 49, 16, 12, [onde] Macro cita Paterno como testemunho da disciplina do chefe do exército, que deverá conceder poucas permissões e não deverá permitir que os soldados de cavalaria saiam da província nem que se ausentem para caçar, pescar e nem para atender qualquer assunto privado.ö (PANIAGUA, 2010: 214; tradução nossa). Permitir tais desvios significaria o risco de ver a disciplina dos soldados comprometida.

De fato, os soldados romanos eram pouco conhecidos pela população geral do Império (e possivelmente do próprio *Vegetius* também, levando em conta a sua mencionada falta de experiência militar (*Epit.* I, 8)), e os senso comuns e generalizações acabam por dominar a forma como esta sociedade entende seus protetores. Ao se ancorar nos antigos, *Vegetius* reforça esses possíveis senso comuns. A última frase da citação inicial de *Vegetius* (*Epit.* I, 3) é inquietante: ãsem eu saber bem porquêö (*nescioquomodo*). Trata-se de uma certeza frágil, ou de um conhecimento pautado apenas em algum lugar-comum, mas que serve como categoria de leitura, utilizada em outras passagens da sua obra:

De tempos em tempos, o exército reunido a partir de diferentes lugares provoca a desordem e, quando não quer combater, finge irritar-se porque não é conduzido para a guerra; isto é feito especialmente por aqueles que viveram ociosa e luxuosamente [(*otiose delicateque vixerunt*)] nos seus aquartelamentos. (*Epit.* III, 4)

Ou seja, *Vegetius* opera com uma categoria de pensamento antiga, mesmo que não domine uma explicação clara para fazê-lo. Não deixa de haver a possibilidade de contradição, já que a tradição apresenta em muitos momentos uma carga negativa associada ao *rus*<sup>126</sup> e ao soldado, como um ignorante, selvagem ou ingênuo. A selvageria a que são associados muitos episódios que envolvem soldados, em diversos historiadores romanos (como em Tácito, *Hist.* II, 88 e III, 32) reforça a ideia de que estes devem ser separados do convívio geral da sociedade, e disciplinados ãaté suaremö (*ad sudorem*) (*Epit.* III, 4). O suor aparece tanto como a marca substantiva do esforço e do valor do soldado (como aparece na citação da página 116-117 (*Epit.* I, 3)), enaltecido por Mário ao discursar

---

<sup>126</sup> ã(...) desprezo enormemente aquele seu exército formado de velhos despreparados, de rústicos arruinados pelo luxo [(*ex agresti luxuria*)]ö. (Cícero, *Catilinárias*, II, 5)

aos seus soldados (õque nos deixem o suor, a poeira e outras coisas do estilo, pois para nós essas são mais agradáveis que os banquetes) (Salústio, *Jug.* 85, 41; tradução nossa), quanto representa sua sujeição à disciplina militar, como forma de conter sua selvageria.

Além de todos esses elementos, Charles (2007: 144) aponta que a opção do recrutamento de homens do campo também pode passar por uma escolha financeira, já que esses possuíam um custo e tempo de treinamento inferiores aos cidadãos. Por mais que existam características negativas nestes homens, sua existência junto a um espaço áspero lhes confere uma característica altamente positiva: õo agricultor das províncias [possui uma] força (*robur*) que lhe é própria (Anônimo, *DRB*, Prefácio, 10; tradução nossa). É por esta força, e as vantagens que ela leva nos treinamentos e cotidiano do exército, que *Vegetius* clama.

O final da citação inicial de *Vegetius* apresenta ainda outro aspecto pertinente: quem se lavava do suor dos treinamentos e corrida era a juventude romana, a *iuventus*. Os jovens encontrar-se-ão em uma situação ambígua na obra de *Vegetius*, bem como em outros autores tradicionais: por um lado, é nesses jovens que se encontra a esperança de salvação do exército, mediante a reforma pretendida: õse é de conservar o costume antigo [*(antiqua consuetudo)*], então ninguém ignora que a juventude, no início da puberdade [*(incipientem pubertatem)*], deve ser compelida ao recrutamento (Epit. I, 4). Para ele, os jovens são mais capazes pois assimilam com mais facilidade os conhecimentos ensinados, além do corpo juvenil ser mais apto a experimentar todos os exercícios e treinos. Recorrendo a uma autoridade, *Vegetius* cita: õtal como diz Salústio: ñlogo que os jovens eram capazes de suportar a guerra, eles aprendiam no acampamento, pelo seu trabalho, a prática militar<sup>127</sup> (Epit. I, 4). Tal passagem é uma citação direta do texto de Salústio, cuja passagem reproduzo:

(...) tão pronto como tolerava a guerra, aprendia com exercícios, no acampamento, a arte militar<sup>128</sup> e ficava com mais gosto nas brilhantes armas e nos cavalos de batalha do que com prostitutas e festins. (...) para homens assim não havia esforço desacostumado, nem lugar algum escarpado ou inacessível, nem inimigo armado temível; a coragem superava a todos. [*(virtus omnia domuerat)*] (*Cat.* 7, 4; tradução nossa)

---

<sup>127</sup> *sicut ait Sallustius; nam simul ac iuventus belli patiens erat in castris per laborem usum militiae discabant*

<sup>128</sup> *iuventus simul ac belli patiens erat, in castris per laborem usum militiae discabat*

Trata-se de uma juventude idílica, perdida no passado, tal qual a de *Vegetius*, que banhava-se no Tibre para lavar o suor dos treinos. Seus valores confundem-se com os valores mais elevados da sociedade tradicional romana: militarismo, austeridade e virtude. Todavia, no relato decadentista de seu tempo, Salústio aponta que estes mesmos valores estão se deteriorando, principalmente na juventude (*iuventus* ou *adulescens*<sup>129</sup>), apontada por ele como mais apta às novidades. Salústio lança mão de oposições enunciativas, opondo a realidade ideal, existente no passado dourado, à realidade deteriorada:

(í ) por culpa das riquezas, invadiram na juventude a futilidade, a avareza e a arrogância [*luxuria atque avaritia cum superbia*]: roubavam, gastavam, pouco valorizavam o próprio, desejavam o alheio; a decência, o pudor, o divino e o humano indistintivamente, nada lhes merecia consideração nem moderação. (*Cat.* 12, 2; tradução nossa)

(í ) havia iniciado uma ânsia não menor de sexo, libertinagem e demais refinamentos: os homens se submetiam como mulheres, as mulheres expunham sua honra aos quatro ventos; (...) dormiam antes de ter desejo de sono, não aguardavam ter fome, ou sede, ou frio, ou cansaço, senão que por vício antecipavam todas essas necessidades. Esse comportamento incitava o crime na juventude, quando faltavam os bens da família. O espírito imbuído de más artes não se privava facilmente dos prazeres; daí que se entregavam a todos os meios para ganhar dinheiro e gastá-lo. (*Cat.* 13, 3-4; tradução nossa)

Algumas consequências desta mudança: os jovens não mais reproduzirão o modelo de renovação do exército romano, pautado em cidadãos soldados aptos a defender a pátria (lembrando das referências a Tibério Graco, no capítulo I); os mesmos, a partir das necessidades criadas pelas riquezas (e principalmente, pelos prazeres e luxos delas decorrentes), não medirão esforços para alcançá-las, mesmo que para isso tenham que cometer crimes e destruir a estrutura social. De certa forma, é justamente essa tese que será comprovada na trama tecida pelo *Bellum Catiliane*, onde os jovens foram os principais protagonistas da revolta. Salústio nos diz que Catilina buscava sobretudo a amizade dos jovens; o espírito moldável e flexível deles os faziam presa fácil das suas artimanhas. (*Cat.* 14, 5; tradução nossa). Os mesmos eram estimulados com presentes, elogios e promessas a não mais pautarem suas condutas nos modelos de até então; eram ensinados a não valorar sua palavra, ou o nome da família, a mentir sempre que apropriado, além de

---

<sup>129</sup> Segundo Faria (1962: 37), o termo *adulescens* denominaria um homem romano na faixa dos 17 aos 30 anos de idade. Ambos os termos aparecem alternadamente tanto em *Vegetius* quanto em Salústio.

cometer qualquer tipo de crime, mesmo o assassinato de concidadãos (*Cat.* 16). Além destes elementos, Augusto Fraschetti (1996: 77) nos diz, com base em Cícero, que o temor permanente em relação à juventude pautava-se tanto nesta òingenuidade, quanto na coragem, arrogância e ferocidade desmedidas (estes três adjetivos são abrangidos no termo *ferocitas*). Esse desequilíbrio, levando em conta o modelo de guerra romano, pautado em um sistema de linhas sucessivas que demandava uma intensa e permanente disciplina, poderia ser muito perigoso para a *civitas* como um todo. Creio não ser exagero dizer que a estratégia de apartar os homens da cidade é válida também (ou especialmente) no tocante aos jovens. Esta tensão entre um furor desmedido, perigoso à estrutura social, e uma mente e corpo maleáveis deve ser administrada pela sociedade.

Ficam claras nas passagens de Salústio de que formas o luxo atua no processo de corrompimento da estrutura da sociedade. Este luxo possui, segundo esse autor (e tantos outros dirão o mesmo), uma causa primordial: as riquezas; desnecessárias para a salvação militar da sociedade, como afirma *Vegetius*:

Com efeito, a magnificência das vestes ou das riquezas em ouro, em prata e em jóias [*auri argenti gemmarumque*], não levam os inimigos [*hostes*] nem ao respeito nem à amizade para conosco; eles são submetidos apenas pelo terror das armas. (*Epit.* I, 13)

Não serão as riquezas e o luxo (os vícios adquiridos) que salvarão Roma, mas sim a sua antiga tradição guerreira, fruto de sua moralidade superior. Ao enunciar tais palavras, *Vegetius* estabelece uma linha (involuntariamente, creio) com os escritos de Políbio. Nos escritos desse, após eleger Roma como o melhor Estado de seu tempo, nos constantes relatos cruzados com o Estado de Cartago fica a dúvida quanto ao futuro derradeiro de Roma. De certa forma, a derrota de Cartago é justificada por sua inferioridade em questões principalmente morais, ao passo que a vitória de Roma é em grande parte creditada a essa superioridade moral, que estaria se modificando no seu tempo. Ao menos em uma passagem de Políbio, nota-se que ele tece algumas diferenças entre os romanos anteriores à iniciativa de sair da Itália, e os do momento em que ele escreve. Ao narrar o objetivo de Cipião Emiliano em galgar a reputação de ser o jovem de maior temperança entre seus iguais, Políbio diz que outrora tal prêmio era glorioso e muito difícil de ser alcançado, mas em seus dias o era fácil, já que a maioria dos jovens tendia para o pior. Muitos entregavam-se à pederastia, outros às prostitutas, além da bebida e da música. Políbio narra tais luxos como sendo de influência grega, após a vitória sobre a Macedônia, quando uma grande

quantidade de riquezas fora transferida para Roma, e o luxo e a ostentação passaram a ser marcantes, tanto na vida pública quanto na privada (*Hist. XXXI, 25*). Justamente no desenvolvimento da passagem acima, sobre Cipião, Políbio oferece referências à atuação de Catão, o censor, em sua ação contra o processo de helenização dos costumes romanos. Em um discurso pronunciado ao povo, Catão teria dito que não há sinal mais seguro de deterioração no Estado [do que o] fato de um menino de boa aparência custar mais caro que uma gleba de terra e os vasos de conserva de peixe serem mais caros que os condutores de aradosö (*Hist. XXXI, 25*).

Se em Políbio e Catão a riqueza é lamentada como o sinal de um futuro nefasto à sociedade romana, em Salústio a narrativa ganha outra dinâmica. Entre os capítulos 10 e 13 do *Bellum Catilinae* ele tece suas principais considerações acerca da decadência do Estado romano. A predição de Políbio, de que as riquezas que afloraram após as vitórias nas Guerras Púnicas significariam a ruína futura do Estado romano, segundo a fórmula citada na página 115, aparentemente encontra sua consumação nos relatos de Salústio. Se, em um primeiro momento, imperava em Roma a seguinte situação:

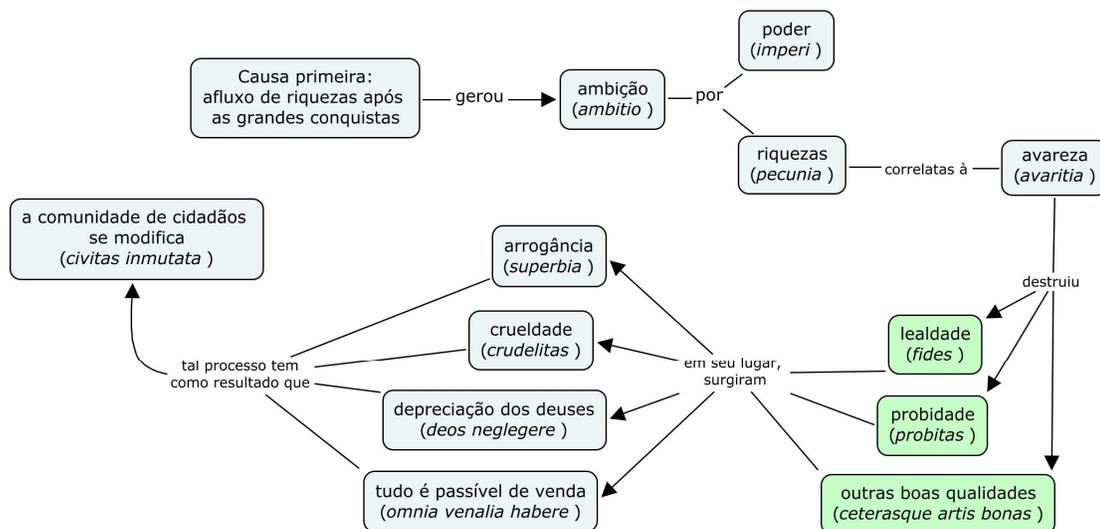
(í ) se cultivavam os bons costumes [*(boni mores)*] na paz e na guerra. A concórdia era máxima [*(concordia maxuma)*], a avareza, mínima; o direito e o bem cobravam vigor entre eles, mais do que pela força das leis, do que por sua própria natureza. Polêmicas, discórdias, inimizades, com os inimigos as exerciam; os cidadãos insistiam com os cidadãos nas boas qualidades. Nos sacrifícios aos deuses eram generosos; dentro de casa, frugais; com os amigos, leais. Com essas duas qualidades, audácia na guerra, equidade quando chegava a paz [*(audacia in bello, ubi pax evenerat, aequitate)*], levavam adiante o Estado e a si mesmos. (*Cat. 9, 1-3*; tradução nossa)

Em um segundo momento, a situação se modifica, tendo como ponto de inflexão o próprio fim de Cartago:

Porém quando o Estado cresceu pelo esforço e pela justiça, grandes reis foram subjugados por terra, homens selvagens e vastos povos submetidos pela força, e Cartago, rival do Império romano, pereceu até a raiz, e ficavam livres todos os mares e terras, a fortuna começou a mostrar-se cruel e a modificar tudo [*(saevire fortuna ac miscere omnia coepit.)*]. (*Cat. 10, 1*; tradução nossa)

(...) primeiro cresceu a ânsia de poder<sup>130</sup> [(*imperi*)], logo, de riquezas [(*pecuniae*)]; esse foi o pasto, por assim dizer, de todos os males. Pois a avareza minou a lealdade, a probidade e as restantes boas qualidades [(*avaritia fidem, probitatem ceterasque artis bonas*)]; em seu lugar, apresentou a arrogância, a crueldade, ensinou a depreciar os deuses, a considerar a tudo venal [(*superbiam, crudelitatem, deos neglegere, omnia venalia habere edocuit*)]. A ambição obrigou a muitos mortais a fazerem-se falsos, a ter uma coisa escondida no peito, e outra preparada na língua, a valorizar amizades e inimizades não por si mesmas, senão por interesse, a ter boa aparência antes de bondade natural. Esses desafetos cresciam lentamente no começo e as vezes eram castigados; mais adiante, quando se produziu uma invasão contagiosa, como se fosse uma peste, a cidade mudou [(*civitas inmutata*)], e o poder se converteu de muito justo e excelente em cruel e intolerável. (*Cat.* 10, 3-6; tradução nossa)

Constato nessas passagens uma grande estratégia enunciativa, que correlaciona enunciados de forma a constituir um processo lógico, de sucessão entre causas e efeitos. Mais uma vez, o processo iniciado pelo afluxo de riquezas desencadeia modificações de ordem moral, no seio da comunidade de cidadãos, que ao final se encontrará fragilizada, ou mesmo destruída. Essa encadeação pode ser melhor visualizada com o mapa conceitual abaixo:



<sup>130</sup> Analisando a tradução espanhola consultada (RAMOS, 1997), e cruzando a mesma com o texto latino consultado (disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/sall.1.html>), sou levado a crer que, ao contrário do que aparece na tradução espanhola, a primeira ambição a surgir é a do poder, e em segundo lugar a das riquezas.

É importante apontar, todavia, que Salústio vê pontos positivos na *ambitio*. Segundo ele, é esta mesma força que move tanto os virtuosos, que a partir de suas boas qualidades almejam a glória e a distinção, quanto os fracos, que para alcançar tais objetivos lançam mão de toda sorte de desonestidades. Basta lembrar a força exercida pelos *Rostris*<sup>131</sup>: no capítulo 4 de sua *Bellum Jugurtinum*, Salústio trata das máscaras de cera que as *gens* romanas produziam para honrar e lembrar os feitos dos antepassados, estabelecendo um contraponto entre o efeito positivo que a contemplação destas provocava em homens como Quinto Fábio Máximo e Cipião Africano<sup>132</sup> e nos homens de seu tempo, que õantes costumavam manter-se à frente em nobreza por sua virtude, [e, em seus dias,] se esforçam para alcançar o poder e os cargos públicos com enganos e modos bandidos, ao invés de boas artes.ö (*Jug.* 4, 7; tradução nossa). Já com a *avaritia*, não há medida saudável, já que õarruína o corpo e o espírito varonil, [(*inbuta corpus animumque virilem effeminat*)], é sempre ilimitada e insaciável, não se reduz nem com a abundância nem com a escassezö (*Cat.* 11, 3; tradução nossa). Esse efeminar, com sentido de õamolecerö, ou mesmo õcontaminarö, pode ser associado com as passagens finais da citação anterior de Salústio: õse produziu uma invasão contagiosa, como se fosse uma peste [(*ubi contagio quasi pestilentia invasit*)].ö Paul Veyne (1976: 473) aponta que, desde Políbio (*Hist.* XI, 25<sup>133</sup>), as associações entre a sociedade e o corpo humano carregam analogias médicas, onde os desvios morais são compreendidos como verdadeiras doenças sociais, prontas para levar tal corpo social à morte. Por fim, outro enunciado recorrente, mas que não aparece diretamente nas passagens acima, é a inveja (*invidia*), associada como um dado natural, a partir do afluxo e ostentação das riquezas (estratégia, por sinal, idêntica às passagens de Políbio): õ(...) como acontece comumente com as coisas mortais, da opulência nasceu a inveja [(*invidia ex opulentia orta est*)].ö (*Cat.* 6, 3; tradução nossa). Não é exagero dizer que, em Salústio, a lógica das riquezas ganha um *status* de õteoria geral das sociedades humanasö:

<sup>131</sup> François Hartog (2001: 171-173; 183-184) aponta, quando analisa tais passagens da obra de Salústio, que as referências à Cipião e às cerimônias das máscaras provêm muito possivelmente da leitura e reflexão de Políbio. Ademais, em Políbio, a passagem em que a prática das máscaras é desenvolvida (*Hist.* VI, 53-54) é imediatamente seguida das suas mais importantes considerações sobre a ideia de decadência (*Hist.* VI, 56-57), o que também nos permite considerar que estes elementos foram lidos por Salústio, inspirando suas considerações sobre tais ideias.

<sup>132</sup> Salústio nos diz que as máscaras de cera possuíam tanta força, que instavam os homens a ambicionar superar os feitos dos antepassados, sempre através da virtude. Esta ambição não cessava até que os feitos destes homens se iguallassem em fama e glória aos de seus ancestrais (*Jug.* 4, 5-7)

<sup>133</sup> õHá (...) uma regra que na minha opinião se aplica igualmente aos exércitos, às cidades e ao corpo: ela consiste em nunca permitir que qualquer deles permaneça por muito tempo indolente e inativo, especialmente nos períodos de prosperidade e abundância.ö

(í ) as causas pelas quais reinos e impérios poderosíssimos vieram por terra [(*inclinata respublica*)], sempre topava nas mesmas coisas, positivas e negativas: todos os vencedores haviam desprezado as riquezas e os vencidos as haviam almejado. (*Cartas a César* I, 7, 4; tradução nossa)

Há de se assinalar que em Salústio (assim como em Cícero<sup>134</sup>), como nos aponta Santo Mazzarino (1991: 25), pela primeira vez no mundo romano a decadência se enuncia sob o aspecto de uma decadência do Estado (*inclinata res publica*). Os julgamentos morais e a natureza, antes restritos à sociedade e à vida privada, a partir destes autores passarão a deteriorar também a coisa pública, atacada pelas práticas de suborno e despotismo, fragilizando sua atuação como ente que garante a liberdade dos romanos. Tal qual em Políbio, aos costumes é creditada a solidez do Estado, e a pauperização desses leva a consequente derrocada do último. A esse tema dos costumes Políbio atribui uma importância central, como fundamento de um Estado bem sucedido. Em suas análises, ele estabelece um contraponto entre os Cretenses, cujas leis e os costumes permitem que os cidadãos adquiram todos os bens e riquezas que desejarem, provocando uma pérfida conduta destes tanto nos assuntos privados quanto nos assuntos públicos, e o exemplo de Esparta, onde os costumes e leis pautaram uma divisão equitativa dos bens entre os cidadãos, além da imposição de uma alimentação frugal e um treinamento militar intenso (*Hist.* VI, 48). Esses costumes são vistos por Políbio geradores de coragem e moderação nos cidadãos, essenciais para a manutenção do Estado, já que ãextirpando a sede insaciável de riquezas de sua cidade, Licurgo suprimiu da mesma a discórdia e a guerra civilõ (*Hist.* VI, 46).

Da mesma forma como os contrapontos entre cretenses e Esparta, Políbio também os estabelece entre Roma e Cartago. Primeiramente, Políbio exalta a formação de exércitos de cidadãos em Roma, imbuídos de um forte senso de dever ao ter de defender a pátria no campo de batalha, em detrimento dos cartagineses, que dependiam quase exclusivamente de suas forças mercenárias. Políbio cita o exemplo da estratégia utilizada por Roma para manter o ânimo elevado entre os cidadãos, os *Rostris* (já referidos anteriormente), que serviam para estimular os jovens a ãsuportar qualquer provação pelo bem da coletividade, na esperança de obterem a glória que acompanha os homens valorosos.õ (*Hist.* VI, 54).

---

<sup>134</sup> ã(...) porque o que é mais essencial na ciência política, sobre a qual versa nossa dissertação, é conhecer a marcha e as alterações dos Estados (*publicarum*), a fim de que, sabendo para que escolhos cada governo se dirige, se possam reter ou prevenir seus funestos resultados (*res inclinet*). (CÍCERO, *Da República*, II, 25)

Além desta diferença, são exaltadas também as leis contra o enriquecimento (referidas também por Catão, *De Agri Cultura*, Prólogo, 1). Ao contrário de Cartago, onde nada que proporcione lucros é considerado ignóbil, em Roma existem leis e costumes rígidos em relação aos subornos e outros ganhos por meios ilícitos; enquanto em Cartago os candidatos às funções públicas recorrem abertamente aos subornos, em Roma tal prática é punida com a pena de morte (*Hist.* VI, 56). Em outras passagens da obra, Políbio louva Lúcio Emílio Paulo, conquistador da Macedônia, e Cipião Emiliano, conquistador de Cartago, ambos por terem realizado grandes conquistas, e a despeito disso não terem se apropriado de nada proveniente dos tesouros destes reinos (*Hist.* XVIII, 35), sendo que o primeiro morreu praticamente na pobreza, como demonstra a impossibilidade de seus filhos em pagar a restituição do dote à sua viúva (*Hist.* XXXI, 22). Tal passagem de Emiliano aparece de maneira similar na obra de Amiano Marcelino (*Hist.* XIV.6.11), na forma de um *exempla*<sup>135</sup>, bastante difundidos durante o século IV. Esse mesmo autor, ao criticar os romanos de seu tempo, lança mão de críticas às riquezas muito análogas às de Políbio:

(í ) seus grandes antepassados, por quem tanto se há estendido a grandeza romana, não brilharam graças a suas riquezas, senão por guerras especialmente cruéis, e que conseguiram superar a todo o que se colocava em frente; não distinguiram-se dos soldados rasos pelos seus recursos, seu modo de vida ou da riqueza de suas vestes, senão pelo seu valor. (*Hist.* XIV.6.10; tradução nossa)

Não deixa de chamar a atenção o fato de premissas muito similares serem encontradas em escritos com uma diferença de mais de 600 anos, sendo que não necessariamente Amiano acessou diretamente as passagens de Políbio. Prova, antes de qualquer coisa, a sobrevivência em uma certa õlonga duraçãoo de estratégias e enunciados que formam o discurso da decadência. Essas considerações sobre a necessidade do controle das riquezas acabam por ligar-se à estratégia citada logo ao início deste capítulo (página 115), mas de forma inversa. Se, em um primeiro momento, as riquezas desencadeiam uma série de fatores, que levarão à própria ruína da sociedade em questão, a inexistência ou o controle sobre elas conduz a um estado de conciliação entre os cidadãos, já que certos sentimentos como a inveja e a ambição não serão incentivados.

---

<sup>135</sup> Tratam-se de referências dos feitos dos antigos, com tom profundamente moralizante, voltados para a utilidade na vida pública. (SILVA, 2009: 9)

Em *Vegetius*, um indivíduo que provém da administração do Estado, e cuja proposta de ação é destinada a reformar justamente uma das principais instituições desse Estado o o exército o, parece claro que o processo de declínio age sobre esse ente. Os costumes e leis antigos não garantiam a Roma apenas frugalidade ou harmonia social, mas sim uma eficiente capacidade fazer guerra, em amplos sentidos. A riqueza, exógena a estes costumes, não apenas corrompe essa capacidade, mediante as mais variadas estratégias, como não é suficiente para garantir o respeito e a amizade dos inimigos bárbaros (*hostis*). Estes apenas se submetem às armas, que por sua vez dependem da restauração de diversos costumes. Interessantemente, a passagem que narra a inutilidade das riquezas (ver página 124 (*Epit. I, 13*)), é seguida imediatamente de uma referência a Catão:

E, em outras matérias, tal como diz Catão, se se cometeu algum erro, isso pode ser corrigido mais tarde; já os erros em combate não admitem emenda, visto que o castigo se segue imediatamente ao erro; pois aqueles que lutaram cobarde e desastrosamente, ou morrem de imediato ou, postos em fuga, não ousam voltar a enfrentar os rivais que os venceram. (*Epit. I, 13*)

Não apenas as armas são as únicas garantidoras da paz e da própria existência segura do Estado, como essa arte carrega um imediatismo: uma batalha é um jogo fatal, onde o que está em questão, a partir de todas as preparações possíveis, é a própria sobrevivência imediata do Estado e da sociedade. É para esse momento que os romanos devem voltar a estarem preparados; é para esse momento que a obra de *Vegetius* existe.

Que a riqueza é perturbadora, e que os bons costumes romanos devem ser restaurados, de forma a conter os males da decadência, creio estar claro. Para visualizar de uma forma ainda mais viva este diálogo, entre os costumes e a decadência, atento a uma outra passagem de *Vegetius*:

Na verdade, foi decidido pelos antigos, por inspiração divina, que metade do soldo que os soldados recebem fosse depositado junto das insígnias e aí fosse guardado pelos próprios soldados para que não pudesse ser gasto por eles em luxos e na compra de bens fúteis [*ne per luxum aut inanium rerum*]; com efeito, a maior parte dos homens, especialmente os pobres [*pauperes*] gasta tanto quanto puder ter. (*Epit. II, 20*)

Primeiramente, uma premissa: os homens, e especialmente os pobres, lançam-se desmedidamente ao luxo, a partir da existência de recursos para tal. Reforça um

preconceito comum nos escritores antigos, ao associarem a pobreza (*pauperitas*) (mais enquanto juízo de valor, do que necessariamente falta de recursos, cuja medida é sempre arbitrária) aos excessos e ao descontrole<sup>136</sup>, atrelados aos coletivos *vulgus*, *turba* ou *multitudo* (WHITTAKER, 1992: 226; 230). A solução encontrada pelos antigos, nesse costume em questão, possuía dois fins: por um lado, limitar a *voluptas* dos soldados (que, como vimos anteriormente, não lhe era legitimadamente permitida) a partir do momento que limita a quantidade de recursos disponíveis; e por outro, estimula a lealdade do soldado à unidade, que era responsável por guardar sua quantia até o licenciamento. O soldado luta (e não deserta) por vários motivos, dentre eles seu próprio capital. Além destes fatores, penso ser possível, em mais esta situação, perceber um eco dos escritos de Salústio. Ciente de uma das maiores consequências do fim das Guerras Púnicas para a sociedade romana, a proletarização em larga escala dos pequenos camponeses, e o afluxo de grande parte desses para Roma, principalmente, Salústio vê com preocupação os resultados que tal acúmulo de desocupados pode provocar. Há, de certa forma, uma quebra no preceito tradicional do cidadão-soldado, que combate para defender sua pátria, sua família e, claro, sua propriedade, como já desenvolvido. Esta nova massa de cidadãos sem terra, somadas aos problemas ocasionados pelas riquezas, luxo e ostentação, pode ser mais um motivo de desequilíbrio no corpo social<sup>137</sup>. Salústio expõe tal õteseõ com base nos próprios acontecimentos da conjuração de Catilina, onde um grande número de proletários foi seduzido pelas promessas revolucionárias. Para *Vegetius*, que lamenta a perda de um exército õromanoõ, de cidadãos que combatem por sua pátria, a visão de um exército cada vez mais servido por recrutas desprovidos de qualquer posse é um indício de declínio tanto social, quanto da capacidade combativa dos soldados. Neste contexto, elogiar tal costume dos antigos pode significar uma busca por alguma identidade, algum ponto de ligação entre o empenho dos soldados e a fortuna do Estado.

Se tal ligação entre Salústio e *Vegetius* estiver correta, nosso protagonista ignora o fato de que o alargamento do território de recrutamento a todo o mundo mediterrânico permitiu que o Império conciliasse o alistamento voluntário (e não mais a prática do

---

<sup>136</sup> Amiano Marcelino apresenta tais premissas, ao narrar a cidade de Roma de seu tempo: õ(...) se produziram graves revoltas por causa da escassez de vinho, porque o vulgo tende a ver-se envolto em contínuas e duras confrontações devido à sua avidez por bebida.õ (*Hist.* XIV.6.1; tradução nossa)

<sup>137</sup> õPois em uma sociedade os que não possuem bens olham sempre com maus olhos os bem situados, exaltam os canalhas, detestam a tradição, adoram as novidades, pelo ódio de sua situação se inclinam a modificar tudo, se alimentam sem cuidado de perturbações e revoltas, posto que a pobreza se conserva facilmente, já que nada se perde.õ (*Cat.* 37, 3; tradução nossa)

*dilectus*) com a seleção de soldados que fossem fisicamente adequados e ao mesmo tempo não pertencessem às classes econômicas e culturalmente mais pobres; portanto, que não fossem indivíduos privados dos mínimos interesses a defender, e consequentemente dispostos a todas as aventuras ó revolta ou deserção ó, mas homens capazes de identificar a defesa do Império e a fidelidade ao serviço, jurada solenemente ao príncipe, com a sobrevivência de uma sociedade de que não estavam excluídos. (CARRIÉ, 1992: 94). Por estar preso ao moralismo e à antiguidade de suas fontes, *Vegetius* acaba por ignorar essa série de modificações, que não necessariamente significam uma perda de qualidade.

### **Se desejares a guerra, não tenhas a paz**

Não apenas as riquezas e o luxo são enunciados fortes o suficiente para desencadear um processo de declínio. Paradoxalmente, também a paz é apontada como um elemento que ocasiona a deterioração de alguns costumes, principalmente os guerreiros. Ela é entendida como o estágio inicial, o ponto de partida para um processo de declínio subsequente:

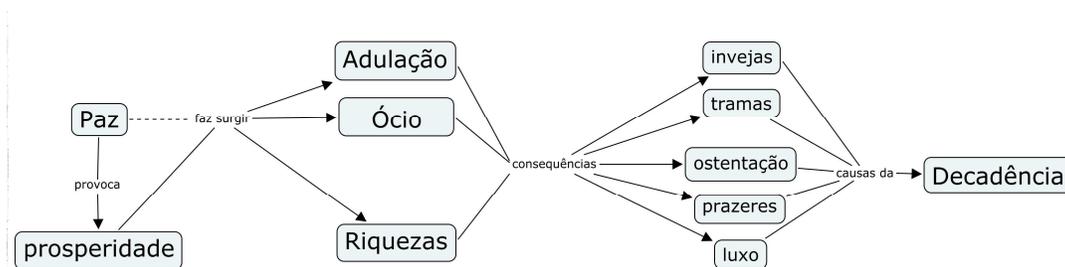
Mas a segurança proporcionada por um longo período de paz [(*longae securitas pacis*)] conduziu os homens, em parte, ao prazer do ócio [(*delectationem otii*)] e, em parte, às carreiras civis [(*civilia transduxit officia*)]. Assim, o cuidado com o trino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente [(*neglegentius*)], depois abandonado [(*dissimulari*)], e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento [(*postrenum olim in oblivionem*)], conforme se sabe. E ninguém se admire que isto tenha acontecido na época precedente, sabendo-se que, depois da Primeira Guerra Púnica, se seguiu uma paz de mais de vinte anos, que adormeceu [(*enervaverit*<sup>138</sup>)] ou pelo ócio e pela desabituação das armas [(*otio et armorum desuetudine enervaverit*)] os Romanos que tinham vencido por toda a parte, de tal forma que, durante a Segunda Guerra Púnica, eles não puderam estar a altura de Aníbal. (*Epit.* I, 28)

A importante citação acima abre duas linhas para a ação da paz, enquanto enunciado de um processo de decadência: conduz os homens ao prazer do ócio, por um lado, e às carreiras civis, por outro. Em Políbio, esta primeira correlação aparece de forma clara: no capítulo 18 do livro VI, ele nos diz que òquando os cidadãos vêm-se livres da

---

<sup>138</sup> Também pode ser traduzido por òenfraqueceuõ ou òefeminouõ.

ameaça externa e colhem os frutos dos tempos venturosos e da prosperidade resultante de suas vitórias, no gozo dessas benesses são corrompidos pela adulação e pela ociosidade. O enunciado *õpazõ*, apesar de não aparecer claramente nesta passagem, associa-se ao enunciado *õocioõ*. Outro enunciado absolutamente central para Políbio, e que aparece indiretamente na citação acima, é a riqueza, definida como *õa causa de desastres e até da ruína total*. (...) ela é uma fonte de invejas e tramas, e contribui mais do que qualquer outra coisa para corromper o corpo e a alma (*Hist. XVIII, 41*)<sup>139</sup>. Através dela instauram-se os mais variados conflitos entre os cidadãos, além da corrupção dos valores e dos costumes, principalmente pela ostentação, os prazeres e o luxo. O mapa conceitual abaixo relaciona os enunciados presentes nas passagens de Políbio:



E, mais uma vez, palavras que em Políbio representam uma *õteoria filosófica das sociedadesõ*, ou mesmo uma *predição*, encontram em Salústio sua *consumação*, no seio da sociedade romana pós-destruição de Cartago:

Uma vez que, afastado o medo dos cartagineses, houve tempo livre para exercitarem as desavenças, surgiram muitas revoltas, sedições e eventualmente guerras civis, durante as quais uns poucos poderosos, a cuja influente posição a maioria havia prestado seu apoio, aspiravam, com base no honrável nome de seus pais ou da plebe, o poder absoluto; se chamava alguém de bom ou mau cidadão não em virtude dos méritos contraídos para com o Estado, posto que se considerava uma pessoa de bem aquele que era mais rico e mais poderoso para cometer injustiça, porque defendia a situação vigente. (*Frag. Hist. I, 12*; tradução nossa)

Dessa maneira, nas construções discursivas acima descritas, a paz surge, tal qual a riqueza nas estratégias abordadas anteriormente, como uma superfície primeira, a partir da

<sup>139</sup> É preciso apontar que Políbio reconhece que a riqueza pode ser proveitosa, quando bem utilizada. Todavia, como ele nos diz durante o elogio ao rei Átalos, rei de Pérgamo, ela só é benéfica quando nas mãos de um grande homem, dotado de discernimento suficiente para seu bom uso (XVIII, 41).

qual os demais enunciados (geralmente morais) se desenvolvem. Tais questões revelam um viés interessante do discurso decadentista, compreendido como uma prática dotada de sentido de ação (FOUCAULT, 2009: 133): ele associa o sentido dos enunciados à operabilidade nos objetos formados. Ou seja, se estivéssemos analisando os objetos õprosperidadeö, õsociedadeö, õprodução agrícolaö, õsegurançaö, dentre outros, o enunciado õpazö possuiria grandes chances de não operar em qualquer estratégia que conduza à visualização de um processo de declínio<sup>140</sup>. Todavia, como nosso objeto é o õexércitoö, a õpazö possui uma superfície de ação no sistema, mediante uma oposição binária entre guerra *versus* paz. Em meio a um Estado que se constituiu através da guerra (fato que *Vegetius* enaltece em diversas passagens<sup>141</sup>), e onde os valores mais estimulados pela tradição são justamente os guerreiros, a paz não necessariamente aparece como um bom momento para os romanos. Levando em conta o que nos aponta Tito Lívio (*Ab Urbe*, I, 19.2-3), de que desde o reinado de Numa Pompílio até Augusto as portas do templo do Jano (que eram fechadas em tempos de paz) foram fechadas em apenas duas ocasiões, é simples constatar que a história de Roma se construiu através de guerras praticamente ininterruptas. Para um Estado cujos costumes se associam à guerra, sua falta pode significar um momento em que os valores a ela ligados podem modificar-se. Na medida em que compreendemos a õpazö na oposição com a õguerraö mais a partir dos costumes que advém destes momentos, do que de um estado de beligerância propriamente dito, podemos compreender bem as palavras de Charles (2007: 60; tradução nossa):

A *pax longa*, que, como assinala Milner, -significa de fato um longo período de abandono do exército não é mais que um reflexo de um tradicional *tropos* litarário. Milner nos convida para comparar a linguagem de *Vegetius* com a de Juvenal (6.292): *pacis longae nunc patimur ruim*. Enquanto uma *longa pax* poderia ter existido na segunda metade do primeiro século, o mesmo sentido de *pax* dificilmente poderia ter sido empregado por *Vegetius* em qualquer momento entre 383 e 450. Isso acrescenta peso para a discussão de que, para Vegécio, a frase *pax longa* não era mais que um eufemismo para o relaxamento da *consuetudo antiqua* [I, 20].

---

<sup>140</sup> Como demonstra, por exemplo, a seguinte passagem de Cícero, elogiando a constituição do rei Numa Pompílio: õaquela tranqüila e longa paz de Numa gerou em Roma o direito e a religião. E, desse modo, escreveu que aquelas leis que hoje subsistem, e, ao fazê-lo, fez algo próprio do cidadão modelo (...)ö (*De Rep.* V, 2)

<sup>141</sup> õ(...) outrora (...) cultivaram esta arte (...) os Romanos (...); esta arte da guerra é necessária para os que vão combater pois é por meio dela que conservam a vida e alcançam a vitória. (*Epit.* III, 10)

Se tomarmos por corretos os escritos de Charles, é a negligência dos costumes, antes de qualquer fator, que desencadeia o processo de declínio. Em suas palavras também chama atenção a referência a Juvenal. Esse poeta satírico, de escritos com grande circulação a partir do século II d.C., retoma com bastante ênfase os escritos de Varrão, em especial no tema da *luxuria* como geradora de males. Segundo Santo Mazzarino (1991: 36), a passagem da sexta sátira imediatamente após a referência à longa paz é influência direta dos escritos de Varrão:

Agora estamos sofrendo todos os males da paz longa e continuada [(*pacis longae*)]. Luxo, mais cruel do que a guerra, paira sobre Roma, e cobra a vingança de um mundo conquistado. (...) a pobreza romana desapareceu. (...) o dinheiro, a ama da devassidão, foi o primeiro que introduziu costumes estrangeiros, e a enervante opulência minou os tendões da idade com o infecto luxo. (*Sátiras*, VI, 292-300; tradução do autor)

Existe, em mais essa citação, uma correlação direta entre a paz e a decadência moral, capitaneada pelas riquezas e pelo luxo, entendidos também como fatores exógenos a Roma. Mais que isso, percebe-se a recorrência destes enunciados a partir de Varrão, uma fonte direta de *Vegetius* (mesmo que identificada de forma indireta).

*Vegetius* também nos diz, na primeira citação (ver página 130), que a paz conduziria os melhores jovens às carreiras civis. Sobre esta mudança, ele nos diz também que õentão o número de jovens era maior e muitos seguiam a carreira militar; na verdade, a vida civil ainda não tinha desviado dela a juventude mais promissora.õ (*Epit.* I, 5). Na medida em que o exército encontra-se inativo (ao menos na argumentação de *Vegetius*), sua importância e prestígio vêm-se diminuídos, o que pode conduzir os melhores homens às ocupações civis. Jones (1964: 685-686) aponta outra questão pertinente: segundo este autor, o século V assiste a uma progressiva dispersão e fixação das tropas de *comitatenses* (idealizadas durante o reinado de Constantino para serem tropas móveis, prontas a agirem em diversos pontos da fronteira) junto aos *limitanei* (tropas fixadas em regiões de fronteira). Durante esta fixação, tais tropas muitas vezes atuavam nas funções de gendarmeria (como uma polícia do exército, atuando na segurança das cidades, na cobrança de impostos, etc.), perdendo seu caráter militar e õdrenados em ocupações civisõ (tradução do autor). Esse pode ser um dos processos que influenciaram os escritos de *Vegetius*. Além destes aspectos, *Vegetius* aponta que, além de serem conduzidos às ocupações civis, a quantidade de jovens em seu tempo era menor em relação ao passado.

Por um lado, pode ser uma leitura que aponte a um retrocesso populacional no Império; a meu ver, tal passagem liga-se com mais densidade a outra subsequente:

(...) como sabemos pela prática e pela experiência, é a partir dessa causa [negligência ao recrutamento] que tantas derrotas foram causadas pelos nossos inimigos em toda parte, quando uma longa paz deu azo a uma escolha mais negligente dos soldados [*longa pax militem incuriosius legit*], quando os jovens mais ilustres seguiam os cargos civis e quando os mancebos que, indicados pelos proprietários por meio de favor ou desleixo dos recrutadores, se juntavam ao exército eram de tal espécie que até os seus senhores tinham repugnância de tê-los. Em conclusão, convém que sejam escolhidos por grandes homens [*magnis viris*] e com grande cuidado os jovens mais capazes [*convenit iuniores*]. (*Epit.* I, 7)

Mais uma vez, visualizamos a paz como princípio do processo e a questão dos afazeres civis. Todavia há um elemento novo: proprietários que enviavam ao exército recrutas da pior qualidade possível. Segundo Mendes (2002: 154), as dificuldades oferecidas por estes grandes *possessores*, ao negarem entregar seus próprios colonos como recrutas, acabaram estimulando a ampliação do recrutamento de contingentes bárbaros. Os próprios *foederati* podem ser compreendidos como uma evolução desse recrutamento sistemático de contingentes bárbaros. Santo Mazzarino aponta que, apesar das propostas de mudança de *Vegetius*, pautadas na disciplina legionária, serem genéricas e abstratas, sua identificação do problema é correta: ãa insensibilidade dos proprietários, que evitam mandar para o serviço militar seus melhores colonos e oferecem elementos que não prestam gente que não daria nem para o trabalho nos campos.ö (1991: 60). Ora, independente da causa que leve os proprietários a não entregar seus colonos (seja a compensação no pagamento em espécie, seja a dificuldade de encontrar mão-de-obra, seja o descrédito com o Estado), o que existe é um problema de recrutamento que, levando em conta o que nos diz Charles (citação da página 134), em nenhum momento se relaciona a algum período de paz. Ademais, existem notáveis diferenças entre o exército republicano (que era desmobilizado em momentos de paz, e logo não se mantinha em treinamento nesses períodos) e o exército pós-Augusto, (permanente, mantido sob contínua mobilização, treinamentos e disciplina (ao menos em teoria)). Frente a esses argumentos, a meu ver, o uso do enunciado ãpazö se dá na forma de um *topos* literário, sem aparente ligação com a realidade não discursiva. Resta a questão: porque o uso da paz, como

justificativa ao processo? O final do capítulo 28 do livro I da *Epitoma* (iniciado na página 130) é esclarecedor:

E assim, depois de tantos cônsules, de tantos generais e de tantos exércitos perdidos, só alcançaram de novo a vitória quando conseguiram aprender a prática e os treinos militares. (*Epit.* I, 28)

Seus leitores õdebruçados sobre o esforço erudito de Vegécio, (...) podiam concluir que a crise de Roma não era um fato novoõ (MAZZARINO, 1991: 60); remetendo à paz que teria existido entre a Primeira Guerra Púnica e as campanhas de Aníbal, ele demonstra não apenas que esse processo de declínio não é uma novidade dentro da história de Roma, como aponta a fórmula utilizada para solucionar o problema. A história, mais do que nunca, é uma *magistra vitae*, que ensina tanto a reconstruir, quanto a manter o exército em plena capacidade. Em uma situação de desaparecimento da prática, os antigos teriam recuperado os ensinamentos a partir dos livros (tradição esta em que *Vegetius* se insere):

Antigamente, tudo isto era preservado, quer no uso comum quer por meio dos livros, mas, tendo sido esquecido durante muito tempo, ninguém se interessou por isso, porque, vigorando os deveres próprios da paz, as necessidades da guerra ficavam relegadas para segundo plano. Mas, para que não pareça impossível restaurar a disciplina cuja prática desapareceu, aprendamo-la através dos exemplos. [*doceamur exemplis*]. Entre os antigos, a arte militar caiu muitas vezes no esquecimento mas foi recuperada, em primeiro lugar, a partir de livros e, posteriormente, foi reafirmada pela autoridade dos generais. (*Epit.* III, 10)

Esses generais, em especial os citados Cipião, Metelo e Mário são largamente elogiados por suas capacidades de sustentar os treinamentos e a disciplina nos exércitos que comandaram. Os três aparecem em uma mesma passagem de Frontino (*Estrat.* IV, 1), que pode ter oferecido as referências para os estudos de *Vegetius*. Diz-se que Cipião õmuitas vezes censurou [os soldados] por serem tímidos e indolentes; muitas vezes partiu utensílios que apenas serviam para os seus prazeres e eram completamente desnecessários numa campanha.õ; Metelo, õdurante a Guerra Jugurtina, depois de a disciplina se ter igualmente degradada, restaurou-a com uma severidade semelhanteõ; Mário, para remediar a lentidão do exército, diminuiu o número de mulas e servos disponíveis aos soldados, que deviam carregar bagagens muito pesadas, sendo os legionários denominados como as õmulas de Márioõ. Ao se inserir em uma tradição que oferece exemplos ao futuro, *Vegetius*

procura fazer com que seus escritos operem dessa mesma maneira, servindo como base exemplar a um novo exército romano.

Por fim, não apenas a restauração de um exército degenerado na paz, mas também a manutenção desses em tais períodos: òé evidente o interesse em fazer sempre em tempo de paz aquilo que parece necessário fazer-se em tempo de guerra.ö (*Epit.* II, 22); òparece ser necessário uma prática contínua em tempo de paz daquilo que deve ser preservado na confusão do combate.ö (*Epit.* III, 5). Ora, a tradição está repleta de passagens que apontam exatamente este mesmo princípio: òQuando se encontrava em aquartelamentos de inverno, Públio Nasica resolveu mandar construir navios ó apensar de não necessitar deles ó, para que as suas tropas não se desmoralizassem devido à ociosidade, nem molestassem os seus aliados devido à libertinagem que dela resultaö (Frontino, *Estrat.* IV, 1); òainda quando não havia guerra, nunca deixava perder a antiga disciplina, e fazia exercitar as legiões, tomando todas as cautelas, e dando todas as providências, como se estivesse em frente ao inimigo: desta sorte se mostrava digno dos seus antepassados (Tácito, *Anais.* XII, 12). Nessas passagens, percebe-se a ligação entre a paz e o ócio, entendido enquanto inatividade de treinos e manobras, com consequências diretas sobre a disciplina do exército.

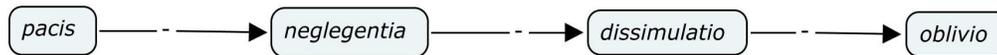
Nesse ínterim, a paz aparece em muitas passagens como uma fronteira entre um declínio pautado na moral, e outro eminentemente técnico, cujo enunciado mais recorrente é o da *negligentia*.

### **A ação nas mãos dos homens: a negligência**

Retomando uma sequência de enunciados, citada em páginas anteriores, é possível visualizar com clareza uma estratégia para o declínio, em cuja uma das principais peças é o enunciado da negligência: ò(...) o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente [(*neglegentius*)], depois abandonado [(*dissimulari*)], e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento [(*postrenum olim in oblivionem*)]ö<sup>142</sup> (*Epit.* I, 28):

---

<sup>142</sup> Uma sucessão entre fases do declínio, que recorda o prefácio de Tito Lívio aos seus *Ab Urbe Condita Libri*: ò(...) em meio ao paulatino afrouxar-se [(*labente*)] da disciplina, pôde-se acompanhar com o espírito a dissolução dos costumes, o modo como esses decaíram [(*lapsi*)] mais e mais e começaram a se precipitar



Em um primeiro momento, a paz, responsável pela negligência, eminentemente técnica, já que diz respeito ao funcionamento cotidiano e prático do exército, desde o recrutamento, até as ordens de batalha: ð(...) [executavam] a ciência das armas por meio de exercícios diários. Mas a negligência provocada por um longo período de segurança aboliu o uso desta prática.ö (*Epit.* I, 8). Levando em conta o objeto específico do exército, a estratégia construída acima pressupõe todo o arqueamento de um ciclo de decadência clássica, com o nascimento, crescimento, apogeu, declínio e morte: existe um momento em que as instituições do exército funcionam de maneira perfeita (mesmo que este seja uma construção autoral, por parte de *Vegetius*); após o momento em que impera a paz, as instituições e práticas passam a ser negligenciadas, já que não são necessárias àqueles tempos; o escuro faz com que as práticas não sejam mais treinadas e executadas, conduzindo ao último estágio, o esquecimento. Se o objeto específico não é a sociedade, ou a cultura, mas sim um conjunto de práticas, o seu esquecimento significa basicamente sua morte. Em suma, a negligência e o abandono são um processo de declínio, e o esquecimento sua consumação<sup>143</sup>.

---

[(*praecipites*)], até que se chegou a nestes dias, nos quais não podemos suportar nem nossos vícios nem os remédios contra eles.ö

<sup>143</sup> Políbio, quando teoriza sobre a sucessão das formas de governo nas sociedades, articula elementos da negligência, do esquecimento e da ruína. A primeira forma de governo é a autocracia, advinda da necessidade dos homens em domar a natureza, que compelia os homens a seguirem os mais fortes (*Hist.* VI, 5). Com o desenvolvimento, entre os seres humanos, das noções de dever e justiça, estes passam a prestar obediência àqueles homens que se destacam por estas qualidades, mesmo quando estes já estão idosos e não dispõem de força física. Assim, ðo autocrata se torna imperceptivelmente rei, já que o arbítrio e a força cedem a supremacia à razãoö (*Hist.* VI, 7). Porém, enquanto os reis portavam-se como iguais diante de seus súditos, nada despertavam nesses, mas, quando aqueles sentiam-se seguros em seus tronos, iniciavam um processo de diferenciação em relação aos demais, no vestir-se, na alimentação e no desejo sexual. Por um lado, dá-se origem à inveja e a reprovação por parte dos súditos, e os excessos e rancores dos reis dão origem à tirania (*Hist.* VI, 7). Nesse processo, os homens mais ilustres e magnânimos, cansados de viver sob esse regime, conspiram para alijar os detentores do poder. A aliança desses homens com o povo significa o fim dos autocratas e monarcas, e conduz ao governo dos aristocratas. Estes, satisfeitos com seus desígnios, governam a sociedade com satisfação e encargo, honrando a confiança neles depositada pelo povo. Todavia, tal qual os monarcas, quando os filhos herdavam as prerrogativas dos pais, desconhecendo totalmente uma realidade sem a ðigualdade política e a liberdade da palavraö, estes acostumam-se com os privilégios, e entregam-se à cupidez, à ânsia de ganhar dinheiro, ao abuso da bebida e ainda aos estupros e abuso sexual de meninos, transformando assim a aristocracia em oligarquia (*Hist.* VI, 8). Os sentimentos tais quais despertados pelos tiranos surgem novamente, e ao expulsar os oligarcas, o povo não se arrisca nem a reinstalar um rei, nem confiar o poder a poucos homens, pois a memória dos sofrimentos anteriores ainda é presente. Desta forma, a única alternativa é confiarem em si mesmos, e assim transformam o governo oligárquico em democrático. A derrocada do regime democrático, por sua vez, obedece à uma lógica similar à da aristocracia, sendo que

A negligência, em termos do discurso da decadência, é um dos enunciados mais recorrentes na *Epitoma*, aparecendo em doze ocasiões (I, 3; I, 20; I, 25; I, 28; II, 3 (2x); III, 5; III, 7; III, 22; IV, 27; IV, 28; IV, 38). Uma destas passagens, já citada anteriormente, é central para a compreensão de uma articulação do discurso decadentista:

Na verdade, desde a fundação de Roma até a época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas, mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou [(*Sed cum campestris exercitatio interveniente negligentia desidiae cessaret*)], aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes. Deste modo, desguarnecidos os peitos e as cabeças, os nossos soldados, enviados contra os Godos, foram muitas vezes aniquilados pelo grande número de arqueiros, e mesmo depois de tantas derrotas, que resultaram na destruição de tantas cidades, não foi sequer motivo de preocupação para ninguém devolver as catafractas e os capacetes aos soldados de infantaria. Isso faz com que aqueles que, desguarnecidos, estão expostos às feridas na linha de combate, pensem mais em fugir do que lutar. A loriga e o capacete parecem talvez pesados a um peão que se exercite raramente e que também raramente se adestre com as armas; mas a prática cotidiana previne a sobrecarga, ainda que se use um equipamento pesado. Porém, aqueles que não conseguem aguentar o esforço de transportar as antigas armas de defesa, desguarnecidos os corpos ficam destinados não só a serem feridos como a serem mortos, ou, o que é mais grave, a serem capturados ou a traírem o Estado através da fuga. [(*aut capi aut certe fuga rem publicam prodere*)]. (*Epit.* I, 20)

Primeiramente, existe um estado ideal: todo o tempo entre a fundação da cidade até o pré-reinado de Graciano, em que os soldados utilizavam armadura e capacetes. Em seguida, os agentes que modificam este estado inicial: a falta de cuidado e a preguiça (*neglentia desidiae*), fazendo com que os soldados passassem a exigir a não utilização de armaduras e capacetes. Por fim, o desaparecimento das práticas em questão (*cessaret*)

---

nesta, os netos dos primeiros democratas é que não valorizam a igualdade e o valor da palavra, ambicionando mais direitos. Além disso, o povo acostuma-se com o ócio e a adulação, e é facilmente manipulado por indivíduos excluídos do poder. Os enunciados que operam como as causas dos processos de decadência são essencialmente de ordem moral: ostentação e luxúria; riquezas, bebida, cupidez e estupro; desejo por mais direitos (privilégios), adulação e ócio. O ciclo como um todo se pauta em uma estratégia, que estabelece riqueza e poder como elementos geradores de desequilíbrios entre os homens de determinada sociedade, sendo que estes desequilíbrios levam ao fim de determinadas formas de governo. Além desta estratégia, é perceptível um condicionamento novo como causa da decadência: a falta de experiência e conhecimento. As novas gerações, por não terem vivido as condições anteriores, e por não conhecerem estas realidades, entregam-se a prazeres e desequilíbrios, que por fim levam à *phthorá*. Se a ruína dá-se por esta ignorância, a história pode ser uma arma para conter os processos de declínio.

fez com que as tropas romanas sofressem diversas derrotas frente aos bárbaros godos. Novamente uma estratégia completa, que enuncia uma *Idade de Ouro*, a ação de elementos perturbadores (que podemos compreender como o processo de decadência em movimento), e um estágio final, onde a *Idade de Ouro* inicial está morta. O final da citação expõe também o contato entre dois objetos atingidos pela decadência; enquanto a estratégia inicial diz respeito ao objeto *práticas militares*, ao final, ela atinge outro: o Estado, cujos soldados em fuga *entregam* aos inimigos (*rem publicam prodere*).

Essa é a estratégia estruturada por *Vegetius* para explicar parte do processo de deterioração vivido pelo exército romano; existe uma centralidade em dois enunciados de ordem moral, que operam como catalisadores do processo: *neglegentia desidiae*. Cabe lembrar, nesta passagem, uma hipótese explicativa para a citação acima, desenvolvida por Charles (2007: 128-130), e já trabalhada no capítulo 1 (Parte II) desta dissertação. Para este autor, quando *Vegetius* associa o final do reinado de Graciano como o início do uso de tropas desprotegidas, ele lança mão de uma metáfora, que representa o início do uso em larga escala dos *foederati*. Clamar pelo retorno de soldados que utilizavam a *lorica* (que ele chama de *cataphracta*) não é uma referência simples a estes equipamentos e a proteção proporcionada (até porque, o uso de tais equipamentos continuou ao menos até o início do século V (CHARLES, 2007: 155)), mas sim o desejo pelo retorno de uma *antiqua legio* (ou de alguns valores dessa), composta tradicionalmente por cidadãos romanos, em oposição aos infantis bárbaros, que durante o mesmo período não utilizavam couraça ou capacete (FERRILL, 1989: 126). Se tomarmos essa leitura como correta, o que a meu ver se sustenta, veremos que o processo narrado por *Vegetius* em pouco (ou nada) se relaciona com a *neglegentia* ou a *desidia*. Então, como compreender tal estratégia?

Penso que *Vegetius* efetua um duplo caminhar na tradição romana: por um lado, ele não atribui a degenerescência disciplinar aos bárbaros federados, mas sim utiliza enunciados de ordem moral, constantes na lógica decadentista de diversos autores da tradição romana, tanto para desviar a real causa do problema, quanto para legitimar suas reivindicações. Essa legitimação ocorre da seguinte forma: ele evita o tema dos *foederati* (ao menos diretamente), muito polêmico, e em contrapartida aponta os problemas como condicionados a questões familiares aos romanos (problemas morais, no caso), e também às soluções tradicionais, com a volta às antigas instituições e valores. Charles aponta, em outra passagem, que o *topos* da negligência militar é um tema recorrente nos julgamentos desfavoráveis a qualquer figura importante (2007: 159; tradução nossa), utilizando como

exemplo a figura de Eutrópio<sup>144</sup> (funcionário bizantino do final do século IV), como homem de costumes depravados. Ou seja, é comum atrelar a negligência a outros enunciados moralistas, como a própria preguiça, os prazeres e, especialmente, o ócio.

Os problemas do ócio já aparecem com bastante ênfase nos escritos de Políbio. Quando esse narra a grande revolta dos mercenários cartagineses, ocorrida logo após a derrota na primeira guerra contra Roma, os motivos dessa são ligados diretamente ao ócio desfrutado pelos soldados após o fim das operações. Esses soldados, reunidos em uma cidade próxima a Cartago na espera do pagamento do soldo, não eram mais submetidos a treinamentos e disciplina, e passavam os dias no ócio. Sem mais o que fazer, logo passaram a recalcular de forma desonesta o que lhes era devido. Dada a impossibilidade do governo em atender a essas novas exigências, em pouco tempo originou-se uma grande revolta, que quase destruiu a própria existência do Estado cartaginês (*Hist.* I, 66). Em outra situação, Políbio narra novamente uma sedição de soldados, desta vez entre os legionários de Cipião em sua campanha contra Aníbal, na Itália. A fim de expor seu ponto de vista, Políbio constrói uma metáfora para o exército, associando-o ao corpo humano. Segundo ele, o corpo é susceptível a duas causas de males: as externas (frio e calor extremos, fadiga, ferimentos), que podem ser remediados quando da sua manifestação, e as internas (tumores e afecções originárias do próprio corpo), que são de difícil diagnóstico e tratamento. No caso do exército, as intrigas e guerras vindas de fora são fáceis de serem descobertas e enfrentadas, mas no caso de oposição, sedição e distúrbios internos, a dificuldade é enorme, e requer habilidades e discernimento excepcionais<sup>145</sup>. Mesmo com todas estas dificuldades de diagnósticos, Políbio lança uma regra, que valeria tanto para os exércitos, quanto para as cidades e o corpo: ãnunca permitir que qualquer um deles permaneça por muito tempo indolente e inativo, especialmente nos períodos de prosperidade e abundância. (Hist. XI, 25). Ou seja, uma forte ligação entre prosperidade, ócio, decadência. Estratégias estas que serão constantemente exploradas por *Vegetius*:

De tempos em tempos, o exército reunido a partir de diferentes lugares provoca a desordem e, quando não quer combater, finge

---

<sup>144</sup> ãPor exemplo, cf. Claud. *In Eutrop.* 2.432ff., onde um exército oriental de bêbados, liderado por Leão, é massacrado pelos bárbaros Tarbigilus. Esta invectiva é dirigido contra Eutrópio, cuja natureza depravada, segundo Claudiano, é responsável pela decadência dos soldados. (2007: 159; tradução nossa).

<sup>145</sup> Nesta passagem chama à atenção a diferença em relação à primeira teoria das duas causas. Na primeira, os fatores externos eram imprevisíveis (invasões, principalmente), enquanto os internos eram passíveis de identificação (costumes, ócio, riquezas, etc.). Já na metáfora dos males que lesam o corpo humano, vê-se exatamente o contrário.

irritar-se porque não é conduzido para a guerra; isto é feito especialmente por aqueles que viveram ociosos e luxuosamente [(*otiose delicateque vixerunt*)] nos seus aquartelamentos.

(...)

treinados e instruídos nos aquartelamentos, os soldados, sejam eles legionários, tropas auxiliares ou cavaleiros, quando se reunirem para uma campanha, vindos de diversas unidades, têm necessariamente de preferir o combate ao ócio [(*otium*)] para competirem entre si em valor. Ninguém, que tenha confiança na sua perícia e nas suas forças, pensa em desordens. (*Epit.* III, 4)

O trabalho aperfeiçoa o exército, o ócio enfraquece-o [(*Exercitus labore proficit, otio consenescit*)]. (*Epit.* III, 26)

O mesmo ócio que para *Vegetius* corrompe a disciplina e a capacidade combativa do exército, em Salústio, teria corrompido a sociedade como um todo. Esse também indica o fim de Cartago (tal qual Políbio) como o ponto de inflexão da sociedade romana, sendo que após a destruição dos púnicos o ócio que haviam afastado na época de crise, uma vez alcançado, resultou mais desagradável e amargo que aquela. Após o fim da comunhão social (proporcionada pelo medo ao inimigo comum), (...) tudo foi arrastado de um lado ao outro, e a república, que estava no meio, foi dilacerada [(*res publica dilacerata*)] (Jug. 41, 1-5; tradução nossa). Enquanto Políbio aponta enunciados como as riquezas, a ambição, a inveja, dentre outros, Salústio condensa todo o processo em apenas um: o *otium*. Na medida em que a sociedade romana (e por conseguinte, o exército) cessa de preocupar-se com o inimigo, cessam também as práticas que mantinham a coesão social, e o ócio conduz ao corrompimento do tecido social, opondo nobres e plebeus em conflitos permanentes. De maneira similar, em Tácito, tratando de um episódio ocorrido com as legiões imperiais da Panônia, percebemos uma estratégia argumentativa que inicia com analogias a um discurso médico, no qual o espírito de sedição infeccionou o exército (legiones *seditio incessit*) (*Anais*, I, 16):

Júlio Bleso (...), com a notícia da morte de Augusto, e exaltação de Tibério, e por se seguirem os dias de luto, e depois as festas de alegria, tinha dispensado a tropa dos exercícios de costume. Esta foi a origem de todo o mal; porque os soldados no ócio entraram logo a desmandar-se, e a dar ouvidos aos discursos da pior gente que havia entre eles, até que por fim já não queriam senão viver bem e descansar, e desprezavam abertamente os trabalhos e a disciplina militar. (*Anais*, I, 16)

Jacques Rancière (1994: 34-37) aponta uma interessante interpretação a essa passagem. Na narração de tal revolta, Tácito oferece um grande espaço de fala para o instigador da mesma, *Percennius*, um òdiretor de teatro, (...) falador, atrevido, e costumado por sua ocupação teatral a todos os manejos e a todas as intrigas (Anais, I, 16). Na leitura que Rancière faz de Tácito, um homem como *Percennius* não deve ter direito à fala, e os argumentos de seu discurso (inventados e ordenados por Tácito, de forma coerente, a partir de modelos retóricos) em nada se relacionam com a causa primordial do aparecimento de *Percennius* na narrativa dos *Anais*: a indicação de um não-lugar. Ele só fala pois nos acampamentos militares existiu um espaço ocioso, que tal qual uma doença, òcontaminou os espíritos dos soldados, abrindo espaço para que a sedição ocorresse, e seu discurso fosse pronunciado. Dado que para a ampla maioria dos autores antigos, òa fala do homem do povo é por definição sem profundidade (RANCIÈRE, 1994: 35), o sentido não se encontra no que foi dito, mas no próprio fato de ter sido dito. Se aos soldados das legiões em questão não houvessem sido negligenciados os treinamentos, o ócio não abriria espaço para que um òhomem do povo surgisse. Em suma, o lugar do soldado é a disciplina militar, e seu não-lugar é o ócio, causa direta de diversos males. Por analogia, o respeito aos costumes disciplinares é o que garante o soldado em seu devido lugar, e a negligência é o fator que perturba essa ordem. Cabe ressaltar a proximidade de sentidos entre o òócio e a ònegligência, sendo em algumas passagens de *Vegetius* ambos enunciados confundem-se<sup>146</sup>.

Além das estratégias apresentadas até este momento, o enunciado da negligência é utilizado também em passagens que apontam um declínio técnico, que diz respeito especialmente aos processos de recrutamento e dos treinamentos e disciplina na legião. Sobre o trabalho de recrutamento, *Vegetius* nos diz que

todos aqueles que parecem trabalhar em alguma actividade feminil [(*gynaecea pertinens*)] (í ) devem ser afastados dos acampamentos; ferreiros, carpinteiros, carneiros e caçadores (í ) convém juntar ao exército. É nisso que reside a segurança de toda a república: que sejam escolhidos recrutas excelentíssimos não só

---

<sup>146</sup> òQuando isto começa a acontecer na cidade [conhecimento das rotinas], os sitiadores evitam astuciosamente o combate e permitem que se instale a negligência [(*neglegentiae*)] entre os adversários. Quando esta cresce, em resultado da impunidade, aproximam-se as máquinas e encostam-se as escadas, ocupando-se subitamente a cidade. (Epit. IV, 27); òQuando a negligência se instala [(*neglegentia intervenerit*)], os sitiadores expõem-se a ciladas semelhantes (...) se estiverem dispersos devido ao ócio [(*otium*)] ou a qualquer outra necessidade. (Epit. IV, 28)

pelos seus corpos, mas também pelos seus espíritos [(*animis praestantissimi*)]

(...)

[os recrutas] devem superar os demais pela nobreza de costumes [(*moribus debet excellere*)]; (...) a dignidade [(*honestas*)] gera um soldado excelente, e o sentimento de vergonha [(*verecundia*)], na medida que o proíbe de fugir, faz dele um vencedor. (í ) Nunca um exército tem proveito quando o respectivo recrutamento falha na seleção dos mancebos. E tal como sabemos pela prática e pela experiência, é a partir dessa causa que tantas derrotas foram causadas pelos nossos inimigos em toda parte, quando uma longa paz deu azo a uma escolha mais negligente dos soldados [(*longa pax militem incuriosius legit*)], quando os jovens mais ilustres seguiam os cargos civis e quando os mancebos que, indicados pelos proprietários por meio de favor ou desleixo dos recrutadores [(*per gratiam aut dissimulationem probantium*)], se juntavam ao exército eram de tal espécie que até os seus senhores tinham repugnância de tê-los. Em conclusão, convém que sejam escolhidos por grandes homens [(*magnis viris*)] e com grande cuidado os jovens mais capazes [(*convenit iuniores*)].ö (*Epit.* I, 7)

Como já apresentada anteriormente, a passagem em questão aponta para uma prática comum dos *possessores*, que enviavam para o recrutamento os seus piores colonos. Como Santo Mazzarino nos diz, seria esta uma das principais causas para os problemas reais de recrutamento vividos pelo exército imperial (e que estimulariam, em último grau, o ingresso crescente de recrutas e contingentes bárbaros); nesta lógica, ele sintetiza o epítome de *Vegetius*: ãum ãdiagnósticoø preciso, um remédio arqueológicoö (1991: 60). Arqueológico, pois a restauração da antiga realidade passa por ãsoluções impossíveis e deteriora termos venerandos que a essa altura já são sombras de si mesmosö (MAZZARINO, 1991: 59). De qualquer maneira, *Vegetius* alça na passagem acima dois referenciais a serem procurados, na seleção dos soldados: o espírito e a moral superiores; e ambos só podem ser devidamente identificados por um eficiente e criterioso recrutamento.

Na lógica de *Vegetius*, o espírito (*animis*) de um soldado liga-se diretamente à atividade exercida pelo mesmo, que por sua vez liga-se a uma dicotomia: masculino *versus* feminino, sendo que esse último deve ser apartado da prática militar. Percebo recorrências desse tema nas fontes de *Vegetius*. Em uma passagem da *De Agri Cultura*, em meio a receitas, fórmulas religiosas e armazenamento de vinho, Catão tece comentários sobre como deve ser a governanta de uma boa fazenda (*agrum*): antes de enumerar todas as funções que serão desempenhadas por ela, ele põe um aviso: *Ne minium luxoriosa siet* (CXLIII, 1), restrinja dela toda a extravagância e o luxo possíveis, além de mantê-la o mais distante possível de outras mulheres, evitando que ela visite e seja visitada pelas

vizinhas<sup>147</sup>. O luxo é uma causa de desequilíbrios, e aparentemente Catão propõe que as mulheres são mais suscetíveis a ele. Em Salústio (na já citada *Cat.* 13, 3-4; ver página 123) existe a lamentação pela deterioração da virilidade dos homens em atitudes efeminadas (*muliebria*). Nada haveria de mais pernicioso para a *civitas* que seus homens, de quem se espera um comportamento viril, tanto na vida pública quanto privada, possuíssem hábitos femininos, associados em geral à fraqueza. Liga-se também à outra questão, que remete a passagem em que Catão: a mulher é, via de regra, associada a uma criança, e como tal, é suscetível à inocência e ao descontrole dos jovens, independente de sua idade. Assim, é mais inclinada a ser seduzida pela *luxuria*. No *Bellum Catilinae*, a narração de Semprônia, segundo Ramos (1997: 96), despertou a curiosidade de muitos pesquisadores devido ao desequilíbrio de seu relato, bastante extenso, em relação aos demais membros da conjuração, em geral aludidos em poucas palavras. Dentre todas as considerações sobre ela (a única mulher citada em detalhes ao longo de toda a obra), algumas positivas e outras negativas, uma chama a atenção em especial: o seu luxo e sua falta de meios a haviam levado à ruína [(*luxuria atque inopia praeceps abierat*)] (Cat. 25, 4; tradução nossa). Associa-se, desta forma, à única mulher citada em sua obra, a relação luxo-ruína, ou *luxuria-praeceps*.

Não quer dizer que não existam visões positivas da mulher, inclusive no próprio *Vegetius*, com as referências às virtuosíssimas (*pudicissimae*) matronas romanas<sup>148</sup>. É possível lembrar também de Lucrecia, narrada em Tito Lívio (*Ab Urbe*, I, 53-60), cujo exemplo de virtude conduziu à deposição do último rei etrusco, e a consequente fundação da República Romana. Todavia todas essas mulheres, mencionadas como exemplos, são valorizadas na medida em que mantêm sua pudicícia, que significa distância da depravação dos costumes e dos luxos. De certa forma, tais mulheres aproximam-se dos homens pela virtude, e dificilmente seriam caracterizadas pelo adjetivo *efeminarö* (*muliebria*). Ao fazer

---

<sup>147</sup> *Vicinas aliasque mulieres quam minimum utatur neve domum neve ad sese recipiat.*

<sup>148</sup> *oE é, sem dúvida, verdade que o cabelo das mulheres não tem uma utilidade menor para esse gênero de engenhos, tal como se comprova em momentos difíceis da história de Roma: com efeito, no cerco do Capitólio, danificados os engenhos de torção por um serviço contínuo e longo, tendo acabado a provisão de tendões, mas matronas cortaram os cabelos para os entregarem a seus homens que combatiam, posto o que, reparadas as máquinas, estes repeliram o ataque dos adversários. Na verdade, aquelas virtuosíssimas [(*pudicissimae*)] mulheres preferiram viver em liberdade com os seus maridos e com as cabeças temporariamente rapadas a servirem os inimigos na perfeição da sua formosura. (Epit. IV, 9). Chama a atenção a recorrência desta prática, também citada por Frontino (*Estrat.* I, 7): *oQuando os almirantes cartagineses se preparavam para equipar a sua frota e se viram carentes de giesta, cortaram o cabelo às suas mulheres e utilizaram-no no fabrico do cordame.ö**

uso de tal adjetivo, Catão, Salústio e *Vegetius* seguem o mesmo princípio: para além de qualquer depreciação comum à mulher, efeminar significa abrir espaço para o luxo<sup>149</sup>.

A forma de remediar tais agentes claros do declínio passa por um recrutamento criterioso. A passagem anterior de *Vegetius* enuncia claramente a imperícia no recrutamento, ao apontar os próprios recrutadores como culpados, seja por favores ou subornos aos/dos *possessores*, seja por simples desleixo (*per gratiam aut dissimulationem probantium*). *Vegetius* aponta a figura de Sertório, como exemplo de organizador do sistema de recrutamento, e, em outra passagem, desenvolve outro porquê da necessidade de uma seleção criteriosa:

(...) a qualidade é denunciada por muitos indícios, tal como a doutrina de homens muito instruídos ensina [(*doctissimorum hominum disciplina comprehendit*):

–Pois existem duas espécies [de abelhas]: uma, mais nobre, de aspecto magnífico  
E resplandecente com rutilantes malhas; outra, sombria  
A arrastar sem glória e com preguiça [(*desidia*)] o enorme ventre (Epit. I, 6)

A passagem de Virgílio (*Geórgicas*, 4, 92-94), utilizada na lógica de um argumento de autoridade, cria mais uma dicotomia (que recorda a teoria dos setentrionais *versus* meridionais): existem duas classes de homens, uma leva à sobrevivência do Estado, outra à ruína. Ao associar os homens às abelhas, *Vegetius* entra em um âmbito de concomitância, ou seja, uma forma discursiva onde enunciados que se referem a domínios temáticos inteiramente diferentes atuam conjuntamente, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceites para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos (...) (FOUCAULT, 2009: 64). O elemento em comum entre os dois objetos em questão (homens e abelhas) é a visibilidade de suas naturezas, já que alguns são apontados como naturalmente superiores aos outros. Cabe à administração do exército, a ser preenchida por *magnis viris*, evitar que tais homens e valores inadequados às legiões sejam aceites em seu seio. Esse é o caminho apontado como necessário para um pleno preenchimento das fileiras legionárias (selecção por grandes homens (...) os jovens mais capazes). Todavia, outras passagens enunciam como seria a realidade no tempo de

---

<sup>149</sup> Aristóteles (*Retórica*, II, 16), quando analisa o carácter dos ricos, associa tais enunciados: [os ricos são] efeminados porque vivem no luxo e fazem ostentação da sua felicidade.

*Vegetius*, com um declínio claro da capacidade da administração romana em conduzir o processo de recrutamento; não apenas não é capaz de selecionar os melhores homens, como não é capaz de selecioná-los em número suficiente:

Por outro lado, completado o serviço militar pelos soldados e licenciados estes por meio de certificados, segundo era costume, não foram substituídos por outros. Além disso, forçoso é que alguns se encontrem debilitados pela doença e sejam desmobilizados, que alguns desertem ou morram de diversos males, de tal forma que o exército, ainda que numeroso, definha [(*quamvis copiosus exauriatur exercitus*)], a não ser que uma grande quantidade de recrutas entre para o lugar dos que foram saindo todos os anos e até quase todos os meses. (*Epit.* II, 3)

Na medida em que a administração perde capacidade, a partir mesmo do abandono de certas práticas, como aponta Monteiro (õA partir de Teodósio I (...) os oficiais terão perdido o hábito de compor listas de efetivos, o que conduziu ao declínio da administração militar.ö (2009: 433)), o resultado é claro: o exército declina (*exauriatur exercitus*).

Em sequência, a negligência atinge tanto o processo de recrutamento dos jovens, passando pelo funcionamento das legiões e agindo inclusive sobre o sistema moral do exército. No tocante ao funcionamento cotidiano, similar à passagem em que *Vegetius* lamenta o fim do uso das armaduras, uma série de outras práticas são apontadas em desuso: o uso de certos armamentos, a construção de acampamentos fortificados e o próprio treinamento cotidiano.

O uso do *pilum* (lança de arremesso utilizada pela infantaria romana), por exemplo, é apontado como em desuso: õEntre nós, armas de arremesso desse tipo são já raras; mas os peões bárbaros munidos de escudo preferem-nas (í ) e levam duas ou três para o combateö (*Epit.* I, 20). Por um lado, o *pilum* era uma das armas simbólicas da antiga infantaria pesada romana (juntamente com a *lorica* (armadura), o *gladius* (espada espanhola) e o *scutum* (escudo)); lamentar seu desuso pode representar a mesma estratégia apresentada quando *Vegetius* lastima o fim do uso das *catafractas* (ou *loricas*). A referência aos bárbaros, na mesma frase, reforça o argumento, opondo-os à *antiqua legio*. Por outro lado, a referência pode carregar um significado eminentemente técnico, já que segundo ele õé reconhecido que os recrutas devem ser equipados e protegidos por todo tipo de armas antigas. Na verdade, é forçoso que aquele que, com a cabeça e o peito protegidos, não receia ser ferido, sinta uma coragem redobrada no combate.ö (*Epit.* I, 20). De qualquer

forma, o não emprego da arma em questão (além das outras) é considerado uma falha, a qual seus ensinamentos pretendem corrigir. Outra prática que estaria em desuso era a construção de acampamentos fortificados:

(...) parecem transportar para toda a parte consigo uma cidade amuralhada. No entanto, o conhecimento dessa arte extinguiu-se por completo [(*sed huius rei scientia prorsus intercidit*)], pois há muito tempo que ninguém constrói um acampamento rasgando fossos e cravando estacas. Nós sabemos, por isso, que muitos exércitos foram frequentemente atormentados pela súbita chegada, de dia ou de noite, de cavaleiros bárbaros. (*Epit. I, 21*)

Tal passagem descreve um declínio técnico, ou uma ruína técnica, já que afirma que tal arte ãextinguiu-se por completo, além de apresentar um inimigo específico: os bárbaros. Segundo Charles (2007: 156), partindo de Grosse, o grande afluxo de bárbaros federados, a partir do reinado de Teodósio I, construiu as condições para a progressiva redução da capacidade de construir campos fortificados. A presença cada vez maior destes contingentes, ignorantes às obras defensivas e de sítio, estimula ao abandono da prática em questão. A mesma estratégia das armaduras e do desuso do *pilum* pode ser compreendida nesta passagem.

Em sequencia, *Vegetius* é categórico ao dizer que, na medida em que um exército não honre seu próprio nome (que, segundo ele, provém de ãexercício (Epit. II, 1 e II, 23)), o mesmo está fadado a deteriorar e perder sua utilidade última: a capacidade de ser vitorioso em batalha. Um exército que não treina, segundo ele:

(...) na verdade, nem a duração do tempo de serviço, nem o número de anos ensinam a arte da guerra, pois, seja qual for o número de anos de serviço militar, o soldado destreinado é sempre um recruta. (...) eram obrigados a treinar-se nos campo para que a interrupção do hábito não enfraquecesse nem o espírito nem o corpo dos soldados. (...) para que o hábito do trabalho diário em tempo de paz não pareça difícil em tempo de guerra. Por fim, é sabido que, no combate, conta mais o treino do que a força; pois, se um uso sábio das armas for negligenciado [(*cesset*)], o civil em nada se distingue do soldado. (*Epit. II, 23*)

Uma ampla gama de enunciados: primeiramente (e novamente), um exército que não treina declina, ou nunca torna-se apto à sua plena função, a defesa do Estado e da

sociedade; o hábito do treino impede que os espíritos e os corpos dos soldados se enfraqueçam, mediante a ação do ócio (omitido na passagem); tais costumes deviam ser exercitados especialmente nos tempos de paz, quando o ócio surge com mais força nos acampamentos; por fim, uma constatação, que remete à primeira passagem: sem o treinamento necessário nas armas, de nada vale a força; sem o treino, nada distingue um soldado, um civil e, porque não, um bárbaro!

Por conseguinte, a manutenção dos treinamentos depende de outro elemento que também estaria sendo negligenciado no tempo de *Vegetius*: a disciplina. Ao apurar textos como o *Estratagemata*, e também a própria *Epitoma*, percebo que a disciplina em muitos momentos é apontada como fruto da ação dos generais (exemplos em Cipião, Metelo e Mário) e oficiais. Sem a existência de homens vigorosos, imbuídos de boas qualidades, no comando das legiões, essas estariam fadadas à decadência.

O nome -legião subsiste no exército ainda hoje, mas a solidez dos tempos passados foi minada pela negligência [*per negligentiam*], visto que a ambição ocupou o lugar da recompensa do mérito [*virtutis praemia occuparet ambitio*] e foram promovidos pelo favor os soldados que costumavam se promoverem pelo esforço [*gratiam x laborem*].

Pois uma vez que um exército é organizado, seja cuidadosa seja negligentemente [*faciat et diligenter et neglegenter*], tem as mesmas despesas, é útil não só para os tempos presentes como para os tempos futuros se, por providência de Vossa Majestade, ó Imperador Augusto, não apenas uma organização bem sólida das armas, mas também se se corrigir o desleixo [*dissimulatio*] dos antecessores. (*Epit. II, 3*)

Através da negligência, os valores que garantiam a solidez do exército transmudam-se: em lugar da virtude (*virtus*), a ambição (*ambitio*); em lugar do esforço (*labor*), o favor (*gratiam*). Os modelos de leitura moral habitualmente aparecem nas fontes em processos de oposição, entre os bons valores, a serem cultivados, e os maus valores, a serem extirpados ou controlados (mesmo quando um dos comparativos é omitido). Um princípio a primeira vista simplório, mas que opera ao longo de grande parte das leituras decadentistas. O prólogo da *Conjuração de Catilina* apresenta esta oposição: “Pois a glória das riquezas e a beleza é frágil e quebradiça; a virtude a possuímos com brilho e para sempre.” (*Cat. 1, 4*; tradução nossa). De um lado, as riquezas e a beleza, como frágeis e efêmeras, e de outro, a virtude, bem maior, indestrutível e, sem dúvidas, mais útil à comunidade de cidadãos. Na sequência de seus escritos, Salústio justifica o porquê da

escrita de suas obras, em meio a auto-críticas variadas, dizendo que nada há de mais belo do que trabalhar pelo bem da República (*Pulchrum est bene facere rei publicae*) (*Cat.* 3, 1). Segundo McGushin, citado por Ramos (1997: 75), a partir dessa passagem do texto, Salústio declara o princípio *virtus-gloria* como uma regra geral empregável a todos os homens, tendo no campo da política sua principal aplicação. Os elogios a Catão<sup>150</sup> e César, mais ao final do *Bellum Catilinae*, como homens que alcançaram a glória através de suas virtudes, bem como a reprodução de seus discursos no senado, durante o julgamento dos conjurados, obedecem a esse princípio, em alguma medida pedagógico. Tais elogios são contrapostos ao retrato de Catilina, e de como os costumes corruptos de Roma colaboraram para estimular sua empresa (*Cat.* 5, 8). Mesmo lamentando seu tempo, com homens como Catilina, Salústio vê esperanças, a partir dos relatos de César e Catão, indivíduos que, apesar de gênios diametralmente opostos, eram exemplos de grande virtude (*ingenti virtute*), o primeiro por sua generosidade e favores, e o segundo por sua vida íntegra e austera (*Cat.* 54). Qualidades tão diversas, mas que são abarcadas pelo mesmo adjetivo: a *virtus*. Segundo o dicionário de Ernesto Faria (1962: 1069), o campo semântico deste termo é vasto, sendo alguns dos sentidos: força, vigor (Virgílio, *Eneida*); valor, coragem (César, *Bello Gallico*); qualidades viris, virtude (amor e prática do bem), mérito, qualidades, perfeição moral (Cícero). Em Lucílio, poeta satírico que viveu entre 168 e 102 a.C., aproximadamente, são recorrentes as alusões do termo em jogos de oposição entre a frugalidade dos antigos e o presente dele, dominado pela avareza e pelos excessos (*Frag.* V). A partir dessas oposições é possível presumir que a *virtus* carrega também um sentido de moderação, equilíbrio<sup>151</sup>.

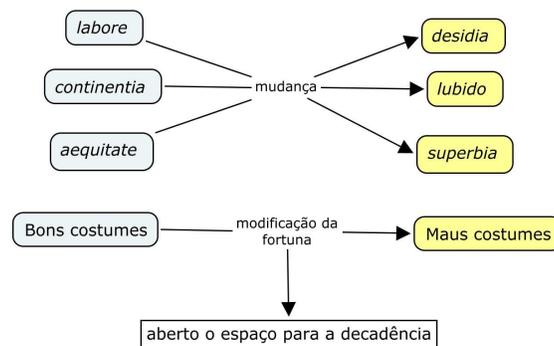
Logo nas passagens iniciais da obra, Salústio inicia uma digressão com um panorama da história de Roma, do período monárquico até a destruição de Cartago. Algumas considerações, sob o aspecto das noções de decadência, são absolutamente pertinentes.

---

<sup>150</sup> Marco Pórcio Catão, conhecido como *Uticensis*, era bisneto de Catão, Censor.

<sup>151</sup> Em um compêndio de Literatura Latina, de G. D. Leoni, editado em 1954, encontro a seguinte definição: *“A virtude (. . .) consiste em poder dar um justo valor a cada uma das circunstâncias que acompanham a nossa atividade, a cada uma das pessoas as quais vivemos; virtude consiste em saber o que vale para o homem cada coisa; virtude é saber o que para o homem o justo, o útil, o honesto, aquilo que é bom ou ruim, o inútil, o desonroso, o desonesto; virtude é fixar um limite e uma medida ao desejo; virtude é poder dar o seu preço às riquezas, dar o que verdadeiramente deve ser dado às honras; ser inimigo jurado dos costumes e dos homens perversos, e, ao contrário, ser defensor dos costumes e dos homens honestos, exaltando-os, querendo-lhes bem, sendo seu amigo; enfim, colocar em primeiro lugar o bem da pátria, depois o dos parentes e, como último, o nosso. (LUCÍLIO, IV)“ (LEONI, 1958: 134). Por não ter identificado tal definição na edição dos fragmentos de Lucílio consultada (1869), me resigno a apenas reproduzi-la.*

Se Salústio nos diz que ãum império se retém facilmente com as mesmas artes com as quais iniciouõ (Cat. 2, 4; tradução nossa), então valores ligados a conquista, em especial a conquista militar devem ser valorizados e, principalmente, cultivados. Quando este prossegue dizendo que ãquando se fazem presentes a preguiça [(*desidia*)] no lugar do esforço [(*labore*)], o descontrole [(*lubido*)<sup>152</sup>] e a arrogância [(*superbia*)] no lugar da autodisciplina [(*continentia*)] e da equidade [(*aequitate*)], junto com os costumes muda a fortuna [(*fortuna*)]õ (Cat. 2, 5; tradução nossa), é perceptível a existência de uma ligação orgânica entre os costumes de uma determinada sociedade e sua sorte histórica: *fortuna simul cum moribus inmutatur*; com os costumes, morre a fortuna e a sorte do Estado. Percebo nessa passagem a construção de oposições enunciativas, em uma estratégia que logra enunciar dois fins possíveis: os bons costumes levam a harmonia social; os maus costumes levam a deterioração do tecido social, e pela modificação da sorte, pode levar à completa ruína.



Este tipo de oposição pode ser considerada a grande estratégia enunciativa do discurso decadentista, ao menos em Salústio e em algumas passagens de *Vegetius*. Os enunciados que referem o processo de decadência são geralmente opostos a outros de sentido antitético, para criação de um contraste, o que ressalta o processo como um todo. Retomando a citação anterior de *Vegetius*, existe ao final da mesma outra oposição enunciativa: *diligenter et neglegenter*. A negligência, que conduz à deterioração do exército, e a diligência, que o fortifica. São estes valores, pautados na oposição de enunciados exposta acima (*virtus, ambitio; labor, gratiam*), que formam os objetos ãbom comandanteõ e ãmau comandanteõ:

<sup>152</sup> A palavra *lubido* aparece no dicionário Lewis (disponível em <http://www.perseus.tufts.edu>) atrelada à palavra *libido*, que carrega sentidos como prazer, desejo, vontade ou inclinação. Na tradução acima, o termo foi traduzido como ãdescontroleõ, o que podemos estender como uma consequência dos prazeres e desejos.

(...) o rigor da disciplina e o treino tanto dos soldados de infantaria como dos cavaleiros legionários eram administrados quotidianamente por ordem dele [o prefeito da legião]. É justo, diligente, sóbrio [(*iustus diligens sobrius*)], ele mesmo modelava, por meio de trabalhos constantes, a legião a si atribuída com vista a todo tipo de devoção e a todo tipo de atividade, sabendo que o mérito dos seus subordinados resulta no louvor do prefeito (*Epit.* II, 9)

(...) o general julga então ter escapado a toda e qualquer emboscada e, despreocupado, desleixa-se até a incúria [(*ad neglegentiam*)]; nessa altura, aquele corpo de tropas que fora enviado por um caminho secreto irrompe e aniquila-o de surpresa. (*Epit.* III, 22)

O que divide tais objetos, e de certa forma condensa todos os enunciados ligados ao bom comandante são os *mores honestus*, os bons costumes.

A esta coorte presidia um tribuno notável no conhecimento das armas, no vigor físico e na honestidade dos costumes [(*morum honestate*)].

(...) preservava-se [(*servabatur*)] de tal forma o cuidado em exercitar os soldados que não só os tribunos ou os oficiais ordenavam que os homens a si confiados treinassem todos os dias sob os seus olhos, mas também eles próprios, versados na arte das armas, encorajavam os restantes pelo seu próprio exemplo a imitem-nos. O cuidado e o trabalho do tribuno são elogiados quando o soldado marcha de uniforme resplandecente, bem protegido por armas reluzentes, instruído nos conhecimentos e na prática do exercício. (*Epit.* II, 12)

Ademais, outro enunciado aparece em *Vegetius* (na citação da página 144-145) ligado diretamente à nobreza dos costumes (*moribus excellere*): a *verecundia*<sup>153</sup>. Analisando os termos latinos, os sentidos de *honestum* e *moribus excellere* remetem, dentre outros, à idéia de virtuoso; enquanto o termo *verecundia* remete à idéia de respeito e medo da vergonha. Ardant Du Picq (2000) analisa a *verecundia* como um dos elementos diferenciadores do exército romano. Segundo ele, a chave dos grandes exércitos vitoriosos é a moral elevada, e, de forma conciliada, a luta contra o medo da morte dos soldados<sup>154</sup>. Existem, segundo este autor, duas formas de controlar este medo, cujas quais os romanos

<sup>153</sup> [os recrutas] devem superar os demais pela nobreza de costumes [(*moribus debet excellere*)]; (...) a dignidade [(*honestas*)] gera um soldado excelente, e o sentimento de vergonha [(*verecundia*)], na medida que o proíbe de fugir, faz dele um vencedor. (*Epit.* I, 7)

<sup>154</sup> Este efeito sobre a batalha é muito importante, já que o medo, que desencadeou o caos, é posto como causa da derrota dos romanos frente à Aníbal em Canas (DU PICQ, 2000: 77), mesmo estes sendo dotados da disciplina e tática habitual dos romanos antigos.

dominavam: uma é a disciplina e outra é o medo da vergonha, corolário da primeira. Du Picq elucida:

(...) a disciplina, a tática precisamente formulada, comanda a solidariedade do chefe e do soldado e a solidariedade dos soldados entre si. (...) aparece o ponto da honra, a fuga é uma vergonha, porque não mais se está sozinho no combate contra o forte. Há uma legião, e quem cede abandona seus chefes e seus companheiros. (2000: 60)

Esta idéia de coletivo, tão cara aos antigos romanos, é pois o elemento de ordem moral mais relevante nessas passagens, e é fruto de um sistemático processo de treinamento e disciplinarização dos soldados. Basicamente, uma moral construída cotidianamente e conscientemente pela prática militar. Enquanto proposta de ação, é justamente essa construção que *Vegetius* deseja por em prática com sua *Epitoma*.

## Da Conclusão

A disciplina militar prestante  
Não se aprende, Senhor, na fantasia,  
Sonhando, imaginando ou estudando,  
Senão vendo, tratando e pelejando.  
(Camões. *Os Lusíadas*. X, 153)

Porque o Império Romano declinou? Esta pergunta moveu tantas e tão variadas discussões, e até nossos dias é motivo de inquietação para muitos historiadores, pesquisadores e curiosos em geral. Abandonamos as próprias noções de declínio, de decadência, e preferimos utilizar outras, como colapso, reordenação, complexificação, etc. Mas esses somos nós, e não *Flavius Vegetius Renatus*. Para nosso protagonista, a decadência existia realmente, acossava aquilo que ele desejava defender, e o motivou a agir, elaborando seu tratado com o objetivo de brecá-la.

Os discursos, em amplos sentidos, fazem uso de certas organizações conceituais, agrupamentos temáticos e tipos de enunciação que formam estratégias e teorias. Como em uma mesma formação discursiva podem coexistir várias estratégias, e mesmo estratégias conflitantes, tal como foi constatado na análise da obra de *Vegetius*, a análise deve definir qual é o sistema de relações que, em meio a diversas estratégias, é capaz de efetuar a unidade do discurso (FOUCAULT, 2009: 73). Nesse sentido, a decadência é, enquanto conceito para a leitura da obra de *Vegetius*, uma mudança de estado ou condição, de um momento considerado valorativamente superior, para outro estágio, onde diversas características positivas daquele passado não mais existem. Em termos da análise do discurso sobre a decadência, tal transformação é compreendida como a regra de formação que oferece a regularidade ao discurso decadentista, malgrado sua diversidade de estratégias e enunciados, dispersos nos mais variados textos (FOUCAULT, 2009: 76).

Em uma sociedade, essa mudança pode ser o abalo dos lugares estabelecidos (como no relato de *Percennius*, narrado por Tácito), a luta entre cidadãos, ou mesmo o próprio desaparecimento da sociedade e do Estado que a configura em termos políticos. Já no exército, foco de *Vegetius*, a negligência aos mais variados procedimentos (recrutamento, treinamentos, disciplina) conduz ao processo de declínio, sendo que a perda da capacidade de combater é a ruína. Por mais que esse princípio seja aparentemente simples, já que indica a simples mudança de um bom momento para um mau momento, suas nuances são

absolutamente complexas. Em primeiro lugar, existem duas atitudes a serem tomadas frente à visualização da decadência: a resignação, ou a luta.

Políbio considera as sociedades humanas a partir de um ciclo, onde todas estão fadadas à decadência e ao desaparecimento<sup>155</sup>. Cipião Emiliano, ao ver a grande cidade de Cartago arder nas chamas da terceira e última guerra púnica, teria dito: ò-Este é um belo momento, Políbios, mas tenho o pressentimento funesto de que em algum dia a mesma sentença será pronunciada contra a minha pátria.'ö (*Hist.* XXXVIII, 21). Um pressentimento ou um prognóstico? Após chorar diante do infortúnio vivido pelos cartagineses, e meditar sobre toda esta situação, Cipião fala por uma última vez através de Políbio, dizendo que òas cidades, as nações e os impérios devem todos sofrer o declínio imposto pela divindade, à semelhança das criaturas humanasö (*Hist.* XXXVIII, 22). Quando fala na divindade, Cipião refere-se à Fortuna, e a ligação entre o orgânico e o divino torna a ação humana, ao menos no tocante a salvação de seus Estados, algo impossível.

Mas ainda existe outra postura possível. Segundo Santo Mazzarino, apesar dos sentidos que pressupõem uma inevitabilidade dos fenômenos da decadência, òdiante do empenho histórico, o homem ainda tem outra atitude possível: julgar que a decadência pode ser superada através de uma retomada das organizações antigasö (MAZZARINO, 1991: 30-31). Para este autor, este é um sentido contido na obra de Salústio<sup>156</sup> e, em minha opinião, é uma das fórmulas para compreender *Vegetius*. Por mais que exista um processo de deterioração no exército, a retomada dos procedimentos tradicionais garantiria o retorno da antiga capacidade de fazer guerra, responsável pela conquista de todo o mundo, pelos romanos de outrora.

À guisa de retomar as principais análises desta dissertação, reapresento os principais questionamentos lançados nos capítulos precedentes. Primeiramente, como *Vegetius*, a partir de autores antigos ligados aos seus escritos, percebia, sentia, denominava

---

<sup>155</sup> ò(...) no caso do Estado romano, este método nos capacitará a chegar a um conhecimento da sua formação, crescimento e perfeição máxima, e igualmente da mudança para pior, que certamente ocorrerá algum dia. Esse estado, mais que qualquer outro, formou-se e cresceu naturalmente, e sofrerá um declínio natural e mudará para a situação oposta. (...) A sequência desta obra permitir-nos-á chegar a essa conclusão.'ö (*Hist.* VI, 9)

<sup>156</sup> ò (...) posto que tudo o que nasce more, no momento em que se apresenta o destino de perdição para a cidade de Roma, travarão combate cidadãos contra cidadãos e, desse modo, esgotados e sem sangue, serão presa fácil de um rei ou nação estrangeira. Se não for assim, nem o mundo inteiro, nem todos os povos juntos são capazes de desgraçar ou abater este império. Desta forma, devemos fortalecer os bens da concórdia e expulsar os males da discórdia.'ö (*Cartas a César*, I, 5, 2-3; tradução nossa)

e operava, a partir de autores antigos ligados aos seus escritos, o que modernamente designamos como decadência?

A decadência de *Vegetius* é eminentemente um declínio militar, da capacidade da milícia romana em recrutar, treinar, disciplinar e, por fim, combater com seus exércitos regulares. Dado que a decadência pressupõe uma mudança valorativa de estados, existiu em Roma um exército modelar, que a partir de uma série de fatores perdeu suas capacidades, de modo que do passado glorioso restaria apenas o nome *õlegiãoõ* (*Epit.* II, 3). Tal configuração de declínio (ou objeto que declina) em determinados momentos dialoga com outros objetos e formas, como a sociedade, a prosperidade, a moralidade e a oposição entre o campo e a cidade.

Quando o processo de decadência é descrito, uma série de enunciados dispersos é utilizada para tal: *barbaricum*, *luxuria*, *voluptas*, *pecunia*, *delicias*, *pax*, *neglegentia*, *desidia*, *otium*, *prodere*. A relação entre esses enunciados (bem como outros), na formação de estratégias discursivas, permite a visualização do principal objeto formado no texto de *Vegetius*, o *õexército decadenteõ*.

O *barbaricum* surge em três estratégias distintas. Na primeira, ele é entendido como o inimigo direto, oposto no campo de batalha, e como tal pode conduzir à derrota direta do exército, com a conseqüente desagregação ou ruína do Estado (as referências aos godos e à batalha de Adrianópolis são centrais). Em outra estratégia, mediante um processo de barbarização das instituições romanas, essas perderiam capacidade combativa devido à convivência com tropas bárbaras. Por fim, uma terceira estratégia logra ver nos bárbaros os guardiões de uma moralidade primitiva, com capacidade de aprendizado e cujos valores poderiam significar a salvação da sociedade e do exército do tempo de *Vegetius*. Ora inimigos, ora influências perniciosas, ora verdadeiros guardiões de bons costumes: são verdadeiras escoras à reflexão de *Vegetius*, que os manipula conforme a conveniência da passagem; podem ser os agentes da decadência, a decadência materializada, ou a salvação à essa decadência. Um mesmo enunciado operando em três estratégias distintas revela a complexidade da prática discursiva da decadência, em especial na *Epitoma*.

A *luxuria*, compreendida em determinados momentos como um elemento exógeno à sociedade romana, tem conseqüências nefastas: fruto de grandes afluxos de riquezas (*pecuniae*) para Roma, ela seria responsável por desenvolver uma forte diferenciação entre os cidadãos, incentivando a ostentação, que por sua vez desencadeia a ambição, a inveja, o demérito (*gratia*), dentre outras conseqüências. Correlatos aos luxos, toda sorte de *delicias*

e *voluptas* acentuariam tal processo, agindo em especial no amolecimento (*effeminare*) dos homens romanos. Tais fatores atuam diretamente na destruição da sociedade, cujos valores tradicionais maiores pautavam-se na frugalidade, austeridade e militarismo. Na medida em que agem sobre tais valores da sociedade, os elementos em questão destroem o exército que a defendia. A partir da recorrência da *negligentia*, (que é relacionada com a *pax*), o *otium* e a *desidia* se instalam no exército, minando sua disciplina, treinamentos e capacidades de combate. Em sequência, a negligência atinge tanto o processo de recrutamento dos jovens, passando pelo funcionamento das legiões (com o desuso de certos armamentos, da construção de acampamentos fortificados e do próprio treinamento cotidiano) e contaminando inclusive o sistema moral do exército. Consumando tais estratégias com a derrota militar, resta ao Estado apenas amargar sua ruína (*prodere*). Todas as estratégias analisadas podem ser regularizadas dentro da lógica de uma mudança valorativa de estados, entendendo como tal a regra de formação que perpassa todo o discurso de decadência de *Vegetius*: o exército romano, a partir de um modelo ideal (lembrando que tal modelo trata-se de uma construção arbitrária de *Vegetius*), sofre a ação de variados fatores, perdendo eficiência e capacidade de combater.

Ao longo desta dissertação, uma relação entre as causas externas e as causas internas ficou evidente, e sintetizada na figura dos *foederati*. Em minha leitura, considero serem esses bárbaros, para *Vegetius*, os principais agentes do declínio do exército romano, principalmente no convívio com as tropas regulares. Retomando a metáfora das armaduras e capacetes, na medida em que compreendemos as referências a tais proteções como um desejo pelo retorno de uma *antiqua legio* (ou de alguns valores dessa), composta tradicionalmente por cidadãos romanos, em oposição aos infantes bárbaros, percebo o duplo caminhar de *Vegetius* sobre a tradição romana. Ele não atribui a degenerescência disciplinar aos bárbaros federados, mas sim utiliza enunciados de ordem moral, constantes na tradição decadentista romana, tanto para desviar a real causa do problema, quanto para legitimar suas reivindicações. Essa legitimação ocorre da seguinte forma: ele evita o tema dos *foederati* (ao menos diretamente), possivelmente muito polêmico, e em contrapartida aponta os problemas como condicionados a questões recorrentes em autores romanos, e também as soluções tradicionais, com a volta às antigas instituições e valores. Ou seja, nessas passagens entendo a decadência como um *topos* historiográfico, um tema recorrente, utilizado como uma chave interpretativa para um determinado povo ou

indivíduo em um dado período histórico (ARAÚJO, 2007(b): 91). Obviamente, a chave é mutável, já que cada autor efetua um recorte a partir do qual orienta suas reflexões.

Creio ser esse o maior exemplo do ser-obra de *Vegetius*. Os contextos dos séculos IV e, especialmente, do V impõe desafios, questões que necessitam de respostas: como reorganizar a capacidade de combater? Mas também impõe limitações: como efetuar tal reorganização levando em conta a inconveniente existência dos *foederati*? *Vegetius*, nesse momento, se apropria (no sentido criativo da palavra) da tradição decadentista (enunciados como *neglegentia* e *desidia* são mobilizados) para efetuar a leitura do processo. Esse é o espaço do autor, do entrecruzamento dos contextos, da originalidade, o momento em que os autores por ele consultados não aparecem apenas como fontes, mas como peças de um complexo diálogo, que envolve tanto os textos, quanto as perguntas e as respostas esperadas. Um jogo que, por sua vez, não se destaca dos contextos apresentados: o contexto social coloca à frente a existência de *foederati*; culturalmente, existe um movimento de preservação do conhecimento antigo, pragmático e pagão; a estrutura lhe oferece padrões e formas de ação; suas intenções movem a construção do tratado; e no *corpus* manipulado, na tradição, em sua lógica de autoridade e de ligação com o passado, é que ele encontra as respostas, sejam como justificativas, sejam como verdades válidas. Somente em meio a essa teia compreendemos sua obra, em sua dimensão de repetibilidade e novidade, simultaneamente (LACAPRA, 1998: 248).

Ademais, outra questão se apresenta: dado que entendo *Vegetius* como um indivíduo que luta contra a decadência, e clama para vencer tal luta um retorno a certas práticas e instituições do passado romano, o que exatamente representa tal retorno? Lamenta-se o fim dos cidadãos-soldados porque estes constituíam um exército considerado exemplar (e assim lamentando a perda capacidade de combate), ou lamenta-se esse fim por si mesmo, ou seja, lamenta-se a modificação na sociedade romana, que não mais provê o exército? A meu ver, mesmo que determinadas lamentações se aproximem do objeto *osociedadeo*, em nenhum momento existe o desejo de retorno a uma formatação social antiga. Mas, se *Vegetius* não deseja tal retorno, por que clamar por um Quício Cincinato?

Cincinato não deve representar o novo cidadão, mas sim o novo soldado romano. Devem-se imputar os valores de uma sociedade guerreira no próprio exército, fazendo com que ele se torne a Roma de outrora. Segundo Carrié (1992: 92), em uma concepção tradicionalista da sociedade, corrente nos séculos IV e V, e que analisa a sociedade na

lógica da corrupção, o soldado ocupa o lugar deixado vago pelo cidadão, devido à sua corrupção moral. Como aponta Veyne, essas concepções tradicionais dizem

que o ideal na política é uma sociedade tão uniforme quanto possível, pois os conflitos surgem devido a diversidade engendrada pela riqueza; e também há um nível absoluto das necessidades e, portanto, da pobreza e luxo; este nível sendo uma vez ultrapassado, a decadência das nações começa. (1976: 475; tradução nossa)

Como não seja possível reformar a sociedade, ao menos a utopia se manteria no exército. Ao privilegiar os homens do campo, evitando os da cidade, opta-se por recrutas pouco afeitos ao luxo e aos prazeres; ao restringir todo e qualquer direito à *voluptas*, priva-se o soldado de qualquer excesso que o desvie de seu dever. Os valores comungados deveriam unir o soldado não somente à instituição do exército (*verecundia*, a vergonha em relação aos pares), mas também à sociedade a qual ele defende. Em suma, *Vegetius* busca não a sociedade dos antigos, mas apenas alguns dos seus valores, visando reviver elementos de tal sociedade dentro do exército.

Um *topos* literário, utilizado para tergiversar seus principais diagnósticos da sua percepção de decadência e um uso consciente da força da tradição, a partir de enunciados e estratégias decadentistas. Dois usos comprovados. Mas ainda existe uma forma de compreender o discurso decadentista em *Vegetius*: não será esse parte de uma ònsciência coletiva do mundo Greco-romano (...) impregnada de uma ideia difusa de degenerescência do mundo e, em especial, das sociedades em que vivem.ö (LE GOFF, 1984: 395). Até que ponto tais categorias de pensamento operam como um senso comum, onde o retorno ao passado se dá de forma espontânea? Como aponta LaCapra (1998: 253), as intenções autorais não condensam todos os significados e aparecimentos possíveis em uma obra. Se os usos da ideia de decadência, nos dois momentos apontados anteriormente, se deram de forma consciente, será que tal consciência pode ser ampliada para todas as manifestações da ideia, dentro da obra? A meu ver, creio que não. O trânsito estabelecido por esta dissertação, por entre autores com até 700 anos de distância entre si, revelou similaridades de pensamento muito marcantes. Em uma sociedade cuja barbarização é crescente, onde os valores da tradição pagã correm o risco de perderem-se, e o próprio Estado sofre duros golpes, *Vegetius* compõe a obra a partir dessa base, e ao fazê-lo se apropria não apenas de dados e conhecimentos técnicos, como também um sistema de pensar e refletir a realidade, de discursos, interpretações e modelos de pensamento impregnados com a ideia de

degenerescência do mundo, ou de certos aspectos dele. Em suma, *Vegetius* ora opera com o discurso de decadência, ora é enredado na teia discursiva, sempre dentro das possibilidades discursivas da história:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (í ) na história; é constituído por um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (í ) [e] é, de parte a parte, histórico ó fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio ás cumplicidades do tempo. (FOUCAULT, 2009: 132-133)

## Da Bibliografia

Fontes antigas:

AMIANO MARCELINO. **História** (*Hist.*). Edição de TRUJILLO, Maria Luisa Harto. Madrid: Akal, 2002.

ANONYMUS. **Sobre Asuntos Militares**. (*DRB*) Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2004.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Lisboa: Imprensa Nacional ó Casa da Moeda, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora da Unb, 1988.

CATO e VARRO. **On Agriculture** (*De Agri. e Rust.*) (Loeb Classical Library No. 283). Tradução, introdução e notas de HOOPER, William Davis. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

CÍCERO. **Catilinárias**. São Paulo: Edição Saraiva, 1953.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. (*De Rep.*) In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

CICERO, M. Tullius. **Letters to and from Brutus**. (edição L. C. Purser). Disponível em: [www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Cic.+ad+Brut.+1.1.1](http://www.perseus.tufts.edu/cgi-bin/ptext?lookup=Cic.+ad+Brut.+1.1.1). Acessado em: 18/10/2008.

EUTRÓPIO. **Compendio de Historia Romana**. Niterói: Escolas Prof. Salesianas: 1931.

FRONTINO, Sexto Júlio. **Estratagemas**. (*Estrat.*) Lisboa: Edições Silabo, 2005.

HOMERO, **Ilíada**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

JORDANES. **Origen y gestas de los godos**. (*Orig. God.*) Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

JUVENAL. Satires. (*Sat.*) In: Evans, Lewis. (org.). **The Satires of Juvenal, Persius, Sulpicia, and Lucilius**. London: Bell & Daldy, 1869.

LUCANUS. **Pharsalia**. Disponível em: Perseus Digital Library Project. Ed. Gregory R. Crane. 2011. Tufts University. Acesso em 25/11/2010 <<http://www.perseus.tufts.edu>>.

LUCILIUS. Fragments. (*Frag.*) In: Evans, Lewis. (org.). **The Satires of Juvenal, Persius, Sulpicia, and Lucilius**. London: Bell & Daldy, 1869.

- LUCRÉCIO Caro, Tito. **Da Natureza**. (*Nat.*) In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- OVÍDIO. **Tristia**. Tradução de KLINE, A. S.. 2003. Disponível em: <http://www.poetryintranslation.com/PITBR/Latin/OvidTristiaBkOne.htm>
- PERSEUS DIGITAL LIBRARY PROJECT. Ed. Gregory R. Crane. 2011. Tufts University. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu>
- POLÍBIOS. **História** (*Hist.*). Tradução de KURY, Mário da Gama. Brasília, Editora da UnB: 1996.
- POLYBIUS. **Histories**. (*Hist.*) Tradução de SHUCKBURGH, Evelyn S.. London, New York: Macmillan, 1889. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu>
- PLUTARCO. **Vidas Paralelas**. Vol. I, III e IV. São Paulo: Paumape, 1991.
- QUINTILIANO. **Institutiones**. Disponível: <http://www.thelatinlibrary.com/quintilian>. Acesso em 06/02/2010.
- SALÚSTIO, Caio Crispo. **Conjuración de catilina. Guerra de Jugurta. Fragmentos de las «Historias». Cartas a César. Invectiva contra Cicerón. Invectiva contra Salústio**. (*Cat., Jug. e Frag. Hist.*) Introdução, tradução e notas de RAMOS, Bartolomé Segura. Madrid: Gredos, 1997.
- SALLVSTIVS CRISPVVS, C.. **Bellum Catilinae; Bellum Iugurthinum; Fragmenta Historiarum**. Disponível: <http://www.thelatinlibrary.com/sall.html>. Acesso em 12/03/2010.
- SÉNECA, Lúcio Aneu. **Cartas à Lucílio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SENECAE Maioris, Lucius Annaei. **Fragmenta Historiarvm**. Disponível em: [www.thelatinlibrary.com/seneca.fragmenta.html](http://www.thelatinlibrary.com/seneca.fragmenta.html). Acessado em: 18/10/2008.
- SUETÔNIO. **A vida dos doze césaes**. Rio de Janeiro: Atena, 1947
- TÁCITO. **Germânia**. (*Germ.*) São Paulo: Brasil Editora, 1952.
- TÁCITO. **Anais**. (*Anais*). Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc. Editores, 1964.
- TÁCITO. **As Histórias**. (*Hist.*) Rio de Janeiro: Athena Editora, 1937. (2 vol.)
- THE LATIM LIBRARY. Textos latinos completos. Disponível em: [www.thelatinlibrary.com](http://www.thelatinlibrary.com)
- TITO LÍVIO. **Ab Urbe Condita Libri** (História de Roma) (*Ab Urbe*). Vol. 1 a 6. São Paulo, Paumape: 1990.

TITO LÍVIO. **História de Roma.** (*Ab Urbe*). Livro I, a monarquia. Tradução de VITORINO, Mônica Costa. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

VEGÉCIO. **Compêndio da Arte Militar.** (*Epit.*) Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo introdutório, comentários e notas de MONTEIRO, João Gouveia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

VEGÉCIO Renato, Flavio. **Epítome rei militaris.** São Paulo: Paumape , 1995.

VEGÉCIO. **Medicina Veterinária.** (*Mul.*) Tradução, introdução e notas de GÓMEZ, José María Robles. Madrid: Editorial Gredos, 1999.

VIRGÍLIO. **Geórgicas ó Eneida.** Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 1952.

#### Bibliografia Geral:

ALFÖLDY, Géza. **A História Social de Roma.** Lisboa: Editorial Presença, 1997.

AMBROSIO, Renato. **De rationibus exordiendi: os princípios da história em Roma.** São Paulo: Associação Editorial Humanistas / Fapesp, 2005.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueologia do saber. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva.** São Paulo: Pedro & João Editores, 2007(a).

ARAÚJO, Richard Max de. **Ibn Khaldun ó A Idéia de Decadência dos Estados.** São Paulo: Humanitas Editorial / Fapesp, 2007(b).

BALSDON, J.P.V.D. (org.). **O mundo romano.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

BARBEIRO, Alessandro. **9 de agosto de 378: o dia dos bárbaros.** São Paulo: Estação Liberdade, 2010.

BARIANI, Edison. Dominick LaCapra: tecendo textos e contextos. In: **Revista Espaço Acadêmico**, nº 61, junho 2006 ISSN: 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/061/61bariani.htm>

BARNES, T. D.. **The Date of Vegetius.** In: Phoenix, vol. 33, nº. 3. pp. 254-257. Regina: Classical Association of Canada: 1979.

- BLIESE, John R. E.. **Rhetoric Goes to War: The Doctrine of Ancient and Medieval Military Manuals**. In: Rhetoric Society Quarterly, vol. 24, n°. 3/4. pp. 105-130. Philadelphia: Taylor & Francis, Inc., 1994.
- BOWDER, Diana. **Quem foi quem na Roma antiga** ó dicionário biográfico. São Paulo: Art Editora, 1980.
- BURNS, Thomas S.. **Rome and the Barbarians, 100 B.C. ó A.D. 400**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- CAMERON, Averil. **The Later Roman Empire**. Cambridge: Harvard University Press: 1993.
- CARRIÉ, Jean-Michel. O soldado. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- CARVALHO, Margarida Maria de; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho; GONÇALVES, Bruna Campos. *Barbarização* do Exército Romano e renovação historiográfica: novas perspectivas sobre o tema. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 147-163, 2008. Editora UFPR.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: 1. As artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARLES, Michael B.. **Vegetius in Context: Establishing the Date of the *Epitoma Rei Militaris***. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007.
- CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia ó A história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_. **"Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico**. In: Estudos Históricos, vol. 8, n° 16, pp.179-192. Rio de Janeiro, 1995.
- DAWSON, Dayne. **As Origens da Guerra no Ocidente**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- DELEUZE, Gilles. ¿que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. pp. 155-161.
- DORJAHN, Alfred P. e BORN, Lester K.. **Vegetius on the Decay of the Roman Army**. In: The Classical Journal, vol. 30, n°. 3. pp. 148-158. Northfield: The Classical Association of the Middle West and South, Inc., 1934.
- DU PICQ, Ardant. **Estudos Sobre o Combate**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-português**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1962.

- FERRILL, Arther. **A Queda do Império Romano ó A explicação Militar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- FORNARA, Charles William. **The Nature of History in Ancient Greece and Rome**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- \_\_\_\_\_. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- \_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas ó uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Grall, 2005.
- FRASCHETTI, Augusto. O Mundo Romano. In: LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens 1 ó Da Antiguidade à era Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000.
- FUENTE, Lisandro de la, MESSINA, Luciana. **La arqueología como método em Michel Foucault**. In: Revista Litorales. Ano 2, nº2, agosto de 2003.
- GIBBON, Edward. **Declínio e Queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das letras, 1989.
- GLACKEN, Clarence J.. **Traces on the Rhodian Shore; Nature and Culture in Western Thought from Ancient Times to the End of the Eighteenth Century**. Berkeley: University of California Press, 1967.
- GÓMEZ, José María Robles. Tradução, introdução e notas. In: VEGÉCIO. **Medicina Veterinária**. Madrid: Editorial Gredos, 1999.
- GRANJEIRO, Cláudia Rejane Pinheiro. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.
- GOFFART, Walter. **Barbarians and Romans A.D. 418-584**. Oxford: Princeton University Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Rome, Constantinople and the Barbarians**. In: The American Historical Review, vol. 86, nº 2. pp. 275-306. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

- \_\_\_\_\_. **The Date and Purpose of Vegetius De Re Militari.** In: *Traditio*, n° 33, pp. 65-100. New York: Fordham University Press, 1977.
- GOLDSWORTHY, Adrian. **Roman Warfare.** New York: HaperCollins Publishers, 2005.
- HARTOG, François. **A História de Homero a Santo Agostinho.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Os antigos. O passado e o presente.** Brasília: UnB, 2003. O confronto com os antigos; História antiga e história.
- HAVERFIELD, F.. Tacitus during the Late Roman Period and the Middle Ages. In: **The Journal of Roman Studies**, Vol. 6 (1916), pp. 196-201. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/296272>
- HEATHER, Peter. **The Fall of the Roman Empire.** Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HOOPER, Willian Davis. Tradução, introdução e notas. In: CATO e VARRO. **On Agriculture** (Loeb Classical Library No. 283). Cambridge: Harvard University Press, 1934.
- JOLY, Fábio Duarte. **Tácito e a metáfora da escravidão.** São Paulo: Edusp, 2004.
- JONES, A. H. M.. **The Later Roman Empire 284-602.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1964.
- KOLENDO, Jerzy. O camponês. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Pasado ó Para uma semántica de los tiempos históricos.** Cap. II: Historia Magistra Vitae. Barcelona: ediciones Paidós, 1993.
- LACAPRA, Dominick. Historia intelectual ó Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. **Giro Lingüístico e história intelectual.** Buenos Aires: Quilmes, 1998.
- \_\_\_\_\_. **History and criticism.** Ithaca; London: Cornell University Press, 1992.
- LAMARRE, Par Cl.. **De La Milice Romaine.** Paris: Librairie Hachette et Cie, 1870.
- LE GOFF, Jacques. Decadência. In: ROMANO, R. (org.). **Enciclopédia Einaudi.** Porto: Imprensa nacional - Casa da Moeda, 1984. pp. 393-424.
- LEONI, G. D. **A literatura de Roma.** São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1958.
- LEWIS, Charlton T. e SHORT, Charles. **A Latin Dictionary.** s/ ano. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/>

- LINHARES, Tuxaua Quintella de. **Vegetius e o Pensamento Estratégico Militar**. 2004. Dissertação. Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber ó A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- MAINGUENEAU, Dominique. Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.
- MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita. Teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARTINDALE, Charles e THOMAS, Richard F.. *Classics and the Uses of Reception*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MENDES, Norma Musco. **Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MONTEIRO, João Gouveia. **Vegécio e os sons da reforma militar romana: por um futuro cheio de passado!** In: Revista História das Ideias, vol. 29. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.
- MONTEIRO, João Gouveia. Estudo introdutório, comentários e notas. In: VEGÉCIO. **Compêndio da Arte Militar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- MOOG, Vianna. **Heróis da Decadência ó Petrônio / Cervantes / Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- PANIAGUA, Daviv. Escribir polemología en Roma. In: **El Futuro del Pasado**, nº 1, 2010, pp. 203-221
- PARKER, H. M. D.. **The Antiqua Legio of Vegetius**. In: *The Classical Quarterly*, vol. 26, nº 3/4. pp. 137-149. Cambridge: Cambridge University Press on behalf of The Classical Association, 1932.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação ó A Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- PRESS, Gerald A.. **The Development of the Idea of History in Antiquity**. Montreal; Kingston: McGill-Queen's University Press, 1982.
- RAMOS, Bartolomé Segura. Introdução, tradução e notas. In: SALÚSTIO, Caio Crispo. **Conjuración de catilina. Guerra de Jugurta. Fragmentos de las «Historias». Cartas a César. Inectiva contra Cicerón. Inectiva contra Salústio**. Madrid: Gredos, 1997.
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber**. São Paulo: EDUC / Pontes, 1994.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ROSTOVTZEFF, Michael I.. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1961.
- ROUCHE, Michel. **Os Impérios Universais ó Séculos II a IV**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- ROULAND, Norbert. **Roma, Democracia Impossível? ó Os agentes de poder na Urbe romana**. Brasília: Editora UNB, 1997.
- SALOR, Eustaquio Sánchez. Retorica e historiografía en Roma. In: ZOIDO, Juan Carlos Iglesias (org.). **Retorica y Historiografía** : El discurso militar en la historiografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento. Madrid: Ediciones Clásicas; Cáceres / Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2008.
- SÁNCHEZ, Maria Ángeles Robles. **El ejército romano y la literatura latina**. In: Aquila Legionis nº 5. Madrid: Signifer Libros, 2004.
- SHRADER, Charles R.. **The Influence of Vegetius De re militari**. In: Military Affairs, vol. 45, nº 4. pp. 167-172. Lexington: Society for Military History, 1981
- SILVA, Gilvan Ventura da. Exército, disciplina e barbárie no Baixo Império: Flávio Vegécio e a defesa das tradições militares romanas. In: CERQUEIRA, F. V., et al. **Guerra e Paz no Mundo Antigo**. Pelotas, LEPAARQ/UFPel, 2007.
- SILVA, Guilherme Dias da. **Valério máximo, Roma e o outro: imagens da Grécia em Roma no século I d.C.** 2009. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SOUTHERN, Pat e DIXON, Karen R.. **The Late Roman Army**. New Haven: Yale University Press, 1996.
- SOUTHERN, Pat. **The Roman Army ó a Social and Institutional History**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- TEIXEIRA, Raphael Leite. A guerra no *Epitoma rei militaris* de Flávio Vegécio (séc. IV): entre a fé cristã e a pressão bárbara. In: Revista **Mirabilia** 8. Dezembro de 2008.

ISSN: 1676-5818. Disponível em:  
[http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num8/numero8\\_2.htm](http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num8/numero8_2.htm)

TRUJILLO, María Luisa Harto. La arenga militar en la historiografía latina. In: ZOIDO, Juan Carlos Iglesias (org.). **Retorica y Historiografía** : El discurso militar en la historiografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento. Madrid: Ediciones Clásicas; Cáceres / Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2008.

VARGAS, Anderson Zalewski. O Pensamento Descontente: Decadência, Natureza e Moralismo. In: **Os subterrâneos de Porto Alegre. Imprensa, ideologia autoritária e reforma social. 1900-1919.** (Cap. 1). 1992. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VEYNE, Paul. **Acreditavam os gregos em seus mitos.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História / Foucault Revoluciona a História.** Brasília: Editora da UnB, 1982.

VEYNE, Paul. *Humanitas*: romanos e não romanos. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano.** Lisboa: Editorial Presença, 1992.

VEYNE, Paul. **Le pain et le cirque**: sociologie historique d'un pluralisme politique. Paris: Seuil, 1976.

WHITTAKER, C. R.. O Pobre. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano.** Lisboa: Editorial Presença, 1992.

ZOIDO, Juan Carlos Iglesias (org.). **Retorica y Historiografía** : El discurso militar en la historiografía desde la Antigüedad hasta el Renacimiento. Madrid: Ediciones Clásicas; Cáceres / Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2008.